

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Curso Integrado de estudos Pós Graduated em
Literaturas Românicas

O EMIGRANTE PORTUGUÊS EM TRÊS ROMANCES DE ALUÍSIO AZEVEDO

Susana Neves Tavares Bastos de Pinho Silva

Dissertação para a obtenção do Grau de
Mestre em Literaturas Românicas

Orientador: Professor Doutor Arnaldo Saraiva

Junho 2007

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
INTRODUÇÃO	5
I – A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL	7
1.1. – <i>O caixeiro e o negociante.....</i>	25
II – O BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	39
III – O NATURALISMO E O NATURALISMO BRASILEIRO.....	55
IV – O NATURALISTA ALUÍSIO AZEVEDO.....	69
V – TRÊS ROMANCES NATURALISTAS BRASILEIROS.....	82
1. – <i>O MULATO</i>	82
2. – <i>CASA DE PENSÃO</i>	88
3. – <i>O CORTIÇO</i>	98
VI – AS PERSONAGENS COMO ESTEREÓTIPOS E A LUSOFOBIA.....	106
<i>Representações masculinas</i>	111
<i>Representações Femininas</i>	161
CONCLUSÃO.....	172
BIBLIOGRAFIA	181
I – <i>De Aluísio de Azevedo.....</i>	181
II – <i>Sobre Aluísio de Azevedo e a sua obra.....</i>	182
III – <i>Sobre a emigração portuguesa no Brasil e as relações luso-brasileiras.....</i>	186
IV – <i>Sobre teoria e análise literária</i>	191
V – <i>Sobre Realismo/ Naturalismo</i>	194
VI – <i>Outras obras consultadas</i>	196

À minha filha Francisca, cujo sorriso me reconstrói, diariamente, o mundo...

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Professor Doutor Arnaldo Baptista Saraiva, a orientação científica desta dissertação, as informações bibliográficas, a disponibilidade, o interesse e o apoio incansáveis com que sempre acompanhou este trabalho e correspondeu às minhas interpelações.

Aos docentes responsáveis pelos seminários do ano curricular do Mestrado, agradeço o contributo e a partilha de saber que me deram, para o aprofundamento do meu trabalho científico, no domínio dos Estudos Literários.

Às colegas e amigas do Curso de Mestrado, em especial à Isabel, Donzília e Anabela, agradeço o incentivo, a amizade e o espírito de grupo permanentes.

À Rosa, Dora e Manela pela força e determinação com que me apoiaram.

Quero exprimir a minha admiração e gratidão ao Célio pelo tempo de leitura crítica que dedicou a este trabalho, pela lição de companheirismo e compreensão sem limites.

Deixo ainda algumas palavras de apreço para os meus pais, por tudo o que fizeram para que eu desenvolvesse a minha formação científica e pelo apoio moral, tão necessário, em certas ocasiões.

Por último, à minha filha, pela sua doçura e carinho...

“Viymos muyto espalhar
portugueses no viver
Brasil, Ilhas povoar
a aas índias yr morar
natureza lhes esquecer (...)”

Garcia de Resende (1470-1536)

“Guarda a terra avarenta nas entranhas
O ouro fulgente.
O Mineiro na roça aflito cave
C`os sórdidos escravos;
Por ignotos sertões exponha a vida
Do Bárbaro Tapuia
À seta venenosa, à veloz garra
Do tigre mosqueado.”

Correia Garção (1727-1772)

“Saiu de Samardã certo pedreiro
Faminto de ouro, em busca de fortuna;
Embarca, vai-se ao Rio, deita às Minas,
E lida, e fossa, e sua, arranca à terra
O luzento metal, que o vulgo adora.
Vem rico a Samardã; vinhas, searas,
Casas, móveis, baixelas compra (...)”

Filinto Elísio (1734-1819)

INTRODUÇÃO

“Quanto tempo ainda serás uma colónia entregue à cobiça de aventureiros e destinada a alimentar com tuas riquezas o fausto e o luxo de tronos vacilantes?”

José de Alencar, *O Jesuíta*

Há uma relação estreita, mesmo quando oblíqua e simbólica, entre a realidade e a literatura. Mas há também escritores que se empenham mais do que outros na tarefa da referência à realidade, nomeadamente a social, que, às vezes, é muito complexa como é o caso da do Brasil, fruto de uma intensíssima dinâmica imposta pela inclusão de tantas e variadas gentes.

Neste país sempre houve escritores preocupados com a projecção da imagem da terra e das gentes brasileiras. Já os havia no século XVI e continua a havê-los no século XX e XXI, às vezes tão exemplares como os chamados romancistas nordestinos. Mas no século XIX, em contraste com os idealistas românticos, distinguiram-se, particularmente nesse campo, os naturalistas, entre ao quais se conta Aluísio Azevedo. O autor de *Casa de Pensão* deixou na sua obra numerosas referências à sociedade brasileira da segunda metade do século XIX e, em particular, a algumas categorias profissionais ou sociais.

Nas suas obras é recorrente a presença do emigrante português, o que se justificará, por um lado, pela quantidade de portugueses que, nesse período, se fixaram no Brasil, prolongando ou intensificando os sinais lusitanos da civilização brasileira já visíveis, por exemplo na gastronomia, na arte, na arquitectura urbana e nos ritos e, por outro lado, se justifica pelo facto de Aluísio Azevedo ter conhecido bem comunidades portuguesas se S. Luís do Maranhão e do Rio de Janeiro; nem podemos esquecer de que ele era filho de um português.

Pareceu-me importante avaliar a imagem que a obra de Aluísio Azevedo dá do emigrante português do Brasil. Essa imagem é veiculada por três romances: *O Mulato*, a *Casa de Pensão* e *O Cortiço*, que nos dão conta da vida ou do comportamento de portugueses, em diversas situações sociais, laborais, sentimentais, assim como das relações que eles estabelecem com os brasileiros

ou do modo como estes os avaliam, num tempo de pós-independência do Brasil, em que as relações entre Portugal e o Brasil conheceram momentos críticos.

Para melhor apercebermos o modo como Aluísio Azevedo trata as personagens portuguesas ou tão só o modo como elas se afirmam, na obra do romancista, achamos por bem determo-nos previamente sobre questões relacionadas com a História do Brasil, da segunda metade do século XIX e sobre a emigração portuguesa para o Brasil, assim como sobre as teorias naturalistas que marcaram o escritor. Esse estudo ocupa os quatro primeiros capítulos desta dissertação, ocupando-se a quinta e a sexta partes da análise dos três romances de Aluísio Azevedo e das personagens portuguesas que neles comparecem.

Na conclusão, são referidos os preconceitos ou estereótipos, mas também as constantes que parecem dar do emigrante português uma visão coerente e nem sempre positiva dos trabalhadores que, um dia, saíram de Portugal e sonharam com a “árvore das patacas brasileiras.”

I – A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

“O Brasil era a liberdade, a fuga à tutela familiar e o mistério...Mas era, sobretudo, o gesto máculo, o gesto de homem que eu queria ser aos olhos de Margarida.”

Ferreira de Castro

País pequeno, com baixa população e escassos recursos, Portugal viu-se obrigado a partir para a descoberta e colonização de novas terras, entre as quais o Brasil.

Desde essa altura – primeiros anos do século XVI – partiram para o Brasil muitos portugueses, desde clérigos, militares e governadores a profissionais liberais, artesãos e camponeses que, a pouco e pouco, se foram distribuindo pelo imenso território brasileiro, contribuindo para o seu progresso, desenvolvimento e exploração. Alguns desses portugueses poderiam regressar à pátria enriquecidos ou, às vezes, empobrecidos, mas outros fixar-se-iam para sempre em Terras de Vera Cruz.

O fluxo de emigração e a qualidade dos emigrantes portugueses, no Brasil, não foi sempre regular, na medida em que estava relacionado com situações económicas, políticas e culturais das terras portuguesas ou com carências e apelos vindos de terras brasileiras

Na história da emigração portuguesa, já têm sido definidas quatro fases distintas:

- de emigração restrita (1500 /1700),
- de transição (1701 /1850),
- de massa (1851 /1930),
- de declínio (1960 /1991),

correspondendo cada uma delas a um perfil específico de emigrante.

No final do século XV, as crises de abastecimento e as epidemias dizimaram a população portuguesa e eram extremamente elevados os custos de qualquer empreendimento económico no Novo Mundo, o que não favoreceu a emigração.

Durante os séculos XVI e XVII, a emigração portuguesa para o Brasil foi pouco significativa, uma vez que a coroa portuguesa preferiu investir na expansão comercial no continente asiático, valorizando pouco as suas possessões nas Américas. Entre 1500 e 1700, saíram de Portugal, em direcção às possessões portuguesas, na África e na Ásia, cerca de setecentos mil emigrantes. Na América portuguesa, durante este mesmo período, não entraram mais do que cem mil emigrantes.

Durante o século XVI, piratas de várias nacionalidades começaram a rondar o território brasileiro e a fazer tráfico de pau-brasil, dentro das terras lusitanas, situação que obrigou a Coroa Portuguesa a dar início, efectivamente, ao processo de colonização do Brasil.

Os primeiros colonos portugueses começaram a chegar, em maior número, após 1530 e eram, em boa parte, degredados, pessoas indesejáveis em Portugal, como ladrões e traidores, que tinham como pena o degredo no Brasil. Portugal incentivava a emigração forçada, o exílio, para remediar os problemas de povoamento.

No século XVII, chegaram ao Brasil famílias que pertenciam a classes abastadas. Fixaram-se, sobretudo, na Baía e Pernambuco para aí explorarem a produção de açúcar, na tentativa de investimentos lucrativos, uma vez que esta era a actividade mais rentável da colónia. Calcula-se que, durante os dois primeiros séculos de povoamento, nas regiões centrais da colónia, os degredados correspondiam a dez ou vinte por cento da população. Em áreas periféricas como, por exemplo, o Maranhão, esta cifra representava, aproximadamente, oitenta a noventa por cento do total de portugueses da região. Aportaram, também, neste mesmo período ciganos e cristãos-novos, vítimas de perseguições religiosas.

Na fase de transição, de 1701 a 1850, começou, ainda que discretamente, a emigração de grupos oriundos de camadas sociais menos favorecidas. Eram minhotos pobres que emigraram devido à revolução agrícola¹, à falta de trabalho e à descoberta de ouro no Brasil, em Minas Gerais. Chegavam outros também,

¹ A revolução agrícola significou, principalmente, a generalização do cultivo do milho e, com isto, uma grande melhoria na alimentação básica das populações minhotas. Estas apresentaram taxas de crescimento relativamente elevadas, o que resultou numa alta densidade demográfica na região: em 1801, enquanto em Portugal se registavam trinta e três habitantes por km², no Minho a densidade populacional atingia noventa e seis habitantes por km².

de origem sócio-económica alta, com um nível de educação superior ao da média portuguesa da época: pertenciam à corte de D. João VI ou eram caixeiros, com uma clara inserção nos grandes ou médios estabelecimentos. De início, a coroa portuguesa incentivou a ida de pobres, originários do Minho, que se fixaram, principalmente, na região de Minas Gerais e na região Centro-Oeste do Brasil, onde foram encontradas as minas de ouro. Posteriormente, passou a controlar a ida de portugueses devido às proporções altíssimas que esta atingiu. O forte estímulo da emigração dessa época deveu-se ao facto das exigências de investimento serem muito pequenas. Se o noroeste português se tornou uma importante fonte de trabalhadores, a Colónia transformou-se num mercado atractivo para aqueles que não tinham muito dinheiro para investir na actividade económica.

Nesta fase ocorreram as revoltas de portugueses e brasileiros, contra a exploração da coroa.² No final do século XVIII, imigraram muitos açorianos para o litoral sul do Brasil.

A emigração da elite portuguesa para o Brasil passou a predominar (chegam quinze mil nobres e pessoas da alta sociedade), no início do século XIX, principalmente com a fuga da Família Real, em 1808, para o Rio de Janeiro, após as Invasões Napoleónicas.

A Corte embarcou em 1808 e voltou para Lisboa em 1821, facto que constituiu um importante impulso para a independência que se seguiu em Outubro de 1822. Parte dos oficiais e tropas voltou para Portugal, nesta altura; todavia, alguns funcionários régios permaneceram no Brasil.

Após esta data, os fazendeiros e senhores de engenho, independentemente do tempo de permanência no Brasil, tiveram de adoptar a nacionalidade brasileira; aqueles que se encontravam ligados ao comércio e negócios de importação e distribuição de produtos continuavam portugueses, submetidos às casas portuguesas que representavam.

“Não convinha, nem aos patrões metropolitanos, nem a eles próprios, optar pela nacionalidade brasileira. O setor será, aliás, constantemente renovado pela vinda organizada de parentes

² Em 1789 ocorre a Conjuração Mineira; em 1794, a Conjuração Carioca e em 1798, a Inconfidência Baiana.

portugueses que chegam como caixeiros para assumir, mais tarde, a sucessão do comerciante estabelecido na corte e nos principais portos brasileiros. Desse modo, a comunidade dos comerciantes portugueses no Brasil reproduz-se, ao longo do século XIX, no âmbito de um universo delimitado, cujo centro financeiro e mercantil situa-se no Porto e cujas bases demográficas residem na província do Minho, plataforma de imigração de caixeiros.”³

Foi notória, no Brasil, após a Independência, uma certa xenofobia contra os portugueses. Os comerciantes portugueses, donos de armazéns, tornaram-se alvo de grande hostilidade nacionalista urbana. “Em alguns momentos a lusofobia atingiu as raias do delírio psicanalítico.”⁴

Jornais da época acusavam alguns portugueses de estupradores e colocavam-nos em paralelo com os africanos, com o objectivo de os apoucar, já que o africano, em tudo era apresentado como mais virtuoso.

Porém, alguns anos depois, o fluxo de emigrantes portugueses cresceu drasticamente, ao invés de diminuir. Para isto contribuiu o fim do tráfico de escravos africanos em 1850, o que originou uma carência de mão-de-obra no Brasil. Em simultâneo, ocorreu a expansão das plantações de café no território, provocando uma necessidade acrescida de trabalhadores. Os fazendeiros e os grandes comerciantes procuravam angariar proletários, de toda a parte do mundo, com o intuito de substituir os escravos, que iam morrendo e os que deixaram de vir de África.

A burocracia imperial tentou, após o fim do tráfico negreiro, e através da emigração, um “embranquecimento” do país. Abria-se para o império a possibilidade de civilizar o mundo rural e reequilibrar o povoamento do território, em favor da população branca.

“ «Nós constituímos um povo, uma nacionalidade, cujo futuro dependerá das raças que lhe serão incorporadas, da natureza da civilização que o influenciará», escrevia Lacerda Werneck...membro da

³ Luíz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux – “Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes”, in Fernando A. Novais (coordenação) e Luíz Felipe de Alencastro – *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 2. *Império: a Corte e a Modernidade Nacional*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.309.

⁴ *Idem, ibidem*.

comissão governamental encarregada de definir a política imigratória em meados do século XIX.”⁵

Inicialmente, entre 1854 e 1856, começaram por entrar no Brasil 2 000 chineses mas, em 1857, a lei que tinha possibilitado esta abertura foi vetada, fechando também a porta aos africanos livres.

A entrada maciça de emigrantes iniciou-se no final da década de oitenta: num total de 32 000, em 1887; 92 000, em 1888 (já após a abolição da escravidão); entre 1887 e 1914, entraram os espanhóis, em grande número; em 1895, entraram 85 000 italianos, principalmente para São Paulo, e com subvenções do Estado.

Os maiores contingentes de emigrantes para o Brasil, entre a independência e a Primeira Guerra Mundial, partiram de Portugal, Espanha e Itália. Na sua maioria eram desprovidos de posses e substituíram o trabalho escravo, nas fazendas. Como europeus e católicos, não destoavam culturalmente da classe dominante imperial.⁶

Os emigrantes portugueses tiveram um papel pouco preponderante na substituição da mão-de-obra escrava, já que preferiram fixar-se nos centros urbanos.

Todavia, a partir de meados do século XIX, durante a fase de emigração de massa, o perfil do emigrante português sofreu uma radical transformação: entre os que chegavam, predominavam os de origem pobre; as mulheres passaram a representar parcelas cada vez maiores dos grupos de emigrantes e as crianças, menores de catorze anos, carenciadas, órfãs e abandonadas, chegaram a representar 20% do total dos emigrados.

Em Portugal, o crescimento populacional, bastante acentuado a norte do Mondego, não foi acompanhado por um correspondente desenvolvimento a nível económico, na agricultura e na indústria. Esta situação foi particularmente grave para a classe camponesa, no Centro e Norte do país, dado que as terras de cultivo eram escassas para a mão-de-obra. Acresce ainda a mecanização de

⁵ *Idem*, p.295.

⁶ Um decreto-lei da República, de 28/06/1890, proibiu a entrada de africanos e asiáticos por razões culturais. Porém, sob a pressão dos cafeicultores paulistas, o governo voltou atrás e, uma lei de Fevereiro de 1892, levantou o veto à imigração asiática, provocando a chegada dos primeiros japoneses em 1908.

algumas actividades agrícolas que produziu um excedente de trabalhadores no campo. Houve um movimento migratório dos campos para as cidades mas, nestas, a oferta de postos de trabalho era limitada, devido à lenta e fraca industrialização, ainda muito dependente do estrangeiro.⁷ Largos milhares de pessoas viram-se obrigadas a emigrar, em busca de melhores condições de vida. Os pequenos proprietários rurais, que se multiplicaram, aumentaram as fileiras dos candidatos à emigração. O aumento foi de tal ordem que permitiu um significativo fluxo de emigrantes, não só para o Brasil, mas também para os Estados Unidos e, numa fase posterior, para a África.

Certo é que, a partir de 1830, a emigração é um dos rostos do processo social e económico do Portugal contemporâneo. Entre 1890 e 1930, milhões de camponeses chegaram à América. Em 1893, 30 mil portugueses, deixaram Portugal. Eulália Lobo⁸ fornece, para o mesmo ano e para os seguintes, aqui mencionados, a entrada de 28.986 portugueses no Brasil. Em 1895, eram 44.000. No Brasil entraram 36.055. Em 1899, abandonaram o país 17.000 pessoas. No Brasil, entraram 10.989. Entre 1904 e 1914, deu-se o maior movimento emigratório de que reza a História Contemporânea Portuguesa, só repetido em 1957.

Em 1911⁹, 47.493 portugueses desembarcam no Brasil. Em 1912, saíram de Portugal 88.000 dos quais 76.530 se dirigiram ao Brasil. Em 1913, 77.000, destinando-se 76.701 a Terras de Vera Cruz.

De 1914 a 1918, não obstante a Primeira Grande Guerra, saíram do país 11.000 portugueses por ano. Em 1915, emigraram 15.118 portugueses para o Brasil.

⁷ Portugal ocupava um lugar modesto entre as nações industrializadas, apesar dos progressos verificados na economia do século XIX. Escasseavam as riquezas naturais e os capitais para investimento e, por isso, o país teve de importar produtos e de abrir-se aos investidores estrangeiros, em particular aos ingleses. Estes aplicaram o seu dinheiro em sectores rentáveis como o tabaco, resina, transportes e electricidade. Os principais sectores industriais, onde a nossa produção industrial cresceu, foram os têxteis, tabacos, moagens e metalúrgica.

⁸ Eulália Maria Lameyer Lobo – *Imigração Portuguesa no Brasil*. S Paulo, Editora Hucitec, 2001, p.142 (tabela 1.9).

⁹ O popular magazine lisboeta *Ilustração Portuguesa* publicou, nesta data, uma famosa reportagem sobre o embarque rumo à América de uma aldeia alentejana quase inteira, homens de chapeirão, mulheres com os xailes pela cabeça, bebês às cavalitas. A década 1901-1911, período em que 8 em cada 10 portugueses emigraram, constituiu o momento de maior emigração, antes de 1960, in *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso. Sexto volume. Lisboa, Círculo de Leitores, pp.34-35.

Em 1919, saíram 37.000 portugueses, dando entrada no Brasil 17.086, e quase o dobro em 1920. Para este ano, Eulália Lobo apresenta o número de 33.883 emigrantes portugueses a darem entrada no país. De 1920 a 1929, data da recessão económica norte americana, o número de emigrantes varia entre 20.000 e 40.000.

Com estes dados, podemos concluir que, de 1890 a 1918, houve um contínuo crescimento da emigração portuguesa, que se tornou mais intenso entre 1911 e 1913, com a saída de monárquicos, após a proclamação da República. As causas são, para uns, a necessidade de haver pão suficiente para cada dia, sem a angústia de ter que o racionar na masseira. Para outros, a procura de um futuro menos duro, numa casa própria e arejada, de preferência com um jardim e um quintal. Ainda para outros, a vontade de aumentar o seu património ou, então, a fuga, por razões que só a razão de cada um poderia dar a conhecer.

“Despovoam-se de homens aldeias inteiras; em outras fica a minoria guardando as casas da maior parte, que fugiu. Não se viaja na nossa linha litoral de Lisboa ao Porto sem quase se poder escapar, na véspera da saída dos paquetes, ao aflitivo espectáculo das despedidas das famílias aos homens que vão para o Brasil: adeus, soluços, lágrimas e gritos. É frequente ver no cais do Terreiro do Paço, em Lisboa, aglomerações densas de manta ao ombro, cajado empinado ao lado, chapéu braguês queimado pelo tempo, com o tom severo e triste do briche pardo dos trajes camponeses beirões. São levas de emigrantes. Os vapores recusam carga, transbordam sempre” [...] ¹⁰

Em 1911, o Ministro do Governo Provisório, Doutor Afonso Costa, numa observação imparcial da realidade da emigração portuguesa, salienta em *Estudos de Economia Nacional (O Problema da Emigração)*:

“Há pois, na Europa, povos que estão bem, de onde se emigra utilmente, e povos que estão mal, de onde o emigrante foge num grito de desespero, de agonia. Façamos que Portugal passe desta aviltante

¹⁰ Oliveira Martins – *Jornal do Comércio*, 1891, in António Marinho, Fernando Cardoso e Luís Areal Rothes – *História 8*. Porto, Areal Editores, 1999, p. 243.

categoria, para aquela classe mobilitante. Evitemos por todas as formas, mas sobretudo pelo melhoramento das condições de vida do povo, que se repita o espectáculo atroz, a que acabamos de assistir, da emigração definitiva, para sempre, da fuga à miséria, do arrastamento impiedoso de famílias inteiras, de Trás-os-Montes e do Alentejo, para o arquipélago de Sandmich na Oceânia! Centenas de crianças, de mulheres, de rapazes na idade adolescente, expatriaram-se para fugir à fome. Pintaram-lhe com cores fagueiras a terra distante, onde vão definitivamente viver. Mas não foi só por isso que emigraram. Eles pressentiam que a fuga desordenada, este abandono do lar, esta sujeição de quase escravos, ia dar-lhes enfim dias menos angustiosos de trabalho e de remuneração. É pena que as leis permitissem a propaganda que os engodou, e que não existisse alguém nas suas terras suficientemente instruído para poder contrapor à fantasia, a realidade. Mas ainda é mais triste que Portugal chegasse à situação económica precária, que estes factos revelam.”¹¹

Análises da relação do indivíduo migrante com o meio apontam para processos distintos que podem ser focalizados a partir dos conceitos de “emigração económica” e “emigração de assentamento”.

No primeiro caso, os emigrantes constituem um grupo de trabalhadores estrangeiros que interpretam a sua condição de vida e a sua relação com o meio como algo provisório. No segundo caso, à medida que a possibilidade de retorno ao país de origem se torna mais remota, a relação puramente instrumental com a vida económica do período emigratório inicial é extrapolada, estabelecendo-se um vínculo com os países receptores. Os processos de relação do emigrante com o país de adopção varia de uma total resistência aos costumes até à completa assimilação.

Os pequenos proprietários rurais pobres, rudes, originários do norte de Portugal, da região do Minho, contribuíram para a formação da imagem negativa e preconceituosa do imigrante Português, no Brasil, estigmatizando-os como pessoas intelectualmente pouco qualificadas e alvo de um anedotário pouco condizente com a rica herança cultural que por eles foi deixada.

¹¹ Joaquim Veríssimo Serrão – *História de Portugal. “A Primeira República (1910-1926). História Diplomática, Social, Económica e Cultural”*. Volume XII. Lisboa, Editorial Verbo, 1990, p.116.

“O perfil do emigrante português era do camponês das aldeias do norte, sobretudo das regiões de Aveiro, Braga, Porto, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu (Minho, Douro, Beira Alta, Beira Litoral). O Porto ocupava o primeiro lugar na origem dos emigrantes, entre 1886 e 1898; de 1911 a 1913 este lugar coube a Viseu, seguido de Bragança.

A província do Minho, que compreendia os distritos de Braga e Viana do Castelo, considerada o centro da nacionalidade, era a mais importante área de emigração, seguida pela Beira Litoral, distrito do Porto. A emigração da Ilha da Madeira foi particularmente importante no porto de Santos.”¹²

Raimundo da Cunha Mattos¹³, escritor da década de 1820, faz o retrato dos imigrantes portugueses. “Segundo o referido autor, o português, ao desembarcar nos portos brasileiros, era imediatamente reconhecido por sua «polaina de saragoça, igual de véstia e calção, colete de baetão encarnado com seus corações e meia»; eram minhotos que para sobreviver dormiam na rua e procuravam ajuda de instituições de caridade. A marca de sua pobreza também podia ser percebida através do pequeno número de pertences que traziam, geralmente desciam dos navios «com um pau às costas, duas réstias de cebolas, e outras tantas de alhos»... e...«uma trouxinha de pano de linho debaixo do braço.»”¹⁴

Na segunda metade do século XIX, já aparecem as primeiras anedotas, fazendo críticas subtis à herança colonial¹⁵. O anedotário deve ser entendido

¹² Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *op. cit.*, p.21.

¹³ Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1837) – general brasileiro de origem portuguesa, conhecido como o mais brasileiro de todos os portugueses. Em 1790, entrou no exército português, vindo a prestar serviços em França e África. Regressou ao Brasil em 1817. Foi comandante militar em Goiás, atingindo o posto de marechal de campo do exército. Foi ainda, posteriormente, deputado à assembleia do Império, por Goiás, em duas legislaturas e um dos fundadores e presidente do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro.

¹⁴ Renato Pinto Venâncio – “A Imigração Portuguesa 1822-1930”, pp.63, in *Revista Oceanos “Portugueses no Brasil Independente”*, número 44 – Outubro/Dezembro 2000. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Direcção de Joaquim Romero Magalhães. Coordenação Científica deste número de Robert Rowland. Lisboa, Bertrand Editora.

¹⁵ A piada ao português parece não ter sido objecto de estudos aprofundados. O folclorista de Alagoas, Júlio Campina (1897) apresenta-nos anedotas em que o português é o protagonista, mas não o caracteriza depreciativamente, enquanto grupo étnico. Paulo Tadeu, na sua obra, dá-nos uma amostragem mais representativa de piadas antigas e recentes sobre os lusos. Cf. Júlio Campina – *Subsídio ao Folk-Lore Brasileiro: Anedotas sobre Caboclos e Portugueses*. Rio de

como o lado mais popular do debate entre políticos e intelectuais do país que se preocupavam, sobretudo, em definir e afirmar a identidade nacional. Neste contexto, as anedotas expressavam a rejeição do povo brasileiro ao seu passado colonial.

Eça de Queirós catalogava, na altura, o “brasileiro”¹⁶ como o grande fornecedor do nosso riso, descrevendo-o como o labrego que largava a enxada e embarcava, para o Brasil, num porão de galera com um par de tamancos¹⁷ e uma mala de pinho. Anos depois, voltava de lá na mala real, com botas novas de verniz, grisalho e jucundo, a edificar palacetes e a dar jantares de leitão aos abades.

Ao seu jeito, apresentava n`*As Farpas*¹⁸, o seu ponto de vista acerca do *brasileiro*, considerando-o o “tipo de caricatura mais francamente popular.”

“Cada nação possui assim um tipo criado para o riso público.[...]

Nós temos o Brasileiro: grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, vozinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto. É o *brasileiro*: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances românticos; o gordalhufo amoroso das comédias salgadas; o figurão barrigudo e bestial dos desenhos facetos: o maridão de tamancos, sempre traído, de toda a boa anedota” [...]

Nos últimos anos do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro começou a tornar-se o centro privilegiado da colônia portuguesa, visto que a cidade recebeu um fluxo contínuo de imigrantes lusitanos, especialmente após 1890.

Janeiro, Papelaria Mendes Marques, 1897; Paulo Tadeu – *Manuel [sic] de Piadas de Português, e Piadas Portuguesas de Brasileiros*. São Paulo, Matrix, 1999.

¹⁶ O vocábulo “brasileiro”, que designa o natural do Brasil, passou, a partir de meados do século XIX, em Portugal, a designar também o emigrante português, de retorno à pátria, enriquecido na sua colônia americana.

¹⁷ A edição, de 1948, da obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo ostenta uma ilustração de Faigar Ostrower que patenteia um par de rudes tamancos portugueses, que viriam a ser trocados, mais tarde, por vistosos sapatos de verniz. A representação pretendia fazer notar a escalada social do protagonista do romance, João Romão.

¹⁸ “O Brasileiro”, Fevereiro de 1872, in Ramalho Ortigão e Eça de Queirós – *As Farpas*, seleção e prefácio de Gilberto Freyre. Volume I. Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943, pp.139-144.

Uma leva de emigrantes das áreas rurais de Espanha e de Itália chegou também ao Brasil, espalhando-se pela lavoura cafeeira. A coexistência, na cidade, destes três grupos, ajudou a criar o cenário de alguns conflitos urbanos.

À abundante mão-de-obra disponível formado por brasileiros, fossem eles brancos, pobres, mestiços ou negros recém-libertos, somaram-se os portugueses que fugiam da grave crise económica que se abatera sobre a zona rural portuguesa, a partir de então, e ingressaram nas fileiras da massa operária, que se formavam no Rio de Janeiro ou em São Paulo, ou se dedicavam ao pequeno comércio urbano.

Criou-se uma conjuntura favorável à emigração portuguesa para a qual contribuíram a crise vinícola do norte de Portugal (1886 - 1888), a abolição da escravidão no Brasil, a nova política da República e os salários urbanos (mais altos no Rio de Janeiro do que em São Paulo, os dois mercados de mão-de-obra mais dinâmicos) que eram, em geral, mais elevados do que em Portugal, sobretudo no Rio de Janeiro, onde o processo de industrialização estava a dar os primeiros passos. Deve-se ainda considerar que o Brasil oferecia a vantagem da mesma religião e língua da metrópole.

Como refere Eulália Lobo, "a dificuldade de acesso à terra, a limitada oportunidade de trabalho urbano, em virtude do lento processo de instalação do capitalismo, a precária condição de vida e de saúde pública, o risco do serviço militar, no país natal e os atrativos já mencionados do Brasil, faziam o imigrante arrostar a exploração nos preços das passagens, os riscos da travessia do oceano, em condições de falta de higiene, espaço e alimentação adequados, os abusos dos agentes e companhias de engajamento nos preços do transporte e nos contratos de trabalho, a dificuldade de controle do cumprimento das leis e contratos no Brasil, pelos cônsules portugueses. No caso da migração clandestina, os riscos e abusos ainda eram maiores."¹⁹

A viagem até ao Brasil representava ainda o perigo, as febres, os naufrágios. Muitos foram aqueles que, incautos, passaram fome, foram açoitados pelo capitão do navio, como se de escravos se tratasse, chegando mesmo parte deles a morrer. Era a chamada "escravidão branca". A audácia e o desejo de aventura, todavia, eram ainda mais fortes.

¹⁹ Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *op. cit.*, p.19.

A par dos variados motivos que geraram a emigração, entre eles a pobreza, a falta de oportunidades e o subdesenvolvimento, cada saída carregava consigo a promessa de um retorno redentor. Este sonho era acalentado pelos primeiros emigrantes portugueses que foram para o Brasil, que era visto, no imaginário popular, como terra de abundância e oportunidades de enriquecimento. Aqueles que não conseguiam obter sucesso, ocultavam a derrota aos seus conterrâneos, que os alcunhavam de “brasileiros de mão furada”.

A declaração da Perpétua Aliança²⁰, tratado de paz entre Portugal e Brasil, e os acordos comerciais, tornavam o nosso país uma nação amiga do país que tinha descoberto, beneficiando de vantagens tributárias sobre as demais nações. Graças ao tratamento diferenciado, para os produtos importados e à mobilidade que desfrutavam dentro do segmento urbano da sociedade de ordem escravocrata, os portugueses, na grande maioria donos de estabelecimentos de comércio varejista e armazéns de secos e molhados, puderam acumular fortunas significativas.

“Claro que todas essas modificações eram possíveis quando feitas pelos que tinham desenvolvido a profissão de comerciante nas cidades, sobretudo no Rio de Janeiro, onde os Portugueses dominaram os negócios de atacado e varejo mais do que outros imigrantes de qualquer nacionalidade.”²¹

Os privilégios que possibilitaram este rápido enriquecimento e a nítida diferenciação social estão na base do profundo ressentimento alimentado contra o imigrante português, tanto pelo habitante local como pelos demais estrangeiros, desgostosos com a falta de oportunidades.

O Governo brasileiro havia iniciado o processo de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado de imigrantes europeus, mas os

²⁰ Tratado de paz e aliança, assinado por D. Pedro a 29 de Agosto de 1825 e ratificado por Portugal a 15 de Novembro de 1825. Portugal, com este tratado, reconhecia a soberania do governo independente e procurava uma união económica que mantivesse unidas as duas monarquias. Esta foi a primeira manifestação daquilo que se viria a chamar *lusu-brasilianismo*.

²¹ Zuleika Alvim – “Imigrantes: a Vida Privada dos Pobres do Campo”, in Fernando A. Novais (coordenação) e Nicolau Sevcenko (organização) – *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3. *República: da Belle Époque à Era da Rádio*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.285.

portugueses preferiram fixar-se nos centros urbanos, tendo tido um papel pouco relevante nesse processo.

O português pobre, que chegava ao Brasil e ao Rio de Janeiro, por ser branco e europeu, era preferido ao trabalhador nacional, negro ou mulato. Os trabalhadores nacionais eram considerados preguiçosos. Os portugueses eram, às vezes, vistos como sovinas que impediam o progresso, dado que lidavam pela maneira tradicional, pela via familiar, com os negócios e empregados.

Em consequência, o emigrante português passa a ter uma dupla representação: na literatura portuguesa do século XIX, o português que retorna à pátria, enriquecido pelo ouro brasileiro, é enaltecido enquanto que, no Brasil, essa mesma condição é interpretada de um modo totalmente contrário.

Aqueles que sobreviveram ao ambiente hostil e às doenças tropicais voltaram, ostentando pesados fios de ouro, relógios de ouro e prata, jóias decorativas, de adorno pessoal e doméstico, demonstrando o sucesso conseguido²². Muitos enriqueceram ou mudaram substancialmente a sua vida. As remessas de dinheiro enviadas pelos emigrantes para as suas famílias e depositadas no banco vieram ajudar o Estado Português a equilibrar a deficitária balança comercial do país.

Uma vez dotados de bens suficientes, regressavam a Portugal. Eram os brasileiros de “torna-viagem” que, ao longo do século XIX, simbolizaram os portugueses bem sucedidos e que se distinguiam pelo género de vida, participando em negócios, construindo belos edifícios e habitando as melhores zonas dos núcleos urbanos. Nomeadamente a norte do país, mudaram um pouco a paisagem com os seus palácios²³, casas apalaçadas²⁴ e palacetes²⁵, que

²² Camilo foi, talvez, o maior responsável pela imagem ridícula e anedótica do novo-rico brasileiro, que foi tema de paródia, em Portugal, no final do século XIX. Estes “torna-viagem” eram, para Camilo, todos gordos, grotescos, boçais, com uma série de barrigas, que lhes começavam nas papeiras e acabavam nas canelas dos pés. Nas suas obras, o escritor vingou-se da perseguição que lhe foi movida por Manuel Pinheiro Alves, um ex- emigrante brasileiro, marido de Ana Plácido, o grande amor da sua vida. Uma queixa de Pinheiro Alves, acabou por levar Camilo à prisão, acusado de adultério. A figura ridicularizada do “brasileiro” de “torna-viagem” aparece, pela primeira vez, na peça teatral *Poesia ou Dinheiro* (1855) e, a partir daqui, de forma quase obsessiva, em romances como, *A neta do Arcediago* (1856), *Os brilhantes do Brasileiro* (1869), *Eusébio Macário* (1870), *A Corja* (1880) *A Brasileira de Prazins* (1882). *Brasileiro Soares* (1886) de Luís de Magalhães, *Mina de Diamante* (1922) de Aquilino Ribeiro, *Sentimento Lusitano* (1963) de Ribeiro Couto, *Emigrantes* (1928) de Ferreira de Castro, entre outros, focam, de forma bem notória, esta mesma temática

²³ Corresponde, com alguns elementos joaninos, às casas largas e baixas, com fachadas amplas e numerosas portas e janelas. Possui linhas horizontais, compostos por rés-do-chão, andar nobre

pontuavam, notoriamente, os locais onde eram edificadas. Por outro lado, participavam na vida pública, distinguindo-se, particularmente, pelas doações que faziam aos organismos de caridade: Misericórdias, Hospitais, Confrarias, entre outros.

A Misericórdia do Porto foi uma das que mais beneficiou com a generosidade destes emigrantes de sucesso. A sede da instituição, na rua das Flores, possui, à entrada, uma galeria de beneméritos, entre os quais muitos “brasileiros” com o seu retrato pintado. Não raras vezes esta actividade de benemerência era confundida com a vaidade de comprar a fama em vida e privilégios para além da morte.

Não obstante todo esse investimento no processo de desenvolvimento do país, nunca os “torna-viagem”, também designados como os “vai e torna”, por serem emigrantes em permanente ida e volta, gozaram de uma total aceitação no seu país de origem.

Ainda no mesmo texto crítico, atrás aludido, Eça dá voz a essa corrente de opinião.

“Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no *brasileiro*. O trabalho, tão santamente justo, lembra nêle, com riso, a venda da mandioca numa baiuca de Pernambuco; o dinheiro, tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões de brilhantes nos coletes de pano amarelo; a pobreza, tão justamente

e piso suplementar de serviço, onde são visíveis artifícios architectónicos que os mascaram. São casas nobres, propriedade da classe poderosa e terratenente.

²⁴ Podem ser verticais ou horizontais, apresentando, em cada um dos casos, características particulares. Designadas, normalmente, pelo nome de “vilas”, pelos proprietários, que lhes acrescentavam o nome das suas próprias mulheres. Eram largas e amplas, com forte sentido individualizante, construídas nos limites das cidades, dentro das vilas e no espaço rural. As fachadas aparecem lisas ou revestidas de azulejo. Umas encontram-se nos limites das vias, outras mais recuadas, com jardins ou quintas adjacentes, onde se destacam as palmeiras como símbolo da vivência no Brasil.

As casas apalaçadas apresentavam ainda a variante vertical urbana. Situavam-se ao lado umas das outras, estreitas e esguias. Possuíam três ou quatro andares e duas ou três janelas na fachada. Era a casa popular burguesa com o rés-do-chão destinado ao comércio e os andares de cima à residência.

²⁵ Referidos, na época, como casas de campo, constituem o objecto architectónico mais interessante, pois não podiam ser construídos dentro da cidade, tanto no Brasil como em Portugal. Apresentam-se com quatro fachadas simétricas de forma quase cúbica. Outras vezes são marcados numa base de assentamento quadrada. A assimetria das fachadas é acentuada por torres e minaretes, que lhes dão verticalidade estrutural gótica.

respeitada, nêle é quase cômica e faz lembrar os tamancos com que embarcou a bordo do patacho *Constancia*, e os fardos de café que carregou para as bandas da Tijuca [...]

De fato, o pobre *brasileiro*, o rico *torna-viagem*, é hoje, para nós, o grande fornecedor do nosso riso.”²⁶

O autor desta crônica, contudo, não comunga dessa ideia. Pelo contrário, entende que o português tem poucas razões para escarnecer dos seus compatriotas emigrantes, na medida em que o brasileiro mais não seria do que “simplesmente a expansão do Português.”²⁷

“Pois bem! O Brasileiro é o Português – dilatado pelo calor. [...]

Eis o formidável princípio! O Brasileiro é o Português desabrochado.”²⁸

Apesar de tudo, nem todos os que partiram foram bem sucedidos e apenas uma minoria conseguiu enriquecer. Muitos destes emigrantes nunca mais voltaram a Portugal, ficando para sempre em terras brasileiras.

A concepção binária da diferença, fundamentada sobre a construção de uma fronteira de exclusão, depende da construção de um “outro”. Para o brasileiro de então, o português era usurpador das riquezas naturais, explorador de gente pobre da terra e esta visão mobilizou um sentimento antilusitano na população, que enraizou para sempre o preconceito contra o colonizador. O imigrante era associado de modo pejorativo à acumulação de usura, como se pode observar na narrativa romântica de José de Alencar, *A Guerra dos Mascates*²⁹

“Nesta obra, Alencar deixa soltar-se a sua própria lusofobia através de um enredo que desenha como arrogantes os portugueses que, nos começos do século XVIII, se entregavam ao comércio e usavam a sua influência poderosa na luta para estabelecer um lugar

As casas apalaçadas e os palacetes aparecem ladeados por um parque ou jardim arborizados, vedados com portões de ferro, ricamente ornamentados e decorados com lagos e painéis de azulejos e estátuas.

²⁶ Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, *op. cit.* p.139.

²⁷ *Idem*, p.141.

²⁸ *Idem*, *ibidem*.

seguro na política do Brasil. Com a autorização do rei de Portugal, mercadores portugueses começam o processo para fundar a sua própria cidade em Pernambuco, que terá o nome de Recife. Esta iniciativa é um insulto à cidade, vizinha de Olinda, a residência da nobreza rural brasileira. Dada a natureza do tema, este romance contém um abundante repertório de declarações pejorativas a respeito dos mercadores portugueses conhecidos naquela altura pelo apelido de «mascates». Em vários trechos bastantes sarcásticos, Alencar consegue mostrar a imagem que os brasileiros mantinham do imigrante português, e ao mesmo tempo o ressentimento que este provocara entre os nativos. Numa descrição da festa da fundação de Recife, refere-se às caras portuguesas como a «galeria reinícola» e, em certos casos, como «alfacinhas e minhotos rudes».

Censurando a mascataria da Recife, um brasileiro, filho de mascate, rebela-se contra a vida burguesa e menospreza os portugueses com a intenção de aliar-se à fidalguia brasileira de Olinda. Impetuoso e envergonhado este filho zomba amargamente do imigrante português típico: «pensam fazer neste Pernambuco com os filhos o mesmo que lá na sua terrinha fizeram seus pais deles, que os empurraram para cá, no porão de um navio, com uma réstia de cebolas e um par de tamancos». Para além de ter ou não, significado para muitos emigrantes portugueses, a caricatura é indiscutivelmente proverbial. A expressão «santa terrinha» é vulgarmente usada hoje em dia quando se quer escarnecer o imigrante e o seu passado humilde e provavelmente rústico uma vez mais, o Novo contra o Velho Mundo³⁰

No plano político, o apelo nacionalista que continuou a ecoar, mesmo depois da independência, aliado à crescente lusofobia entre parlamentares, intelectuais e grupos dirigentes do Império, impediu a assinatura de novos acordos diplomáticos, entre os dois países. A aliança comercial deixou de ser vantajosa para o Brasil e a afinidade das monarquias resumia-se a documentos

²⁹ Guerra civil (1710-14) pernambucana que opôs os interesses dos burgueses ricos do Recife (conhecidos pejorativamente por *mascates*) e os da nobreza rural de Olinda.

³⁰ Nelson H. Vieira – *Brasil e Portugal: a imagem recíproca. O mito e a realidade na expressão literária*. Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, pp. 108-109.

oficiais e declarações de intenções. O ideal de união lusa perdia o seu espaço na vida política mas, em compensação, a disponibilidade económica e a organização da colónia portuguesa levou os imigrantes a assumirem a promoção e preservação dos vínculos culturais.

O início da República em Portugal, em 1910, fez aumentar a emigração para o Brasil. No entanto, os trabalhadores, que aportavam agora no Rio de Janeiro, não eram pobres e iletrados mas pertencentes à classe média. Vinham para se fixar no Brasil, com um pequeno capital financeiro ou cultural e com o objectivo expresso de se tornarem empreendedores ou profissionais liberais.

À medida que a lusofobia aumentava, os imigrantes viam-se levados a assumir a promoção e a preservação do que os unia ao seu país de origem. Já que a distância forçada da terra natal não podia ser superada, restava-lhes tentar superar o seu “lugar antropológico”.

“o «ser português» havia se estruturado na diferenciação em relação aos brasileiros, aos «de outras nacionalidades», aos não - brancos ou ainda aos de qualquer cor. E tudo isso precisava sofrer alterações.”³¹

Essa necessidade de reconstruir a identidade lusa no Brasil, levou-os a formar pequenos agrupamentos, sob a forma de agremiações, a trazer companhias teatrais, artistas e músicos, a manter uma intensa actuação no mercado editorial, a fundar revistas, a exercer um papel importante na formação universitária de bacharéis e a estimular a interacção da comunidade lusitana. São disto exemplo, no bairro da Ponta D`Areia, na cidade de Niterói, o Centro Musical Beneficente, a Igreja de Nossa Senhora de Fátima e o Hospital de Santa Cruz. Outras instituições fundadas e sustentadas pelos portugueses, bem financeiramente, são o Real Gabinete Português de Leitura (1837), a Beneficência Portuguesa (1840), a Caixa de Socorros D.Pedro V (1863) e o Liceu Literário Português (1868).

³¹ Ana Maria de Moura Nogueira – “No ritmo da Banda: Histórias da Comunidade Lusa da Ponta D`Areia”, in Ângela de Castro Gomes – *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2000, p.201.

Possuir uma identidade cultural nesse sentido é estar permanentemente em contacto com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado, o futuro e o presente, numa linha ininterrupta. Este “cordão umbilical” é o que chamamos tradição, cujo teste é a sua fidelidade às origens.

Constituíram-se dois eixos opostos: de um lado a visão anti-lusitanista e do outro a postura a favor do luso-brasilianismo. Os que pendiam para a xenofobia nacionalista apoiavam-se no estereótipo interiorizado no imaginário do povo e alimentado pela literatura: a imagem negativa, focalizada na ganância enquanto característica moral, na aparência corpulenta como marca física e na rusticidade, como dado de comportamento. Após a Primeira Grande Guerra (1914-18), desenvolveram-se os movimentos nacionalistas contra os estrangeiros, especialmente nos momentos de crise social, que acentuaram os estereótipos do português como bronco, analfabeto e adulterador de pesos e medidas.

O controlo que se faz sentir nas actividades comerciais e o facto dos imigrantes lusos não se dirigirem para o campo, a cultivar a terra, mas ficarem nas cidades a especularem com os géneros alimentícios, a alugarem habitações, a preços exorbitantes, e a praticarem a agiotagem, contribuíram para o português ser identificado como indesejável.

Em contrapartida, os aspectos positivos, em relação ao português ligavam-se ao facto de ser trabalhador, obediente e respeitador das autoridades.

Escritores e bacharéis do século XIX debatem sobre estes dois eixos opostos, na ânsia de conquistar a autonomia de pensamento e a fidelidade artística à cor local.

*“Emigrantes, emigrantes
gente que veio de longe,
que não sabe para onde vai,
gente triste, gente estranha
estampada a dor na face, tristeza no coração.
Eles não estão vendo o tombadilho
nem os mastros, nem mesmo o mar.
Eles estão com os olhos voltados para longe.
para suas terras perdidas.”³²*

³² Poema de Paulo Medeiros e Albuquerque, intitulado “Navio de emigrantes”, escrito a propósito da pintura de Lasar Segall, judeu russo radicado no Brasil a partir de 1932. Paulo de Medeiros e

1.1. – O caixeiro e o negociante

“O Guimarães é o que acolá está no fundo do balcão, em mangas de camisa e de tamancas, como num pedestal, dessorando autoridade e importância, a barba por fazer, a cara por lavar, debaixo de uma sobancelha que é um caramanchão, atento, policiando a caixeirada ativa, uns três simpáticos e ágeis rapazolas de 12 a 16 anos e que ele explora como veios de ouro.”

Luiz Edmundo, *O Rio de Janeiro do meu Tempo*

Em Portugal, o destino sonhado pela maioria dos seus residentes era o Brasil. Este país apresentava-se como uma espécie de terra prometida, no imaginário do futuro (e)imigrante.

Os dois actores principais no espaço do comércio eram o caixeiro e o negociante, o português da esquina, que se dedicava ao comércio a varejo³³ e que merecerá especial atenção em Aluísio Azevedo.

Muitos negociantes do norte de Portugal estabeleceram lojas e armazéns, no Rio de Janeiro, iniciando-se assim, no século XVIII, uma das mais longas tradições de emigração portuguesa – a chamada “Rota dos Caixeiros” – que dura até hoje.

A *Tabacaria Africana*, fundada em 1846, na Praça 15 de Novembro, no Centro Histórico do Rio de Janeiro, é um bom exemplo desta situação, porquanto foi passando de proprietários para empregados, vindos de Portugal.

Como o trabalho agrícola era feito pelos escravos, restava aos portugueses desenvolver outras actividades: fazer pequenos negócios, controlar os escravos, trabalhar com os dinheiros... cargos de confiança, para os quais tinham o perfil desejado e eram sempre preferidos ao brasileiro, pelo trabalhador

Albuquerque nasceu no dia 31 de Outubro de 1919, na cidade do Rio de Janeiro. Romancista, novelista, contista, ensaísta, jornalista, tradutor, dicionarista, funcionário público, membro da Academia de Letras do Rio de Janeiro, Prémio Fernando Chinaglia. O autor publicou diversos livros e, na área de Folclore, *Mensagens na cédulas e o espírito das ruas* (1982). Faleceu no dia 2 de Janeiro de 1982, na cidade do Rio de Janeiro.

³³ Comércio de mercadorias em pequenas quantidades, a retalho, por miúdo; local onde se pratica esse comércio.

português já estabelecido. O *chamador*³⁴ ia buscar pessoas de sua confiança, das suas relações, passando a ser, simultaneamente, verdadeiro patrão e pai.

“Cartas de chamada, enviadas por familiares ou amigos, tornaram-se um recurso cada vez mais presente de contratação de mão-de-obra em Portugal, à medida que a cidade se expandia. Cada vez mais, famílias radicadas em cidades e aldeias do interior de Portugal confiaram seus filhos a tios, vizinhos, conhecidos já fixados no Brasil, na espera da melhoria de suas condições de vida.”³⁵

No que diz respeito ao arranjo de passaportes, era necessária a ajuda de familiares ou amigos que, com discursos entusiasmados, aconselhavam e incitavam os seus conterrâneos a partirem, tal como nos confirma a circular do Ministério do Interior aos Governadores Civis de 4 de Junho de 1913:

“ Tendo chegado ao conhecimento do Governo que tanto em feiras como noutros logares, onde o publico se reúne, aparecem indivíduos que aconselham e encitam o povo que emigre do paiz, lançando mão para conseguir tal fim de afirmações dolosas e falsas, queira V. Ex^a tomar rigorosas providencias para que taes factos se não repitam, e ordenar que sejam presos e entregues a juízo os que uzarem de tal meio para instigar alguém a que abandone o paiz, e se forem agentes, a quem tenha sido concedida a respectiva licença será esta também sacada sem demora. Chamo a mais particular atenção de V. Ex^a para este assumpto que recomendo muito especialmente.

Saúde e Fraternidade.

Ministério do Interior, 4 de Junho de 1913.

Ao Ex^o Snr. Governador Civil do Distrito de...

O Ministro do Interior

a)Rodrigo Rodrigues.”³⁶

³⁴ Este negócio do engajamento é-nos descrito, por exemplo, no romance *Emigrantes* de Ferreira de Castro, tendo fundamentos históricos.

³⁵ Lená Medeiros Menezes – “Jovens portugueses: Histórias de Trabalho, Histórias de Sucesso, Histórias de Fracassos”, in Ângela de Castro Gomes – *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2000, p.165.

³⁶ Mirian Halpern Pereira – *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa, Porto, 1981, p.231.

Havia também caixeiros que eram enviados pelas grandes casas exportadoras de vinho da zona do Douro além dos *meninos-homens*, destinados a ajudantes nas casas comerciais.

A profissão de caixeiro de tradição secular é um modo de vida enraizado nas gentes do Douro, Minho e Beira Interior. Devem ser poucas as famílias, destas regiões, sem um familiar que não tenha emigrado.

“De facto, o carácter regional e social da emigração portuguesa transformou-se radicalmente a partir de 1850, e sobretudo a partir de 1885. Entre 1866-71 e 1911-13 o volume médio anual da emigração a partir de Portugal continental aumentou mais de dez vezes, de 6237 a 64 836. A emigração dos quatro distritos do Noroeste (Viana, Braga, Porto e Aveiro) aumentou 368%, de 5133 para 18 867, enquanto que a dos quatro distritos do Norte interior (Vila Real, Bragança, Guarda e Viseu) aumentou quase quarenta vezes, passando de apenas 792 a 31 640. A proporção de mulheres e crianças, de pessoas mais velhas, e de analfabetos, aumentou muito significativamente.”³⁷

Toda a Literatura do século XIX descreve o emigrante como sendo pobre mas, na verdade, ele, em boa parte, pertencia a uma classe média alta.

O Minho tem, nesta época, com a introdução do milho e da batata, uma grande expansão demográfica e diminuição da mortalidade infantil (cinco ou seis filhos por casal). Para que não houvesse divisão das terras, as famílias minhotas adoptaram um sistema em que o filho mais velho as herdava e os restantes ingressavam na vida religiosa ou emigravam. O escolhido para salvar o património da família era obrigado a pagar as “tornas” aos irmãos e desembolsar uma renda vitalícia aos pais. O pagamento dos usuários, geralmente, endividava-o pelo que deveria casar com uma moça da aldeia, que possuísse dote.

A “torna” servia muitas vezes para pagar a passagem para emigrar e/ou adquirir uma pequena propriedade. O Brasil era visto como uma terra de oportunidade de enriquecimento, com salários superiores aos de Portugal,

³⁷ Robert Rowland – “Portugueses no Brasil Independente: Processos e Representações”, p.14, in Revista *Oceanos*. Cf. *História Da Expansão Portuguesa, do Brasil para África (1808-1930)* Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Volume IV. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 303-373.

principalmente nas zonas urbanas e sobretudo no Rio de Janeiro, onde se desenvolvia a industrialização. Este país também atraía, devido à abolição da escravidão.

Os mais novos tinham que ser educados para serem caixeiros no Brasil e, na época, dois terços das escolas eram privadas. As crianças minhotas foram as que mais cedo conheceram os estudos, para poderem emigrar.

“Durante a primeira metade do século XIX, os portugueses continuaram a emigrar para o Brasil – tipicamente, jovens caixeiros do Minho (Rowland, 1988) – estiveram em grande medida ligados a essas mesmas actividades económicas. Trabalhavam nas casas comerciais portuguesas, constituíam um grupo relativamente fechado, continuaram a definir-se a si próprios como portugueses, mantinham a aspiração de regressarem a Portugal depois de acumularem algum dinheiro, ocupavam postos de trabalho que de outro modo poderiam estar disponíveis para os brasileiros – e contribuía, assim, para a manutenção do estereótipo.”³⁸

Os futuros caixeiros embarcavam antes dos dezassete anos, idade em que tinham que ir para a tropa³⁹, e competia-lhes progredirem, no Brasil, para enviarem dinheiro para a família em Portugal.⁴⁰ Os pais viam nos filhos uma espécie de “seguro” para a sua velhice. Os que faziam o serviço militar eram um

³⁸ *Idem*, pp.12-13.

³⁹ “O serviço militar representava grande prejuízo para a população rural, afastando o trabalhador do campo [durante seis anos]. Assim, a imigração também era uma fuga a essa onerosa obrigação. António Lino Neto calculou que, em 1906, de 9.000 refratários ao serviço militar, 6.000 teriam emigrado.”, in Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *op cit*, p.17.

⁴⁰ Algumas informações foram obtidas num documentário televisivo, constituído por cinco episódios, intitulado “Ei-los que Partem – História da Emigração Portuguesa”, sobre a História da Emigração Portuguesa, desde o século XIX até à actualidade, da autoria de Jacinto Godinho, Fernanda Bizarra e Paulo Costa, RTP1, de 18 de Abril a 16 de Maio de 2006.

Joaquim Ferreira dos Santos é dado como exemplo de um humilde camponês, com ar rude, que fez fortuna no Brasil. A sua estátua encontra-se no cemitério de Agramonte, no Porto, a assinalar o seu próprio túmulo. Foi um jovem caixeiro, quinto filho de uma família humilde que partiu para o Brasil, sabendo ler, escrever e fazer contas. Com apenas dezassete anos, recebia barcos, vendia a carga e ficava com 4% dos lucros. Mais tarde, comprou um barco e dedicava-se ao tráfico de escravos. É perseguido, vem “arejar” à Europa, acabando por ficar em Portugal, por se tornar adepto da política de Costa Cabral. Acabou por limpar a sua imagem, passando a ser visto como benemérito, no nosso país, recebendo os títulos de barão, visconde e conde. Transforma-se um brasileiro de torna viagem, agora Conde Ferreira. Mandou construir 120 escolas, do ensino primário, com casa para o professor e sabe-se, também, que parte da sua fortuna foi utilizada na construção do Hospital dos Alienados, no Porto, que passou a ostentar o seu próprio nome.

motivo de preocupação para os pais que preferiam enviar os filhos para o Brasil, porque entendiam que os quartéis eram lugares de vício e lhes tirava o gosto pelo trabalho do campo.

[...] "o requisito que maior preocupação revelava por parte do Estado português estava ligado à questão militar: os homens adultos deviam provar que tinham cumprido as suas obrigações militares, servindo nas fileiras ou ficando isentos; os mancebos dos 14 aos 21 anos só poderiam obter passaporte mediante o depósito de uma pesada fiança, ou apresentação de um fiador idóneo. Conhecida a aversão popular ao serviço militar, o Estado procurava evitar que a imigração esvaziasse os contingentes de recrutas."⁴¹

Os mancebos que pretendiam escapar ao serviço militar, se não o fizessem antes da idade de ingresso, teriam de emigrar clandestinamente, já que poucas famílias teriam possibilidade de depositar uma fiança, mais elevada do que o preço da passagem para o Brasil.

O trabalho das crianças era utilizado desde cedo em Portugal, tanto no campo como nas casas e oficinas, uma vez que era necessário para a manutenção da família, factor de formação e ocupação profissional e condição indispensável para o desenvolvimento físico e moral. A criança era compreendida como uma criatura moldável, devendo ser submetida a um conjunto de normas de comportamento e hierarquias, identificadas como uma forma de educação. Estas práticas contavam com o apoio e cobertura de pais, irmãos e parentes.

Alguns meninos e jovens emigravam, porque ficavam órfãos, outros acompanhavam a família, outros para fugir ao serviço militar e alguns, ainda, envolvidos pelos agenciadores de crianças. Para os emigrantes, o trabalho era considerado importante para enfrentar as adversidades no "país de acolhimento". Desde pequenas, as crianças eram iniciadas na rotina do trabalho: vendiam jornais, entregavam mercadorias, recados, cartas, engraxavam sapatos, ajudavam nos serviços domésticos, em lojas e armazéns.

⁴¹ Joaquim da Costa Leite – «O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)», in Boris Fausto (organização) -*Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina*. 2ªed., S. Paulo, EDUSP, 2000, p.179.

O facto de as crianças, desde cedo, serem aliciadas para o trabalho, quer fosse nas fábricas, nas oficinas ou nas ruas, além de ser fruto das necessidades dos emigrantes pobres, também era visto como uma possibilidade de obtenção de um ofício⁴² que lhes pudesse garantir um futuro promissor.

“Entre os portugueses pobres que aqui chegaram, constituiu-se uma categoria comum à época: os caixeirinhos portugueses ou galegos que, jovens, chegavam à cidade e, sem laços familiares, passavam a trabalhar, dormir, viver nos locais de trabalho. Diante das condições adversas da vida, tornaram-se agregados. Quando perdiam o emprego, perdiam tudo. Nesse caso passavam a se somar à massa de jovens fora da lei. São mais conhecidos os casos de sucesso do imigrante”⁴³ [...], apesar de também existirem alguns de fracasso. Alguns que ameaçavam a ordem, com os anarquistas, chegando mesmo à pobreza, sem perspectivas de vida. Quando havia participação de imigrantes estrangeiros, entre eles portugueses, nos conflitos⁴⁴ era-lhe aplicada legislação especialmente concebida para banir agitadores que influenciavam negativamente os trabalhadores brasileiros. Alguns deles eram reprimidos policialmente ou até expulsos.

Na época de emigração de massa (1851-1930), chegaram ao Brasil pessoas em número expressivo para trabalhos subalternos, até ali desenvolvidos por mão-de-obra escrava – fazendo recrudescer as tensões sociais, já que os portugueses pobres passaram a disputar o escasso mercado de trabalho existente.

⁴² Alguns dos ofícios que predominavam eram o artesanato, em pequenas oficinas caseiras, localizadas em cômodos ou no fundo de algum quintal e muitos portugueses trabalhavam como carpinteiros, ourives, sapateiros, calígrafos, alfaiates, seleiros, gravateiros. Estas actividades envolviam toda a família e até algum conterrâneo ou agregado. O facto das crianças serem introduzidas, desde muito cedo, na aprendizagem destes ofícios e utilizadas como ajudantes dos seus pais, fez com que muitas destas profissões adquirissem uma tradição hereditária, que passava de geração em geração. Foi o caso dos habilidosos marceneiros, serralheiros, alfaiates, costureiras e bordadeiras de origem lusitana. Muitos deles conseguiram estabelecer-se por conta própria, conquistando clientes e expandindo economicamente até se transformarem em pequenos empreendedores, principalmente em São Paulo.

⁴³ Lúcia Lippi Oliveira – *O Brasil dos Imigrantes*. 2ª edição . Rio de Janeiro, Jorge Zahar ed., 2002, pp.30-31.

⁴⁴ As Revoltas do Vintém, do Quebra-Quilos e da Vacina, envolveram jovens caixeiros portugueses que contestavam e os que se encontravam desocupados, preocupavam seriamente as autoridades.

É nesta altura mais acesa de antilusitanismo que é criado o jornal *O Jacobino*⁴⁵, dando voz a uma espécie de movimento que difundia o ódio aos lusos, responsabilizados pelo atraso e pobreza nacionais, no dizer dos mais acérrimos nacionalistas.

Sobretudo nas décadas de 1890 a 1920, o jacobinismo fez guerra aos portugueses, ao mesmo tempo que exaltava a pátria. O discurso do periódico dirigia-se a todos os tipos sociais, desde que portugueses: pobre e trabalhador, remediado ou rico.

O jacobinismo organizado serviu, nos primeiros anos da República, para a consolidação do regime. Sabe-se, por exemplo que o director do jornal, Deocleciano Martyr, mantinha boas relações com personalidades do novo regime. O movimento não brotava apenas da rua, das populações pobres, mas também era incentivado por jornalistas, escritores e políticos, que faziam campanha antilusitana e que defendiam valores nacionalistas.

O jornal, [...] "no seu número 27, de 30/12/1894, listava uma série de atividades que eram monopólio da gente lusa através de associações variadas: de retalhistas, dos carris urbanos, de lenha e do carvão, de carruagens fluminenses, a empresa de transportes de cargas, os açougueiros e marchantes [...] [todos] considerados «exploradores» do povo, monopolizadores que atrapalhavam o progresso."⁴⁶

Os radicais nacionalistas pretendiam conquistar adeptos para o novo regime, ao mesmo tempo que procuravam reforçar a imagem negativa dos portugueses, que se coligavam e viviam numa permanente conspiração. Às associações lusas tudo de negativo lhes era atribuído: o espírito monopolista, o aumento dos preços e das rendas, especulações, roubos nos pesos e medidas, xenofobia, falsificação de géneros, exploração da prostituição, a escravização do negro, o comércio de gente e a cobrança de impostos.

Em algumas cidades brasileiras ocorreram incidências mais graves, uma espécie de linchamento, popularmente chamada de "Mata Galegos".

⁴⁵ Na década de noventa, outros periódicos como *O Nacional* e *A Bomba* seguiam uma linha de orientação semelhante ao *Jacobino*, atribuindo aos portugueses a responsabilidade pela crise económica que o país atravessava.

⁴⁶ Gladys Sabina Ribeiro, "A Guerra aos portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX", in *Revista Oceanos*, p.69.

O ódio ao português era notório e, frequentemente, se ouvia o insultuoso apelo “galego vai para a tua terra!”; o português era amaldiçoado e, sobre ele, se reafirmava o mesmo sentimento, dizendo-se que era o “p” a mais infeliz letra do alfabeto: “com p se escreve: piolho, percevejo, pulga, praga, peste, porco, parvo, penhora, prostituição, perigo, pústula e ...português!!! / Que letra ruim!”⁴⁷

A expressão “Galego”, frequentemente utilizada contra os portugueses, era duplamente ofensiva. Para além de insultuosa, misturava o português com o espanhol, já que a Galiza é uma região de Espanha, com quem Portugal manteve seculares discórdias. Esta província caindo nas mãos espanholas, constituiu-se como uma espécie de símbolo de derrota lusitana.

“No início, é provável que o substantivo Galego tenha sido usado pejorativamente pelos próprios comerciantes lusitanos para designar os proprietários portugueses entregues a tarefas similares às dos verdadeiros galegos, emigrados da Galícia, na cidade de Lisboa.”⁴⁸

É evidente que havia, também, por parte dos portugueses, uma visão pouco abonatória, relativamente aos brasileiros que consideravam preguiçosos, pouco trabalhadores e larápios.

Gladys Sabina Ribeiro relata-nos que, na noite de 17 de Abril de 1895, um jornalista dava nota de uma contenda entre “um galegão de bigodes estrumados e aspeto bestial, descompondo em altas vozes e insolentemente a um pequeno caixeiro Brasileiro, nos seguintes termos: «és um malcriado como todos os de tua raça, que se não fossemos nós portugueses, vocês morriam a fome, seus vagabundos; estais em casa de um português, cabrito de m...» e outras tantas coisas que a decência manda calar!”⁴⁹ [...]

O movimento jacobinista vai, progressivamente, perdendo a sua influência, a partir de 1897, após o atentado ao presidente Prudente de Moraes. O jacobinismo é visto como algo condenável, nomeadamente ao longo do processo contra Marcelino Bispo de Mello, acusado de ser o principal responsável pelo

⁴⁷ *Idem*, p.68.

⁴⁸ Luíz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux, *op. cit.*, p.311.

⁴⁹ Gladys Sabina Ribeiro, *op. cit.*, pp.73-74.

atentado ao presidente e os seus elementos começam a ser encarados como uma ameaça à ordem e um factor de desestabilização nacional.

Já em 1894, o *Estrangeiro*, que surge com a pretensão de dar voz a todos os emigrantes, no seu número 8, escrevia uma carta aberta ao Vice-Presidente da República, invocando o artigo da Constituição que garantia a todos, sem excepção, os direitos de Liberdade, de segurança e de propriedade. Segundo o periódico, os jacobinos, causando a desordem, podiam levar à ressurreição da Monarquia. Propunha a paz entre todos, sem distinção de raça, crença ou pátria.

A fobia ao estrangeiro era quase que exclusivamente dirigida aos portugueses. Nas suas “misteriosas” investidas eram eles os causadores de todo o mal-estar social, os responsáveis pela carestia de vida que atingia a população. Havia, todavia, quem visse na colónia lusitana duas facções: a pestilenta e exploradora e aquela que trabalhava e abraçava a terra brasileira, como sua. Pertenciam a esta última os chamados “bons” portugueses.

Não eram, certamente, os ecos deste lado mais obscuro de miséria, ódios e conflitos que chegavam a Portugal, ensombrando todo o mundo imaginário de um Brasil afável, atractivo, onde tudo se multiplicava e que fez com que famílias, das mais diversas procedências, se dirigissem para aquela nação.

A maior parte das histórias que chegaram até nós, ligadas ao comércio, contadas pelos “torna-viagem”, através de cartas ou em visitas ao nosso país, são de sucesso, contribuindo, assim, para todo o mito à volta da (i)emigração.

Lená Medeiros de Menezes dá-nos a conhecer a hierarquia que, segundo o jornal *O Caixeiro* nº2, de 26 de Outubro de 1873, existia dentro da profissão⁵⁰.

O mais importante era aquele que estava responsável pela caixa e trabalho de escrita, chamado guarda-livros ou primeiro caixeiro; o caixeiro de escritório tinha a seu cargo a correspondência, facturas, compras e vendas por atacado; o caixeiro de fora fazia as cobranças e vendas exteriores; o último desta hierarquia era o caixeiro de balcão, que efectuava as vendas.

Neste período, a maioria daqueles que chegavam ao Brasil eram muito jovens⁵¹, com idades entre os dez e os vinte anos⁵², sem instrução nem

⁵⁰ Lená Medeiros Menezes, *op. cit.* p.168.

⁵¹ Gilberto Freyre dá-nos conta que os periódicos *Revista Universal Lisbonense* e *Diário de Pernambuco* comentavam que a quase totalidade da imigração portuguesa, chegada das aldeias, ao Brasil era muito jovem e muito procurada para o trabalho de caixeiro ou em fábricas. seus pais, fez com que muitas destas profissões adquirissem uma tradição hereditária, que passava de

qualificação, sendo assim aproveitados para os serviços mais pesados como os de arrumação, de carga, de limpeza do estabelecimento, de vendas no balcão e até para recolher pagamentos ou dívidas no exterior. Depois de ganharem a confiança do patrão eram encaminhados para cargos de maior importância e responsabilidade.

Todos os que emigravam sem capital, para abrirem o seu próprio negócio passavam obrigatoriamente por uma experiência como caixeiro, por vezes “empregado no estabelecimento de algum parente, de algum vizinho ou, simplesmente, de algum patrício já estabelecido a quem o jovem era recomendado.”⁵³

Os caixeirinhos e aprendizes trabalhavam em troca de casa e comida, numa rotina que incluía a limpeza da loja e/ou oficina e da calçada, o atendimento dos fregueses no balcão, o controlo de stocks e o carregar e descarregar de mercadorias.

Na tentativa de formar trabalhadores produtivos, obedientes e dóceis, os patrões e mestres eram muito austeros com as crianças, no intuito de lhes incutirem hábitos de trabalho e de vida, hierarquias e disciplina, incluindo castigos físicos e punições. Os mestres eram, por vezes, violentos e também faziam uso de outras práticas aviltantes, humilhantes e violentas.

Os trabalhadores, muitas vezes, dormiam debaixo dos balcões ou no ladrilho da cozinha, factos que contribuía para as frequentes fugas destes jovens. Liam-se, frequentemente, notícias nos jornais e nos processos-crime sobre menores que se queixavam de agressões físicas praticadas pelos seus “amos” portugueses. Geralmente, estes jovens, que permaneciam nas casas e negócios de parentes, arcavam com todos os afazeres domésticos, muitas vezes sem nada receberem, outras vezes com remunerações parcas e incertas.

Em algumas ocasiões, o paternalismo e a solidariedade não eram apenas formas de exploração, mas também uma espécie de estratégia de sobrevivência e uma forma de lidar com os recursos possíveis.

geração em geração. Foi o caso dos habilidosos marceneiros, serralheiros, alfaiates, costureiras e bordadeiras de origem lusitana. Muitos deles conseguiram estabelecer-se por conta própria, conquistando clientes e expandindo economicamente até se transformarem em pequenos empreendedores, principalmente em São Paulo.

⁵² Dois vultos da Literatura Portuguesa do século XX, Ferreira de Castro e Miguel Torga, fizeram parte desse corpo de jovens emigrantes.

⁵³ Lená Medeiros Menezes, p.171.

Na memória destes jovens afluíam as lembranças da pobreza da família, em Portugal, do trabalho árduo e longas jornadas nos balcões dos bares, padarias, mercearias, nas actividades de vendedores ambulantes ou nas oficinas e fábricas. A infância não incluía qualquer dimensão lúdica e deixou lembranças de separação, sofrimento, trabalho, miséria e incerteza, para aqueles que tiveram as suas famílias fragmentadas, durante o processo de (i)emigração. Foi-lhes “roubada” a infância já que esta não teve carinho, mas sim maus tratos por parte dos pais, mestres, parentes e uma severa educação.

Os estudos históricos sobre a infância permitem questionar a noção genérica de criança, recuperando a historicidade da categoria, a heterogeneidade das experiências e as variações de conceitos. Não se tinha a noção da criança como um indivíduo dependente da família e da sociedade, carente de protecção, o que a levou à entrada precoce no mundo do trabalho.

Aqueles portugueses que acabavam por se estabelecer e enriquecerem, por vezes retornavam ao país natal, deixando o negócio nas mãos do empregado mais antigo, tornando-se este o patrão; noutros casos, depois do falecimento do proprietário, o caixeiro mais experiente herdava o negócio. Havia ainda casos em que um dos caixeiros casava com a filha do dono, ascendendo, assim, socialmente: [...] “caixeiros de armazéns, de lojas, de trapiches” [...] “tornaram-se, quase sempre, os continuadores dos sogros armazenários, trapicheiros, negociantes.”⁵⁴

Os negociantes portugueses preferiam o primeiro caixeiro ao próprio filho, mestiço ou apenas nascido no Brasil, pelo facto de virem de Portugal habituados a grande disciplina, necessária nos seus armazéns e lojas comerciais. Como precisavam de trabalhar para ganharem o pão e haviam sido criados em contacto com o arado e com a enxada, foram-se habituando desde a nascença às privações. Os filhos dos portugueses do Brasil eram criados e mimados pelas mães e até pelos pais, que os queriam fazer parecer filhos de senhores de terra, de engenho e não de taberneiros ou mercadores.

O processo de enriquecimento não era fácil e os “brasileiros”, ex-caixeiros, que se tornaram comerciantes, cujas histórias são relatadas, são de grande

⁵⁴ Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil- 2. 14ª edição. Rio de Janeiro, São Paulo, Global Editora, 2003, p.389.

sacrifício. Os trabalhadores [...] "portugueses, mercadores ou ainda caixeiros de sobrado e de loja, enriquecidos penosamente no comércio de charque, de bacalhau, de azeite, de vinho; e não apenas de escravos"⁵⁵, chegavam a dormir em cima do balcão da mercearia e cujo trabalho só se distinguia do escravo pela mísera remuneração, "cinco mil reis por mês para começar. Tinha duas tardes livres por ano: dia de Nossa Senhora da Glória e Natal «Havia horas para fechar as portas – 10 horas – mas não havia para abri-las»". Os caixeiros eram numerados: o primeiro administrava os outros e o último era o da vassoura.

Quando as portas se fechavam, dormiam sobre os balcões ou instalavam-se nas águas-furtadas ou andares mais altos dos sobrados dos armazéns ou lojas onde trabalhavam. Aí os patrões mais generosos serviam-lhes as refeições.

Em geral, o comércio do centro abria às cinco horas no Verão e às seis no Inverno, mas nas lojas dos varejistas dos secos e molhados da Rua da Vala (Uruguaiana) para cima a abertura era às 4 horas."⁵⁶

Aos domingos, os caixeiros em melhores condições [...] "apareciam bem vestidos, bem perfumados e às vezes bem lavados, alguns de brilhantes nos dedos e nos punhos da camisa e de bengala com castão de ouro ou de prata como se fossem estudantes ou já doutores"⁵⁷ e frequentavam os locais que, durante os restantes dias, eram frequentados por estudantes, doutores e militares: ruas, praias, cafés e cervejarias.

A hipótese do desemprego, ou de algo não correr bem, esteve na origem dos estatutos da *Sociedade do Bem-estar dos Caixeiros*, que excluía os desordeiros e vagabundos e que tinha determinados deveres da sociedade para com os seus sócios:

"1º- Aos que se desempregarem: dar moradia, alimento, roupa lavada e engomada, proporcionar-lhe ocupação adequada ao seu préstimo.

2º- Aos que não for possível empregar ou se não dêem bem moral ou fisicamente: pagar as despesas de transportes para qualquer Província do Império, procurar recomendá-lo para serem empregados logo que chegarem ao seu destino.

⁵⁵ *Idem*, p.388.

⁵⁶ Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *op cit.* p.39.

⁵⁷ Gilberto Freyre, *op. cit.*, p.389.

3º- Aos que forem presos: socorrer de tudo quanto lhes for necessário até que sejam sentenciados em último recurso.

4º- Aos que adoecerem grave ou levemente: subministrar médico ou cirurgião e todos os medicamentos precisos durante a enfermidade.

5º- Aos que morrerem: tratar do seu enterro, o qual deverá ser feito com decência, no lugar onde mais conveniente for, e a cujo ato assistirão aqueles sócios que competentemente se convidarem.

6º- A mulher e os filhos de qualquer sócio que falecer em indigência: também serão socorridos com uma prestação pecuniária arbitrada pelo Conselho.”⁵⁸

Nesta época, centenas de caixeiros portugueses, jovens entre os 10 e os 16 anos, que pretendiam trabalho no comércio, foram expulsos por serem acusados de roubo e de vadiagem.

Apesar de a legislação ter restringido a entrada de emigrantes, até aos anos 50, podiam encontrar-se caixeiros portugueses recém-chegados, pela cidade do Rio de Janeiro, trabalhando em armazéns comerciais.

No sector comercial, os emigrantes portugueses identificaram as possibilidades do sonho de sucesso, que constituiu uma verdadeira mitificação da emigração. Com este fito, formavam suportes, redes de informações e de saberes, enfrentaram o trabalho árduo, aceitaram a exploração e as relações estabelecidas. O trabalho ajudava o emigrante a superar o medo do novo e a insegurança perante o desconhecido, unificava, qualificava e surgia como um elemento capaz de conferir coerência e sentido, construindo laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência.

A imagem que ficou dos portugueses foi a de trabalhadores incansáveis, poupados, já que possuíam uma intensa disposição para fazer fortuna, investindo o pouco que tinham, abdicando do lazer, entregues ao trabalho de corpo e alma, na tentativa de melhorar a sua situação e/ou retornar a Portugal. Na sua maioria, eram identificados como trabalhadores honestos e poupados, cujas relações sociais junto de outros portugueses eram de clara amizade, apoio, lealdade e afabilidade entre crianças e adultos recém-chegados, mas também, por vezes, de exploração e abuso.

⁵⁸ Lená Medeiros de Menezes, *op. cit.*, p.176.

“O discurso da irmandade entre portugueses e brasileiros facilitou essa intercâmbio, ao mesmo tempo em que os portugueses puderam se integrar na discriminação à chamada população de «cor». Eram trabalhadores e se opunham aos nacionais, considerados preguiçosos. Tinham sido os exploradores, agora eram também explorados. Os preconceitos iam sendo construídos: eram vistos como sovinas, que atrapalhavam o progresso pela maneira tradicional, familiar, com que lidavam com seus negócios e seus empregados nascidos aqui.”⁵⁹

As saudades da família e a solidão de além-mar contribuíram para a idealização da terra natal, apesar da consciência das dificuldades políticas, sociais e económicas que se viviam cá. O sentimento predominante era de alguma angústia por se sentirem “lá e cá”, simultaneamente.

O relacionamento com os brasileiros era um pouco ambíguo pois, paralelamente aos argumentos de relação pacífica e cordial, devido ao passado histórico, cultura e língua comuns, procuravam apagar o estatuto de estrangeiros e o estereótipo de ex-colonizadores, associados ao desapeço e à hostilidade, que gerava uma hetero – avaliação negativa.

Tanto brasileiros como outros emigrantes criaram uma imagem do português como sendo teimoso, explorador, sovina, açambarcador, falsificador...

O antilusitanismo permanece na memória dos luso-descendentes, que necessitaram de aprender, com a prática quotidiana, a serem portugueses no Brasil, diferentes de outros emigrantes de nacionalidades distintas e dos próprios brasileiros.

Aluísio Azevedo, nos seus romances, através de algumas personagens que nunca chegam a ter um papel verdadeiramente individualizante, dá-nos boa conta das características que acabamos de referir.

⁵⁹ Lúcia Lippi Oliveira, *op.cit.*, p.31.

II – O BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Na segunda metade do século XIX, em França, já a revolução triunfara e a burguesia se fortalecera, enquanto classe social vitoriosa. Se no período de contestação ela se sentiu bem no ideário romântico, agora abandonará gradativamente os mitos revolucionários, idealistas, contestadores, em função da sua nova condição de classe dominante. Os seus mitos serão a ciência e a razão, ideias do Estado governante, o Estado burguês, amparado na ordem, na produção industrial, na balança comercial positiva, enfim, na própria gestão da vida colectiva. O Romantismo, portanto, vai saindo da moda, cedendo lugar a uma concepção científica e materialista.

“Em 1880, o Romantismo ou a «escola subjectiva», estava morto. Começava-se uma nova era, dominada pelo espírito filosófico, científico, de cunho materialista, naturalista, determinista. Por sua vez, o Brasil entrara num momento de grandes transformações sociais e económicas. Era a própria estrutura da sociedade brasileira que mudava, dando início à industrialização, por sobre a tradicional composição agrária, latifundiária, aristocrática.”⁶⁰

A ciência assume uma importância cada vez maior, sendo vista na época como o único instrumento seguro para explicar a realidade e também gerar riquezas. O espírito científico era considerado como um critério supremo na concepção e análise da realidade. Deste modo, será a ciência que determinará as novas maneiras de pensar e viver.

Em 1859, Charles Darwin⁶¹ publica *A Origem das Espécies*. Nessa obra, a evolução das espécies é considerada como o resultado do mecanismo de selecção natural. A ideia básica de tal mecanismo é a de que o meio ambiente condiciona todos os seres, deixando sobreviver os mais fortes, eliminando os mais fracos. A natureza de todos os seres, o homem inclusive, seria determinada

⁶⁰ *A Literatura no Brasil*. Direcção de Afrânio Coutinho. 2ª edição, Volumes III. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana S.A., 1971, p.20.

⁶¹ Charles Darwin (1809-1882) – naturalista inglês que revolucionou o mundo com a sua teoria, ao afirmar que cada espécie animal existe em concorrência permanente entre os indivíduos e que somente os mais fortes conseguem sobreviver. As suas ideias provocaram um enorme impacto e foram violentamente combatidas pelos que acreditavam que o mundo teria sido criado por intervenção divina.

por circunstâncias externas. O meio ambiente passa a ter enorme importância, pois condiciona a matéria e o espírito. Essa concepção biológica de vida, chamada darwinismo ou evolucionismo, seria responsável por grandes mudanças no campo científico, repercutindo-se na economia, na filosofia e na política.

O positivismo, corrente filosófica criada por Auguste Comte⁶² (1798-1857) e baseada no método das ciências naturais, traduziu essa visão do mundo, pois concentrava-se nos factos, rejeitando qualquer explicação metafísica para a actuação do homem no mundo, além de propagar a ideia de que apenas o progresso material já seria suficiente para neutralizar os desequilíbrios sociais.

Baseado nessas ideias, Hypolite Taine⁶³ expõe a teoria determinista da obra de arte, reduzindo o seu campo de interpretação à compreensão do meio, da raça e do momento histórico em que foi produzida.

A psicologia também apresenta mudanças, subordinando os fenómenos psíquicos aos fisiológicos, estes sim, considerados de grande importância, por serem observáveis e analisáveis.

No plano económico, nota-se acentuado interesse pelo liberalismo da época anterior. Politicamente, defendem-se ideias republicanas e socialistas. A Revolução Industrial, iniciada no séc. XVIII, entra numa fase caracterizada pela utilização do aço, do petróleo e da electricidade. Como principal consequência, a massa operária avoluma-se, formando uma população marginalizada e que não partilha os benefícios gerados pelo progresso industrial mas, pelo contrário, é explorada e sujeita a condições sub-humanas de trabalho. Nesse contexto, surge o socialismo científico de Karl Marx⁶⁴ e Friedrich Engels⁶⁵, a partir da publicação, em 1848, do *Manifesto Comunista*, que define o materialismo

⁶² Auguste Comte (1798-1857) – pensador francês, considerado o fundador da Sociologia. Segundo ele, os métodos positivos das outras ciências – observação, experimentação, comparação – deveriam ser utilizados na Sociologia. Só o conhecimento das leis da natureza e da sociedade permitiam ao Homem intervir no sentido de evitar ou provocar certos fenómenos.

⁶³ Hypolite Taine (1828- 1893) – filósofo, historiador e crítico francês cuja teoria determinista considerava que as acções humanas eram condicionadas por factores exteriores ao indivíduo, como a raça, o meio e o momento. Segundo ele, eram estes elementos que determinavam todas as manifestações do espírito, nos diversos grupos sociais. Esforçou-se por definir, à luz das ciências naturais e, particularmente, da fisiologia, as condições necessárias ao desenvolvimento espiritual.

⁶⁴ Karl Marx (1818-1883) – pensador alemão que explica o desenvolvimento da História através das lutas de classes. Anunciou o fim do capitalismo como decorrência das suas contradições internas, que culminariam com a revolução do proletariado.

⁶⁵ Friedrich Engels (1823 -1892) – socialista alemão, colaborador de Marx, com quem redigiu algumas obras importantes. Na obra *A situação das classes trabalhadoras em Inglaterra*, de 1845, denunciou a cruel exploração do proletariado, no início da fase capitalista.

histórico e a luta de classes. Esta teoria científica contraria o socialismo utópico de Pierre Joseph Proudhon⁶⁶ e é uma resposta à exploração do operariado nas indústrias e nos grandes centros urbanos. Marx e Engels mostram o quanto o aspecto social está vinculado ao processo económico e político.

Há, ainda, as ideias filosóficas de Schopenhauer⁶⁷, pensador alemão que, sem negar a Ciência, considera, de modo bastante pessimista, que o homem, submetido a determinismos morais, é, por natureza, fadado à dor e ao sofrimento e que o mundo constitui um imenso palco de mentirosas ilusões, resultando a pouca alegria conseguida de um esforço doloroso, que logo a destrói.

Ou seja, a ciência, que tinha conseguido revelar as leis naturais, extremamente objectivas, suplanta o idealismo do período romântico, formulando uma concepção predominantemente materialista da vida.

Na segunda metade do século XIX, assistimos, no Brasil, a dois movimentos de ideias que sacudiram o país e tiveram nele grande efeito, tanto na vida mental como na social: a divulgação dessas novas correntes europeias de pensamento e o Abolicionismo.

Fazendo um pequeno historial das ocorrências do país, nesse período, convém recordar que o segundo reinado do Brasil – declaração da maioria de D. Pedro II⁶⁸ – (1840-1889), que se prolongou até à instauração do regime republicano, se caracterizou como uma época de grande sucesso cultural, socio-económico e industrial. Este desenvolvimento deveu-se, principalmente, à firmeza com que o Imperador conduziu os destinos do país. Inicialmente, ele detinha o poder máximo, acumulando funções de chefe de estado e de governo. D. Pedro II passou a exercer apenas o poder de moderador. Cabia a ele

⁶⁶ Pierre Joseph Proudhon (1809 -1865) – socialista francês cujo ideário se baseava num socialismo assente na ideia de igualdade e de justiça social. Preconizava o desaparecimento do lucro capitalista, graças ao crédito gratuito que seria concedido ao povo pela banca. Escreveu, em 1840, um opúsculo intitulado *Qu'est-ce que la propriété?*, que provocou grande impacto, fundamentalmente pela frase que ficou célebre: “a propriedade é um roubo”. Exerceu grande influência sobre alguns escritores portugueses da Geração de setenta, nomeadamente, Antero de Quental, Oliveira Martins e Eça de Queirós.

⁶⁷ Arthur Schopenhauer (1788 -1860) – filósofo alemão de índole pessimista para quem o sujeito é produto de pulsões inconscientes. A sua filosofia representa uma crítica e uma ultrapassagem do idealismo ocidental, acabando por inaugurar temas que serão alvo de reflexão da Filosofia Contemporânea.

⁶⁸ D. Pedro II (1825 – 1891) – “O Magnânimo”, sétimo filho de D. Pedro I e da arquiduquesa Dona Leopoldina de Áustria. Sucedeu a seu pai, que abdicou em seu favor para retomar a coroa de Portugal, à qual renunciara em nome da filha mais velha, D. Maria da Glória. A sua regência foi conturbada já que foi, antecipadamente proclamado maior, a 23 de Julho de 1840 e coroado em

seleccionar o nome do Presidente do Conselho de Ministros e este tratava de se responsabilizar pela escolha dos restantes elementos do Parlamento.

D. Pedro conseguiu criar um regime eficiente para dirigir o país, aliando-se à elite agrária e trocando favores com ela: construção de linhas ferroviárias, açudes e máquinas, por exemplo, em troca da estabilidade que essa classe garantia e que era fundamental para assegurar a manutenção do governo.

É, também, neste período que se vão consolidando os dois partidos políticos: o Liberal – defensor de um poder local mais forte, ao mesmo tempo que dava autonomia às províncias – e o Conservador – defensor do fortalecimento do poder local. Ambos representavam os proprietários rurais. O Imperador procurou sempre aproximar os dois partidos, nomeando ministros de ambos os agrupamentos políticos.

Economicamente, vamos assistindo ao deslocamento do pólo económico do Nordeste para o Sul. Ao longo do primeiro Império, a grande elite agrária brasileira concentrava-se no Nordeste – os barões da cana. Mas, com a introdução da lavoura cafeeira, a elite passou para o sudoeste brasileiro, tornando-se cada vez mais poderosa e rica.

Factores externos como o aumento da procura, quer nos Estados Unidos da América, quer da Europa, fruto do aumento do nível de vida nestes continentes, motivados, sobretudo, pelo liberalismo económico e, também, por factores internos, como a entrada de mão de obra europeia, a expansão do crédito ou a expansão da rede ferroviária, em São Paulo, reduziram o custo do transporte para os proprietários das novas culturas.

Teve primordial importância, para a economia do país, a criação da linha ferroviária central do Brasil, uma vez que ligou as então províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Foi a nove de Fevereiro de 1855 que o governo contratou o engenheiro britânico Edward Price⁶⁹ com vista à construção da primeira secção de uma linha ferroviária que pretendia, a partir do centro – Rio de Janeiro – uma integração completa do território brasileiro.

18 de Julho do ano seguinte. O seu reinado só viria a terminar quarenta e oito anos depois, com a implantação da República.

⁶⁹ Edward Price – empreiteiro e engenheiro inglês, com contrato firmado, em 1855, com o governo de D. Pedro II, para a construção do primeiro troço da linha ferroviária entre o Campo da

Organizou-se a *Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II*, sob a direcção de Benedicto Ottoni⁷⁰. O objectivo era a construção de uma linha entre o Rio de Janeiro e Belém do Pará que, por sua vez, teria ligações, através de ramais, com todas as regiões do Brasil.

A onze de Junho de 1855 iniciaram-se as obras e a vinte e nove de Março de 1858 foi inaugurada a secção que ligava a *Estação Aclamação*, na capital, à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu, numa extensão de cerca de 48,21 Km. Já por essa altura existiam cinco estações: Campo (actual Central do Brasil); Engenho Novo; Cascadura (todas no Município da Corte); Maxambomba (actual Nova Iguaçu) e Queimados, na Província do rio de Janeiro. Em oito de Novembro a linha estendia-se até Belém (actual Japeri).

Em 1860 concluiu-se o Ramal de Macacos, a partir de Japeri, ponto de partida para que a linha de D. Pedro II atravessasse a Serra do Mar. A doze de Julho de 1863 os “rails” chegaram a Rodeio (actual Engenheiro Paulo de Frontin) e no ano seguinte a linha estava no Vale do Paraíba. A nove de Agosto de 1864 chegava à Barra do Pirai o primeiro comboio de passageiros. Houve, depois, várias bifurcações com destino a Entre Rios e Porto de Cachoeira. Em Entre Rios, a linha D. Pedro II encontrou-se com a linha de Rodagem União e Indústria, inaugurada em 1861. Esta via ligou Petrópolis a Juiz de Fora. Depois, seguiu para outros municípios de Minas Gerais, chegando a Queluz de Minas em 1883.

Aquando da proclamação da República, em 1889, oficializou-se a passagem do nome *Estrada de Ferro D. Pedro II*, para *Estrada de Ferro Central do Brasil*.

Os trabalhos de ampliação foram continuando. Chegaram a Belo Horizonte e Sete Lagoas em 1895, e a São Paulo em 1891. Já no século XX, a linha chegou ao estado da Baía.

Muito posteriormente, a dezasseis de Março de 1957, a lei 3115 criou a Rede Ferroviária Federal S.A., que acabou por dividir os diversos sistemas

Aclamação e Belém. Segundo Ottoni, substituto do inglês, o contrato com Price, firmado em Londres, triplicou o preço dos serviços feitos no Brasil.

⁷⁰ Christiano Benedicto Ottoni (1811-1896) – capitão-tenente da Marinha, engenheiro, professor de Matemática, director da Estrada de Ferro D. Pedro II, senador do Império e, depois da proclamação da República exerceu o mandato de Senador. Por ter sido o primeiro director da Estrada de Ferro D. Pedro II e por ter feito chegar a linha ferroviária a Minas Gerais e a São Paulo, entre 1855 e 1865, ficou conhecido como o *pai das estradas de ferro no Brasil*.

suburbanos que compunham a *Estrada de Ferro Central do Brasil* e encerrou todas as linhas que se apresentavam deficitárias.

É nesta altura também que, na Amazónia, se inicia o ciclo da borracha e que o território do Acre, anteriormente pertencente à Bolívia, passou para a administração brasileira.

A partir da década de setenta, a estrutura económica brasileira passou por profundas mudanças: a mão-de-obra escrava foi perdendo espaço para o trabalho assalariado imigrante, nas lavouras agrícolas brasileiras. O café, como já referimos, foi-se consolidando como principal produto de exportação, provocando uma onda de crescimento económico, nunca vista no país independente.

Para fazermos uma ideia dessas transformações, basta lembrarmo-nos de que, entre 1850 e 1860, surgiram, no Brasil, cerca de setenta fábricas de chapéus, sabão, tecidos de algodão e cerveja, artigos que, até essa data, eram importados. Foram criados, ainda, catorze bancos, três caixas económicas, vinte companhias de navegação a vapor, vinte e três companhias de seguros, oito linhas de caminho de ferro, empresas de exploração mineira, de transportes urbanos, de gás, etc.

Províncias como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tornaram-se, através dos tempos, grandes pólos de atracção para os colonos que para lá se deslocavam, em busca de melhores proventos financeiros.

A imigração europeia colaborou com a urbanização da sociedade brasileira e ajudou à implementação do capitalismo nas estruturas socio-económicas brasileiras, superando o antigo regime mercantil – escravocata.

Desde os fins do século XVIII, uma nova mentalidade surgia na Europa e, uma das questões que se levantava com mais acuidade era a igualdade entre os seres humanos e, consequentemente, a de acabar com as estruturas assentes na mão-de-obra escrava. Entre os países que mais pressionaram o Brasil para a mudança, esteve a Inglaterra. Até à ascensão de D. Pedro II ao poder, nada de significativo foi feito, nesse sentido. Porém, a partir de 1844, a Coroa Britânica impôs uma lei que permitia aos navios britânicos apreender navios negreiros que cruzassem o atlântico. Estas pressões inglesas acabaram por ter sucesso em 1850 com a promulgação da lei nº581, de quatro de Setembro, da responsabilidade do então Ministro da justiça, Eusébio Queirós.

Um dos artigos dessa lei reportava-se aos crimes de tráfico e aos seus autores; outro dos artigos determinava o julgamento dos infractores, pelo governo imperial, antes atribuído a juízes locais.

O movimento abolicionista ocorreu entre 1870 e 1888 e defendia o fim da escravidão no Brasil, muito embora, já desde 1831, existisse a promessa de acabar com o comércio negreiro.

Em 1845, o governo britânico, representado por Lord Aberdeen, responsável pelo Ministério das Relações Exteriores, passou a ter direito de aprisionar os navios negreiros, mesmo em águas territoriais brasileiras. Os capitães ingleses poderiam atracar no alto mar os navios brasileiros e devolver os escravos a África ou transferi-los para os barcos britânicos. Esta medida provocou, paradoxalmente, um aumento do preço dos escravos.

As províncias que achavam a escravidão uma coisa natural, protestavam, uma vez que a sociedade dependia dos escravos para sobreviver e a Igreja mostrava-se conivente com a situação.

A extinção do tráfico, acelera a decadência da economia cafeeira; o deslocamento do eixo de prestígio para o Sul do Brasil e os anseios das classes médias urbanas compunham um quadro novo para a nação, propício ao fermento de ideias liberais, abolicionistas e republicanas. Deste modo, durante esse período, assistimos à transição de uma sociedade tipicamente agrária, latifundiária, escravocrata e aristocrática para uma sociedade burguesa e urbana.

No Brasil, em finais do século XIX⁷¹, a instrução pública dava ainda os primeiros passos, muito embora, desde 1854 tenham sido preparadas algumas leis a favor da educação. A maioria da população, todavia, permanecia analfabeta, uma vez que as leis não passavam de letra morta. O custo de vida aumentava, o poder público não valorizava a instrução e o salário dos professores era fortemente desvalorizado, não motivando os educadores para actuarem. Como não existiam escolas capacitadas para formarem professores, a tarefa de ensinar era entregue aos chamados “adjuntos”, tão mal pagos quanto mal preparados para o desempenho do cargo.

Em 1869 existiam, em todo o Império, apenas 3.516 escolas públicas e particulares do ensino primário. Estavam nelas inscritos 115.935 alunos de ambos os sexos, havendo uma escola primária para 541 crianças.

No Rio de Janeiro, com o crescente processo de urbanização, aumentou o número de escolas públicas e os investidores privados viram uma oportunidade favorável no ensino, motivada pelos investimentos da burguesia. Eram sobretudo os franceses que lhes serviam de modelo. Embora ilusória, foi criada uma atmosfera de modernidade, em nada condizente com a sociedade aristocrática e

⁷¹ Na primeira fase colonial, a História da Educação no Brasil foi marcada pela educação ministrada pelos Jesuítas. Aos poucos, foram-se infiltrando nas aldeias, educando religiosamente, propagando a cultura europeia através do teatro, cânticos e danças, impressionando assim os ingênuos nativos. Catequizaram, espalharam a fé, a língua e os costumes.

As duas categorias de ensino implementadas pelos Jesuítas foram a instrução simples, primária, escolas das primeiras letras para os filhos dos portugueses e dos índios, e a educação média – colégios para meninos brancos – que formava bacharéis em Letras. O acesso era proibido a crianças de cor, mesmo que fossem livres, até ao final da primeira metade do século. Os primeiros colégios foram construídos em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Salvador e em Olinda. Ensinavam latim, casos de consciência, teologia, doutrina cristã, sintaxe e sílaba, gramática portuguesa, retórica, matemática, música, artes e ofícios. Nos séculos seguintes o ensino estendeu-se a sul e a oeste e, em 1759, existiam já numerosos colégios, seminários, casas, missões e residências.

Nesta época o ensino era destinado à elite, aos filhos dos portugueses e dos senhores de engenho (0,5% da população).

Os Jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal, sendo implantada uma política pública que proibiu o uso da língua geral e impôs o uso exclusivo do português.

A segunda fase do período colonial começa com alguma desorganização, devido à expulsão dos Jesuítas e a educação, gerida pelo Estado, sofre a primeira reforma.

Foram criadas escolas régias que oficializaram o ensino, um imposto para a manutenção do ensino primário e surgem as cadeiras de retórica, língua grega, hebraica e latina. O ensino primário dependia da ajuda de particulares e religiosos, para a sua manutenção e estava limitado aos colégios, enquanto que o ensino superior dependia da instrução das Universidades europeias, principalmente da Universidade de Coimbra.

A lacuna deixada pela falta dos Jesuítas era preenchida por um número de professores muitíssimo reduzido e fez com que com que pessoas sem qualificação, nomeadamente pedagógica, leccionassem.

escravocrata do tempo. Também noutras províncias se formavam associações não governamentais, com fortes investimentos culturais e educativos⁷².

Outras iniciativas foram sendo criadas como a Biblioteca Francana, em Franca, o Clube Literário de Bragança Paulista e o Gabinete de leitura de Pindamonhangaba.

Importante será ainda recordar a fundação da Academia Brasileira das Letras – órgão linguístico e literário máximo, no Brasil – em vinte de Julho de 1897. A instituição nasceu do desejo de alguns intelectuais que pensaram criar uma academia, segundo o modelo francês. Lúcio Mendonça tomou a iniciativa de prepará-la, a quinze de Dezembro de 1896, sob a presidência do escritor Machado de Assis⁷³. Os seus estatutos foram aprovados a vinte e oito de Janeiro de 1897 e o seu quadro começou por ser composto por quarenta membros efectivos fundadores, escolhidos entre os cidadãos brasileiros que tivessem publicado obras de reconhecido mérito, ou livros de valor literário e vinte sócios correspondentes estrangeiros.

O atraso com que a nova corrente estética é adoptada no Brasil é comumente atribuída a diversos factores, como sejam o alheamento dos escritores face ao mundo circundante e às condições gerais do país. Há também quem acrescente mais um outro aspecto condicionante: o proverbial fundo idealista da alma brasileira.

Não foram, de facto, céleres a chegar ao país, os princípios orientadores e estruturantes do pensamento contemporâneo. O darwinismo, o evolucionismo, o positivismo e o socialismo são conceitos que demoraram cerca de duas décadas a penetrar no ideário dos intelectuais brasileiros.

Sílvia Romero afirma que “só de 1871 em diante é que, pela primeira vez, os nomes de Darwin e Comte foram pronunciados em público, em conferência ou escritos.”⁷⁴

⁷² Belém – Sociedade Amantes da Instrução: fornecia roupas e calçados às crianças pobres, como incentivo para a frequência escolar; Campinas – Sociedade Culto à Ciência, colégio de ensino primário e secundário; Mogi Mirim – Associação de Instrução Mogiana, União e Fraternidade e Sociedade Propagadora da Instrução (todas de ensino gratuito); Cidade da Cunha – Sociedade Literária nova Arcádia; Lorena – Sociedade Auxiliar da Instrução pública.

⁷³ Machado de Assis foi o primeiro Presidente da Academia e também o seu Presidente perpétuo.

⁷⁴ *A prioridade de Pernambuco no Movimento Espiritual Brasileiro. Revista Brasileira*, 2ª fase, ano I, tomo II, Rio, 1979, p.496, in Lúcia Miguel Pereira – *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920), História da literatura brasileira*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1988, p. 119.

É predominantemente no Norte que a inquietação atrás aludida se faz sentir e daí que o novo movimento literário apresente um cunho nortista.

No campo literário, a divisão Norte/Sul terá alguma razão de ser, uma vez que as províncias, espiritualmente falando, não se deixaram absorver pela corte e o Rio de Janeiro foi menos um centro criador do que um centro receptor, embora só a capital apresentasse capacidade para difundir as obras para o país restante e para atribuir o prestígio e o estatuto desejados pelos escritores.

À extinção do tráfico escravo externo, seguiu-se o interno, com a venda de escravos das zonas mais pobres para as que estavam em desenvolvimento.

“A proibição foi um golpe muito rude para a economia do Nordeste brasileiro, cuja base principal era a cana-de-açúcar, lavoura que consumia vastas levas de negros. Não fosse suficiente essa supressão obrigatória de mão-de-obra, os países europeus, consumidores de nosso açúcar, descobriram na beterraba um bom sucedâneo para a cana. Começou então, a decadência do Nordeste brasileiro em favor do Sul, favorecido pela introdução da lavoura cafeeira, que aí se aclimatou muito bem.”⁷⁵

D. Pedro II aprovou leis que foram reduzindo o alcance da escravidão: a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário. A primeira foi promulgada a 28 de Setembro de 1871, proposta pelo gabinete do Visconde do Rio Branco, do partido conservador. Curiosamente, tinha sido o partido liberal que, publicamente, se tinha comprometido com a causa. Esta concedia liberdade aos filhos de mãe escrava que nascessem após a data da sua promulgação, mantendo-os, no entanto, sob a tutela dos seus senhores, até aos vinte e um anos. O índice de mortalidade infantil acabou por aumentar, devido às péssimas condições de vida a que ficavam sujeitos. Todavia, muitos foram os subterfúgios usados pelos fazendeiros e até pelos padres para contornarem esta lei, de forma a assegurarem a mão-de-obra, como um último recurso, para fazer frente à situação de decadência que atravessavam.

A segunda libertava os velhos acima dos sessenta anos até se colocar a questão da abolição, mediante compensações financeiras aos seus proprietários.

Os que se encontravam entre os sessenta e os sessenta e cinco anos, deveriam servir os seus senhores por mais três anos, até perfazerem sessenta e cinco, idade em que seriam libertos. O facto de agora terem de competir com os emigrantes europeus, a falta de garantias de sustento e a saúde precária faziam com que poucos chegassem àquela idade.

Em treze de Maio de 1888, deu-se a abolição da escravatura, ainda no reinado de D. Pedro II, pela mão da princesa Isabel que, à data, assumia as funções de regente. O Governo, pressionado pela princesa, assinou a Lei Áurea, desagradando, desta forma, aos fazendeiros, que exigiam indemnizações pela perda dos seus escravos. Esta lei coroou a primeira grande mobilização nacional de opinião pública, levando à participação de políticos, poetas, escravos libertos, estudantes, jornalistas, advogados, intelectuais, operários...

Foi um avanço que trouxe à discussão o problema da inclusão do negro, como cidadão, na sociedade brasileira. A opção dos grandes fazendeiros foi o emigrante europeu o que fez com que, para o negro, ficassem as actividades marginais, sempre vitimado pelo preconceito racial e sem acesso à educação.

A problemática da miscigenação racial tinha sido amplamente divulgada em diversas obras de autores brasileiros, apesar de diluída sob o prisma do romantismo. Exemplos disso são: *A Escrava Isaura* (1875) de Bernardo Guimarães ou *O Calculista* (1876) de Inglês de Sousa, esta última apontada muitas vezes, pela crítica, como um marco da prosa analítica positivista. Era também reconhecida a influência das obras francesas no Brasil, entre elas o romance *Bug Jargal* (1820 e 1826), que centraliza a figura do negro romântico, traduzido por Gonçalves Dias.

Porém, o Brasil necessitava de diplomados para ocupar os altos escalões dos serviços público, civil e militar e ainda para o clero. Também os profissionais liberais eram em número muito reduzido. Havia somente as Faculdades de Medicina, do Rio de Janeiro e da Baía, do tempo de D. João VI; a Faculdade de Direito de São Paulo e do Recife, fundada em 1827; três cursos superiores militares; a Escola Central do Rio de Janeiro, com os cursos de Ciências e de Matemáticas (reinaugurada em 1870); a escola Politécnica e a escola de Minas Gerais, que se dedicava à mineração. Para ascender a esses cursos, era

⁷⁵ Aluísio Azevedo, 1857-1913. Selecção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por António Dimas. Literatura Comentada. São Paulo, Abril Educação, 1980, p.98.

necessário um exame preparatório, não sendo exigido um curso secundário. Este nível de ensino era fortemente condicionado, quer pelo *curriculum* disciplinar, quer pelos alunos de condição privilegiada que apenas tinham como objectivo a entrada nos cursos superiores, com vista a alcançar um cargo público. Estes alunos eram disputados pelos colégios, liceus, ginásios e ateneus que propagavam os seus méritos para angariar novos candidatos⁷⁶. Apesar da proliferação de escolas, o Imperial colégio D. Pedro II, fundado em 1837, permanecia como o mais importante, até por ser o único a fornecer o diploma de Bacharel em Letras e a dar o direito aos alunos de entrarem, sem exame, em qualquer Faculdade do Império.

A sessão inaugural ocorreu a vinte de Julho desse mesmo ano, no edifício *Pedagogium*, na capital. A Academia, segundo os seus estatutos, tinha por fim a cultura da língua nacional. Tal como acontecia na academia francesa, o cargo de membro efectivo ou “imortal” era vitalício e a sucessão só acontecia com morte do primeiro. O novo confrade, depois de formalizadas as candidaturas, era eleito, por voto secreto, em sessão ordinária, efectuada para esse efeito. A tomada de posse realizava-se em sessão solene, na qual todos os membros vestiam farda própria, verde escura, com bordados de ouro – símbolo dos louvores – e chapéu preto, com plumas brancas. Competia ao novo membro pronunciar um discurso. Tradicionalmente eram evocados o antecessor e os demais ocupantes da cadeira. No fim, e depois de assinar o livro de posse, recebia de dois dos elementos efectivos, o colar e o diploma; a espada era entregue pelo académico mais antigo. Um dos confrades proferia, por fim, um discurso de recepção, onde evidenciava os méritos do novo elemento da Academia.

Este quadro histórico-cultural, predominante, sobretudo, entre 1870 e 1890, favoreceu o surgimento de teses revolucionárias adoptadas pela inteligência nacional, cada vez mais permeável ao pensamento europeu que, na época, girava em torno da filosofia positivista e do evolucionismo. Dois foram os grandes centros irradiadores dessas ideias: as escolas, fundadas em 1827, de São Paulo e Olinda, sendo esta transferida para Recife em 1854 e a “Escola de Recife”, vigoroso centro de agitação intelectual, da qual Adolfo Caminha fazia parte.

⁷⁶ O número de alunos matriculados nas 104 escolas secundárias públicas era de 2490; nas 338 particulares era de 5881.

Entretanto, a partir da década de sessenta, um facto político-militar veio abalar, profundamente, a estabilidade política do Império: a Guerra do Paraguai⁷⁷.

Entre Dezembro de 1864 e Março de 1860, o Brasil viu-se envolvido no mais sangrento conflito internacional ocorrido no continente americano – a chamada Guerra da Tríplice Aliança, cujo nome se deve ao facto de nela se terem envolvido três países, contra o Paraguai: Argentina, Brasil e Uruguai.

“Vizinhos e parceiros comerciais no Merco-sul, Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai foram protagonistas do mais sangrento conflito do continente. Ao longo de seis anos, entre 1864 e 1860, aproximadamente 130 mil pessoas morreram nos quatro países. Há exceção da Argentina, que chegou a cobrar impostos sobre os suprimentos enviados para as tropas aliadas, as nações envolvidas sofreram consequências económicas atrozes. O Brasil enterrou nos campos de batalha um total de 614 mil contos de réis, o equivalente a 11 anos de orçamento imperial, resultando num déficit público que se arrastaria pelos vinte anos seguintes.”⁷⁸

O início deu-se quando D. Pedro II resolveu interferir na política interna do Uruguai, com receio de que a instabilidade desse país prejudicasse a região do Rio Grande do Sul. Como represália à intervenção do Brasil no Uruguai⁷⁹, a onze

⁷⁷ A política externa brasileira gerou confrontos com os países vizinhos. Brasil, Uruguai e Argentina estavam em processo de consolidação como nações e a política de afirmação dos estados no Brasil acabou por gerar um conflito com enormes proporções. O conflito durou quase seis anos. O Paraguai foi arrasado, houve milhares de brasileiros, argentinos e uruguaios mortos, não só nas batalhas como também devido a epidemias, como a cólera e a varíola. A Inglaterra, ao contrário do que muitas vezes se diz, não foi quem provocou a guerra pois, apesar de dominarem economicamente os países da América do Sul, tinham interesse na estabilidade e não no conflito. A guerra foi provocada, principalmente, pelas rivalidades geopolíticas entre os países envolvidos. A Guerra com o Paraguai teve consequências sociais e políticas que fortalecem o partido republicano e enfraquecem a monarquia. A sociedade ganhou consciência de que a escravidão era um problema grave. Muitos escravos, porque quiseram ou por serem obrigados, participaram na luta, tornando-se assim evidente a contradição entre o soldado negro, ao serviço da pátria, e o escravo negro. O exército brasileiro saiu fortalecido e ganhou prestígio por ter vencido a guerra. Vários factores sobressaem por terem contribuído para o fim do Império: o fim da escravidão, as desavenças entre a monarquia e a Igreja e a pressão de grupos de elite civil pela autonomia das províncias, aliada à pressão por um novo regime, por parte do exército.

⁷⁸ “A Guerra do Paraguai. América do Sul em Armas”, introdução, in *Revista Nossa História*, ano 2/ nº13, São Paulo, Biblioteca Nacional Editora Vera Cruz, Novembro de 2004, pp16-17.

⁷⁹ Foi deveras importante a política uruguaia no deflagrar desta guerra. Bernardo Berro, presidente do Uruguai e do partido *blanco*, denunciou o Tratado de Comércio e Navegação com o

de Novembro de 1864, Francisco Solano López⁸⁰ ordenou a apreensão do navio Marquês de Olinda, que rumava a Mato Grosso e fez prisioneiro o coronel Frederico Carneiro de Campos. As relações entre os dois países foram rompidas e já em Dezembro, Mato Grosso foi invadido. Passados que foram três meses, a dezoito de Março de 1865, López declarou guerra à Argentina⁸¹, que exigia neutralidade no conflito, não permitindo ser atravessada pelos exércitos do Paraguai. Este país, embora vivendo um período de prosperidade, não conseguia os contactos necessários com o exterior, sem que para isso navegasse os rios Uruguai e da Prata, como vias de acesso ao Atlântico. As tropas paraguaias penetraram em 1865, em Corrientes, na Argentina, visando o Rio Grande do Sul. Contudo, o Uruguai, governado por Venâncio Flores, instalado no poder, com a ajuda do governo Imperial brasileiro, solidarizou-se com o Brasil e Argentina.

O Paraguai, nesta altura, destoava um pouco dos países vizinhos, já que alcançara uma certa autonomia económica, a partir de 1811. Entre esta data e 1862, foi erradicada grande parte do analfabetismo, criaram-se fábricas – de armas e pólvora – indústrias siderúrgicas, caminhos-de-ferro e um eficiente sistema de telégrafo. A agricultura era também próspera e garantia um invejável padrão alimentar. Apoando-se sempre nesse quadro de sucesso, Solano López enfatizou a política militar expansionista, a fim de ampliar o território paraguaio, com vista a obter acesso ao Atlântico, algo imprescindível para a continuação do progresso do país.

Relativamente a este conflito bélico, há quem critique o Brasil pela sua participação, afirmando que o país mais não teria sido do que um fantoche do Império Britânico, já que a Inglaterra seria prejudicada com a expansão do Paraguai; daí o interesse inglês em financiar o país.

Outros analistas, porém, que se reputam de maior imparcialidade, afirmam que essa hipótese não é plausível, uma vez que o Brasil não possuía relações

Brasil, em 1851. A partir de então, diminuiu a dependência em relação ao Império brasileiro e criou um imposto sobre as exportações de gado para a região do Rio Grande do Sul.

⁸⁰ Francisco Solano López assumiu o governo paraguaio, a 10 de Setembro de 1862, após a morte do pai, Carlos António López.

⁸¹ Em 1862, a república da Argentina surge como um novo estado nacional, liderado por Bartolomeu Mitre, representante da burguesia de Buenos Aires. A primeira grande tarefa deste líder foi consolidar a República, tentando, para isso, diluir a oposição federalista das províncias de Corrientes e de Entre Rios, proibindo-lhes qualquer género de auxílio externo. A política uruguaia, contudo, tentou dismantlar o plano argentino, ao permitir que aquelas províncias utilizassem o porto de Montevideu, para o estabelecimento da sua rede comercial, escapando ao controlo alfandegário de Buenos Aires.

diplomáticas com os britânicos, desde Maio de 1863, por iniciativa do próprio D. Pedro II. Estas somente se restabeleceram após o recuo do governo britânico, em Setembro de 1865, pouco tempo após o início do conflito. Assim sendo, o único motivo teria sido apenas a invasão do território brasileiro por parte de Solano López.

“A partir da década de 1970, ganhou espaço a interpretação de que o imperialismo inglês foi a causa da Guerra do Paraguai, deflagrada em Dezembro de 1864. Segundo esta vertente, o trono britânico teria utilizado o Império do Brasil e a Argentina para destruir um suposto modelo de desenvolvimento paraguaio, industrializante, autónomo, que não se submetia aos mandos e desmandos da potência de então. Estudos desenvolvidos a partir da década de 1980, porém, revelam um panorama bastante distinto. As origens do conflito, mostram eles, se encontram no processo de construção e consolidação dos Estados Nacionais no Rio da Prata e não nas pressões externas dos ingleses.”⁸²

Factores de ordem económica, social e política, levaram importantes sectores da sociedade do país à conclusão de que era necessário um novo regime que desse conta dos problemas reais do tempo.

A guerra havia consumido, financeiramente, o Império. Os empréstimos vindos de Inglaterra subiram de três milhões de libras esterlinas, em 1871, para cerca de vinte milhões, em 1889. A inflação foi galopante. O fim da escravatura também levou a que a elite agrária reivindicasse indemnizações correspondentes ao número de escravos alforriados. Os proprietários não vendo satisfeitos os seus pedidos, aderiram à causa republicana. A própria Igreja foi perdendo simpatia pelo regime imperial. Havia religiosos, ligados à Maçonaria, o que contribuiu também para a divisão entre alguns Bispos (Olinda e Belém, por exemplo), que seguiram as ordens do papado, e D. Pedro II.

A publicação do Manifesto Republicano, em 1870, a Convenção de Itu, em 1873 e a militância de alguns Clubes Republicanos, foram dando visibilidade aos adeptos do regime emergente. As propostas republicanas andavam à volta de

⁸² Francisco Doratioto, “Nova luz sobre a Guerra do Paraguai”, in *Revista Nossa História*, p.18.

duas teses: a evolucionista, que admitia a proclamação como inevitável, mas sem luta armada e a revolucionária, que defendia a possibilidade de pegar em armas.

O governo imperial, através do Gabinete do Visconde de Ouro Preto, apresentou, ainda, um programa de reformas, numa última tentativa de salvar o Império, mas a catorze de Novembro de 1889, os conspiradores, após algumas manobras e boatos, impuseram-se e redigiram, na Câmara Municipal do Município Neutro e pela mão de José Patrocínio, a proclamação oficial da República dos Estados Unidos do Brasil, aprovada em votação. No dia seguinte, dezasseis de Novembro, foi anunciado ao povo a mudança de regime. O Imperador e a Família Imperial embarcaram, à força, do Paço para o exílio.

A Constituição do novo regime foi promulgada a vinte e quatro de Fevereiro de 1891 e foi Ruy Barbosa quem assinou o primeiro decreto do governo provisório, entretanto instituído.

Todo este quadro histórico-político e cultural, aqui apenas esboçado, serviu de base para as doutrinas Realista e Naturalista e, portanto, para as obras que foram escritas com o intuito de experimentá-las e realizá-las em arte.

III – O NATURALISMO E O NATURALISMO BRASILEIRO

“Quem não amar a verdade na arte e não tiver a respeito do naturalismo idéias bem claras e seguras, fará, deixando de ler este livro, um grande obséquio a quem o escreveu.”

Aluísio Azevedo, *O Homem*

O Realismo e o Naturalismo, estilos literários predominantes na segunda metade do século XIX, participaram do mesmo espírito de precisão, de objectividade científica, da exactidão na descrição, do apelo à minúcia, do culto ao facto, do rigor e da economia na linguagem e do amor à forma. O darwinismo, o evolucionismo, o positivismo e o socialismo vão estruturar o pensamento contemporâneo e contribuir para a alteração de conceitos filosóficos, literários e sociais. O artista deste momento histórico procura nivelar a sua atitude à do cientista; daí decorre a objectividade que o escritor procura manter durante toda a sua narrativa, não idealizando a realidade, mas limitando-se a registá-la, o que nem sempre consegue. Por isso, o artista não emite julgamentos a respeito dos factos e das personagens. Esta pretensa neutralidade não chega, porém, ao ponto de ocultar o facto do autor carregar sempre de tons sombrios o destino das suas criaturas.

Mais ainda, o romance será um instrumento de denúncia e combate, uma vez que focaliza os desequilíbrios sociais, enquadrando-se no que se costuma chamar de “arte engajada”. Contrariamente à visão romântica, que dava particular atenção ao estilo, à imaginação, à forma, e em que havia um esforço para transmitir uma beleza real ou imaginada, o romance naturalista desenvolve-se segundo o princípio determinista e apresenta-nos o espaço como um elemento fundamental e condicionante da vida do Homem.

Em França, o primeiro país onde se afirma o Realismo, a obra que dá início ao movimento é o romance de Gustave Flaubert⁸³ *Madame Bovary*,

⁸³ Gustave Flaubert (1821-1880) – escritor francês considerado o expoente máximo do romance realista em França. As suas obras, ora românticas, ora realistas, revelam sempre o seu gosto pela perfeição da forma. A exactidão das informações é uma das imagens de marca do escritor. A sua obra-prima *Madame Bovary*, publicada em 1857, levou-o à barra do tribunal por atentado contra os bons costumes.

publicado em 1857, que faz análise impiedosa da hipocrisia romântica e burguesa. Trata-se de uma obra que exemplifica claramente as intenções do romance realista: análise social, crítica a tudo que decorre ou se assemelha ao Romantismo, focalizando a vida urbana contemporânea.

Dez anos depois, influenciado pelas doutrinas de Taine e pela obra de Flaubert, Émile Zola⁸⁴ publica *Thérèse Raquin*, na tentativa de representar a paixão e o assassinio, em termos neurológicos e temperamentais. É este romance que acaba por estar na génese da nova corrente estético literária que, de certa forma, vai aprofundar a escola realista.

Zola fez dos postulados naturalistas e do seu rigor o seu mais importante projecto, chegando ao ponto de estudar e tentar explicar as taras de trinta e dois elementos de uma mesma família, através do determinismo do meio e da hereditariedade, na obra, constituída por vinte volumes, *Les Rougon-Macquart*.

Através dessa saga familiar, este apóstolo da nova literatura procurava demonstrar o peso da herança natural, na conduta humana.

A profunda fé no cientifismo humano fez Zola transpor para a obra literária as influências fisiológicas da conduta humana. Seguidor convicto de Claude Bernard⁸⁵, acreditava poder aplicar um método científico a todas as disciplinas centradas no Homem. Os seus romances tornar-se-iam uma espécie de experiência das leis naturais. O autor levou o realismo às suas últimas consequências, fazendo desaparecer da sua obra todo o sentimentalismo e psicologismo, convencido que estava de que o romance contemporâneo tinha por missão dar respostas àqueles que, na nova sociedade, se interrogavam. Em *Germinal* (1885), considerada a sua obra mais madura, o romancista assimila, na narrativa, o método do socialismo científico, para a compreensão da realidade.

Os romances de Zola acabam por ser, afinal, um fresco das grandezas e misérias da sociedade dos fins do século XIX.

Pode dizer-se que o naturalismo, como extensão do realismo, difere deste, principalmente, devido à orientação filosófica dos seus seguidores. Tanto uns como outros, são fiéis aos detalhes da vida contemporânea, tendo, porém, os

⁸⁴ Émile Zola (1840-1902) – escritor francês introdutor do romance naturalista em França, tentando aplicar à sua obra os métodos das Ciências Naturais: a observação dos factos e a experiência.

primeiros, mais consciência da importância da hereditariedade e do meio ambiente na formação e comportamento dos indivíduos, na ficção romanesca.

Na verdade, o naturalismo acentua as qualidades do realismo, acrescentando uma concepção de vida compreendida como intercurso de forças mecânicas sobre os indivíduos, resultando os seus actos, caracteres e destino da actuação da educação, dos problemas e doenças hereditárias, de antecedentes familiares e do meio social em que evoluíram e em que desempenharam as suas actividades, ou ainda da sua posição económica. O Homem é um animal indefeso, subjugado por forças internas ou externas que não consegue controlar e que ameaçam destruí-lo.

O autor naturalista, com a sua preocupação científica, influenciado, como já vimos, por Taine, Zola e mesmo por Claude Bernard, que publicou, em 1865, o livro *Introdução ao Estudo da Medicina Experimental*, declara-se de interesses amplos e universais. Nada é desprovido de importância e significado como assunto: nada que esteja na natureza é indigno da literatura. Esta universalidade e fidelidade ao facto, a todos os factos, conduzem o naturalista a um certo amoralismo e indiferença. Não importa a opinião sobre os factos, mas os actos em si. Tal atitude propiciou a introdução, na literatura, de todos os assuntos e actividades do Homem, inclusive os aspectos bestiais e repulsivos da vida. Verifica-se, até, uma especial preferência pelas camadas mais baixas da sociedade.

Assim, há uma tendência, por parte do autor naturalista, em perscrutar o anormal, o excepcional ou até o caso patológico. Desta atitude decorre a tendência para enfatizar atitudes instintivas das personagens: o ser humano mais não é do que um animal condicionado por forças que determinam o seu comportamento. Por isso, as personagens dos romances naturalistas têm uma actuação que resulta da liberação dos instintos, sob determinadas condições do meio ambiente.

Enquanto o drama das personagens realistas tem origem moral ou decorre de algum desequilíbrio social, o das personagens naturalistas têm origem em heranças de ordem biológica ou psicológica que, num determinado momento e

⁸⁵ Claude Bernard (1813-1878) – médico francês que se dedicou a pesquisas fisiológicas e ajudou a dar bases científicas à Medicina, fundamentando-se na observação e investigação dos fenómenos biológicos.

em determinado ambiente, acabam por vir à tona. Uma personagem naturalista é, por isso, muito parecida com outra personagem naturalista, uma vez que todas estão submetidas às mesmas leis.

Para os seguidores desta corrente estética, a acção no romance é de real importância, pois o drama vivido pelas personagens exterioriza-se através dessa mesma acção. Para o realista, a acção é secundária, porque o que mais o preocupa é sugerir o mundo interior das personagens.

A temática naturalista apresenta-nos certa tendência para retratar temas de patologia sexual ou social. Exemplo paradigmático é o romance *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha⁸⁶. A acção passa-se fundamentalmente no mar e trata, de modo cru e chocante, a homossexualidade entre elementos da marinha.

Para este autor a obra de Taine foi a bússola que traçou o rumo para a implantação da nova escola.

Realismo e naturalismo surgiram bem próximos no Brasil. O primeiro tem como marco a publicação, em 1880, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis; no ano seguinte, Aluísio Azevedo daria à estampa o romance *O Mulato*.

É costume apresentarem-se duas datas emblemáticas do movimento naturalista brasileiro: 1877, que corresponde à publicação de *O Coronel Sangrado*, de Luís Dolzani, pseudónimo de Inglês de Sousa⁸⁷ e 1881, relativa à publicação do romance de Aluísio Azevedo, acima citado.

Salientou-se também, neste período, o escritor mineiro Júlio Ribeiro⁸⁸, cujo romance *A Carne* (1888) escandalizou o país pelo seu elevado erotismo.

Não será talvez descabido dizer-se que, neste país, a nova escola foi mais um produto da moda e, por isso, acabou por não ser tão bem assimilada. Intrinsecamente, o escritor continuava romântico, a ponto de alguns críticos sustentarem que, *O Mulato*, sendo apresentado como obra emblemática do início

⁸⁶ Adolfo Caminha (1867 – 1897), nascido no Ceará e falecido no Rio de Janeiro. Em 1877, perdeu a mãe, no período da grande seca. Pouco tempo depois, veio para a Corte e entrou na Escola da Marinha. Em 1885, vai aos Estados Unidos como guarda-marinha. Esta viagem forneceu-lhe material para o tema do seu primeiro romance. Um caso amoroso que se repercutiu escandalosamente, quando servia em Fortaleza, obrigou-o a desligar-se da marinha.

⁸⁷ Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853 – 1918), nascido em Óbidos e falecido no Rio de Janeiro

⁸⁸ Júlio Ribeiro (1845 – 1890), nascido em Minas Gerais teve enorme repercussão, no país, na época, enlouquecendo gerações de adolescentes. Porém, hoje, *A Carne* é considerada uma obra medíocre pela descrição que nos dá da sexualidade humana.

do movimento naturalista no país, mais não ser que uma obra romântica salpicada de algumas cenas realistas.

Todavia, talvez se possa afirmar que, desde a década de setenta, mais propriamente a partir do reinado de D. Pedro II, a inquietação política começou a reflectir algum espírito racionalista, próprio da época.

Não obstante, os romancistas continuam a fazer o seu trabalho de ficção de acordo com cânones passadistas. Machado de Assis refere, na altura, que os livros da escola francesa, por muito lidos que fossem, não contaminaram a literatura brasileira e continuavam a ser os grandes vultos do período romântico que seduziam a mocidade.

“Os livros de certa escola francesa [...] ainda que muito lidos entre nós, não contaminaram a literatura brasileira nem sinto nela tendências para adoptar as suas doutrinas, o que já é notável mérito. As obras de que falo foram aqui bem vindas e festejadas, mas não se aliaram à família nem tomaram o governo da casa. Os nomes que principalmente seduzem a nossa mocidade são os do período romântico; os escritores que se vão buscar para fazer comparação com os nossos são ainda aqueles com que o nosso espírito se educou, os Vítor Hugos, os Gautiers, os Mussuets” [...] ⁸⁹

A renovação chegou lógica e paulatinamente de França e também através de Eça de Queirós que, por sua vez, se inspirara nos romancistas franceses.

Em Portugal, o jornal *Revolução de Setembro* anunciava, a dezasseis de Maio de 1871, o programa das *Conferências Democráticas do Casino* ⁹⁰, onde

⁸⁹ Machado de Assis – *Instinto de Nacionalidade*, em *Crítica Literária*, págs.143–144, in Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.* p.120.

⁹⁰ “Não pode viver e desenvolver-se um povo, isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo; o que todos os dias a humanidade vai trabalhando, deve também ser o assunto das nossas constantes meditações. Abrir uma tribuna, onde tenham voz as ideias e os trabalhos que caracterizam este movimento do século, preocupando-nos sobretudo com a transformação social, moral e política dos povos; ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada; procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa; agitar na opinião pública as grandes questões da filosofia e da ciência moderna; estudar as condições da transformação política, económica e religiosa da sociedade portuguesa; tal é o fim das conferências democráticas.” Assinaram este programa: Adolfo Coelho, Antero de Quental, Augusto Soromanho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira Meireles, Guilherme Azevedo, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saragga e Teófilo Braga, in *Dicionário de Eça de Queiroz*. Organização e coordenação de A. Campos Matos. Lisboa, Editorial Caminho, 1988, p.124.

Eça de Queirós vai expor de forma minudente, na quarta sessão, os princípios normativos da arte realista, em contraponto com a estética passadista do romantismo.

António Salgado Júnior, na *História das Conferências do Casino*, reconstitui a palestra de Eça, com base na imprensa da época.

[...] “Eça de Queirós principiou por integrar a sua conferência no espírito revolucionário. Confessou-se submisso a esse espírito revolucionário [...]

Em primeiro lugar, havia que aceitar um princípio fundamental: o princípio de que a arte não aparece nas sociedades como um facto isolado, mas sim intimamente ligada ao progresso e decadência delas. [...]

A arte, também, longe de se atribuir à criação da vontade do artista, devia considerar-se, efectivamente, ligada a todos os movimentos sociais, determinada, condicionada por *causas permanentes* e por *causas acidentais ou históricas*. – As causas permanentes são as que residem no solo, no clima, na raça; as acidentais provêm de uma certa ordem de ideias que formam os diversos períodos históricos e determinam os costumes. [...]

[...] o artista não pode eximir-se à influência do meio em que vive, aos costumes do tempo, ao estado dos espíritos, ao movimento geral, às *causas acidentais ou históricas*.”

Num momento mais adiantado da Conferência, Eça expõe a sua teoria acerca do Realismo. Para o escritor “não é simplesmente um processo formal; - é uma base filosófica para todas as concepções do espírito, – uma lei, uma carta de guia, um roteiro de pensamento humano, na eterna região artística do belo, do bom e do justo. Assim considerado, o realismo deixa de ser, como alguns podiam falsamente supor, um simples modo de expor, – minudente, trivial, fotográfico. Isso não é realismo: é o seu falseamento. É o dar-nos a forma pela essência, o processo pela doutrina. O realismo é bem outra coisa: - é a negação da arte pela arte; é a proscricção do convencional, do enfático e do piegas. É a abolição da retórica considerada como arte de promover a comoção usando da inchação do período da epilepsia da palavra, da congestão dos tropos. É a análise como fito

da verdade absoluta. – Por outro lado, o realismo é uma reacção contra o romantismo: o romantismo era apoteose do sentimento; - o realismo é a anatomia do carácter: É a crítica do homem. É a arte que nos pinta a nossos próprios olhos – para nos conhecermos, para que saibamos se somos verdadeiros ou falsos, para condenar o que houver de mau na nossa sociedade. “ [...] ⁹¹

Segundo Eça, o Realismo deve enraizar-se profundamente no seu tempo, inspirar-se na vida contemporânea. Este é um princípio basilar. Porém, não é esse o entendimento de Eça, relativamente à arte do seu tempo. Ela é, segundo ele, de todos os tempos menos do contemporâneo. ⁹²

[...] “a arte não deve ser destinada a causar impressões passageiras, visando simplesmente o prazer dos sentidos. Deve visar a um fim moral: deve corrigir e ensinar. Se a arte não estabelece a moral, - perderá a sociedade. Como? – Fazendo a critica dos temperamentos e dos costumes, tornando-se uma auxiliar da ciência e da consciência, demonstrando pelos meios que lhe são próprios, a verdade e a justiça podem encerrar as acções humanas” [...]

Convém lembrar, aqui, a importância da polémica suscitada pela publicação de *O Primo Basílio* em 1879, no Rio de Janeiro. Escritor já consagrado, Machado de Assis envolveu-se em confronto directo com Eça de Queirós, expressando artigos críticos contundentes, nos dias dezasseis e trinta de Abril, na revista *O Cruzeiro*, atacando o realismo queirosiano, a partir das obras *O Crime do Padre Amaro* e *O Primo Basílio*. Depois de tecer comentários acutilantes, relativamente à concepção e estruturação dos romances, bem como ao seu estilo e à escola realista, Machado de Assis afirma:

[...] “o sr. Eça de Queirós não quer ser realista mitigado, mas intenso e completo; e daí vem o tom carregado das tintas, que nos assusta, para ele é simplesmente o tom próprio. Dado, porém, que a doutrina do sr. Eça de Queirós fosse verdadeira, ainda assim cumpria não acumular tanto as cores, nem acentuar tanto as linhas; e quem o

⁹¹ *Idem, ibidem*, p.127.

⁹² O autor, a propósito, aconselha a leitura de *Eurico*, *O Presbítero*; *O Monge de Sister*; *A Mocidade de D.João V* e *O Arco de Sant`Ana*.

diz é o próprio chefe da escola, de quem li, há pouco e não sem pasmo, que o perigo do movimento realista é haver quem suponha que o traço grosso é o traço exacto. Digo isto no interesse do talento do sr. Eça de Queirós, não no da doutrina que lhe é adversa; porque a esta o que mais importa é que o sr. Eça de Queirós escreva outros livros como *O Primo Basílio*. Se tal suceder, o realismo na nossa língua será estrangulado no berço; e a arte pura, apropriando-se do que ele contiver aproveitável (porque o há, quando se não despenha no excessivo, no tedioso, no obscuro, e até no ridículo), a arte pura, digo eu, voltará a beber aquelas águas sadias do *Monge de Cister*, do *Arco de Sant'Ana* e do *Guarani*" [...]⁹³

Machado de Assis, com esta polémica, chama atenção para um novo estilo literário e acaba por suscitar o interesse pelas publicações naturalistas. Não obstante o facto de Eça de Queirós ser já um escritor admirado desde *O Crime do Padre Amaro*, o Brasil só despertou para a sua obra a partir da polémica travada com o famoso escritor brasileiro, na imprensa do Rio de Janeiro.

Aderbal de Carvalho, crítico da época, sustenta que *O Primo Basílio* dinamitou o meio literário brasileiro como, até então, não havia memória.

[...] "escandalizando a pacata burguesia, ofendendo a pudicícia dos nossos mamutes intelectuais, da nossa arqueológica literatura (...) Desde então começaram a chover nos rodapés dos jornais diários folhetins, contos e alguns romances filiados à escola do autor de *Fradique Mendes* e dos *Maias*."⁹⁴

É de crer que Aluísio Azevedo, conhecedor da polémica instaurada à volta da publicação de *O Primo Basílio*, embora no Maranhão, terá beneficiado, indirectamente, no que se refere à aceitação das suas obras.

O Nordeste, economicamente arruinado, favorece o aparecimento de uma geração contestatária por volta de 1870. Em Fortaleza e Recife, por exemplo, o racionalismo começa a interessar grupos de jovens escritores. Aliás, quando o

⁹³ "Os defeitos de *O Primo Basílio*", transcrição do artigo publicado por Machado de Assis, in Maria Aparecida Ribeiro – *História Crítica da Literatura Portuguesa – Realismo e Naturalismo*. Editorial Verbo, Lisboa/Rio de Janeiro, s/d, pp.40-45.

espírito de observação passou a ser um vector essencial do romance, só as vozes do Norte se fizeram ouvir, salvo raras excepções, como as de Machado de Assis e de Raul Pompeia.

Sílvio Romero e Tobias Barreto, entre outros, divulgam as novas ideologias anti-monárquicas, anti-clericais, anti-escravocratas e anti-românticas. O primeiro – elemento do grupo do Recife – é de opinião de que o romantismo se vai extinguindo a partir de 1869 -1870, ao mesmo tempo que vão germinando outras formas de arte em geral e literárias, em particular.

Os romancistas foram sendo preparados para aceitar as novidades importadas, movidos pelas mesmas inquietações que levaram ao debate as teorias filosóficas e científicas, que deram vida à escola do Recife. Naturalmente, acabaram por sofrer algumas consequências da efervescência intelectual reinante, embora as suas obras não recebessem a influência que se poderia supor.

A rotina romântica vai sendo abandonada, à medida que os romancistas se vão dando conta do seu atraso, face ao mundo circundante. O país apresentava muitas fragilidades, ao nível da coesão e era pouco denso, culturalmente e espiritualmente falando.

A sociedade assentava no agrarismo escravocrata e no país não se sentiam os ventos das transformações europeias que só nos últimos anos do Império e nos primeiros anos da República foram penetrando na mentalidade brasileira, dando-lhe um cunho de tendência racionalista.

Como já vimos, as obras de Zola e de Eça, juntamente com a colaboração de Ramalho Ortigão na “Gazeta de Notícias”, fizeram com que a nova moda chegasse, enfim, ao Brasil.

Neste contexto, também as mortes de Castro Alves (1871) e de José de Alencar (1877) representam uma espécie de fim de um ciclo literário, apesar destes escritores já aproximarem a sua escrita de uma realidade mais objectiva e menos idealista, no final dos seus percursos.

À medida que se aproxima, assim, o fim do II Império e do Romantismo, a sociedade brasileira vai exigindo mudanças radicais.

⁹⁴ Aderbal de Carvalho – *O Naturalismo no Brasil em Esboços Literários*, Rio de Janeiro, H. Garnier Editor, 1902, p.104, in Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, pp.121-122.

Em São Paulo, os ideais modernizadores de uma nova elite cafeicultora distingue-a dos velhos barões do café, do Vale do Paraíba. Estes, preferem imigrantes a escravos para trabalharem nas suas lavouras, e não se mostram hostis ao desenvolvimento da actividade industrial. Chegam levas de imigrantes tanto para o trabalho assalariado nas fazendas, como para a ocupação de pequenas propriedades, no sul do país. Muitos destes imigrantes partem para as cidades, constituindo pequenas indústrias semi-artesanais, graças aos seus conhecimentos técnicos e ao seu hábito de poupança.

Em 1884, é decretada a liberdade dos escravos, na província do Ceará, que se coloca, assim, à frente do processo abolicionista.

No Rio Grande do Sul, é criado um partido republicano, por um grupo de jovens bacharéis, com tendências autoritário-positivistas, posta em prática por Getúlio Vargas, 40 anos mais tarde.

São cada vez mais ouvidas, as ideias republicanas de Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, por cadetes e jovens oficiais do exército, agitando tudo menos a pesada estrutura política do Império.

Indiferente a tudo isto, o Imperador continua as suas longas viagens pelo mundo, que chegam a durar dois anos, e a ordem é mantida por grupos latifundiários conservadores, que lutam contra a abolição e pelo respeito que se mantém à figura venerável de D. Pedro II.

Em 1889, o fim da escravatura elimina o apoio dos senhores rurais e todos parecem aguardar a morte do monarca para proclamar a República que chega, em Novembro desse ano, através de uma acção quase solitária do monarquista Deodoro da Fonseca. O novo regime conta com o apoio do povo e traz progresso ao país, apesar de ter nascido de um golpe de estado e não possuir nenhuma proposta radical de alteração do *status quo*.

Os escritores naturalistas brasileiros, da última metade do século XIX, na sua maioria, são vistos pelos críticos literários como tendo, uniformemente, aceite e adoptado muitos dos preceitos teóricos do naturalismo francês. Parece, porém, existirem alguns aspectos de descontinuidade, na opinião de João Sedycias, “entre a ideologia literária do naturalismo francês e as práticas literárias em Portugal e no Brasil”.⁹⁵

⁹⁵ Conferência proferida pelo Professor Doutor João Sedycias, na Associação luso-Brasileira, na Pennsylvania, em Outubro de 1989, in <http://home.yawl.combr/hp/sedycias/natura2.htm>.

Deixa de ser importante o estilo, a imaginação, a sensibilidade, a forma, o esforço para transmitir uma beleza real e idealizada. O escritor estaria a falsificar a realidade se optasse por enredos complicados, acontecimentos catastróficos ou paixões arrebatadoras. Isso pertencia à visão idílica e passadista do romantismo.

As personagens dos romances naturalistas pertencem à vida quotidiana contemporânea, como já foi anteriormente afirmado, geralmente da classe baixa operária ou burguesa e oriundas de um ambiente onde o autor acreditava encontrar a verdade nua e autêntica.

Agora, a posição central pertence ao meio ambiente, que de acordo com o postulado de Taine, é um elemento da maior relevância, para o desenvolvimento da intriga.

Nos romances naturalistas, surge uma certa tensão entre a matéria de estudo do romance e o conceito de Homem. As personagens, pobres, brutas, analfabetas são oriundas de um mundo cujo quotidiano de vida é enfadonho e rotineiro.

Ao contrário dos franceses, os romancistas do naturalismo brasileiro descobrem nesse mundo fastidioso aquelas qualidades do homem geralmente associadas ao heroísmo ou à aventura, tais como actos de violência, paixão, amor, e bondade, que culminam nas suas obras em trechos de cruciente realidade.

O desfecho de *O Cortiço* de Aluísio Azevedo é um exemplo bem ilustrativo dessa qualidade heróica.

“A negra, imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar.

Os policiais, vendo que ela não despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravia, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado.”⁹⁶

Trata-se, aqui, de um final trágico, estruturado em redor desta cena tocante, cuja carga emocional e lirismo são raros nas obras naturalistas. A

⁹⁶ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*. Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2004, p.225.

escrava Bertoleza, controlando o seu próprio destino, quando se suicida, para não cair nas mãos do seu antigo dono, não se comporta de forma coerente com o determinismo e o pessimismo habituais dos romances naturalistas.

Outra particularidade do romance naturalista brasileiro prende-se com a descrição das personagens que, apesar de condicionados e controlados pelo meio, hereditariedade e instinto, são compensados com um valor humanitário, que afirma o sentido e importância do indivíduo e da sua vida. O autor tenta, assim, dar significado à vida e, ao mesmo tempo, reafirmar a validade, a dignidade e importância do Homem.

Reportando-nos ainda a Aluísio Azevedo, vemos que o romancista descreve a personagem Pombinha como uma flor do cortiço: “aos domingos, quem a encontrasse à missa na Igreja de São João Batista, não seria capaz de desconfiar que ela morava em cortiço”⁹⁷; ela seria arrastada para a prostituição e devassidão contra a sua vontade. A personagem não termina destruída pelo meio ambiente hostil, como era usual no romance naturalista, atingindo um razoável sucesso e vencendo a sua luta contra as forças que ameaçavam destruí-la: “agora, as duas cocotes, amigas, inseparáveis, terríveis naquela inquebrantável solidariedade, que fazia delas uma só cobra de duas cabeças dominavam o alto e o baixo Rio de Janeiro. [...] Pombinha, só com três meses de cama franca, fizera-se tão perita no ofício como a outra [Léonie]” [...] ⁹⁸

O romancista naturalista brasileiro ao acreditar que a vida, nos níveis baixos, não é tão fácil como possa parecer, não se apresenta tão superficial ou redutor como o francês.

Ao dotar de emoção, honra, desejo, compaixão e ambiguidade moral, as personagens mais simples, o romancista reforça o valor da existência humana e não desumaniza o Homem. Não tinha como principal objectivo mostrar, na vida das personagens, a realidade opressiva das forças materiais.

No Brasil, o naturalismo procura fixar problemas urbanos, quer das grandes cidades, quer das cidades provinciais; problemas das classes humildes e marginais, bem como do sertão e das secas. Não se encontram, como em Zola ou Abel Botelho, ideias reformadoras ou socialistas.

⁹⁷ *Idem*, p.42.

⁹⁸ *Idem*, p.218.

Trata-se, neste país, de um movimento mais de ordem estética do que ideológica ou política, que adaptou as tendências à realidade brasileira, apesar de aceitar as ideias que dominavam a Europa.

O crítico Nelson Werneck Sodré⁹⁹, também não vê o naturalismo brasileiro como uma simples cópia das estéticas europeias, alegando que o transplante cultural de Emile Zola e Eça de Queirós ocorre com deslocamento. Na Europa, a estética naturalista foi mais pura, distinta do romantismo, focando uma realidade mais homogênea: o universo burguês dominante em finais do século XIX. Nessa época, no universo europeu industrializado, ocorreu a urbanização e a proletarianização generalizadas, amparadas pela crescente racionalização do processo produtivo. Essa racionalização atingiu, também, a produção cultural que se desapegou do maravilhoso, do romantismo idealizador, da narrativa aventuresca e do enredo múltiplo. A nova escrita surge para recobrir e criticar essa realidade mais racionalizada e desejosa de uma realidade homogênea.

No Brasil, naturalismo e romantismo entrelaçam-se, pois são simultâneas duas temporalidades e duas realidades históricas: escravismo, patriarcalismo, aristocracia fundiária, por um lado e, por outro, liberalismo, práticas burguesas e estratificação social em formação.

O acessório, a descrição dos costumes onde se localiza o social específico brasileiro é, para o crítico, o que salva o naturalismo brasileiro. As narrativas brasileiras são dominadas pela ideologia do colonialismo, em que os determinismos raciais e uma visão eurocêntrica predominam, desvalorizando o que é brasileiro. O naturalismo atinge uma popularidade bastante acentuada e de longa duração na história da leitura do Brasil. Para Nelson Werneck Sodré, o naturalismo, no Brasil, torna-se popular sobretudo porque mantém uma ligação discursiva interna com o romantismo. Este facto revela o gosto das classes médias consumidoras dessa literatura e o seu perfil conservador e reaccionário identifica-se com essa linguagem híbrida entre romantismo e naturalismo. A partir dessa estética, os problemas quotidianos passam a ser lidos a partir de uma perspectiva social e não individual. Dentro da sua concepção marxista e sociológica, esse facto é tido como positivo.

⁹⁹ Nelson Werneck Sodré – *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, pp.158-200.

Em relação a Aluísio Azevedo, o crítico enfatiza a formulação híbrida entre o romantismo e o realismo dos romances do escritor e divide a obra em romances mais realistas e os romances folhetins, sem qualquer mérito literário

“Aluizio Azevedo foi um dispersivo. Não observou, na sua obra, certa continuidade indispensável nem se apegou aos cânones que o haviam feito notável. Soffreu bruscas e injustificadas descachidas. Apesar dos lampejos de verdadeiro senso do romance, (em *O Cortiço*, por exemplo), apresenta scenas, em outros livros, muito diversas, que se poderia afirmar escriptas por outro. O scenario de *O Cortiço* já não é o da capital maranhense. O quadro é o da cidade maior e mais ampla que servia de séde ao governo imperial. O fundo é, pois, a Corte. Nelle apparecem os typos communs, femininos e masculinos, traçados com exactidão invulgar. É bem a realidade surprehendida, o desenrolar da acção desse livro.

A obra total de Aluizio se apresenta, assim, cheia de altos e baixos. Si offerece livros como os citados e, em nível inferior, a *Casa de pensão* e *O homem*, tem, por outro lado, na sua lista, romances folhetinescos, de enredos complicadissimos, indignos da sua assignatura. Apesar de tudo, Aluizio Azevedo permanece como um dos mestres do nosso naturalismo, capaz de, em traços vivos, retratar os movimentos da sociedade e pintar-lhe os costumes, approximando-se sempre da realidade e da simplicidade.”¹⁰⁰

¹⁰⁰ Nelson Werneck Sodré – *História da Literatura Brasileira, seus fundamentos económicos*. 2ª edição revista e aumentada. Direcção de Octávio Tardinho de Sousa. Livraria José Olímpio Editora, pp.169-170.

IV – O NATURALISTA ALUÍSIO AZEVEDO

“Fiz-me romancista, não por pendor, mas por me haver convencido da impossibilidade de seguir a minha vocação que é a pintura. Quando escrevo, pinto mentalmente. Primeiro desenho os meus personagens, depois redijo-os.”

Aluísio Azevedo

Aluísio Azevedo foi “um desenhista que não deu certo e virou escritor, abandonando, mais tarde, a literatura por causa da diplomacia.”¹⁰¹

Nascido a catorze de Abril de 1857 Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo, na cidade de São Luís, no Maranhão, é filho de David Gonçalves de Azevedo e de Emília Amália Pinto de Magalhães. O seu pai exercia as funções de vice-cônsul do governo português, desde catorze de Maio de 1859, dois dias depois do nascimento de Aluísio.¹⁰² Era conhecido como David Belo pois era um homem de boa aparência e de fartos bigodes que, em dias de tomada de posse de novos presidentes da Província ou de abertura de sessões legislativas provinciais, se exibia numa vistosa farda, deslumbrando os maranhenses.

A sua mãe era uma mulher cheia de ousadia para a época. Abandonou o marido, António Joaquim Branco, um grosseiro e ríspido comerciante português, muito “mais preocupado com o bacalhau e com o vinho que comerciava do que com a família”¹⁰³.

Mas a cidade, conservadora e provinciana, não poupou D. Emília e a filha, que se sustentavam à custa dos seus dotes de costureira, até que o marido, entretanto, se desfez do comércio que possuía em São Luís e partiu para o Rio de Janeiro. D. Emília foi viver, em regime de concubinato, com o jovem viúvo, pai do romancista, fugindo, assim, aos maus-tratos que o marido lhe dispensava, bem como a uma certa fragilidade de carácter, pois sabia do seu envolvimento

¹⁰¹ António Dimas, *op. cit.*, p.3.

¹⁰² David Gonçalves de Azevedo exerce estas funções até 1878, data da sua morte.

¹⁰³ António Dimas, *op. cit.*, p.3.

com uma escrava negra, com quem aparecia em público, e até na presença da esposa. “Emília¹⁰⁴, que podia sonhar com um futuro cheio de romantismo, conheceu a mesma sorte que muitas jovens, para quem escolhia-se o marido mais «interessante» para a firma comercial, sem sequer consultá-las.”¹⁰⁵

A partir do momento em que se une a David Gonçalves Azevedo, a família vive com grande dignidade, num lar com um ambiente acolhedor, cheio de crianças, uma grande biblioteca e com acesso aos livros do Gabinete Português de Leitura, já que o seu pai era o seu presidente, naquela cidade apelidada de *Atenas Brasileira*.

Desta união nascem cinco filhos, só, formalmente, reconhecidos pelo pai depois da morte do primeiro marido da mãe, em 1864. Logo que se começaram a interessar pela leitura, dispuseram de um grande leque de escolha de obras brasileiras, portuguesas e francesas, sendo a casa familiar uma autêntica escola paralela, onde também o teatro representava um importante papel na formação das crianças. Aluísio pôde, pois, usufruir de uma educação privilegiada, distinta da da maior parte dos jovens da época. A sua mãe era apreciadora de música, pintura e literatura, inculcando nos filhos o gosto pela arte.

Viveu, no fundo, no seio de uma das mais cultas famílias de São Luís, estimulado pela atmosfera intelectual e artística que imperava no seu lar.

Com sete anos, começa a frequentar as aulas do Professor Raimundo Joaquim César, sendo depois transferido para o Colégio do Professor José António Pires. Os dois irmãos, talentosos e cheios de amor pelo estudo, fizeram o curso primário e pretendiam fazer também o curso de Humanidades, quando o pai, severo, se opôs, achando que as letras eram motivo de atraso e o melhor seria meterem-se logo no comércio de que um dia poderiam emergir como duas potências financeiras

O irmão Artur (que se consagrará como dramaturgo), dois anos mais velho do que Aluísio, teve nele grande influência, no campo da leitura, do teatro e, mais tarde, apoia-o, após a decisão de abandonar a actividade comercial, como caixeiro (talvez influenciado pelo pai), no armazém do português David Freire da Silva, à qual se dedicou durante pouco tempo. Esta actividade, de despachante

¹⁰⁴ Filha do casal, Custódio José Pinto de Magalhães e Maria José Magalhães, portugueses que se estabeleceram no Maranhão em 1833, quando esta tinha apenas quinze anos.

geral da alfândega do Maranhão, apesar de não agradar muito ao jovem de dezassete anos nem ser produtiva, quer financeira quer intelectualmente, foi bastante enriquecedora, pois deu-lhe a oportunidade de conhecer, por dentro, a actividade comercial. O jovem que conheceria já este mundo, devido aos comentários do seu pai, passou a viver o dia a dia de um caixeiro esforçado e medíocre, como tantos outros:

[...] "era certamente jovem demais para perceber a dimensão dos problemas económicos e sociais que sacudiam a base da burguesia comerciante, mas certamente não ficava indiferente às manifestações concretas da decadência. A venda de escravos, a importação de produtos europeus, a exportação de algodão etc., requeriam formalidades alfandegárias e Aluísio trabalhava num armazém de despachantes de alfândega."¹⁰⁶

A experiência acabou por ser aproveitada, alguns anos depois, aquando da produção do romance *O Mulato*, o que comprova que o autor não ficou alheio ao que ocorria com os jovens caixeiros do seu tempo, naquela cidade: "as ambições, exigências, alegrias e misérias dos caixeiros, suas relações com os patrões, e os sonhos dos mais hábeis de ocuparem um dia essa posição."¹⁰⁷

Depois de abandonar a profissão de caixeiro, exerceu uma série de trabalhos temporários: guarda-livros, professor de gramática portuguesa e de desenho, no colégio do padre Teillon, onde ganhava um salário miserável.

Revelou, precocemente, pendor pelo desenho e pela pintura não se esquecendo nunca "das tintas, do pincel, do carvão e do bloco de rabiscos...começou a pintar retratos da vaidosa burguesia local e, algum tempo depois [em 1876, com dezanove anos], especializou-se na pintura de mortos"¹⁰⁸, por ser mais rentável.

Fez os seus primeiros estudos no liceu da capital maranhense, sob a orientação do famoso Professor Francisco Sotero dos Reis¹⁰⁹. Estuda pintura

¹⁰⁵ Jean-Yves Mérian – *Aluísio Azevedo, Vida e obra (1857-1913). O verdadeiro Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, Banco Sudameris. Brasília, INL, 1988, p.29.

¹⁰⁶ Jean-Yves Mérian, *op.cit.*, p.84.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁸ António Dimas, *op.cit.*, p.3.

¹⁰⁹ Poeta e escritor maranhense do século XIX, autor da primeira gramática brasileira.

com o velho artista italiano Domingos Tribuzzi e com João Cunha mas, aos dezanove anos, sonha com um curso de pintura na Escola de Belas Artes, em Roma, por perceber que São Luís do Maranhão era um meio demasiado acanhado para quem tinha tantas ambições. Era a época das revistas de caricaturas. *A Semana Ilustrada*, de Henrique Fleiusa, já tinha desaparecido, mas surgiram outras publicações do mesmo género. De Portugal, chegava o grande caricaturista Rafael Bordallo Pinheiro e, em São Paulo, vivia Ângelo Agostini que publica *O Diabo Coxo* e *O Cabrião* e funda a *Vida Fluminense*, de que se separou para lançar a famosa *Revista Ilustrada*, campeã na abolição. Artur Azevedo, cheio de verve, era uma das penas que preenchia as páginas de *O Mequetrefe*.

Impossibilitado de ir estudar para Itália, por falta de posses de seus pais, Aluisio Azevedo mudou-se para o Rio de Janeiro, onde o seu irmão já estava cercado de êxito, como comediógrafo, jornalista e futuro teatrólogo de fama.

Estuda na Escola de Belas Artes, durante um ano, mas lutando com grandes dificuldades, que o levam a trabalhar como caricaturista em vários jornais e revistas. Deixou a sua contribuição em jornais como *O Fígaro*, *O Mequetrefe*, *A Semana Ilustrada*, *Zig Zag* e *Comédia Popular* (nesta sob o pseudónimo de Acropólio). Os seus desenhos são considerados interessantes documentos sobre o Brasil da época, quer no plano político, social¹¹⁰ e religioso¹¹¹, quer no que se refere à escravidão, vida literária e artística.

Apresenta-se, desde o início da sua carreira, quer como jornalista, quer como caricaturista, declaradamente anticlerical.

Virulento e panfletário mostra-se fortemente influenciado por Guerra Junqueiro, quase que decalcando as estrofes anticlericais da obra, *A Velhice do*

¹¹⁰ Os seus desenhos satíricos sobre a vida social tinham como primeiro alvo os portugueses, uma vez que o autor se sentia brasileiro e não filho de portugueses. Ilustrou *O Fígaro* com os “Trinta Botões”, inspirado na farsa de Eduardo Garrido, *O Manuel Trinta Botões*, que ia ser representada na época (os portugueses eram apresentados como pobres, à chegada ao Brasil mas, no final das suas vidas e depois de explorarem o povo brasileiro, apresentam-se fartos, gordos, comendadores ou nobres.)

¹¹¹ Por exemplo num desenho que mostra o povo brasileiro retratado na figura de Jesus Cristo Crucificado, com a legenda: “E o povo...o povo também é rei, é rei como Jesus! Para beber o fel, para morrer na cruz.”, o General Duque de Caxias, primeiro ministro, fere o crucificado, com uma lança, enquanto o Imperador e um padre jogam com dados; noutra representa a Idade do ouro sob traços de um índio, antes da chegada dos portugueses

*Padre Eterno*¹¹², criticando asperamente padres e frades e até satirizando a próprio ritual eucarístico, numa extensa poesia, publicada ao longo de várias edições de um periódico.

Talvez possamos dar aqui uma breve panorâmica da polémica travada entre alguns jornais da época, na qual o autor se envolveu.

No poema “A Missa”, publicado a três de Abril de 1877 em *O Mequetrefe*, dedicado aos seus amigos do Maranhão, “Aluisio Azevedo critica a instituição da Igreja sob todos seus aspectos, denunciando a falsa moral e a hipocrisia das práticas religiosas: sendo contra a credulidade, o obscurantismo e o fanatismo, adere à filosofia positivista e enaltece a Instrução, a Ciência, o Progresso e a Higiene. Não se trata de um hino ao materialismo, mas sim a uma filosofia que encontra seu fundamento no culto da humanidade e numa moral que apela para o Deus da consciência.”¹¹³ O enunciador começa por chamar os fiéis, ainda adormecidos, para a cerimónia religiosa, pois o sino já tocava...

“Acorda! Acorda! Ó velhas convertidas
Que fostes noutro tempo amantes presumidos.
Deixai a fofa cama, e vinde ouvir a missa!
Três horas da manhã! Enxote-se a preguiça!...
A pé, velhas a pé! Chamem os pequeninos...”

Como os versos eram citados sem o nome do autor, alguns foram tomados como pertencendo a Guerra Junqueiro como, por exemplo:

“Levantem-se, gentis, românticas beldades!
Ó pustulenta flor das ruas da cidade!”

Noutras passagens, insurge-se, mais violentamente, contra a religião católica, como nestes versos no final do poema, atrás referenciado:

¹¹² Livro escrito em 1879 por Guerra Junqueiro (1858-1923) mas que só é publicado em 1885, contendo um conjunto de 50 poesias. O poeta confessa que, por ter escrito o livro na sua mocidade, foi muito injusto com a Igreja, classificando a obra como um livro mau, contendo, porém, coisas belas. O autor ...”arrepender-se-á mais tarde do estreito sectarismo deste livro, onde há também, no Preâmbulo, trechos líricos muito apreciados.”, in *Dicionário de Literatura Portuguesa, Brasileira, Galega e Estilística Literária*. Direcção de Jacinto do Prado Coelho. 4ª edição. 2º Volume. Porto, Figueirinhas Editora, 1994, p.514.

“Se te sustenta impune o mundo quase inteiro
Se és o grande mar dos rios de dinheiro.
Ó vá religião! É que, neste universo,
A ignorância é vasta e pálido o progresso!
Se tens tu tanto assim amor à humanidade
Pratica de outro modo a tua caridade,
Acaba de uma vez com o pândego latim,
Derriba esses pagés forrados de cetim,
Dá trabalho ao pobre, ao Ignorante escola,
E ao cego, ao louco, enfim, darás esmola!”

A violência anticlerical é explicável à luz das circunstâncias históricas da época. Os jornais eram a forma de divulgação das ideias que agitavam a Europa. O Positivismo alastrava entre os jovens intelectuais e os positivistas encontravam-se, em grande número, nas lojas maçónicas. Eram eles os principais opositores aos ultramontanos, durante a grave crise que abalou o Brasil – a “Questão dos Bispos” –, incentivada por padres reaccionários do nordeste, que condenou os bispos de Olinda e de Belém e que castigou e discriminou padres maçons. O desgaste das relações entre a Igreja e a Maçonaria e, em 1870, o concílio do Vaticano, que decretou a infalibilidade papal, deu origem ao conflito.

Durante vários anos, maçons e positivistas, fazendo uso da imprensa, lutaram a favor de uma Igreja nacional, independente de Roma.

O abolicionismo, que irrompia vigorosamente, também denunciava algumas ordens religiosas que mantinham escravos, para fazerem os trabalhos mais duros e até para os alugar a terceiros. Aluísio não era, pois, uma voz isolada; outros nomes como, Saldanha Marinho, Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa...contribuíram para este movimento vigoroso de oposição aos membros da Igreja.

O jornal servia de “arena” para as suas discussões com o clero, mas foi no periódico maranhense, *A Flecha*, que o autor ajudou a criar, que a polémica foi acirrada.

¹¹³ Jean-Yves Mérian, *op.cit.*, p.119.

“Estamos com santo António à porta.

A festa promete ser de encher o olho – o Tinoco já cortou a bela cabeleira para dá-la de presente ao santo, dizem que a pedido da irmandade.

A falar em irmandade.

A falar da irmandade!

Consta-nos por conta particular que no Pará, uma irmandade religiosa fez presente a Dão António uma trabalhada cadeira de guaraná e um cajado de borracha.

O Ilustre prelado resolveu tomar a cadeira em limonadas e ficar com o cajado para seu uso.”¹¹⁴

“Pitrybi”¹¹⁵ era o pseudónimo que utilizava para escrever uma coluna, chamada “Piticaías”, onde disparava provocações contra o clero maranhense, além das caricaturas que desenhava, tal como já fazia no Rio de Janeiro.

Para se compreender a forma como o romancista desenvolveu a sua veia jornalista anticlerical, em São Luís do Maranhão, é necessário observar onde encontrava ele razões para este comportamento.

Em 1880, a Igreja Católica reagiu, ao aperceber-se da expansão positivista que chegava àquela província, com a criação do jornal *Civilização*, cuja missão era “conservar, explicar, desenvolver e defender as verdades eternas que foram o riquíssimo património do Cristianismo”, tal como está explícito no editorial do primeiro exemplar deste periódico, de catorze de Agosto. Abaixo do título do jornal, havia escrito “órgão dos interesses católicos”. Esta publicação, cujo propósito era defender o clero, atacando tudo o que o ameaçava, circulava três vezes por mês, tendo como colaboradores o poeta Euclides de Faria e o Padre Raimundo Alves da Fonseca.

Em contraponto com o jornal *Civilização*, Aluísio Azevedo e os seus amigos fundaram *O Pensador*, que passou a circular com a mesma periodicidade do primeiro.

¹¹⁴ Rosane Pinheiro – “Sob a Pena Do Jornalismo E Do Romance”, in www.associaçãomaranhense.de.imprensa.

¹¹⁵ “Pitrybi” é o nome de uma árvore de madeira muito rija. Também o autor teve de ser muito forte para arcar com as consequências de enfrentar a Igreja: o clero, as beatas e a própria burguesia. Além deste pseudónimo usou também: Luinho, Gerofflé, Semicúpio dos Lampiões, Acropolio, Vítor Leal (junto com Olavo Bilac, Coelho Neto e Pardal Mallet), Rui Vaz, Aliz-Alaz, Asmodeu...

A 10 de Setembro de 1880 saiu, com menos de um mês de diferença, a primeira edição de *O Pensador*, que surge como um órgão dos interesses da sociedade moderna, protegido pelas lojas maçónicas. A contundência, a ironia e a agressividade dos textos publicados na secção “Ecos da Rua”, preocupava os sacerdotes e os seus seguidores.

“Um bispo não é uma necessidade absoluta. Não se pode passar sem comer nem beber, mas sem bispo, passa-se perfeitamente bem; porém já que o governo no-lo impõe, temos o incontestável direito de exigí-lo bom, sensato e muito ilustrado, mesmo porque sem tais predicados, não pode bem dirigir a diocese.

Tem o sr. D. António todos os predicados necessários para ser um bom pastor?!! Vejamos:

Um bispo deve ser muito ilustrado, e o sr. D. António não o é. Um bispo deve ser calmo e reflexivo, e o sr. D. António é zangado e genioso.

Um bispo deve ser grave até nos gestos e o sr. D. António tem até o andar buliçoso. Um bispo deve saber a palavra sagrada, e o sr. D. António quando prega caceteia o respeitável público!

Um bispo deve ser manso como um cordeiro, e o sr. D. António é muitíssimo brabo.”¹¹⁶

As colunas deste periódico “estampam furiosas catilinárias contra os hábitos do clero, denunciando os religiosos que viviam amancebados, cheios de filhos, exprobrando aqueles outros que nas ruas principais da cidade, à semelhança dos ricos comerciantes portugueses, se apresentam ostensivamente, com amantes, teúdas e manteúdas. A licenciosidade dos sacerdotes, até então só comentada em murmúrios, à socapa, salta agora para a luz do dia, é exposta, com todas as letras, nas páginas do jornal” [...].¹¹⁷

Pelo facto de Aluísio ser um dos escritores do jornal, passou a ser o principal alvo dos insultos do periódico rival (era acusado de ter um pacto com Satanás e chamado de pedreiro livre) e a equipa do jornal chegou mesmo a ser processada judicialmente.

¹¹⁶ Rosane Pinheiro, *op. cit.*

¹¹⁷ Fernando Góes – “Aluísio de Azevedo e *O Mulato*”, in Aluísio Azevedo – *O Mulato*. Obras completas. Volume 2. 21ª edição. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1980, p.24.

Todos os que pertenciam ao periódico *O Pensador*, pelas injúrias escritas, principalmente acerca do padre Francisco José Batista, foram incriminados. Aluísio, pelo facto de ter somente vinte e cinco anos, não pode ser incriminado, à luz da legislação vigente na época. António Joaquim de Barros Lima, dono da tipografia, foi condenado a quatro meses de prisão e ao pagamento de multas.

Surgiu, então, a necessidade da publicação de um jornal diário, já que não eram suficientes as três edições mensais do periódico, para dar conta da situação criada pelos clérigos e seus opositores. Em Outubro de 1880 surge o *Pacotilha*¹¹⁸, com o intuito de fortalecer as provocações de *O Pensador*.

A rivalidade com o clero maranhense agravou-se ainda mais com a publicação de *O Mulato*, obra que reprova com veemência o ignóbil racismo do fim do século XIX, e dá uma autêntica demonstração do anticlericalismo.

[...] "o mínimo que recebeu como advertência e resposta foi uma crítica de Euclides Faria, que o aconselhava a pegar na enxada em vez de ficar escrevendo. «Precisamos de braços e não de prosas em romances. À lavoura, meu estúpido! À lavoura!», esbravejava o ofendido redator de *A Civilização*, jornal do clero maranhense e, portanto, adversário de *O Pensador*."¹¹⁹

"No tratamento do anticlericalismo, o texto [de *O Mulato*] segue as trilhas ecianas, ao destacar um clérigo devasso e a sua influência perniciosa no comportamento de uma sociedade burguesa e hipócrita. Traz para a literatura também a luta aberta que, livre-pensador, tratava contra os padres maranhenses através da imprensa."¹²⁰

O clero maranhense ficou revoltado com a personagem "cónego Diogo", um padre sem escrúpulos, apanhado em adultério com a esposa do pai de Raimundo, José da Silva e que acaba por "mandar matar" o protagonista.

A divulgação e venda do romance, que ganhou projecção nacional, foram feitas pelos periódicos *O Pensador* e *Pacotilha*. O primeiro custava três mil reis e

¹¹⁸ Quantidade de géneros que o passageiro de um navio podia levar consigo, sem pagar o transporte deles; artigo mal acabado, grosseiro; fancaria.

¹¹⁹ António Dimas, *op cit*, p.4.

¹²⁰ Sílvio de Castro – *História da Literatura Brasileira*. Lisboa, Alfa, volume II, p.256.

incluía o romance na sua edição e o segundo preocupava-se com o enaltecimento do autor e da sua obra.

O jornal *Civilização* reagiu, através da publicação de cinco artigos, entre eles o do dia vinte e três de Julho de 1881 que afirma ser "muita audácia, ou muita ignorância ou ambas as coisas ao mesmo tempo! É contar demais com a ignorância dos leitores, com a benevolência da crítica nacional, e julgar os outros por si. Permita o juvenzote, autor do *Mulato*, que me admira ainda uma vez. A sua compreensão sobre o realismo é de eternas luminárias! Melhor seria fechar os livros, ir plantar batatas e jurar com o antigo rifão: abraçou o asno com a amendoeira. E acharam-se parentes."¹²¹

Retomando a linha biográfica do escritor, verificamos que ele se integrou nos grupos boémios da época, ao lado de Coelho Neto, Olavo Bilac, Guimarães Passos, Paula Ney e outros, dedicando-se, ao mesmo tempo, à escrita dos seus romances.

Em 1878, regressa a São Luís devido ao falecimento do seu pai¹²², de 62 anos, para cuidar dos negócios paternos, da mãe e dos irmãos menores. "Essa viagem marcou, praticamente, o fim do desenhista e pintor e o começo do escritor."¹²³

Abandonou entretanto a pintura e estreou-se na literatura, com um medíocre folhetim, de características românticas, intitulado *Uma Lágrima de Mulher* (1879). Estava, na altura, ainda longe de ser o escritor que hoje conhecemos e respeitamos.

O culminar da sua rebeldia ocorreu em 1881, quando publicou *O Mulato* que, como referimos, destacava a corrupção do clero o preconceito racial existentes na burguesia da provinciana *Atenas Brasileira*. A advertência e resposta crítica de Euclides Faria, ilustre redactor do periódico *A Civilização*, publicada no número de 23 de Julho, de 1881, em forma de artigo, não se fez esperar, aconselhando Aluísio a pegar na enxada em vez de escrever.

¹²¹ Rosane Pinheiro, *op. cit.*

¹²² Poder-se-á pensar que David Gonçalves de Azevedo talvez ocupasse uma alta função na hierarquia maçónica já que na altura da sua morte, a imprensa publicou a seguinte notícia necrológica: "O saímento teve grande concurso, formando alas com tochas em frente do ataúde. Ocupando o falecido nesta capital o cargo de delegado do Grande Oriente da Lavradio, foram as despesas do funeral feitas a expensas da sociedade Estrela do Oriente.", Jornal "O País", São Luís do Maranhão, 10.8.1876, in Jean-Yves Mérian, *op.cit.*, p.80.

¹²³ António Dimas, *op. cit.*, p.3.

Volta para o Rio de Janeiro a 7 de Setembro de 1881, então com vinte e cinco anos, depois de muitas críticas, mas também de elogios de nomes como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Raul Pompeia e Valentim Magalhães, entre outros, deixando definitivamente para trás o desenho e a pintura.

Passa a viver exclusivamente da literatura e, no ano seguinte, lançou dois romances inferiores que, mais tarde, mudaram de nome: *Memórias de um Condenado* (*A Condessa Vésper*, 1882) e *Mistério da Tijuca* (*Girândola de Amores*, 1883). Em 1884, “criterioso observador dos tipos humanos, crítico por natureza, Aluísio vasculhou atentamente as atividades dos donos de casa de cómodos, dos imigrantes que aqui se instalavam em busca de dinheiro fácil e escreveu duas de suas grandes obras de tendência naturalista: *Casa de Pensão* (publicado em folhetins em 1883) e *O Cortiço* [1890]. Prosseguia dando alfinetadas no imigrante português e denunciando a degradação moral da terra.”¹²⁴

O autor foi-se afirmando como escritor, dedicando-se em simultâneo ao jornalismo e ao teatro. Em 1885 veio a público o romance *O Curuja*.

Viver da literatura, no Brasil, não era fácil, naquela época (e ainda hoje), apesar do prestígio de Aluísio se ter definitivamente consolidado com *O Cortiço*, obra reconhecida pela comunidade literária: “Escrever tem sido até hoje aqui no Rio de Janeiro a minha grilheta, muito pesada e bem pouco lucrativa” [...].¹²⁵

Um dia, o seu conterrâneo Graça Aranha sugeriu-lhe que tentasse a diplomacia, como forma de conseguir alguma segurança profissional. Aluísio acolheu a sugestão e, em 1895, com quase 40 anos, ingressa na carreira diplomática, fechando-se, assim, um círculo e abrindo-se outro. Devido a esta nova profissão, a de cônsul, percorreu uma série de países estrangeiros, fazendo uma longa peregrinação pelo mundo. Em 1896, quinze anos após a sua saída de S. Luís do Maranhão, parte para a cidade espanhola de Vigo, e viaja durante dezassete anos, entre Nápoles, Inglaterra, Japão e, por fim, Buenos Aires, desenvolvendo um trabalho duro e desfazendo a imagem idealizada que fazia da diplomacia.

¹²⁴ Luiz Antônio Ferreira – *Roteiro de leitura: O Cortiço, de Aluísio Azevedo*. S Paulo, Editora Ática, 1997, p.17.

¹²⁵ Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, p.141.

A partir de então, surpreendentemente, abandonou a produção literária, ignorando-se por completo os motivos da sua renúncia.

Uniu-se à argentina Pastora Luquez e adoptou os dois filhos da companheira.

Faleceu a 20 de Janeiro de 1913, quando trabalhava em Buenos Aires. Coelho Neto e outros académicos propõem à mesa da Academia que solicite ao Ministério das Relações Exteriores a transladação dos restos mortais do romancista para a sua cidade natal, o que aconteceu em 1919.

Aluísio Azevedo viveu e escreveu num tempo histórico de grandes contradições sociais, políticas e económicas.¹²⁶ As mudanças operadas nessas décadas não romperam totalmente com o passado e, assim, se pode explicar o hibridismo da sua obra. O passado regido pela economia escravista agro-exportadora dos senhores das terras, vinculada a uma dimensão romântica idealizada e conservadora, e o presente, preso à economia liberal, ao modelo norte-americano de democracia e associado ao cientificismo e ao Realismo-Naturalismo, não se diferenciam muito no que diz respeito à configuração social e cultural que continuava autoritária e elitista.

A sua obra regista uma luta discursiva entre o romantismo e o realismo - naturalismo, e esta tensão entre paradigmas diferentes encontra-se registada, através de uma linguagem híbrida presente, principalmente, nos romances folhetinescos.

¹²⁶ “A década de 1870 assinala a degradingolada do regime até aí vigente. Os militares chegados dos campos do Paraguai querem participar da vida pública, da qual estavam de fato distantes. Dom Pedro II não os via com olhos favoráveis: homem mediano, tinha entre outros preconceitos, o anticlerical e o antimilitar. [...] Logo no começo da década de 1870 verifica-se o choque entre o governo e a igreja – a chamada Questão Religiosa. [...] Havia muitos problemas. Se o Exército é quase republicano, a Marinha é monarquista. [...] De fato, o 15 de novembro, à primeira vista, é uma parada militar. É importante ver nestes conflitos algo além de desentendimentos com autoridades governamentais, com a emergência de novo grupo político, diverso do setor atuante até então, constituído eminentemente por fazendeiros. É uma das expressões do surgimento da classe média como força.

Outra perda irreparável de apoio decisivo é a abolição do estatuto escravo sem indenização aos proprietários. Estes, certamente o mais ponderável elemento político, desgostam-se com a ordem dominante e passam a ser-lhes indiferentes e hostis, aumentando as fileiras republicanas. A monarquia já não merecia mais confiança, pois desrespeitara a propriedade, e, tirando-lhes a mão-de-obra quase gratuita, abala-se a posse da terra que continuavam a deter. [...] Superara-se o escravismo, impondo-se o trabalho livre, assalariado. Com outra forma de produção, tem-se o quadro para o estabelecimento do capitalismo, até aí ainda frágil. De fato, o 13 de maio de 1888 é mais importante que o 15 de novembro de 1889, do qual foi o principal agente. É o juízo certo de Sérgio Buarque de Holanda: «1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado

Os estudiosos fizeram com que se estabelecesse uma cisão entre a obra aluisiana, considerada literária e artística, e a obra denominada de subliterária¹²⁷.

Fundamenta-se esta cisão na concepção de linguagem literária homogênea, discriminando a parte da obra que abriga registos de linguagem díspares, tais como o humor, a paródia, a carnavalização, em comparação com a linguagem dos romances considerados literários.

As obras mais autorizadas pela crítica, romances considerados literários e relevantes para a história da Literatura Brasileira, são *O Mulato*, *O Cortiço* e *Casa de Pensão*.

Os romances considerados menores, no conjunto da produção artística do autor, têm interesse cultural e foram publicados em jornais de renome, *O Paíz*, *A Gazetinha*, *Folha Nova*, *Gazeta de Notícias*, *A Semana*, sendo assim lidos por uma quantidade considerável de leitores oitocentistas. Este tipo de obras não era dirigido às autoridades literárias (apesar destas as lerem, quanto mais não fosse para as desqualificar), mas a um público leigo, que tinha a literatura como um entretenimento e talvez o meio de acesso a algum conhecimento.

singular e incomparável.»”, in Francisco Iglésias – *Trajetória Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, pp. 181-185.

¹²⁷ Além deste termo que desqualifica o conjunto da obra, já desvalorizada quando é considerada menor, outros epítetos são usados para depreciar essa produção, tais como: folhetinesca, de carácter industrial, mercadológica, literatura de massa... cf. Arnaldo Saraiva – *Literatura Marginalizada*. Porto, 1975, pp.103-121.

V – TRÊS ROMANCES NATURALISTAS BRASILEIROS

1. – O MULATO

[...] "um dos romancistas-pintores que tanto enriqueceu a aquarela do Brasil."

Luís Carlos Junqueira Maciel

*O Mulato*¹²⁸ teve, logo ao ser publicado, um sucesso retundente, que o tempo prolongou de algum modo. É uma obra admirada por todos os leitores, independentemente da sua categoria ou nível de cultura.

"Como meio de promover seu novo romance, *O Mulato*, Aluísio Azevedo veicula, através de *O Pensador*, uma «notícia» sobre a chegada à S. Luís do Dr. Raimundo José da Silva, em verdade protagonista da obra. O recurso utilizado rendeu, em pouco tempo, a venda de cerca de dois mil exemplares do livro."¹²⁹

Com a publicação de *O Mulato* em 1881, Aluísio Azevedo introduz o Naturalismo na Literatura Brasileira e faz uma crítica anticlerical¹³⁰, projectada na figura do padre e depois cónego Diogo, e anti-racista à sociedade provinciana do Maranhão, impondo a atenção de letrados e do público. A obra foi escrita como instrumento de combate social em que o autor questiona os fundamentos da sociedade, combatendo o clericalismo e a escravidão, e denunciando a condição preconceituosa em que viviam os mestiços e os negros no Brasil:

¹²⁸ Aluísio hesitou entre dois títulos para a obra: *A Casa de Manuel Pescada* ou *O Mulato*, o que traduz a importância que assumem as duas personagens. Consultar a este propósito, Fernando Góes, *op. cit.*, pp.25-26.

¹²⁹ Roger Rouffiax – "Aluísio Azevedo: Vida e Obra. *O Mulato*", in Aluísio Azevedo – *O Mulato*. Porto Alegre, L&PM, 2002. pp.3-5.

¹³⁰ Esta dimensão anticlerical encontra-se também bem visível nos romances folhetinescos, *A Mortalha de Alzira*, publicado em 1893, e *O Coruja*, em 1889.

“Como adepto do Naturalismo, partiu de bases científicas para analisar uma sociedade considerada decadente, a sociedade burguesa, romântica, brasileira, da segunda metade do século XIX, composta de doentes dos sentidos, sujeitos a imperativos do sangue e do contexto social e a convenções hipócritas.”¹³¹

É, porém, impossível deixar de perceber tintas românticas na obra uma vez que o enredo é representado por personagens quase sempre unidimensionais e é situado numa atmosfera de mistério, que culmina numa trágica história de amor. Escrito em plena efervescência da Campanha Abolicionista, Aluísio Azevedo não manteve nela uma postura neutra e imparcial, que caracteriza os autores Realistas/Naturalistas. Pelo contrário, ele tomou o partido do mulato, do homem de cor, idealizando exageradamente Raimundo, que mais parece um herói dos romances românticos: é ingênuo, bondoso, ama platonicamente Ana Rosa e ignora a sua condição de homem de cor.

Cientificamente, a personagem é, à primeira vista, inverosímil pois, sendo filho de pai branco e de negra retinta, tem grandes olhos azuis, cabelos um tanto pretos, mas lustrosos, pele amulatada, mas fina. “Era de fato um mulatão bonito o Dr. Raimundo, herói do romance”¹³², que atraía não só as donzelas, mas também senhoras casadas e viúvas de S. Luís do Maranhão.¹³³

Segundo Gilberto Freyre, no Brasil do século XIX, os mulatos passavam inúmeras vezes por brancos, em lugares onde a sua origem fosse desconhecida, por serem alguns loiros e com olhos azuis. Estes exerciam um grande poder de atracção sexual, em circunstâncias semelhantes às do romance, e por eles [...] “se apaixonaram tantas senhoras brancas, talvez enojadas dos maridos alvos ou pálidos, a quem se entregavam já sem gosto, no silêncio das noites quentes do Maranhão, sobre as enormes camas de jacarandá das alcovas dos sobrados” [...].¹³⁴

Apesar da obra apresentar resíduos românticos, o escritor maranhense realiza uma impiedosa crítica social através da sátira das personagens típicas de S. Luís: o comerciante rico e grosseiro, a velha beata e raivosa, o padre relaxado

¹³¹ Massaud Moisés – *História da Literatura Brasileira. Volume II. Realismo e Simbolismo*. 5ª edição. São Paulo, Editora Cultrix, p.34.

¹³² Gilberto Freyre – *Sobrados e Mucambos*, p.733.

¹³³ Aluísio Azevedo, p.101.

e assassino, e uma série de personagens que resvalam sempre para o imoral e o grotesco. No entanto, ao inspirar-se em pessoas que, de facto, conhecia, o escritor despertou a ira na sociedade maranhense.

“Havia escolhido três alvos principais: os portugueses, responsáveis a seus olhos pelo conservadorismo econômico, social e cultural; a Igreja, que mantinha o povo na ignorância e na superstição para melhor controlá-lo; a escravidão, causa do atraso econômico, da injustiça e da imoralidade.”¹³⁵

Numa época em que o país ansiava por mudanças, a questão abolicionista era um tema palpitante na corte, mas o Maranhão mantinha-se como uma das províncias mais escravistas do país. O autor expõe, na obra, um meio pouco sensível às transformações que surgiam nos maiores centros do sul do Brasil.

Na cidade, ainda não havia condições realmente favoráveis à livre iniciativa, conforme ocorreria pouco depois: o comércio e a agricultura seguiam a rotina implantada pelo colonizador português e o braço escravo, sua principal fonte, ia deixando atrás de si uma população marginalizada de mestiços, cuja assimilação era difícil, tanto por preconceitos de cor, como pelas baixas condições económicas em que viviam, sob a indiferença dos que mais beneficiavam do seu trabalho: a burguesia urbana e os grandes proprietários rurais. Os mulatos encontravam-se ainda muito próximos da senzala e muitos deles, como Raimundo, haviam nascido no cativeiro e a sua ascensão social encontrava ainda muitos pontos de resistência nas convenções estratificadas.

A trama central repete o estereótipo do amor que luta contra o preconceito racial e as proibições familiares, velho chavão romântico, e propõe um protagonista mulato que ignorava as suas próprias origens sociais, a sua condição de filho de escrava, para atacar e denunciar os mecanismos perversos e cruéis das relações de raça e de classe no Maranhão neo-colonial dos anos 1860/1870. Pode-se determinar o tempo histórico pela alusão ao final da Guerra Franco Prussiana, com a vitória da Prússia sobre a França, em Janeiro de 1871:

¹³⁴ Gilberto Freyre, *op.cit.*, p.734.

¹³⁵ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, p.326.

“E passaram a conversar sobre a Guerra Franco–Prussiana, extinta pouco antes.”¹³⁶

Aluísio é descendente de portugueses e adepto das ideias anti-lusitanas.

Em *O Mulato*, projecta em Manuel Pescada as características do imigrante trabalhador, ambicioso e persistente que só pode despertar a desconfiança e a inveja nos vizinhos. Os seus planos de enriquecimento e comportamento traduzem a natureza arrivista da sua vinda ao país, interpretada, naquele momento, como ameaça para a sociedade.

O pai da frágil Ana Rosa reconhece as virtudes do sobrinho Raimundo, mas não consegue romper a barreira da discriminação imposta pelo meio em que vive, preferindo entregar a filha ao empregado de carácter duvidoso, Luís Dias e demonstrando, deste modo, o seu preconceito.

Segundo Nelson Vieira¹³⁷, essa imagem negativa, focalizada na ganância enquanto característica moral, na aparência corpulenta, como marca física e na rusticidade, como dado de comportamento, constitui a tipologia do romance naturalista em que o imigrante é transformado em mito, nunca chegando a desempenhar, de facto, um papel individualizante.

O anti-clericalismo, uma das marcas da época em que predominava o cientificismo, vê-se na figura falsa e inescrupulosa do cônego Diogo, símbolo do que o romancista pensava do clero maranhense, e da beata Maria Bárbara:

[...] “o cônego Diogo – cujo modelo teria sido copiado, ao vivo, de um dos padres de Santo António – figura importante no entrecho da obra, eixo, mesmo, da intriga do romance, padre astucioso, covarde, perverso, em quem o escritor faz cair as culpas todas dos infortúnios do Dr. Raimundo, culminando com a sua morte, ou antes, do seu assassinato, do qual é o mandante (como antes o fora do pai), armando o braço do Dias, atoleimado, indeciso, em nome de Deus, da religião, da moral.”¹³⁸

¹³⁶ Aluísio Azevedo – *O Mulato*. Texto integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2003, p.98.

¹³⁷ Nelson H. Vieira, *op. cit.*, pp.110-119.

¹³⁸ Fernando Góes, p.30.

D Maria Bárbara prefere a neta morta a vê-la casada com um mulato, o Dr. Raimundo, que afronta a sociedade maranhense, por não perceber a sua condição racial. Este, apesar da sua aparência pouco africana e de uma ilustre preparação com um diploma de Coimbra, é condenado, desterrado e assassinado, no final da história, na sua própria cidade natal. D Maria Bárbara, terrível e intransigente na sua mania da branquidade e ódio aos mestiços, trata-os de cabras, crioulos cheios de fumaça, súcia de apistolados.

A qualidade mestra de Aluísio não é a criação de tipos, figuras, pessoas. O que mais ressalta é o poder que demonstra em lidar com o colectivo, criando ambientes e dando vida a um grupo social, impregnando-lhe sentido e sentimentos:

[...] "a sua pena demora-se mais na visão panorâmica de grupo que nas personagens em particular, geralmente diluídas no ambiente, como se apenas integrassem a paisagem social.

Tal capacidade para enfocar personagens colectivas é, decerto, a grande força narrativa de Aluísio e a sua mais relevante contribuição para a nossa literatura."¹³⁹

Nas primeiras páginas do livro, é-nos traçado um quadro panorâmico do comércio português no Maranhão. Faz-se uma descrição dos mercados dos negros e das relações sexuais entre portugueses e escravas, tão bem exemplificada na história trágica e dolorosa do pai de Raimundo com a negra Domingas. No capítulo da festa de S.João, num sítio da velha Maria Bárbara, nos arredores da cidade, toda a gente se diverte; há músicas, cantorias, conversas, jogos, prendas, recitativos, fogos e ladainhas, e tudo terminado com a morte repentina de Maria do Carmo.

A grande personagem em *O Mulato* é a própria cidade de S. Luís, a sociedade maranhense daquele tempo. Através da narrativa, ficamos a conhecer a cidade e os seus arredores, nos mais variados aspectos.

O romancista critica e condena o meio social que, através das palavras de Raimundo, chama de "província estúpida", "cada vez mais feia, mais acanhada, mais intrigante e menos sociável", verdadeiro "chiqueiro de pretensiosos maus",

¹³⁹ Massaud Moisés, *op.cit.*, p.34.

ao mesmo tempo que se deslumbra com a natureza, descrevendo-a em páginas de grande beleza.

Outra personagem importante do livro é a escravidão, que aparece, em muitos dos seus aspectos: o drama de Raimundo, oriundo dela e vítima da sociedade que a mantém, dos sofrimentos, castigos bárbaros impostos aos cativos, a vida nas fazendas e na cidade, a situação dos forros, largados em bandos pelo sertão e também a influência das negras sobre as sinhás – donas, a quem contavam as intimidades, despertando-lhes, maliciosamente a sensualidade:

“O escravo, de certo modo, tornando-se senhor, influenciando, quase dominando os amos, a senzala passando, sub – repticiamente, a impor muitos dos seus costumes ao sobrado, à casa grande. Tudo isso de mistura com o ciúme, o despeito, a humilhação, a vergonha dos brancos, vendo-se tantas e tantas vezes preteridas pelos maridos, que buscavam nos dengues, no amor lascivo das negras, a plena satisfação do sexo.”¹⁴⁰

¹⁴⁰ Fernando Góes, p.33.

2. – CASA DE PENSÃO

“Neste livro, afirma-se o observador seguro e preciso dos detalhes e o pintor de tipos variados, o analista de costumes, o grande fixador de cenas e episódios e da linguagem típica dos personagens.”

Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa

Este romance, publicado inicialmente no jornal diário *Folha Nova*, processo eficaz para chegar ao grande público, apesar de não ser considerado, pela crítica literária, como a obra mais conseguida ou mais de acordo com os pressupostos da estética naturalista, revela-se paradigmático.

Em *Casa de Pensão*, cronologicamente o primeiro grande romance de Aluísio Azevedo depois de *O Mulato*, o autor transita do ambiente de onde provinha, o Maranhão, para o Rio de Janeiro, ao qual se adaptara. A obra surge como uma espécie de preparação para *O Cortiço*, pelo aglomerado humano que nela já se comparece.

Apesar de *O Mulato* ser considerado o romance que introduz o Naturalismo brasileiro, ele possui ainda um carácter híbrido e é com *Casa de Pensão*, em 1884, que o romancista produz uma obra próxima dos cânones da estética naturalista.

“Este romance, onde o escritor começa a abordar a personagem colectiva, questiona o casamento e a organização da família, o sistema escravagista – de que é vítima a própria sociedade que o mantém (Amâncio é um doente não só em função da educação recebida, mas do leite que bebeu de uma ama negra sífilítica) – e critica as casas de pensão, a justiça e a universidade. A pensão é o microcosmo onde as potencialidades hereditárias de cada um se inibem ou se acentuam.”¹⁴¹

¹⁴¹ Maria Aparecida Ribeiro – *Literatura Brasileira*. nº65. Lisboa, Universidade Aberta, 1995, p.213.

Trata-se de uma espécie narrativa intermédia entre o romance de personagem *O Mulato* e o romance de espaço *O Cortiço*. Como em *O Mulato*, todas as acções estão vinculadas à trajectória do herói, neste caso Amâncio de Vasconcelos. Mas também como em *O Cortiço*, a conquista, a ordenação e manutenção de um determinado espaço favorece ou condiciona a acção.

Em *Casa de Pensão*, Aluísio Azevedo aproveita um caso da crónica policial do Rio de Janeiro¹⁴², ocorrido entre dois estudantes da Escola Politécnica, seis anos antes, aquando da sua primeira estada naquela cidade, para estudar a vida nas residências colectivas.

O sentido documental e experimental do romance naturalista, renunciando ao sentimentalismo e à evasão, procura construir tudo sobre a realidade.

“Neste livro afirma-se o observador seguro e preciso dos detalhes e o pintor de tipos variados, o analista de costumes, o grande fixador de cenas e episódios e da linguagem típica dos personagens.”¹⁴³

As peripécias do romance baseiam-se num caso real, o caso do estudante Capistrano, até nos pormenores. Aluísio ao sustentar a intriga num drama ocorrido na cidade do Rio de Janeiro e amplamente divulgado na época, alicerça a obra sobre os pilares da referencialidade.

O emocionante caso de polícia, conhecido e popularizado sob a epígrafe de *Questão Capistrano*, envolveu dois jovens estudantes da Escola Politécnica, grandes e inseparáveis amigos antes da tragédia: João Capistrano da Cunha e Antônio Alexandre Pereira.

O tão debatido *Affaire Capistrano*, que o povo e os jornais da época consagraram, dividiu o público e nasceram, então, acesas polémicas. O carioca da época seguia e discutia os dois rotineiros processos criminais, em que se misturaram a honra de uma moça e o homicídio do seu sedutor.

¹⁴² Este romance não é o único inspirado num facto do quotidiano da sociedade fluminense. Também *Mattos, Matta ou Malta*, romance-folhetim, publicado em 1885, na revista “A Semana”, é extraído de uma ocorrência que foi objecto de ampla discussão, quer na imprensa da época, quer no meio político de então.

¹⁴³ *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Direção de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa, 2ª edição revista, ampliada, atualizada e ilustrada sob a coordenação de Graça Coutinho e Rita Moutinho. Volume I. São Paulo, Global Editora/ Fundação Biblioteca nacional/ DNL/ Academia Brasileira das Letras, p.295.

A história tem muito de trivial: D. Júlia Clara Pereira era uma modesta professora de piano que, naquele ano de 1875, morava com os dois filhos, António Alexandre Pereira, estudante de engenharia, e Júlia Pereira, de 20 anos, numa pequena casa da Rua Silva Manuel, nº 10. A pobre viúva baiana lutava com inauditas dificuldades para prover a pequena família. As aulas de piano é que lhes mantinham as despesas da casa e dos estudos. A habitação apresentava-se em péssimo estado e resolveram alugar outra, no ano seguinte, bem maior e mais cómoda, no bairro de Santa Tereza, na Rua do Alcântara, nº 71, e que, além do pavimento térreo, tinha o sótão em forma de chalé. Como a nova moradia possuía alguns quartos a mais, deliberaram alugá-los, montando, assim, uma casa de pensão, muito comum naqueles tempos. Dessa maneira podiam auferir outros lucros para os gastos sempre crescentes. Os dois primeiros pensionistas são colegas do filho: Mariano de Almeida Torres e João Capistrano da Cunha, rapazes procedentes do Paraná, tidos como possuidores de bom comportamento e acolhidos no seio da família Pereira sob o maior carinho e confiança. Em pouco tempo, com convívio diário, nasce o namoro entre o estudante Capistrano e a jovem Júlia. O idílio amoroso rapidamente termina e, uma noite – de 13 para 14 de Janeiro de 1876 – aconteceu o imprevisto: o rapaz não se contém e demanda o quarto da moça, desonrando-a. Porém, “ se houve sedução, violência ou consentimento no decorrer da noite...não se soube, e as opiniões divergiram” [...] ¹⁴⁴. Na manhã seguinte, a jovem, entre lágrimas, contou à mãe o que lhe acontecera. A viúva não tem dúvidas e resolve falar com o rapaz. Este tenta desculpar-se, procura adiar o compromisso do enlace para uma data bem remota e, assim, reparar o dano causado. Enquanto isso, dias e meses decorrem sem nenhuma atitude do namorado, frio e indiferente ao cumprimento da palavra empenhada. Quando menos se esperava, saiu de casa e não voltou mais. Todos lhe ignoravam o paradeiro. Deixa, apenas, na pensão, a roupa, os livros, a mala... A mãe e o tutor da vítima resolveram fazer queixa dele à polícia. Compareceram na esquadra acompanhados do advogado Dr. Jansen de Castro Júnior, e exigiram 50 contos de indemnização pelos danos causados à jovem. O inquérito teve o seguimento natural e, quando concluído, foi enviado a Juízo. Os jornais da época encarregaram-se de o divulgar, num noticiário pormenorizado e

¹⁴⁴ Jean-Yves Mérian, *op.cit.* p.102.

profuso, enchendo colunas e colunas, dias e dias seguidos, a explorar morbidamente a curiosidade pública. A população apaixona-se pelo caso. Uns achavam que seria uma tentativa de conseguir um casamento fácil, enquanto outros, mais exaltados, eram de opinião contrária e julgavam-no digno de pena severíssima. O indiciado João Capistrano da Cunha, acompanhado por três bons advogados, Drs. Busch Varela, Duque Estrada Teixeira e pelo conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, futuro chefe do partido Republicano, compareceu à barra do Tribunal, no dia 17 de Novembro. Figurou como promotor público interino o Dr. Ferreira de Oliveira, que produziu uma acusação veemente. A colossal massa popular, que encheu o salão, vibrou. Contraditou-se o defensor do réu, Dr. Busch Varela. À réplica do promotor, responderam os outros dois patronos: Dr. Duque Estrada Teixeira e o conselheiro Joaquim Saldanha Marinho, que conseguiram a absolvição do seu constituinte, após calorosos debates, ovacionando os diversos advogados e, à saída, todos aplaudem o absolvido, carregado em triunfo pelos colegas. Oferecem-lhe ainda um banquete em regozijo, no Hotel Paris. O desfecho obteve viva repercussão na sociedade fluminense. A viúva e o irmão da “vítima” não se conformaram com tão injusta e iníqua sentença. Desesperado, o jovem António Alexandre Pereira passa três dias ponderando o que deveria fazer, pois acha que deve tomar uma atitude. A ideia fixa aflige-o, mortifica-o, era necessário lavar a honra da família tão rudemente ofendida. Resolveu fazer justiça com as próprias mãos. Impunha-se uma lição de mestre ao impune autor da desgraça da irmã, que, dia e noite, chora envergonhada em profunda prostração. O académico adquire uma arma de 25 cápsulas por 22\$000 e sai à procura do amigo da véspera. Encontrou-o em plena na Rua da Quitanda, fronteiro ao nº 128, cerca das 10 da manhã, quando se dirige a casa do seu correspondente, um negociante da Rua de São Pedro. Alvejou-o, pelas costas, com cinco tiros e feriu-o gravemente, no pulmão esquerdo. O rapaz correu para o interior do armazém, fugindo a novo disparo e pedindo socorro, mas caiu exaurido sem forças, acabando por morrer. O agressor tentou, em vão, escapar, mas acabou por ser preso em flagrante por Augusto César de Mascarenhas, que passava na ocasião e o entregou à Justiça. Os alunos do Politécnico exaltam-se e promovem uma série de homenagens ao colega morto: vestem-se de luto, choram.

O enterro transforma-se em apoteose pública, com o corpo carregado à mão, por estudantes e políticos, que comparecem concitados pela astúcia partidária de Saldanha Marinho, um dos advogados do morto. O próprio Visconde do Rio Branco, director da Escola, suspende as aulas por dois dias. Mais de duas mil pessoas acompanham o enterro. O processo de homicídio corre os trâmites legais. O académico António Alexandre Pereira sentou-se no banco dos réus a 20 de Janeiro de 1877, defendido pelo mesmo advogado que figurara no caso da irmã, o Dr. Jansen de Castro Júnior.

Os debates atraem mais gente que no episódio anterior. As antipatias populares, até agora contra a família Pereira, transformam-se em simpatias pelo assassino. O mesmo júri, que absolveu o primeiro, absolve o segundo, inocentando-o por unanimidade de votos. Todos aplaudem o *verdictum* do Tribunal e o acusado é carregado, em triunfo, pelos mesmos colegas, que ovacionaram o morto da véspera:

“Tudo havia se passado como num romance romântico. António Pereira agira impulsionado por nobres sentimentos em defesa da honra de sua irmã!”¹⁴⁵

Estas duas tragédias que abalaram o Rio de Janeiro daqueles tempos (a famosa *Questão Capistrano*) que iriam, seis anos depois, inspirar o romancista Aluísio Azevedo; mas não se contentaria com os factos históricos pois introduziria nele algumas modificações, a começar pelas nominais.

[...] “O estudante maranhense João Capistrano da Cunha torna-se Amâncio Vasconcelos; António e Júlia Pereira são respectivamente João e Amélia Coqueiro. Aluísio Azevedo substitui a mãe de Júlia Pereira (Amélia) por uma viúva francesa de meia-idade, Madame Brizard, que ele torna esposa e cúmplice de João Coqueiro. Esta francesa tem também uma filha, Nini, que é uma jovem viúva histérica.”¹⁴⁶

A narrativa não obedece a uma ordem cronológica pois, logo no primeiro capítulo, o narrador coloca-nos diante de Amâncio e Luís Batista Campos já no Rio de Janeiro. Só depois voltamos ao Maranhão, para que nos sejam dados a

¹⁴⁵ *Idem*, p.102.

¹⁴⁶ *Idem*, p.528.

conhecer, numa analepse, alguns factos da vida e da educação do protagonista, elementos fundamentais dentro da estética naturalista e determinista, que condicionam fatalisticamente Amâncio.

Depois, a narrativa caminha, de um modo geral, de forma linear e os episódios passam-se no Rio de Janeiro, já que o protagonista não faz viagens, apenas planeia voltar à província, o que não chega a acontecer. O romance deixa em aberto algumas situações, por exemplo a de João Coqueiro ou de D. Ângela, não havendo final feliz, nem a vitória dos heróis.

Casa de Pensão é um romance experimental, de observação. O que o escritor pretende é, na esteira naturalista e determinista, estudar os costumes que orientam a vida das personagens. Praticamente, toda a estirpe de tipos que fazem parte do universo narrativo da obra obedece à rigorosa influência das suas heranças temperamentais e do meio em que evoluem.

À imagem de outros romances de Aluísio, nomeadamente *O Cortiço*, *Casa de Pensão* revela uma preocupação acrescida com a pintura das personagens colectivas, e com os ambientes em que eles se movem: reuniões de pensionistas, vida dos operários, etc... O grupo e o meio adquirem uma redobrada importância, sobrepondo-se ao indivíduo que não funciona isolado da sua envolvimento.

O espaço escolhido pelo escritor torna-se, assim, um lugar privilegiado para a observação. É uma espécie de micro-cosmos, onde convivem pessoas das mais variadas procedências e dos mais diversos interesses e profissões:

“*Casa de Pensão* afigura-se-me a psicologia em ação de um dos mais originais produtos da vida fluminense.

[...] Estabelecimentos tais têm vida própria, coletiva embora; têm suas leis de movimento; aquele conjunto produz uma moral; os vícios predominantes apuram-se; os cacoetes organizam-se e entram em greve para oferecerem combate aos resolutos e para esmagarem os inespertos.”¹⁴⁷

¹⁴⁷ Araripe Júnior, *Aluísio Azevedo*, “Novidades”, Rio de Janeiro, 7.4.1888, in *Obras Completas*, volume II, p.83, in Jean-Yves Mérien, *op.cit.*, p.531.

Contudo, o grupo que, à primeira vista, se apresenta heterogéneo, é movido por duas preocupações essenciais: a ganância pelo lucro e a sexualidade. Tudo o que pertence ao domínio dos valores morais passa para segundo plano e o que reina é a hipocrisia.

É de tal forma a força do meio que apenas caracteres fortes poderiam oferecer alguma resistência às suas solicitações.

Ora, no caso concreto da *Casa de Pensão*, os heróis são frágeis, acabando por serem vítimas do ambiente que os envolve.

Amâncio, figura central do romance, tem todas as predisposições para ser “tomado” por essas atracções: jovem provinciano, abastado, com sede de novos conhecimentos, acaba por não resistir às armadilhas dos donos da casa de pensão.

Amélia é um instrumento nas mãos do irmão e da cunhada, pouco escrupulosos, que tudo fazem para conseguir um modo de pôr a mão na fortuna do jovem provinciano acabado de chegar.

O escritor, numa perspectiva naturalista, cuidou minuciosamente o passado das personagens. Realça em Amâncio, por exemplo, das suas origens sociais e da sua juventude.

Outras personagens não deixam de ser tratadas por Aluísio Azevedo com minúcia semelhante, como comprovam os casos de João Coqueiro e de sua irmã Amélia.

O autor funda a intriga romanesca em dois projectos: o desejo, por interesses financeiros, de casar a irmã com Amâncio, por parte de João Coqueiro; e a finalidade do próprio Amâncio em se aproveitar dos encantos de Amélia, sem qualquer tipo de compromisso.

Paralelamente, Amâncio mantém uma aventura paralela com Hortência Campos, onde dá largas ao seu desejo de seduzir a dona da casa de pensão.

A intriga vai-se desenvolvendo até ao seu epílogo que tem muito pouco de dignificante: absolvição de Amâncio, num acto que premeia a desonestidade social; e o assassinato cometido por João Coqueiro, que não se apresenta como um acto romântico, nobre, uma vez que não é urdido por imperativos de honra, mas pelo amor-próprio ferido pela sentença do tribunal.

Afinal, Aluísio apresenta-nos uma visão profundamente pessimista da sociedade. Ninguém é poupado à exceção, talvez, do negociante Campos, através do qual, também, não vem bem ao mundo.

Numa introdução que precedeu a publicação da obra em “Folha Nova”, o autor apresenta-a como um estudo de um aspecto da vida social carioca. O seu desejo é pôr a sociedade a meditar sobre a moral familiar e o ideal de família.

“Desejo patentear ao leitor todo o mal, todo o desmantelamento, todo o desequilíbrio e toda a miséria que podem resultar a uma família, sempre que ela cometa a imprudência de introduzir no seio pessoas que não são solidárias da sua dignidade, que não são responsáveis pela sua honra, que se não acham ligados nem pelo parentesco, nem pelo amor, nem pelo respeito, e que por conseguinte nunca poderão compreender essa religião do lar, que nos conduz a todos os sacrifícios e a todos os heroísmos, essa vigilância carinhosa e veneranda com que cercamos os entes fracos confiados à nossa guarda, esse paternal e constante interesse, com que afastamos de em redor de nossa família tudo aquilo que lhe possa macular os brios.”¹⁴⁸

Porém, não é fácil vislumbrar laivos de moralidade, no romance, já que não se vêem, nas personagens, qualidades humanas que suscitem particular simpatia. Todas as personagens que compõem a intriga (família de João Coqueiro; família Campos; Amâncio, Amélia...) transportam em si o germe da decadência.

Parece-nos, pois, que, na narrativa em questão, a sátira de costumes da sociedade carioca ganha primazia sobre a faceta moralizadora.

Com *Casa de Pensão*, Aluísio coloca-se no pólo oposto da narrativa romântico.

Através de M.me. Brizard, dá-nos uma visão utilitarista do casamento da burguesia do Rio de Janeiro. Não se fica por aqui, todavia. Aborda, ainda, a problemática matrimonial e a organização familiar e social. Quando se trata de focar a juventude de Amâncio, não só expõe os aspectos deterministas responsáveis pelo destino da personagem, como critica severamente a ordem

¹⁴⁸ Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*. “Folha Nova”, Rio de Janeiro, 5.3.1883, in Jean-Yves Mérien, *op.cit.*, p.535.

económica e social que vigora no Maranhão. Denuncia a escravatura, através da escrava doente, que transmite a sífilis a Amâncio, apresentando, ao mesmo tempo, esta ama como vítima e, simultaneamente, ameaça para a sociedade.

Os hábitos que Amâncio exhibe no Rio de Janeiro mais não são do que o resultado da observação do comportamento dos pais em relação aos escravos e da libertinagem exercida junto das escravas.

Casa de Pensão, neste sentido, apresenta-se como um libelo contra os perigos da escravidão para a dissolução dos bons costumes e da célula familiar.

Notamos ainda a preocupação do autor em retratar as diferentes fases que a casa de pensão vai sofrendo, ao longo do tempo.

Mostra-nos o declínio progressivo da pensão e os proscritos da vida que por lá vão aparecendo – à excepção dos estudantes que, como sabemos, lá permaneciam temporariamente. Aos poucos vai-se transformando numa casa de cómodos, receptora dos mais suspeitos inquilinos.

Os proprietários, João Coqueiro e esposa, são representantes dos proprietários de pensões de família e das casas de cómodos, em geral. São parasitas que exploram sem escrúpulos a miséria, a pobreza e a ingenuidade dos hóspedes.

Podemos ver também, nesta narrativa, uma crónica da vida estudantil do Rio de Janeiro, na década de oitenta, denunciadora dos males do ensino superior e do papel que a juventude rica do Brasil lhe atribuía, com a cumplicidade dos docentes universitários.

Com isto, Aluísio põe em questão a função da universidade no país, apresentando-a como ignorante e dissimulada por uma retórica vazia, não contribuindo, antes pelo contrário, com os seus doutores e bacharéis, para o progresso do país.

Também a organização judicial é atacada, através do processo de Amâncio.

Os tribunais e os advogados personificam a corrupção, a falsidade e o sentimento de justiça.

O que o escritor acaba por nos apresentar é, no fim de contas, uma visão pessimista da sociedade – uma sociedade doente, sórdida e degradada, acabando por, neste torvelinho, enredar os jovens na perversidade. A justiça e a injustiça são, afinal, proporcionais à saúde moral do meio.

“Para o romancista, é a sociedade que está doente, ainda mais que a justiça. A inconstância da multidão, seu gosto pelos assuntos sórdidos e pelas ocorrências escandalosas são índices do estado de degradação dos costumes. Aluísio Azevedo parece indicar desta forma que os jovens podem esperar a mesma indulgência da sociedade, pois são mais vítimas da decadência desta sociedade que de sua perversidade.”¹⁴⁹

¹⁴⁹ Jean-Yves Mérien, *op.cit.*, p.541.

3. – O CORTIÇO

Deveis saber, então, que existem dois modos de combater; um com as leis, o outro com a força. O primeiro é próprio do homem, o segundo, dos animais, mas como o primeiro modo muitas vezes não é suficiente, convém recorrer ao segundo.

Maquiavel, O Príncipe

Depois da publicação, em 1881, do romance *O Mulato*, considerada a obra introdutora do Naturalismo no Brasil, Aluísio Azevedo publicou uma série de romances híbridos. Em 1885, apresenta um esboço de um projecto mais ambicioso onde “ imaginou um retrato em cinco romances, «Brasileiros antigos e modernos», abarcando a sociedade brasileira do Império desde o seu nascimento até à sua ruína que ele sentia próxima”.¹⁵⁰

O primeiro romance intitulava-se *O Cortiço*, o segundo *A Família Brasileira*, o terceiro *O Felizardo*, o quarto *A Loreira* e o último *A Bola Preta*.

A acção dos romances principiaria em 1820 e terminaria em 1887, testemunhando, assim, várias épocas distintas em que o Brasil se vai transformando até chegar ao que o próprio autor chama de desmoronamento político e social.

A obra foca a sociedade do Império, em termos bem brasileiros, ainda que valendo-se de romances de Emile Zola e de Eça de Queirós; através delas poderíamos “entrever o nascimento do homem brasileiro no proletariado, graças à vinda de imigrantes portugueses que se misturavam com a população brasileira de cor, sem que as diferenças raciais fossem ressentidas como obstáculos.”¹⁵¹

Os filhos do português Jerónimo e da mulata Rita Baiana seriam o símbolo da realização do homem novo¹⁵², cujo nascimento havia já sido feito em *O Mulato*.

¹⁵⁰ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, p.549.

¹⁵¹ *Idem*, p. 551.

¹⁵² Noutro autor da época, Lima Barreto, no conto “Um Especialista”, podemos observar situações semelhantes, em relação ao papel simbólico da mulata para o homem branco. O conto é protagonizado por dois portugueses, um Comendador, e um Coronel. Este último conquista a

“Os mulatos desde o começo do século começaram a sair em grande número dos «quadros», dos «cortiços» e dos «mucambos», onde imigrantes portugueses e italianos mais pobres foram se amigando com pretas ou pardas.”¹⁵³

Em *O Cortiço*, publicado em 1890, um ano após a proclamação da República, período de importantes transformações económicas, políticas, sociais e culturais, Aluísio Azevedo reconstitui a realidade social do Rio de Janeiro no final do século XIX¹⁵⁴, entre 1872 e 1880, através do contraste de dois espaços: o da história colectiva representada pelo cortiço¹⁵⁵, situado em Botafogo, e o do sobrado¹⁵⁶, situado bem perto deste local. Revela, também, as tensões existentes entre portugueses e brasileiros. O português, imiscuído nos cortiços, constituía um concorrente (privilegiado pela cor e pela ambivalente origem europeia) no mercado de trabalho. Não admira que fosse alvo frequente de hostilidades e preconceitos. A sua presença, embora tolerada, à menor motivação era motivo de conflito:

“Portuguesa era uma parte muito significativa da elite comercial e financeira, portugueses eram em 1895 os proprietários de 56% dos cortiços no centro da cidade, portuguesas eram as principais fábricas da indústria têxtil, e portuguesa era boa parte da mão de obra não

mulata que, no final descobre ser filha do seu amigo. Ambos representam o estereótipo do burguês novo-rico que de caixeiros ascendem socialmente, até à obtenção dos títulos que ostentam. Cf. Lima Barreto – *Os Melhores Contos*. Texto integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2002, pp.132-140.

¹⁵³ Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos*, p.749.

¹⁵⁴ Um século não se mostrou suficiente para romper com um certo determinismo do meio. O romance, em forma de diário, *Quarto de Despejo* (1955), escrito pela negra, liberta da escravidão e semi-analfabeta, que habitava uma favela, ao lado do rio Tietê, no bairro do Canindé, em São Paulo, documenta a miséria brasileira do século XX. Cf. Carolina Maria de Jesus – *Quarto de Despejo*. 5ª edição. São Paulo, Editora Ática, 1995.

¹⁵⁵ Também denominado como habitação colectiva e precária de aluguer. É uma unidade utilizável como moradia multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as características de: ser construída por uma ou mais edificações, construídas em lote urbano, com ocupação excessiva; ser sub-dividida em vários cômodos (apostos) conjugados, alugados, sub-alocados ou cedidos, sem protecção da legislação vigente que regula as relações entre proprietários e inquilinos; ter várias funções exercidas no mesmo cômodo; ter acesso e uso comum dos espaços não edificadas, de instalações sanitárias (casas-de-banho, cozinhas e tanques) e de instalações eléctricas; ter circulação e infra-estruturas precárias; ter super-lotação de pessoas em geral.

¹⁵⁶ Casa grande, de dois ou mais pavimentos.

qualificada que viera substituir o trabalho escravo na economia da cidade.”¹⁵⁷

Nos vinte e três capítulos que constituem a obra, são colocados em confronto dois conjuntos antagónicos: a família burguesa bem sucedida, que habita o sobrado, e o proletariado, que habita o cortiço.

Naquela época, os cortiços, onde se formava o proletariado urbano do Rio de Janeiro, ponto de encontro dos descendentes de escravos negros, de mulatos e de imigrantes europeus de várias origens, constituíam um fenómeno social único. O romance denuncia a exploração e as péssimas condições de vida dos moradores dos cortiços (11% da população da cidade do Rio de Janeiro, na época). As estatísticas revelam que, na cidade do Rio de Janeiro, existiam aproximadamente 505 cortiços, em 1867, alojando cerca de 15.000 pessoas.

“O certo é que no Rio de Janeiro, com os padres, os frades e os ricos, donos de verdadeiras fazendas dentro da cidade, e as populações pobres forçadas a habitarem pequenos espaços de terra desprezíveis, os cortiços desenvolveram-se de tal modo a ponto de em 1869 existirem 642, com 9.671 quartos habitados por 21.929 pessoas: 13.555 homens e 8.374 mulheres; 16.852 adultos e 5.077 menores. A percentagem dos cortiços era de 3,10% e a da sua população de 9,65%, elevando-se em 1888 a 3,96% e 11,72%.”¹⁵⁸

Oito anos depois da publicação de *O Cortiço*, o número destas habitações era ainda maior, cerca de 1330, albergando 46.000 moradores.

Estas habitações colectivas eram abominadas pelas classes altas e as autoridades sanitárias acusavam-nas de serem responsáveis por focos de doenças e epidemias. O cortiço é descrito, na obra, como uma [...] “comunidade larvar, um «formigueiro», uma «serpente de pedra e cal», coleando num chão genésico, carnal, de que se desprendem odores fortes, crus e animalescos.”¹⁵⁹

¹⁵⁷ Eulália Maria Lahmeyer Lobo – *Portugueses en Brasil en el siglo XX*. Madrid, Editorial Mapfre, 1994, in Robert Rowland *op. cit.* p.15.

¹⁵⁸ Gilberto Freyre – *Sobrados e Mucambos*, p.301.

¹⁵⁹ Benedito Nunes – Sonia Brayner, *A Metáfora do corpo no romance Naturalista (estudo sobre “O Cortiço”)*, in *Colóquio de Letras* nº23, Janeiro de 1975, pp.100,101.

Os cortiços acolhiam o crescente proletariado urbano, indispensável pelos serviços essenciais que prestavam à cidade, que se expandia económica e demograficamente, mas sem oferecer moradias dignas. Eram [...] "verdadeiras prefigurações das favelas que são, ainda hoje, um dos marcantes resultados do desenvolvimento capitalista da América Latina"¹⁶⁰:

"A proliferação de cortiços no Rio deu-se sobretudo entre as décadas de 1850 e 1860. Reflexo direto do aumento de imigrantes portugueses e de escravos alforriados, ambos os grupos destinados a trabalhos braçais – afinal, na virada do século, o porto da cidade só perdia, na América, para os de Buenos Aires e Nova York –, essa forma de habitação popular é precursora das favelas que hoje são parte do cenário carioca. Negros fugidos do cativeiro também buscavam refúgio nos cortiços, pois ali escondidos eles recebiam a solidariedade de seus vizinhos e podiam tentar viver nas bordas da sociedade escravocrata."¹⁶¹

Na última década do século, o Rio de Janeiro assistiu a uma autêntica explosão demográfica, ao ver a sua população aumentar de 522.000 habitantes para 691.000. Os cortiços foram a solução encontrada para a resolução do problema, embora os surtos de febre amarela, que ocorriam desde a década de setenta fizessem com que as autoridades os tentassem erradicar das zonas centrais da cidade. Ficou célebre a demolição, em 1893, do «Cabeça de Porco», o mais populoso de todos eles, com os seus 4.000 moradores, que foram, após o desalojamento, engrossar as primeiras favelas, nos morros das cidades.

Dentro da grande cidade, havia pequenas cidades, onde negros, mulatos e emigrantes viviam em péssimas condições, tal como comprova a descrição que Jean-Yves Mérian transcreve da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de 18 de Junho de 1890: "No meio de uma quadra de casas, há um pequeno portão, com um longo corredor, e no fim um pequeno pátio circundado de verdadeiros pombais onde vive uma população. É aí o cortiço. Fechado por todos os lados, só

¹⁶⁰ João Hernesto Weber – *Caminhos do Romance Brasileiro. De A Moreninha a Os Guainãs*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1990, p.75.

¹⁶¹ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*. Comentários de Leandro Sarmatz. Porto Alegre, Editora Novo Século, 2201, p.16.

penetra dentro dele o ar que nenhuma brisa altera nem agita, o ar preso ao solo miasmas que dele sobem.

O trabalhador quando se recolhe ali, cheio de cansaço, ofegante ainda, com o corpo inundado de suor, mete-se num pequeníssimo quarto com mais cinco ou seis companheiros, em idêntico estado, e adormecem envolvidos em miasmas, formando em torno de si um ar viciado e pestilento, que se não produz a febre-amarela, pode produzir outra qualquer peste pior ainda.

E esses cortiços não os vemos nós, e muitas autoridades não os conhecem. E a razão é fácil de perceber, enquanto a essa última circunstância: os habitantes dessas moradias da nossa «cidade oculta» são pacíficos e laboriosos, entregando-se de dia ao trabalho de que vivem e descansando de noite das fadigas quotidianas. Apesar de em tão pequeno espaço se reunir tanta gente, e de não ser ele policiado raras vezes necessita a autoridade de entrar ali para conter a ordem. O sossego é tão profundo nestas habitações como a imundície.”¹⁶²

Trata-se de uma narrativa com muitas personagens, cuja intenção é mostrar que todas, com as suas particularidades, se integram numa grande colectividade, num grande corpo social que, simultaneamente, se corrói e constrói. Os diversos fragmentos que caracterizam física e psicologicamente as personagens, mostrados de forma algo superficial, vão caracterizando todo um grupo, que se encontra aparentemente dividido, devido a barreiras sociais bem definidas: “o grande corpo do cortiço é que actua e se move. Personagem de personagens, está em todos reproduzido, através das analogias evolucionistas filogenéticas, que permitem projectar no humano os estágios da animalidade.”¹⁶³

O protagonista do romance, herói colectivo, é o próprio cortiço: personagens que se agrupam num colectivismo tribal e que se identificam mais pelas semelhanças do que pelas diferenças.

¹⁶² Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, pp.97-98.

¹⁶³ Benedito Nunes, pp.100,101.

Num cortiço (colmeia)¹⁶⁴, metaforicamente, as abelhas são as grandes operárias, com funções semelhantes aos habitantes do cortiço (habitação colectiva), com a excepção da abelha rainha. Daí a insistência do narrador em fazer uso de várias sequências de imagens de animais e insectos para caracterizar este conjunto. Ao reduzir os seres humanos ao nível animal, o autor despersonaliza as suas personagens, caindo dentro dos códigos anti-românticos. A natureza humana, à luz do naturalismo, surge como uma *selva*, em que os fortes *comem* os fracos.

Aguiar e Silva¹⁶⁵ aponta como exemplos de romances em que a personagem principal se identifica “com um elemento físico ou com uma realidade sociológica, aos quais se encontram intimamente vinculadas ou subjugadas as personagens individuais”, esta obra de Aluísio, “romance de bairro miserável, promíscuo e turbulento, que alberga, nas áreas marginais do Rio de Janeiro, os proletários desprotegidos”, e *Germinal* de Zola, romance de mina.

O discurso literário de Aluísio Azevedo está impregnado de expressividade, não só nos nomes das personagens, como nos seus movimentos corporais, frequentemente insinuados nas suas descrições plásticas.

Todas as suas personagens estão reunidas sob as asas de João Romão e existem todos os tipos de brasileiros – bons e maus – e quase todos são explorados. O desfecho propõe a desonestidade como liberdade e a submissão como castigo. A ascensão ocorre quando as personagens, ou exploram, ou especulam o meio em que vivem.

A obra tem valor documental, na medida em que dá uma visão sociológica da vida de um cortiço ou dos que o habitam, sendo o primeiro romance de massa da Literatura Brasileira.

Baseando-se na documentação – observação – experimentação, metodologia própria da ciência, Aluísio Azevedo, segundo relato de contemporâneos, conheceu *in loco* os cortiços, visitando-os e, até mesmo,

¹⁶⁴ “Ela é a casa das abelhas e, por metonímia, as próprias abelhas, enquanto colectividade, povo. O seu valor simbólico é, portanto, claro: enquanto casa, a colmeia é segura, protectora, maternal. Enquanto colectividade, laboriosa, e quanto! O barulho da colmeia não é o do *atelier*, da fábrica, ela simboliza a união aplicada, organizada, submetida a regras estritas, que tem a propriedade de acalmar as inquietudes fundamentais do ser e de dar a paz.”, in Jean Chevalier e Alain Gheerbrant – *Dicionário dos Símbolos, Mitos Sonhos, Costumes Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*. Tradução de Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Circulo de Leitores, 1997, p.211.

¹⁶⁵ Vítor Manuel de Aguiar e Silva – *Teoria da Literatura*. 8ª edição. Coimbra, Livraria Almedina, 1988, p.703.

alugando um quarto num deles. No bairro de Botafogo existiam realmente cortiços, a pedreira e os sobrados. O cortiço, que é descrito na obra, foi totalmente destruído.

A intenção era estudar os mecanismos da sociedade e fazer vir à tona as leis que a regem, superando assim o subjectivismo romântico e alcançando o máximo de verosimilhança.

Este é um romance de tese, influenciado pelas teorias deterministas da época, que usa a obra de ficção como um laboratório para demonstrar que o homem é fruto da sua constituição psico-fisiológica e do ambiente em que vive. A força do meio é considerada tão decisiva que se pode dizer que o cortiço é a personagem principal da obra.

A par da história de João Romão, o autor faz a descrição do mundo fervilhante do cortiço, com os seus trabalhadores, assalariados, marginais, todos condenados a uma vida miserável.

Destacam-se, ainda, algumas personagens típicas, entre os habitantes do cortiço que ilustram o destino das camadas populares.

O Cortiço traz dentro de si uma completa caricatura do ambiente carioca, factor *sine qua non* para a ascensão social dos *malandros*¹⁶⁶. Esta sociedade, vista como uma personagem, produz heróis e destrói os puros e ingênuos.

“Quando não deu a seu romance o nome de um dos personagens, Aluísio Azevedo quis indicar que se tratava de uma obra onde uma coletividade seria descrita. Os personagens principais existirão dentro de um contexto que não é um pretexto, mas sim um dado essencial e indispensável. A unidade de composição é fornecida pelo cortiço, realidade sociológica do Rio de Janeiro no final do século XIX, delimitada no espaço e no tempo com rigor.”¹⁶⁷

A obra tem, pois, um importante valor documental. Tal como afirma Gilberto Freyre, “deixou Aluísio Azevedo no seu *O Cortiço* um retrato disfarçado

¹⁶⁶ Indivíduos espertos, vivos, astutos e matreiros (brasileirismo). É um estereótipo muito fixado no imaginário popular carioca, também referenciado com outros epítetos como “capoeira” e “pachola”.

¹⁶⁷ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, p.555.

em romance que é menos ficção literária que documentação sociológica de uma fase e de um aspecto característico da formação brasileira.”¹⁶⁸

Os leitores contemporâneos do romance terão reagido de forma polêmica já que descobriram quais as bases da sociedade carioca na qual viviam.

Autores como Pardal Mallet, contemporâneo do escritor, viram a obra como um romance de combate.

“O Cortiço deixa de ser um livro de estudo, impassível como a ciência, para tornar-se um livro de propaganda, onde vibra toda inteira a bela alma sonhadora e compassiva do escritor maranhense: de propaganda nativista e de propaganda socialista também [...]

Estudo da vida das baixas camadas de nossa sociedade, estudo da vida operária e trabalhadora, ele mostra até que ponto a miséria dos que fazem a fortuna dos outros, indica a mais não poder a tristeza a injustiça dessa condição de galé imposta ao proletariado” [...].¹⁶⁹

¹⁶⁸ Gilberto Freyre – *Sobrados e Mucambos*, p.749.

¹⁶⁹ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, pp.574-75.

VI – AS PERSONAGENS COMO ESTEREÓTIPOS E A LUSOFOBIA

Em qualquer universo de ficção, a personagem revela-se um elemento de grande importância. O narrador dispõe de um grande número de possibilidades para a definir como entidade dotada de densidade psicológica variável.

O romance do século XIX, naturalista, preocupou-se sempre em clarificar as relações das personagens com o contexto social que as englobava, daí não ser de estranhar que, na definição do estatuto das personagens dos romances estudados, se considere como aspecto relevante, a sua representatividade social. A caracterização das personagens especializa-se com o naturalismo, pois sofre a incorporação das concepções determinista e evolucionista da existência, a que não eram alheias as teses de Darwin sobre a origem das espécies e a sua selecção por força de circunstâncias ambientais específicas.

Desde finais do século XVIII¹⁷⁰, a literatura brasileira manifestou uma vertente nacionalista que foi florescendo durante as décadas posteriores à independência. O objectivo era descobrir o modelo cultural representativo da nova nação. Os intelectuais mais radicais negavam-se a aceitar tudo o que não fosse brasileiro. Tal como na literatura, também na política houve uma tendência para condenar a influência estrangeira, nomeadamente a portuguesa.

A partir de 1822, assistiu-se a uma lusofobia crescente que se foi manifestando quer nos romances românticos, quer nos de cariz naturalista.

Durante a segunda metade do século XIX, após o processo de independência, as condições históricas favoreceram o estabelecimento da noção de cidadão nacional e de cidadão estrangeiro.

A narrativa romântica forneceu matéria para algumas das manifestações nacionalistas mais radicais. O elemento índio serviu – tanto na poesia como no romance – de bandeira da “brasilidade” na literatura.

Foram, ao longo desse período, surgindo diversos romances protagonizados por portugueses: *O Guarani*¹⁷¹ (1857), *As Minas de Prata*¹⁷²

¹⁷⁰ Ainda durante a primeira metade do século há uma significativa corrente de opinião que via o Brasil como fazendo parte do Império Lusitano. Em *O Caramuru*, Frei José de Santa Rita Durão produz um texto épico, em moldes camonianos, onde apresenta o Brasil como uma componente do império luso, o que prova a inexistência da noção de “português” ou “brasileiro”, como categorias nacionais.

¹⁷¹ Obra que relata a vida de D. António de Mariz, fidalgo português, e sua família, estabelecidos nas margens do rio Paraíba, no norte do Brasil. O romance sobrevaloriza a acção do “cavaleiro

(1862), *Iracema*¹⁷³(1865), *A Guerra dos Mascates* (1873-1874), *Ubirajara (lenda Tupi)*¹⁷⁴(1874), *O Jesuíta*¹⁷⁵(1875), de José de Alencar e *Memórias de um Sargento de Milícias*¹⁷⁶(1854/1855) de Manuel Antônio de Almeida.

O português representado neste conjunto de obras românticas não constitui objecto deste estudo, uma vez que, regra geral, as narrativas dos escritores acima evocados e que apresentam personagens portuguesas com alguma importância, remontam a um período histórico anterior à independência. Deste modo, aquelas, em rigor, não são consideradas estrangeiras.

A onda nacionalista não esmoreceu com o movimento romântico. Pelo contrário, quando as obras de Taine e Comte foram introduzidas no país, os escritores tentaram outras criações nacionalistas, que substituíssem o artificialismo da literatura índia.

Os intelectuais dedicaram-se mais às correntes ligadas ao progresso literário, à filosofia positivista e ao naturalismo de Zola, que se tornaram populares, na década de setenta.

Os autores foram descobrindo a possibilidade de desenvolver temas nacionais através de um movimento internacional da moda, inspirados, principalmente, pelo romancista francês, acima referenciado, e por Eça de

índigena", Peri, símbolo da destreza do brasileiro. A sua lealdade e amor servil pela virgem branca Ceci, fazem lembrar as provações medievais de cavalaria. O autor evidencia a bravura brasileira face à exploração estrangeira.

¹⁷² O assunto do livro é o famoso roteiro das minas de prata, cuja descoberta foi atribuída a um aventureiro, Robério Dias, acusado de falso e embusteiro. O seu filho, Estácio, tenta reabilitar a memória do pai, procurando recuperar o valioso roteiro, e superar o preconceito social, para se casar com Inês de Aguiar, uma nobre e rica "inacessível princesa".

¹⁷³ O romance fundamenta-se tanto na história do Brasil, como no relato oral (segundo o próprio autor, numa lenda). O assunto gira em torno dos tristes amores de Iracema, jovem índia, e Martim, primeiro colonizador português do Ceará. A heroína, tipicamente romântica, padece de saudades do amante, que partiu e da pátria que deixou, provocando um ambiente de revolta na sua tribo. Martim simboliza os feitos heróicos dos portugueses e seu filho, Moacir o primeiro brasileiro nascido da miscigenação índio/português.

¹⁷⁴ Este livro focaliza a vida dos aborígenes, no seu meio natural, livres, longe do contacto com a civilização. Alencar, na advertência e nas notas da obra, critica os historiadores e cronistas da era colonial, ao mesmo tempo que pretende traçar um perfil mais isento dos índios, de forma a desmistificar a imagem negativa que aqueles lhe atribuíam. O autor contesta as teses sobre a civilização nativa: a promiscuidade sexual, a traição entre os índios e os rituais da antropofagia.

¹⁷⁵ O tema fundamental desta peça de teatro é o da independência. Um jesuíta português torna-se brasileiro patriótico, lutando pela independência do país. A peça pretende incentivar o nacionalismo, através do fervor religioso do padre.

¹⁷⁶ O enredo da obra apresenta-nos uma vasta galeria de tipos portugueses e brasileiros, com todos os seus hábitos, costumes e vocações, protagonizando situações divertidas. Tudo se move em torno do herói típico da época, filho de portugueses, que emigraram para o Brasil em busca de fortuna.

Queirós, cuja crítica à sociedade portuguesa servia de estímulo aos nacionalistas mais entusiasmados.

Nas obras de pendor naturalista de Aluísio Azevedo, nomeadamente em *O Mulato* e *O Cortiço*, encontramos as melhores descrições de carácter e da história dos portugueses no Brasil, da sua influência no comércio, bem assim como das suas aspirações e costumes, dos seus preconceitos, das relações lusas com os brasileiros.

Como outros escritores naturalistas, Aluísio Azevedo mostrou interesse por temas controversos, recorrendo, por isso, a algum sensacionalismo.

O tratamento das personagens portuguesas feito pelo autor deve ser analisado tendo em conta que o seu objectivo primeiro era o de desmascarar e ridicularizar o que havia de pior e incorrigível na sociedade, durante o período do Império. O ressentimento criado pelos portugueses entre os brasileiros era tema que se enquadrava, na perfeição, no programa crítico do escritor.

De entre os escritores mais representativos da época, talvez possamos excluir a referência máxima do realismo brasileiro, Machado de Assis, cujas personagens portuguesas surgem esporadicamente e escapam aos estereótipos. Aparecem referenciados comerciantes ricos, apresentados como distintos e afáveis, como é o caso do conselheiro Aires, no romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Há também, na mesma narrativa, menção a uma personagem secundária, que exerce um ofício muito pouco usual – parteira.

“Naquele dia, a árvore dos Cubas brotou uma graciosa flor. Nasci; recebeu-me nos braços a Pascoela, insigne parteira minhota, que se gabava de ter aberto a porta do mundo a uma geração inteira de fidalgos.”¹⁷⁷

Não serão alheios a esta questão, alguns dados biográficos do autor como sejam o facto de ser filho de uma portuguesa, Maria Leopoldina Machado de Assis, e de sua esposa, Carolina Novais, ser igualmente de origem lusa.

Também Adolfo Caminha destaca a figura do português, em termos pouco abonatórios, no romance *Bom Crioulo* (1895).

¹⁷⁷ Machado de Assis – *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1985, p.31.

[...] "em *O Bom Crioulo*, os portugueses com a sua reputação venal são instrumentos convenientes que intensificam o conflito dando lugar enfim ao crime de paixão em que Aleixo, já seduzido pela lasciva portuguesa Carolina é assassinado brutalmente" [...]¹⁷⁸

Esta visão do português é recorrente nos romancistas da época. No mesmo romance, emerge a figura da portuguesa Carolina, ex-prostituta que, ao seduzir Aleixo, transforma a relação homossexual entre este e Amaro num triângulo amoroso. Consumido pelo ciúme, o bom crioulo, Amaro, assassina o seu amante.

"Tema ousado, proibido, de submundo, nem por isso tomba nos exageros a que poderia arrastá-lo o gosto naturalista pelas patologias hospitalares. Dando mostras de pleno domínio da técnica e de arrimar-se lucidamente ao modelo zolaiano, em momento nenhum o romancista se permite frisar os pormenores escusos da relação amorosa, e sabiamente fecha as cortinas sobre as cenas mais chocantes." ¹⁷⁹

A corrente anti-portuguesa foi-se fortalecendo com as obras que apresentavam um cunho marcadamente brasileiro. Portugal passou a ser apontado por muitos como causador das condições miseráveis do Brasil. Teriam sido os governadores coloniais os responsáveis pelo esmagamento socio-económico do país. Houve escritores brasileiros que eram de opinião de que os portugueses deveriam ser vistos como forasteiros, estranhos ao ambiente brasileiro.

A fobia aos lusos, plasmada em estereótipos muito em voga no tempo, mas redutores, teve também o seu contraponto nas ideias de alguns autores da época. Um deles, João do Rio, pintor e jornalista, conhecido pela sua originalidade pictórica, relativamente ao cenário carioca, opôs-se, com alguma frequência, ao que entendia ser a perseguição aos portugueses. No seu livro *A Alma Encantadora das Ruas* e ao arripio da visão de uma certa inteligência

¹⁷⁸ Nelson H. Vieira, *op. cit.*, p.119.

brasileira de então, o autor tece um minucioso, rico e dinâmico quadro urbano do Rio, onde não faltam portugueses individualizados, através das mais diversas situações sócio-culturais e perfeitamente integrados no colorido das ruas desta cidade.

“Quem não conhece o Saldanha, um velho português baixo, gordo e cego, que tocava viola há mais de vinte anos com um negro também cego da ilha da Madeira, flautista emérito?”¹⁸⁰

“Nas mesmas condições está o Miguel Brito. Apesar de português, foi inferior no exército. Quando deu baixa, comprou um gramofone para ganhar, como dizia, a vida na roça...vendeu o gramofone, agradeceu à musa e só com sua garganta veio triunfar nas bodegas do Rio.”¹⁸¹

“Nessa enorme galeria, onde uma eterna luz lívida espalha um vago horror, vejo caixeiros portugueses com o lápis atrás da orelha cheios de angústia” [...] ¹⁸²

¹⁷⁹ Massaud Moisés, *op. cit.*, p.58.

¹⁸⁰ João do Rio – *A Alma Encantada das Ruas*. Crônicas. Organização de Raul Antelo. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p.181.

¹⁸¹ *Idem*, p.184.

¹⁸² *Idem*, p.331.

Representações masculinas

O elenco das personagens lusitanas masculinas, nas obras de Aluísio Azevedo, apresenta-se diversificado quer a nível sócio-cultural, quer até no que respeita ao seu perfil moral. Trata-se de uma colectividade composta por um mosaico de tipos, mais ou menos previsíveis, embora com traços comportamentais algo distintos.

Confrontamo-nos com o português que alcança a alta burguesia, obstinado por um título nobiliárquico, o comerciante mesquinho, avarento e desonesto, ou o português rude, avesso às condições de educação e que desempenha funções subalternas.

Contudo, surgem-nos outras personagens que transcendem esses estereótipos, acrescentando-lhes outro dinamismo: o honrado trabalhador português, saudosista, que se degrada física e moralmente, à medida que se brasileira.

Tal como as figuras femininas, o português desprovido de inteligência não está muito contemplado literariamente nas obras deste romancista. O engenho e a arte dos lusitanos para o trabalho não deixa nunca de ser enfatizado, muito embora se associe a estas qualidades a ganância, a avareza, a usura e o sonho obsessivo da acumulação de riqueza. Grosso modo, poderemos desdobrar o emigrante português em dois tipos mais abrangentes: o comerciante rico e usurário e o “burro de carga” que ao aceitar condições de trabalho que o brasileiro esperto e malandro recusava, acabava por praticar uma concorrência desleal, com os naturais daquele país de recepção, no mercado de trabalho.

Também o matrimónio, por conveniência, e a exploração de mão-de-obra escrava eram meios adjuvantes na concretização dos seus objectivos.

Foge, por fim, ao modelo descrito, a figura dos luso-descendentes que, educados à portuguesa ou em escolas portuguesas, vivem do usufruto da riqueza acumulada à custa da exploração do negro pelos seus antepassados.

O protagonista do romance *O Mulato*, Raimundo, foi mandado estudar para Portugal, ainda criança, à custa de uma misteriosa mesada¹⁸³. “Órfão”, no

¹⁸³ Cf. com a personagem Gregório, de *Girândola de Amores*, primeiramente denominada *Mistério da Tijuca* e publicado em folhetim, em 1882. Tal como Raimundo, o protagonista desconhece o

curto espaço de tempo que permanece no Brasil é criado por Mariana, esposa do irmão de seu pai, a quem fica entregue. Mais tarde, nasce Ana Rosa e, por algum tempo, vivem como se de irmãos se tratasse:

“E ao lado de Mariana, que noite e dia velava o berço da filhinha enferma, estava Mundico, o outro filho, que este também a chamava de mãe e já se não lembrava da verdadeira, da preta que o trouxera nas entranhas.”¹⁸⁴

Ser estrangeiro e “mulato”, o que fazia com que não se identificasse com a maioria dos seus colegas brancos, na escola, fê-lo sofrer bastante, em Portugal:

“Não gostava dos outros meninos porque lhe chamavam «Macaquinho»¹⁸⁵. Era teimoso, cheio de caprichos, ressentia-se muito da má educação que os portugueses trouxeram para o Brasil [...] os colegas ridicularizavam-lhe o nome [...] puxando-lhe a blusa e batendo-lhe na cabeça tosquiada à escovinha; até que ele se retirava enfiado, sem querer tomar ao recreio, a chorar e a berrar que o mandassem para a sua terra.”¹⁸⁶

Quando perde a mãe adoptiva, perde tudo o que o ligava ao passado e à pátria brasileira. Mariana simbolizava, para Raimundo, a própria pátria e a sua morte representa a perda das suas raízes e da sua identidade:

“Mas um golpe terrível veio de novo entristecê-lo: a morte da sua mãe adoptiva. Chorou-a longa e amargamente; não só por ela, mas também muito por si próprio: perdendo Mariana, perdia tudo o que o ligava ao passado e à pátria. Nunca se considerou tão órfão.”¹⁸⁷

seu passado bastardo e recebe uma misteriosa pensão, com a qual se sustenta e estuda. A revelação do passado de ambos resulta na sua morte (Raimundo é assassinado e Gregório suicida-se).

¹⁸⁴ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.55.

¹⁸⁵ Cf. cap.XIV em que a avó de Ana Rosa, maldosa e barbaramente, associa Raimundo a um macaco, afirmando preferir morrer a ver um descendente “...coçando a orelha com o pé!”.

¹⁸⁶ *Idem*, p.65.

¹⁸⁷ *Idem*, p.66.

Já adulto, volta ao Brasil, retornando a S. Luís do Maranhão depois de passar um ano no Rio de Janeiro, para tratar de algumas pendências relativas à sua herança e, principalmente, em busca da sua identidade “e, numa primeira fase, cria involuntariamente uma situação conflitiva em sua província natal.”¹⁸⁸

Afirma-se no protagonista uma personalidade vincada, que tenta fazer a apologia das novas ideias¹⁸⁹. Este jovem, recém-chegado da Europa, volta impregnado pela ideologia positivista, convicto da verdade tangível de Augusto Comte, e vive segundo as regras da experimentação científica¹⁹⁰, até no que diz respeito ao plano afectivo¹⁹¹.

Adere aos ideais maçónicos, o que lhe aumenta a antipatia face àqueles com quem convive, já que esta sociedade secreta era geralmente condenada na época:

[...] “esse Raimundo tem a alma tão negra como o sangue!
Além de mulato, é um homem mau, sem religião, sem temor de Deus!
É um pedreiro-livre! É um ateu! Desgraçada daquela que se unir a
semelhante monstro!... O inferno aí está, que o prova!”¹⁹²

Raimundo é descrito como um atraente e culto mestiço, de olhos azuis que afronta a sociedade maranhense, província mesquinha, hipócrita e preconceituosa.

[...] “tinha vinte e seis anos e seria um tipo acabado de brasileiro, se não fossem os grandes olhos azuis, que puxara ao pai. Cabelos muito pretos, lustrosos e crespos; tez morena e amulatada, mas fina; dentes claros que reluziam sob a negrura do bigode; estatura alta e elegante; pescoço largo, nariz direito e fronte espaçosa. A parte mais característica da sua fisionomia eram os olhos: grandes, ramalhudos, cheios de sombras azuis; pestanas

¹⁸⁸ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, p.209.

¹⁸⁹ Cf. com a personagem João Borges, de *Filomena Borges*, romance-folhetim publicado em 1884, que regressa da Europa com uma bagagem cultural que choca com o provincianismo de São Luís do Maranhão.

¹⁹⁰ Cf. cap.X, em que Raimundo manifesta o pensamento positivista do próprio Aluísio Azevedo, ao achar que a ciência resolverá todos os problemas humanos, dispensando a religião.

¹⁹¹ Cf. com o comentário naturalista de Raimundo, no cap.XI, sobre Angelina, filha de Josefa e do roceiro Cancela: “Boa mulher para procriar!...”

¹⁹² Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.250.

erçadas e negras, pálpebras de um roxo vaporoso e úmido; as sobrancelhas, muito desenhadas no rosto, como a nanquim, faziam sobressair a frescura da epiderme que, no lugar da barba rapada, lembrava os tons suaves e transparentes de uma aquarela sobre papel de arroz.”¹⁹³

Não demora a notar que é tratado com uma certa reserva por aqueles que o cercam, no Maranhão, mas não entende o motivo. O mulato não revela nenhum traço fisionómico que o identifique com a sua mãe, a negra Domingas. Porém, D. Amância Souselas, no capítulo VIII, durante a festa de D. Maria Bárbara e, enquanto bebiam cálices de vinho do Porto, sugere, louca de raiva, que Raimundo se mire ao espelho.¹⁹⁴

Raimundo tem características de personagem-embraiadora¹⁹⁵. A consciencialização dos grandes problemas de ordem social e económica do país e a desmistificação da imagem cor-de-rosa da Corte, que circulava na província, fez de Aluísio um ilustre revolucionário, mal recebido pela conservadora terra natal ¹⁹⁶, tal como acontece a Raimundo que, por isso, parece um *alter-ego* do autor.

[...] “enfim, isolavam-no, e o infeliz, convencido de que era gratuitamente antipatizado por toda a província, sepultou-se no seu quarto e só saía para fazer exercício, ir a uma reunião pública, ou então quando algum dos seus negócios o chamava à rua.”¹⁹⁷

Raimundo não conhece as suas origens, não sabe de onde veio, quem foi a sua mãe, o que, em suma, significa que não sabe quem é.

“De sua mãe, nem uma palavra nem uma atribuição!...

¹⁹³ *Idem*, pp. 48-49.

¹⁹⁴ *Idem*, p.139.

¹⁹⁵ Philippe Hamon – “Para um Estudo Semiológico da Personagem”, p.97.

¹⁹⁶ Cf. Padre António Vieira – *Sermão da Quinta Domingo da Quaresma*, em que o autor, na segunda parte, intitulada *O Domingo das verdades. No Maranhão a corte da mentira. O galante apólogo do diabo. O M de Maranhão. No Maranhão até o sol e os céus mentem*, liga esta província à mentira e ao mexerico, afirmando que o M é o estigma da cidade: M - Maranhão, M - murmurar, M - motejar, M - maldizer, M - malsinar, M - mexericar, e, sobretudo, M - mentir: *mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos*.

¹⁹⁷ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.101.

Era para enlouquecer! «Mas afinal, quem será ela?...Talvez irmã daquela santa senhora que foi para ele uma segunda mãe...Mas então porque tanto mistério?...Seria alguma história a tal ponto vergonhosa, que ninguém se atrevesse a revelar-lhe?.. Seria ele enjeitado?» [...] ¹⁹⁸

Raimundo acaba por conhecer a sua verdadeira identidade e é junto do tio que obtém a terrível revelação: ser filho de uma escrava e fruto de uma relação extra-conjugal de seu pai. O romance gira em torno das experiências que sofreu o protagonista, durante os anos de formação, educação e maturidade, quer dizer, é um romance de personagem¹⁹⁹, um "jovem adulto que, confrontando-se com o seu meio, vai aprendendo a conhecer-se a si mesmo e aos outros, vai gradualmente penetrando nos segredos e problemas da existência, haurindo nas suas experiências vitais a conformação do seu espírito e do seu carácter"²⁰⁰:

"Aquela simples palavra dava-lhe tudo o que ele até aí desejara e negava-lhe tudo ao mesmo tempo, aquela palavra maldita dissolia as suas dúvidas, justificava o seu passado; mas tirava-lhe a esperança de ser feliz, arrancava-lhe a pátria e a futura família; aquela palavra dizia-lhe brutalmente: «Aqui, desgraçado, nesta miserável terra em que nasceste, só poderás arriar uma negra da tua laia! Tua mãe, lembra-te bem, foi escrava! E tu também o foste!» [...]

E na brancura daquele carácter imaculado brotou, esfervilhando logo, uma ninhada de vermes destruidores, onde vinham o ódio, a vingança, a vergonha, o ressentimento, a inveja, a tristeza e a maldade. E no círculo do seu nojo, implacável e extenso, entrava o seu país, e quem este primeiro povoou, e quem então e agora o governava, e seu pai, que o fizera nascer escravo, e sua mãe, que colaborara nesse crime. «Pois então de nada lhe valia ter sido bem-educado e instruído; de nada lhe valia ser bom e honesto?...» Pois naquela odiosa província, seus conterrâneos veriam nele,

¹⁹⁸ *Idem*, p.67.

¹⁹⁹ Wolfgang Kayser – *Análise e Interpretação da obra Literária. (Introdução à Ciência da Literatura)*. 7ª edição portuguesa totalmente revista pela 16ª alemã por Paulo Quintela. Coimbra, Arménio Amado Editora, 1985, pp. 402-404.

²⁰⁰ Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *op. cit.*, pp.730-731. Cf. noção de *bildungsroman*, in Mikhail Bakhtine – *Esthétique de la Création Verbale*. Trad. Alfreda Aucouturier. Bibliothèque des Idées. Paris, Éditions Gallimard, 1989, pp.225-231.

eternamente, uma criatura desprezível, a quem repelem todos seu seio?...” [...] ²⁰¹

O mulato revolta-se contra a sua própria impotência e sente que, apesar dos seus méritos pessoais, não irá conseguir recuperar o seu estatuto, perante os seus compatriotas, pois ser filho de uma escrava negra faz dele um ser indesejado:

“Se me dissessem: «É porque é pobre!», que diabo!, eu trabalharia! Se me dissessem: «É porque não tem uma posição social!», juro-te que a conquistaria, fosse como fosse! «É porque é um infame! Um ladrão! Um miserável!», eu me comprometeria a fazer de mim o melhor modelo dos homens de bem! Mas um ex-escravo, um filho de uma negra, um mulato! E como hei de transformar todo meu sangue, gota por gota? Como hei de apagar a minha história da lembrança de toda essa gente que me detesta?” [...] ²⁰²

Raimundo sente que o próprio Brasil rejeita os seus filhos de cor. A única compensação surge na figura de Ana Rosa, que se apaixona pelo primo e que resolve engravidar quando sente que o seu pai não autoriza o casamento. Ao longo da narrativa, Raimundo comporta-se com demasiada inocência e cavalheirismo em relação à prima, sendo esta “a encarnação da mulher tal como a entenderam os nossos naturalistas, isto é, tão-somente uma fêmea”, tal como afirma Lúcia Miguel Pereira ²⁰³, e ele uma personagem extremamente romântica. O retrato de Ana Rosa sintetiza o hibridismo romântico-realista:

“Raimundo é o espírito, ela a carne; ele a exceção, o herói, ela o tipo, a personificação do seu sexo” ²⁰⁴

O tio confessa ao sobrinho que não lhe pode dar a mão da filha por ele ser filho de uma escrava. Muito rapidamente Raimundo passa a “herói-vítima” ²⁰⁵, porque se envolve na complexa teia do preconceito racial:

²⁰¹ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.196.

²⁰² *Idem*, p.234.

²⁰³ Lúcia Miguel Pereira, *op. cit.*, p.145.

²⁰⁴ *Idem, ibidem*.

“Nunca me perdoariam um tal casamento; além do que, para realizá-lo, teria de quebrar a promessa que fiz a minha sogra, de não dar a neta senão a um branco de lei, português ou descendente direto de portugueses!...O senhor é um moço muito digno, muito merecedor de consideração, mas...foi forro à pia, e aqui ninguém ignora.”²⁰⁶

Ana Rosa, porém, mesmo antes de dar à luz o seu filho já o amava incondicionalmente. Amava-o apesar de saber que o pai era mulato, a avó escrava e que tinha sido gerado sem que tivessem casado:

“Aguardava ansiosa os prazeres da maternidade, como se os conquistasse por meios lícitos, e tremia toda em sobressalto só com a lembrança de que poderia vir a faltar à criancinha o menor cuidado ou o mais dispensável conforto; vivia exclusivamente para ela; vivia para esse entezinho desconhecido que lhe habitava o corpo; o filho era o seu querido pensamento de todo o instante; passava os dias a conjecturar como seria ele, menino ou menina, grande ou pequeno, forte ou franzino; se puxaria ao pai. Tinha pensamentos e tornava-se supersticiosa. Apesar, porém, de todos os perigos e dificuldades, sentia-se muito feliz com ser mãe e não trocava a sua posição pela mais digna e segura, se para isso fosse preciso sacrificar o filho. O filho! Só este valia por tudo” [...]”²⁰⁷

Raimundo sente-se confortado com o amor que vê Ana Rosa sentir por si e pelo filho que espera dele:

“Oh! Sim! Desejava Ana Rosa! Habitara-se imperceptivelmente a julgá-la sua; ligara-a a pouco e pouco, sem dar por isso a todas as aspirações da sua vida; sonhara-se junto dela, na intimidade feliz do lar, vendo-a governar uma casa que era de ambos, e que Ana Rosa povoava com a alegria de um amor honesto e fecundo.”²⁰⁸

²⁰⁵ Philippe Hamon, *op. cit.*, pp.93-94.

²⁰⁶ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, pp.194-195.

²⁰⁷ *Idem*, p.253.

²⁰⁸ *Idem*, p.193.

Apesar da idade, a jovem é possuidora de um instinto maternal exacerbado, que Aluísio Azevedo ridiculariza. Raimundo corresponde plenamente ao seu protótipo de príncipe encantado o que faz com que Ana Rosa recuse contrair matrimónio com o caixeiro Dias, empregado do seu pai.

“- Não sei o que lhe disse o padrinho [padre Diogo], mas o que eu lhe digo, papai, é que definitivamente não me casarei com o Dias. Nunca, percebe?”²⁰⁹

Os amantes acabam por planejar fugir devido aos obstáculos à sua relação, mas Raimundo é assassinado, com um tiro pelas costas, disparado por Luís Dias, com uma arma emprestado pelo cônego Diogo. Ana Rosa aborta, depois de uma cena de grande densidade dramática, pormenor de gosto naturalista, mas acaba casada com o empregado do pai e, seis anos depois reaparece, numa solenidade pública, “bem casada” com o assassino de Raimundo. E, no prosseguimento da sua vocação materna, terá três filhos.

Esta personagem submete-se à ordem e à opressão patriarcal e machista da época, apesar de, durante algum tempo, ter enfrentado as pressões do seu pai e avó e ter adoptado uma postura e atitude revoltadas. Resignada, aceita as pressões familiares e as imposições do meio fechado, predominantemente masculino e retrógrado, onde domina a corrupção da igreja, personificada pela figura do cônego Diogo, e o comércio burguês, representada pelo seu pai.

No final, Ana Rosa parece ter esquecido os conselhos maternos, desfazendo o mito do amor romântico:

“ «Minha filha», disse-lhe a infeliz já nas vésperas da morte, «não consintas nunca que te casem sem que ames deveras o homem a ti destinado para marido. Não te cases no ar! Lembra-te de que o casamento deve ser sempre a consequência de inclinações irresistíveis. A gente deve casar porque ama, e não ter de amar porque casou. Se fizeres o que te digo, serás feliz!» ”²¹⁰

²⁰⁹ *Idem*, p.107.

²¹⁰ *Idem*, p.25.

Ao pôr na boca da moribunda Mariana estas palavras, o autor luta contra o casamento por interesses, abordando, ainda que levemente, as suas consequências.

A ironia final, ao gosto naturalista, põe por terra toda a idealização romântica de Ana Rosa e Raimundo.

Triunfa o mal, associado à igreja corrupta e ao comércio burguês.

Ana Rosa, a quem foi contrariado o amor, parece seguir o destino de Mariana, sua mãe, que definhou aos poucos depois de lhe ter sido negada a permissão para casar com o *Farol*; e de Domingas, mãe de Raimundo, que enlouquece, tornando-se um autêntico farrapo humano, depois de abandonada por José da Silva e impedida de educar e ter consigo o filho. O amor contrariado tem como resposta, para a mulher, a morte real ou aparente: Ana Rosa recupera-se, casa com o caixeiro de seu pai e constitui família.

Embora não se possa ver em Raimundo a projecção do “eu” real do autor, no perfil do protagonista vislumbra-se a faceta rebelde e ambiciosa de Aluísio, que o instigava à luta, intervindo socialmente e pondo em prática as ideias positivistas, através da literatura:

“Aluísio Azevedo deixou-nos em romance – verdadeiro «documento humano» recortado da vida provinciana do seu tempo, segundo a técnica realista que foi um dos primeiros a seguir entre nós – meticoloso retrato de bacharel mulato educado na Europa.”²¹¹

O protagonista do romance, *Casa de Pensão*, Amâncio de Vasconcelos, jovem maranhense, de origem portuguesa, veio para o Rio de Janeiro, com o propósito de estudar medicina²¹². O seu espírito romântico²¹³, despertado pelas

²¹¹ Gilberto Freyre – *Sobrados e Mucambos*, p.732.

²¹² Amâncio não procurava uma profissão mas um diploma para colocar na parede por vaidade, um título de doutor para adquirir status. Eça de Queirós caricaturou, de forma magistral, esta mania do título de doutor, no Brasil., afirmando, em 1888, em carta a Eduardo Prado, “A Nação inteira se doutorou. Do norte ao sul, no Brasil, não há, não encontrei senão doutores! Doutores com toda a sorte de insígnias, em toda a sorte de funções! Doutores, com uma espada, comandando soldados; doutores, com uma carteira, fundando bancos; doutores, com uma sonda, capitaneando navios; doutores, com um apito, dirigindo a polícia; doutores com uma lira, soltando carnes; doutores, com um prumo, construindo edifícios; doutores, com balanças, ministrando drogas; doutores, sem coisa alguma, governando o Estado! Todo doutores. O Dr. tenente-coronel... O Dr. vice-almirante... O Dr. chefe de polícia... O Dr. arquitecto... Homens inteligentes, instruídos, polidos, afáveis, – mas todos doutores! E este título não é inofensivo: imprime carácter. Uma tão desproporcionada legião de doutores envolve todo o Brasil numa atmosfera de

leituras de escritores românticos, exigia-lhe a deslocação para uma grande cidade, onde pudesse satisfazer as suas fantasias.

À semelhança de personagens de outras obras de cariz naturalista, as leituras românticas não deixaram de formar ou deformar o seu espírito.

“ Nunca saíra do Maranhão; vira de longe a Corte através do prisma fantasmagórico de seus sonhos. O Rio de Janeiro afigurava-se-lhe um Paris de Alexandre Dumas ou de Paulo de Kock, um Paris cheio de canções de amor, um Paris de estudantes e costureiras, no qual podia ele à vontade correr as suas aventuras, sem fazer escândalo como no diabo da província”²¹⁴

Porém, era de “ tipo franzino, meio imberbe, meio ingênuo...olhos negros, de uma vivacidade quase infantil...boca estreita, guarnecida de bons dentes, claros e alinhados, ninguém acreditaria que ali estivesse um sonhador, um sensual, um louco.”²¹⁵

O seu temperamento, marcadamente sensual, faz jus ao sentido do antropónimo Amâncio – do latim *Amantius*-, criação cristã a partir de *amantius*, tirado de amans, “que ama, amante”²¹⁶ – face ao conjunto de relações amorosas que mantém, ao longo da narrativa e que ajudam a traçar o seu “triste destino”²¹⁷

A personagem é um produto típico da burguesia do Maranhão. Marcado pela sífilis²¹⁸, pela ama de leite e pela educação ríspida que recebera do pai e do

douturice.”, in Eça de Queirós – *Correspondência de Fradique Mendes*. Volume XVIII. Lisboa, Círculo de Leitores, 1981, pp.197-202.

Cf. com protagonista do romance-folhetim *Condessa Vésper*, publicado em 1882 com o título *Memórias de um Condenado*. Gabriel é um indolente romântico que dissolve a fortuna deixada pelos pais. A educação superficial e a vida de boémia afastaram-no do mundo do trabalho.

Também Teobaldo, personagem do romance *O Coruja*, publicado em folhetim, em 1885, apesar de mais maduro e menos ingênuo, veio estudar para a capital, dissipando os bens de seu pai, fazendeiro rico.

²¹⁴ Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*. Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2002, p.26.

²¹⁵ *Idem*, p.26-27.

²¹⁶ José Pedro Machado – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Volume I. Lisboa, Livros Horizonte, Lda./ Editora Confluência, 1993, p.119.

²¹⁷ Lúcia Miguel Pereira, *op.cit.*, p.150.

²¹⁸ A sífilis era um fenómeno muito comum na sociedade patriarcal, se tivermos em conta os estudos sociológicos de Gilberto Freyre. “É claro que, sífilizadas – muitas vezes ainda impúberes – pelos brancos seus senhores, as escravas tornaram-se, por sua vez, depois de mulheres feitas, grandes transmissoras de doenças venéreas entre brancos e pretos. O que explica ter se alagado de gonorréia e de sífilis a nossa sociedade do tempo da escravidão.”, in Gilberto Freyre – *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 50ª edição. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso, bibliografia de Edson Nery da Fonseca,

severo mestre Pires, que nos é apresentada, pelo narrador, numa breve analepse:

[...] "fora muito mal-educado pelo pai, português antigo e austero, desses que confundem o respeito com o terror. Em pequeno levou muita bordoadas; tinha um medo horroroso de Vasconcelos [seu pai]; fugia dele como de um inimigo, e ficava todo frio e a tremer quando lhe ouvia a voz ou lhe sentia os passos. Se acaso algumas vezes se mostrava dócil e amoroso, sempre por conveniência: habituou-se a fingir desde esse tempo." ²¹⁹

Vasconcelos, velho comerciante português no Maranhão, rígido de princípios, ignorante e enriquecido à custa do tráfico de escravos e exploração do negro (temática abordada pela primeira vez na diegese), não viu melhor educação para o filho do que a palmatória do professor.

De acordo com Jean-Yves Mérian²²⁰, este mestre-escola não foi completamente imaginado por Aluísio mas, segundo declarações do próprio escritor, nasceu das suas recordações da infância, no Maranhão. Assim, cremos que o autor tenha tido o intuito de criticar a instituição escolar e o sistema educativo vigente.

Este tirano professor, homem abrutalhado, sem vocação e sem preparação para a actividade pedagógica, representa, tal como Vasconcelos, uma personagem-tipo muito usada pela estética realista-naturalista e bem representativa do tempo e da sociedade da época: D. Ângela "uma santa de cabelos brancos e rosto de moça, não raro se voltava contra o marido e apadrinhava o filho...não podia admitir que seu querido filho, aquela criaturinha fraca, delicada, um mimo de inocência e de graça, um anjinho, que ela afagava com tanta ternura e com tanto amor, que ela podia dizer criada com os seus beijos – fosse lá apanhar palmatoadas de um brutalhão daquela ordem!"²²¹. Nos últimos momentos da sua vida, Amâncio há-de recordá-la como a única por quem foi verdadeiramente amado.

notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. São Paulo, Global editora, 2005, p.400.

²¹⁹ Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*, p.27.

²²⁰ Jean-Yves Mérian, *op.cit.*, pp.532-533.

O pai, como figura castradora que reina no lar, faz valer a sua vontade não admitindo interferências nas suas decisões. Vasconcelos acaba por transferir para o meio familiar os processos que lhe permitiram obter prosperidade nos negócios:

“Mas o Vasconcelos saltava-lhe logo em cima: - Que deixasse lá o pequeno com o mestre!... Mais tarde ele havia de agradecer aquelas palmatoadas!”²²²

Esta educação²²³, ministrada pelo pai, deixou marcas indeléveis nos comportamentos do protagonista, ao ponto de Amâncio sentir, ao longo da sua vida adulta “os calafrios dos outros tempos, e com eles vagos desejos de vingança. Um malquerer doentio invadia-lhe o coração, sempre que se lembrava do mestre e do pai. Envolvia-os no mesmo ressentimento, no mesmo ódio surdo e inconfessável.”²²⁴

Mais tarde, num ponto mais adiantado da diegese, Amâncio recebe duas cartas: uma da mãe, manifestando, mais uma vez, o carinho e amor habituais, outra do pai que, surpreendentemente, lhe demonstra um tratamento carinhoso, até aí nunca revelado. Amava-o, mas com disfarce.

“Agora, de longe, fazia o que, por inépcia, nunca fizera de perto – dirigia-se amorosamente ao rapaz.”²²⁵

Sabendo-se amado pelo pai, a tristeza apodera-se de Amâncio.

“Só agora, depois da carta, depois que soube que era amado pelo velho, uma grande tristeza invadiu-o todo, e as lágrimas rebentaram-lhe com explosão.

Assim sucede sempre aos filhos educados à portuguesa, cujos pais sentem vexame de lhes patentear o seu amor.”²²⁶

²²¹ Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*, pp.27-28.

²²² *Idem, ibidem*.

²²³ Não obstante os divergentes percursos das personagens Amâncio da *Casa de Pensão* e Pedro da Maia de *Os Maias*, de Eça de Queirós, é curioso verificar o papel determinante que o processo educativo exerceu nas suas histórias de vida.

²²⁴ Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*, p.27.

²²⁵ *Idem*, p.143.

A relação familiar, juntamente com a libertinagem com jovens mulatas do Maranhão, que cedo lhe despertou uma aguda sensualidade, condicionaram fortemente o seu comportamento futuro.

As suas vivências, na idade adulta, são apresentadas como sendo fruto de certos determinismos e enquadradas, portanto, na perspectiva naturalista. A sua vida é dirigida por mecanismos psicológicos, físicos e sociais, apresentando-se o Rio de Janeiro e a casa de pensão como cenários ideais para as suas experimentações.

A narrativa gira em torno do processo de educação e de aprendizagem interior de Amâncio e da forma como esse tempo austero, a nível das relações familiares o marcou, na linha do romance de formação.²²⁷

O relacionamento de excepção que manteve com a mãe, alimentou-lhe um complexo de Édipo até à fase adulta, por via dos carinhos recebidos, na ausência do pai que, ao aproximar-se de ambos, fazia retrair a esposa e punha termo a essas manifestações de afecto. Nestas alturas, D. Ângela sentia-se na pele de uma adúltera.

Talvez possa estar aqui uma resposta justificativa para a enorme atracção que o protagonista sempre sentiu por mulheres mais velhas, casos de Hortência e Lúcia; foi, porém, com a jovem e bonita Amélia²²⁸, que viveu maritalmente, apesar desta se desviar do seu género de mulher preferida.

João Coqueiro, fluminense de gema, herdara a sua fortuna do avô materno, o português que “a conquistara no tráfico dos negros africanos; ao morrer legou à filha, ainda criança, para cima de quinhentos contos de réis.”²²⁹

O narrador assenta a construção desta personagem na base da enfermidade e de uma educação com contornos retrógrados.

Lourenço e sua esposa “Tiveram o primeiro filho – Janjão. Criancinha feia, dessangrada, cheia de asma. Até aos cinco anos parecia idiota: passava os dias a babar-se debaixo da mesa do jantar ao pé de um moleque encarregado de

²²⁶ *Idem*, p.144.

²²⁷ Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *op.cit.*, pp.225-231.

²²⁸ É curioso notar a utilização de uma linguagem simbólica, relativamente a Amâncio, que nos é apresentado como uma abelha, enredada por uma “teia” (Amélia), da qual não se consegue desenvencilhar, uma vez que esta o deseja para marido, *in* Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*, pp.228-229.

²²⁹ *Idem*, p.68.

vigiá-la.”²³⁰ Enquanto a mãe se desvelava em cuidados, o pai temia que ele se transformasse num “maricas”. Queria-o forte e destemido, à luz da educação europeia²³¹. “A mulher que se desse ao trabalho de saber como se fazia na Europa a educação física das crianças!”²³²

Irmão de Manuel Pescada, José Pedro da Silva²³³, fazendeiro e ex-comerciante de escravos, foi assassinado, nas suas terras, há muitos anos.

Raimundo nasceu numa fazenda de escravos, Vila do Rosário, onde o seu pai, anos antes, se havia refugiado da revolta no Pará, conhecida como “Mata Bicudo”, que perseguiu os portugueses, apelidados, na região, com a alcunha de “bicudos”, em 1831.

O contrabando de negros da África enriqueceu-o, apesar de ter sempre sido visto com maus olhos pelos habitantes do Pará.²³⁴

[...] “até que, um belo dia, se levantou contra ele a própria escravatura, que o teria exterminado se uma das suas escravas mais moças, por nome Domingas, não o prevenisse a tempo.”²³⁵

José da Silva foge com a escrava das suas próprias terras, atravessando os sertões até ao Rosário, onde adquire uma fazenda, no lugar de S.Brás, e aí cultiva café, algodão, tabaco e arroz.

²³⁰ *Idem. Ibidem.*

²³¹ Cf. Eça de Queirós – *Os Maias – Episódios da vida romântica*. Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s/d, pp.76-78. Facilmente se verificam elementos semelhantes entre as personagens “Janjão” de *Casa de Pensão* e Eusebiozinho de *Os Maias*. Ambos surgem deformados por um tipo de educação retrógrada, tradicional, sem nada que lhes desenvolvesse o espírito criativo. Os seus perfis são fortemente marcados pela figura materna.

²³² Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*, p.69.

²³³ Nome e apelido vulgares, sem quaisquer conotações sociais merecedoras de referência. A este propósito poder-se-á referir o que em *Todos os Nomes*, José Saramago diz a respeito deste antropónimo: “Além do seu próprio nome de José, o Sr. José também tem apelidos dos mais correntes, sem extravagâncias onomásticas (...) No entanto, por algum desconhecido motivo, se é que não decorre simplesmente da insignificância da personagem, quando ao Sr. José se lhe pergunta como se chama, ou quando as circunstâncias lhe exigem que se apresente, Sou Fulano de Tal, nunca lhe serviu de nada pronunciar o nome completo (...)”, in José Saramago – *Todos os Nomes*. 7ª edição, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, p.19.

²³⁴ O nome de José Cândido de Moraes e Silva, conhecido popularmente pelo apelido de *Farol*, era o agitador e líder revolucionário que instigava os brasileiros da região, contra os brasileiros adoptivos e portugueses, que monopolizavam o comércio brasileiro. O seu nome de guerra passou a despertar grande raiva, desde o motim de 7 de Agosto de 1831, por ocasião da abdicação de D.Pedro (Abrilada, Setembrada, Novembrada). Foi amado por uns e odiado por outros, acabando por morrer com apenas 25 anos. É descrito como tendo sido o grande amor de Mariana, mãe de Ana Rosa e mãe adoptiva de Raimundo. Esta, depois da sua morte, cai numa tristeza profunda, acabando por morrer pouco tempo depois da morte do seu amado, também ainda jovem. O líder nacionalista foi o fundador do jornal liberal *Farol Maranhense*, em 1827.

Domingas dá à luz um filho de José da Silva e, aquando do baptismo da criança, recebem ambos a carta de alforria.

Na capital, o português prosperava economicamente, relacionava-se bem com todos, criando amizades e olhando pela amante e pelo filho, Raimundo. Mas, pouco tempo depois, dá-se o seu casamento com uma senhora brasileira, rica e sem herdeiros, que casara com ele “porque precisava de um homem, e ali não havia muito onde escolher, e porque lhe diziam que os portugueses são brancos de primeira água.”²³⁶

Sua esposa, D.Quitéria Inocência de Freitas Santiago, já era viúva quando casou. Embora fosse extremamente religiosa, achava que os escravos não eram gente e o simples facto de alguém não ser branco, um crime:

“Foi uma feral! A suas mãos, ou por ordem dela, vários escravos sucumbiram ao relho, ao tronco, à fome, à sede e ao ferro em brasa. Mas nunca deixou de ser devota” [...]”²³⁷

Numa sociedade escravagista e patriarcal, como a que nos é descrita na obra, os mestiços nasciam de relações ocasionais dos senhores com mulheres negras que eram usadas pelos donos para satisfazerem os seus prazeres.

Este aspecto aplica-se à personagem Domingas, que apenas é referida pelo narrador, numa analepse, para que nos seja desvendado o passado do protagonista Raimundo, o seu filho mulato, fruto de uma relação ocasional com José da Silva.

Apercebendo-se de que o esposo nutria um carinho especial pelo pequeno mulato, proibiu-o de entrar na sua fazenda, ameaçando despachá-lo caso isso acontecesse:

“ – Seu negreiro – gritava ela ao marido, fura de raiva. – Você pensa que lhe deixarei criar, em minha companhia, os filhos que você tem das negras?...Era só também o que faltava! Não trate de

²³⁵ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.51.

²³⁶ *Idem*, pp.51-52.

²³⁷ *Idem*, p.51.

despachar-me, quanto antes, o moleque, que serei eu quem o despacha, mas há de ser para ali, para junto da capela!”²³⁸

Domingas personifica na perfeição a mulher reduzida à condição de animal, tratada de um modo desumano e bárbaro, principalmente quando D.Quitéria, ao descobrir o adultério, ordena que açoitem a negra e lhe queimem as partes genitais.²³⁹

“Estendida por terra, com os pés no tronco, cabeça raspada e mãos amarradas para trás, permanecia Domingas, completamente nua e com as partes genitais queimadas a ferro em brasa. Ao lado, o filhinho de três anos gritava como um possesso, tentando abraça-la, e, de cada vez que ele se aproximava da mãe, dois negros, a ordem de Quitéria, desviavam o relho das costas da escrava para dardejá-lo contra a criança. A megera, de pé, horrível, bêbeda de cólera, ria-se, praguejava obscenidades, uivando nos espasmos flagrantes da cólera. Domingas, quase morta, gemia, estorcendo-se no chão. O desarranjo de suas palavras e dos seus gestos denunciava já sintomas de loucura.”²⁴⁰

O objectivo do autor é, através desta cena trágica, denunciar e combater a escravidão. O narrador parece condenar a atitude e demonstrar pela situação, uma grande repugnância, bem visível numa descrição pormenorizada, que se afasta da cientificidade naturalista e adquire, por outro lado, uma finalidade ética.

“A redução à animalidade decorre da redução geral à fisiologia, ou ao homem concebido como síntese das funções orgânicas. A finalidade desta operação parece apenas científica, mas na verdade é também ética, devido às conotações relativas a certa concepção do homem. Ao contrário das aparências, a correlação entre estes dois

²³⁸ *Idem*, p.52.

²³⁹ Apesar do romancista ter descrito que Domingas e Raimundo haviam recebido a carta de alforria do dia do baptismo do menino, a negra continua a ser mencionada como escrava e tratada como tal, pela esposa de José da Silva.

²⁴⁰ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.52.

níveis é visível no Naturalismo, manifestando-se através de camadas correspondentes do estilo, que se contaminam reciprocamente.”²⁴¹

A atitude cruel da mulher do fazendeiro e a história de Domingas corroboram a tese de Gilberto Freyre:

“Quanto à maior crueldade das senhoras que dos senhores no tratamento dos escravos é fato geralmente observado nas sociedades escravocratas. Confirmam-no os nossos cronistas. Os viajantes, o folclore, a tradição oral. Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas.”²⁴²

José da Silva, desesperado, carrega o filho e leva-o a casa do seu irmão mais novo, Manuel Pedro, em S.Luis do Maranhão: “e entregou-lhe o pequeno, que ficaria sob as vistas do tio até ter idade para matricular-se num colégio de Lisboa.”²⁴³

De volta à fazenda, imaginando Quitéria ainda refugiada em casa da mãe, o fazendeiro ouve vozes no seu quarto, invade-o e surpreende a esposa²⁴⁴ e o Padre Diogo em pleno adultério.

²⁴¹ Antônio Cândido – “*De Cortiço a Cortiço*”, in *O discurso e a cidade*. 3ª edição. S. Paulo / Rio de Janeiro, Duas Cidades / Ouro sobre azul, 2004, p.124.

²⁴² Gilberto Freyre – *Casa-Grande & Senzala*, pp. 420-421.

²⁴³ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.53.

²⁴⁴ “Mula-sem-cabeça/ mula-de-padre/ burra-de-padre/ cavalo-sem-cabeça”. Na credence popular brasileira, é a concubina de um padre que se metamorfoseia em mula e sai em determinadas noites, cumprindo o seu fadário, a correr dasabaladamente, ao fúnebre tilintar das cadeias que arrasta, amedrontando os supersticiosos, in Aurélio Buarque de Holanda Ferreira – *Novo Aurélio Século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa*. Coordenação e edição de Margarida dos Anjos e Marina Baird Ferreira. 3ª edição totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro, editora Nova Fronteira, 1999, p.1377.

[...] "meteu ombros à porta e precipitou-se dentro do quarto, atirando-se com fúria sobre a esposa, que perdera logo os sentidos.

O padre Diogo, pois era dele a outra voz, não tivera tempo de fugir e caíra, trêmulo, aos pés de José. Quando este largou das mãos a traidora, para se apossar do outro, reparou que a tinha estrangulado. Ficou perplexo e tolhido de assombro."²⁴⁵

Desonrado, o pai de Raimundo mata Quitéria, tendo Diogo como testemunha mas, por outro lado, tem a fraqueza de poupar o padre.

[...] "o cadáver enterrou-se na capela de S.Brás, ao lado das vítimas: e todos os do lugar, até mesmo os da casa, atribuíram a morte de Quitéria ao espírito maligno que se lhe havia metido no corpo."²⁴⁶

Forma-se, então, um pacto de cumplicidade entre José e o Padre, graças à culpa do adultério de um e à culpa do homicídio de outro.

Desgraçado e doente, o português refugia-se em casa do irmão, com o seu filho. Pretende liquidar os seus bens e, em seguida, voltar para Portugal, mas fica impossibilitado de embarcar pois adoece. Entretanto o padre aproveita para se ir insinuando, em casa de Manuel Pescada, fazendo visitas diárias ao seu "amigo" português, conquistando, assim, a simpatia e amizade da família.

Depois de restabelecido, resolve voltar à sua fazenda, mas, por ordem do padre, é assassinado no meio do caminho, numa emboscada:

"Após este crime, José decide liquidar todos seus bens na região e voltar para Portugal com seu filho. Regressa uma última vez a Rosário para confiar a fazenda a Domingas e a dois escravos que tinha libertado. Foi então que o padre escolheu a ocasião para matá-lo. O assassinato é atribuído a escravos foragidos, mas houve uma testemunha."²⁴⁷

Domingas descobre o corpo e, em delírio, acusa o malvado padre Diogo.

²⁴⁵ Aluísio Azevedo – *O Mulato.*, p.53.

²⁴⁶ *Idem*, p.54.

²⁴⁷ Jean – Yves Mérian, *op.cit.*, p.229.

A mediocridade do meio de São Luís do Maranhão é também visível na figura do cónego Diogo, “cujo modelo teria sido copiado...de um dos padres de Santo António”²⁴⁸, tipo representativo dos maus padres, da própria Igreja e seus dogmas, da liturgia e da religião.

Esta personagem é a figura central, no primeiro esboço do romance traçado por Aluísio.

O romancista, para preparar os leitores, usou a imprensa, fazendo uma analogia entre a obra e o acontecimento que marcava o momento – o ataque dos livre-pensadores contra o clero.

“O *Mulato*, com este título será no mês vindouro publicado um romance do senhor Aluísio Azevedo, no qual o autor propõe-se argumentar abusos religiosos, que se dão nesta cidade. Recebem-se assinaturas nesta redacção.”²⁴⁹

O narrador descarrega a sua raiva contra a Igreja, o que provocou, aquando do lançamento do romance, alguma reacção:

“O anticlericalismo é decorrência natural, já que a tese do romance sustenta que os males do grupo social advêm da subserviência a padres venais, corruptos, esquecidos dos seus compromissos com a Igreja e os fiéis. Maus sacerdotes, em suma, como o cónego Diogo, falso e canalha a ponto de, afora intrigar e caluniar, ter sido o autor intelectual do assassinio de Raimundo.”²⁵⁰

O cónego, apesar de respeitado pelos seus fiéis, é descrito como sendo um monstro, “um padre pérfido, luxurioso e assassino, guiado pelo ódio.”²⁵¹

Segundo Ana Belo, o seu nome deriva do latim *didacus*, cujo significado é obscuro, talvez “doutrina”; mas no Brasil há quem chame Diogo ao Diabo.²⁵²

Apesar de não haver nenhuma indicação em relação ao local de nascimento, daí não ter sido possível comprovar a tese de Maria Aparecida

²⁴⁸ Fernando Góes, *op. cit.*, pp.24-30.

²⁴⁹ Jornal «O Pensador», São Luís do Maranhão, 10.01.1881, p.3, in Jean -Yves Mérian, *op. cit.* p.258.

²⁵⁰ Massaud Moisés, *op. cit.*, p.36.

²⁵¹ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, p.280.

Ribeiro, que afirma que o padre Diogo também é português,²⁵³ sabemos que se formou “em Coimbra, donde contava maravilhas; um bocadinho rico e não relaxava o seu passeio a Lisboa, de vez em quando, «para descarregar anos das costas...» explicava ele, a rir.”²⁵⁴

O cônego era “amigo”, confidente e conselheiro do português Manuel Pescada, que “não dava um passo sem consultar o compadre.”²⁵⁵ Manuel e a esposa, Mariana, ficaram muito sensibilizados com a atitude do padre aquando da doença de José da Silva, pois este não saía da cabeceira “ «do seu irmão», dizia ele com uma grande piedade.”²⁵⁶ Acabou por ser convidado pelo casal para padrinho de Ana Rosa. Quando o doente se restabelece, finge ter ficado satisfeito mas, ao abandonar a casa, sabemos, através do narrador onisciente, de um sentimento oposto:

“- Diabo!...Querem ver que ainda não se vai desta, o maldito?...
E eu já o tinha por despachado!” [...] ²⁵⁷

A morte do português, pouco tempo depois, quando se dirigia à sua fazenda, é atribuída aos mocambeiros. O seu corpo foi sepultado junto da sua esposa Quitéria, amante de Diogo. Só Domingas, que enlouquece após a morte do pai do seu filho, atribui as culpas ao cônego.

[...] “tomada de uma ideia súbita, ergueu-se, e gritou, apontando vagamente para o lado da vila.

- Foi ele! Não foi outro! Foi aquele malvado! Foi aquele padre do diabo!

E pôs-se a rir e dançar, batendo palmas e dançando. Era a loucura que voltava.”²⁵⁸

Tal como afirma António Dimas, o “padre Diogo é, em última instância, o grande articulador do romance, armando e desarmando situações, protegido

²⁵² Ana Belo – *Mil e Tal Nomes Próprios*. Lisboa, Editora Pergaminho, 1997, p.81.

²⁵³ Maria Aparecida Ribeiro, *op. cit.*, p.207.

²⁵⁴ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.33.

²⁵⁵ *Idem, ibidem*.

²⁵⁶ *Idem*, p.56.

²⁵⁷ *Idem*, p.57.

²⁵⁸ *Idem*, p.63.

sempre pela batina e pelo ar de santarrão. Sua grande arma é a habilidade argumentativa que cresce diante das outras personagens menos preparadas. Raimundo, todavia, além de oponente natural, é o único indivíduo com condições intelectuais semelhantes às do padre.”²⁵⁹

A sua vaidade e exibicionismo vão sendo revelados, gradualmente, através de pormenores, que o caracterizam indirectamente: as mãos a cheirarem a sabonete inglês, as respostas dadas através de máximas latinas, versos dos poetas latinos Terêncio e Virgílio, que dramatizam a linguagem e impressionam o interlocutor:

“- Há de chegar! Há de chegar!... – afirmou o cônego em ar de experiência. *Labor improbus omnia vincit*... [o trabalho persistente tudo vence] ”²⁶⁰

“- Pode ser, pode ser... *Davits sum non Oedipus*!... [Sou Davo, não Édipo] ”²⁶¹

“- Então há de ser alguma despedida mais demorada... – explicou o cônego com um risinho velhaco. – *Fugit irreparabile tempus*!... [foge o tempo inexoravelmente] ”²⁶²

Para impressionar e convencer o caixeiro Dias, forte pretendente à mão de Ana Rosa, mas sempre repellido, a compactuar com o seu plano, vingando, assim, a sua honra, recorre, mais uma vez, à linguagem e à dramatização.

“E o grande artista levantou os braços para o céu, exclamando em voz chorosa:

- *Quis talia fando tempera a lacrymis*?... [Quem pode, falando isso, controlar as lágrimas?]

Dia escutava-o concentrado.”²⁶³

²⁵⁹ António Dimas, *op. cit.*, p.13.

²⁶⁰ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.220.

²⁶¹ *Idem*, p.161.

²⁶² *Idem*, p.221.

²⁶³ *Idem*, pp.271-272.

Com a ajuda do Dias, o padre consegue descobrir o plano de Raimundo e Ana Rosa e, afirmando que esta continua pura, aconselha o mulato a ir embora de São Luís evitando assim ser condenado.

Com uma arma emprestada pelo cónego Diogo, que inicialmente se nega a aceitar, o português assassina o rival. O repugnante padre, depois de o convencer, invoca a Virgem Maria Santíssima pedindo a protecção daquele que vai matar um inocente, mostrando, mais uma vez a sua falta de escrúpulos:

“- Então avie-se! Está a fugir a única ocasião que Deus lhe faculta!...Amanhã será tarde!...Já ele a terá por justa e, ainda que não se casem, o escândalo será patente! Resolva-se ou deixe por uma vez o campo livre ao mais forte e mais esperto!

- Adeus cónego!

Vá com a Virgem Santíssima!”²⁶⁴

O cónego Diogo aparece, na narrativa, como representante do *Mal*, em contraponto com Raimundo, que nos surge como sinónimo do *Bem*. A perseguição que faz a Raimundo e todo o ódio que lhe manifesta, são justificados pelo facto do Mulato ser a única pessoa capaz de descobrir o seu grande pecado.

Quando Manuel Pescada lhe lembra que a vontade do irmão era que o sobrinho se tornasse padre, o cónego insurge-se contra o português e até contra o governo que, na sua opinião, deveria proibir “aos cabras certos misteres”²⁶⁵, revelando, mais uma vez, o seu carácter maldoso e negativo.

Curiosamente, no capítulo XVI, o autor, talvez em tom irónico, caracteriza-o como sendo “o bom velho”²⁶⁶ e, pouco depois, numa metáfora de sabor naturalista, trata-o por “velho lobo”²⁶⁷. Na verdade o cónego é um verdadeiro “lobo com pele de cordeiro”.

Aluísio Azevedo, descendente de portugueses mas com ideias anti-lusitanas, projecta na personagem Manuel Pescada, as características do imigrante trabalhador, persistente e ambicioso que só pode despertar a

²⁶⁴ *Idem*, p.272.

²⁶⁵ *Idem*, p.36.

²⁶⁶ *Idem*, p.242.

²⁶⁷ *Idem*, p.252.

desconfiança e inveja dos vizinhos. Constitui uma personagem com uma interessante particularidade: é apelidado de “bom português”, amigo do Brasil.

Esta definição tem uma justificação histórica, já que no período subsequente à independência estabeleceu-se uma divisão, um tanto maniqueísta, que dividia os portugueses em amigos ou inimigos da causa brasileira.

[...] ”era um português de uns cinquenta anos, forte, vermelho e trabalhador. Diziam-no atilado para o comércio e amigo do Brasil. Gostava da sua leitura nas horas de descanso, assinava respeitosamente os jornais sérios da província e recebia alguns de Lisboa. Em pequeno meteram-lhe na cabeça vários trechos de Camões e não lhe esconderam de todo o nome de outros poetas. Prezava com fanatismo o Marquês de Pombal, de quem sabia muitas anedotas, e tinha uma assinatura no Gabinete Português [de Leitura, fundado pelo pai de Aluísio Azevedo], a qual lhe aproveitava menos a ele do que à filha, que era perdida pelo romance.”²⁶⁸

Nos dois primeiros capítulos da obra, Aluísio descreve-nos os comerciantes de S. Luís do Maranhão, na sua maior parte portugueses, bem sucedidos nos negócios, ambiciosos e obcecados por enriquecer, características importantes e que determinam os seus comportamentos:

“Na casa da Praça, debaixo das amendoeiras, nas portadas dos armazéns, entre pilhas de caixões de cebolas e batatas portuguesas, discutiam-se o câmbio, o preço do algodão, a taxa do açúcar, a tarifa dos géneros nacionais; volumosos comendadores resolviam negócios, faziam transações, perdiam, ganhavam, tratavam de embarrilar uns aos outros, com muita manha de gente de negócios, falando numa gíria só deles, trocando chalaças pesadas, mas em plena confiança de amizade. Os leiloeiros cantavam em voz alta o preço das mercadorias, com um abrimento afetado de vogais, diziam: «Mal-raís» em vez de mil-réis. [reproduzindo com fidelidade a

²⁶⁸ *Idem*, p.22.

pronúncia portuguesa, que dominava o comércio, em S. Luís do Maranhão.]”²⁶⁹

“Manuel Pescada simboliza o comerciante português, saído do nada, que integrou-se à classe dirigente do país que o acolheu. Esta sociedade foi organizada por e para os homens e estes estabeleceram regras escritas para a perpetuação do seu poder.”²⁷⁰

Os diversos caixeiros que desfilam como empregados de Manuel Pescada e que surgem com frequência nas duas obras que são também objecto deste estudo – *Casa de Pensão* e *O Cortiço* – são exemplo de um tipo de emigração verificável nessa época.

O romancista conhecia bem os costumes da comunidade lusa de S. Luís do Maranhão devido ao facto de o seu pai ter sido comerciante na cidade e de ter exercido funções consulares e ainda devido às suas responsabilidades em associações de beneficência, que o tornaram uma importante figura da colónia portuguesa. As preocupações e actividades da comunidade portuguesa eram-lhe familiares. A sua actividade como caixeiro, desde os treze anos, junto de um amigo do pai, fê-lo conhecer bem o relacionamento entre patrão de origem portuguesa e empregados:

“Aluísio lembrou-se deste período de sua vida, no quadro que traçou dez anos mais tarde sobre a casa e o meio familiar e social de Manuel Pescada, em *O Mulato*. A vida que levou naquele período foi a mesma dos caixeirinhos que apareciam no romance.”²⁷¹

Manuel era casado com uma virtuosa senhora de Alcântara, Mariana que faleceu, deixando órfã a pequena Ana Rosa:

[...] “era já então negociante e tinha o seu armazém na Praia Grande, mudou-se logo com a pequena para o sobrado da Rua da

²⁶⁹ *Idem*, p.20.

²⁷⁰ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, p.267.

²⁷¹ *Idem*, p.222.

Estrela, em cujas lojas prosperava, havia dez anos, no comércio de fazendas por atacado.”²⁷²

O assumir do papel de pai provoca-lhe algum embaraço, fazendo com que ele solicite a presença da sua sogra, Dona Maria Bárbara, para o auxiliar na educação da filha:

“A menina precisava de alguém que a guiasse, que a conduzisse! Um homem nunca poderia servir para essas coisas! E se fosse meter em casa uma perceptora – Meu Bom Jesus! – que diriam por aí?”²⁷³

Aluísio, através desta personagem, desmascara a cumplicidade entre a Igreja e colonizadores portugueses, no tráfico de escravos africanos.

O preconceito racial é um traço inerente ao português, para quem a extinção da escravidão deveria ser gradual, evitando a ruína dos proprietários e da economia. Manuel, apesar de reconhecer as virtudes do sobrinho, não autoriza o casamento com a sua filha Ana Rosa, preferindo entregá-la ao seu empregado Luís Dias²⁷⁴, homem de carácter duvidoso, mas que asseguraria o futuro da firma comercial sem riscos nem problemas.²⁷⁵

[...] “teve o bom português, nessa mesma tarde, uma conferência com o compadre e com o seu caixeiro Dias, a quem prometeu sociedade comercial, na hipótese de que se efetuasse para o seguinte mês, como ficara resolvido, o casamento dele com Ana Rosa.”²⁷⁶

²⁷² Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.22.

²⁷³ *Idem*, p.23.

²⁷⁴ Cf. com o romance *Livro de uma Sogra*, publicado em 1895, em que a protagonista, Olímpia, no seu receituário sobre o casamento, considera que o marido ideal deve ser inferior à mulher. Assim, transforma o seu genro, Leandro, em comerciante uma vez que estes eram semi-analfabetos, de inteligência regular e, por isso, facilmente manipuláveis. Este tipo social é recorrente na obra do autor: o português pobre que se transforma em rico comerciante, acabando por se consagrar como Comendador.

²⁷⁵ “O jovem emigrado deve dobrar-se às regras do grupo para esperar abrir um lugar ao sol. Começa sendo moço de entregas, depois contínuo e em seguida, se é trabalhador, primeiro caixeiro. Então poderá esperar casar-se com a filha de seu patrão e assumir sua sucessão. Terá que participar das festas sociais e religiosas, aparecer bem para não dar o mínimo pretexto à maledicência.”, in Jean -Yves Mérian, *op. cit.*, p.269.

²⁷⁶ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.105.

A convivência de Ana Rosa com o primo Mundico desperta nela uma grande paixão, que a impede de aceitar o casamento com Luís Dias.

O pai, que punha os interesses económicos acima de tudo, começa a ficar desconfiado:

“- Tem graça, não senhora! Vossemecê disse que o aceitava para marido! Que diabo quer dizer agora essa mudança?...Ah, que temos mouros na costa²⁷⁷!...Bem me dizia o compadre!...”²⁷⁸

Manuel Pescada utiliza uma expressão tipicamente portuguesa querendo dizer que “há novidades” e que afinal as desconfianças de Dona Bárbara e do cónego Diogo, que nunca tinham visto com bons olhos a presença de Raimundo no seio familiar, tinham fundamento.

O português João Romão é o único vencedor do romance *O Cortiço*, surgindo sobreposto às demais personagens da obra. Empregado de uma venda, recebe-a de presente depois de o dono enriquecido voltar a Portugal, para gozar os últimos anos da sua vida.

O seu repugnante aspecto físico, a sua rudeza no trato pessoal, a sua usura e desonestidade, instituem-no como principal agente do vértice social do cortiço. Parece existir uma identificação perfeita entre ambos.

É uma personagem atravessada por angústias e frustrações, concentrando em si os estigmas de épocas e sociedades que tendem a desagregar o indivíduo e a fazer dele um homem sem qualidades.

Chegara ao Brasil muito jovem, sem dinheiro nem instrução mas teve a sorte de encontrar um patrão ao serviço do qual se sacrificou, para tentar assegurar o seu futuro. Foi, durante uma dúzia de anos, o “testa de ferro”²⁷⁹ do patrão.

João Romão luta para atingir os seus objectivos, o que se pode relacionar com a etimologia do nome: João, nome de vários reis e imperadores e Romão do

²⁷⁷ Expressão que significa “andar alguém a espiar” ou “desconfiar-se que uma rapariga tem namorado”. Provém dos ataques que os Mouros, Muçulmanos faziam ao litoral da Península Ibérica.

²⁷⁸ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.107.

²⁷⁹ Homem que assume a responsabilidade por um empreendimento ou actos alheios.

latim *Romanu*, “romano”²⁸⁰, povo de temperamento avaro e forte, que defende sempre o que é seu.

“João Romão foi, dos treze aos vinte e cinco anos empregado de um vendeiro que enriqueceu entre as quatro paredes de uma suja e obscura taverna nos refolhos do bairro de Botafogo; e tanto economizou do pouco que ganhara nessa dúzia de anos, que, ao retirar-se o patrão para a terra, lhe deixou, em pagamento de ordenados vencidos, nem só a venda como o que estava dentro, como ainda um conto e quinhentos em dinheiro.”²⁸¹

O narrador, neste excerto, em poucas palavras “sintetiza um fenómeno social importante nos centros urbanos brasileiros do século XIX: a presença do comerciante português. Desembarcando ainda de calças curtas e recomendados já a alguma firma comercial, onde se fazia o aprendizado prático, esses futuros comerciantes constituíam, primeiro, a classe dos caixeiros. Um trabalho duro esperava-os aqui, além da hostilidade dos estudantes endinheirados, seus maiores rivais.”²⁸²

“Proprietário e estabelecido por sua conta, o rapaz atirou-se à labutação ainda com mais ardor, possuindo-se de tal delírio de enriquecer, que afrontava resignado as mais duras privações. Dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha. A comida arranjava-lha, mediante quatrocentos réis por dia, uma quintandeira sua vizinha, a Bertoleza, crioula trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amiga com um português” [...]²⁸³

Trabalha sem cessar, no pequeno estabelecimento que compra nos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que abusa do trabalho servil e do corpo de uma escrava fugida, Bertoleza, que ele torna sua amante.

²⁸⁰ José Pedro Machado, *op. cit.*, III volume, p.1274

²⁸¹ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.15.

²⁸² António Dimas, *op. cit.*, p.75.

²⁸³ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.15.

“Bertoleza também trabalhava forte; a sua quitanda era a mais bem afreguesada do bairro. De manhã vendia angu, e à noite peixe frito e iscas de fígado; pagava de jornal a seu dono vinte mil réis [...] Um dia, porém, o seu homem [...] caiu morto na rua [...] João Romão mostrou grande interesse por esta desgraça, fez-se até participante direto dos sofrimentos da vizinha [...] que a boa mulher o escolheu para confidente das suas desventuras. Abriu-se com ele, contou-lhe a sua vida de amofinações e dificuldades [...] segredou-lhe então o que tinha junto para sua liberdade e acabou pedindo ao vendeiro que lhe guardasse as economias, porque já de certa vez fora roubada por gatunos” [...]²⁸⁴

Bertoleza aceita passivamente a sua condição, em casa de João Romão, demonstrando ela própria ser racista:

“Ele propôs-lhe morarem juntos, e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, porque, com toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua.”²⁸⁵

Ao desempenhar o papel de mulher escravizada, numa época em que a abolição da escravatura era iminente, e sendo reduzida à sua condição de animal de trabalho, ela é a encarnação daquela colectividade que forma o cortiço. O seu valor simbólico alcança uma força extraordinária ao revelar-se como uma pessoa sugada até ao extremo, tendo contribuído de todas as formas para o enriquecimento do taberneiro português.

João Romão, daí em diante, rouba nos pesos e medidas do armazém, cobra rendas imobiliárias aos trabalhadores que começam a alugar os primeiros quartos no seu cortiço. Poupa tudo no extremo da mais completa sovinice e consegue amealhar uma fortuna considerável, nos moldes mesquinhos da acumulação primitiva de capital, assumindo-se pela negativa:

[...] “deixando de pagar todas as vezes que podia e nunca deixando de receber, enganando os fregueses, roubando nos pesos e

²⁸⁴ *Idem, ibidem.*

nas medidas, comprando por dez reis de mel coado o que os escravos furtavam da casa de seus senhores” [...] ²⁸⁶

Esta personagem transgride, pois, todos os códigos socialmente aceites, assumindo o estatuto de anti-herói cuja meta é enriquecer. O “escravo” português é uma espécie de herói pícaro ²⁸⁷, não o saído da tradição espanhola ²⁸⁸, mas um forasteiro que chega e vence o meio.

João Romão usa as forças do meio, mas não se submete a elas. Num primeiro momento, nem se distingue da escrava Bertoleza, tanto nos costumes diários como no trabalho duro e feroz, dando a entender que vai sucumbir ao mundo promíscuo do cortiço que ele mesmo criou e que explora.

Foge de qualquer integração com a sensualidade e a desordem do ambiente, temendo perder a oportunidade da escalada económica e faz da exploração o seu único objectivo, agindo cada vez com maior ferocidade e ausência de compaixão.

Ao chegar ao topo, descobre simultaneamente o vazio do seu triunfo.

Quase todos os moradores do cortiço vivem dependentes do português: os operários da sua pedreira são também fregueses da sua venda, funcionando como personagens referências ²⁸⁹ no romance. Quando o seu compatriota Jerónimo lhe pede um salário que acha alto demais, o português compensa-o convencendo-o a mudar-se para a sua estalagem e a fazer as compras na sua venda. Jerónimo serve, assim, os interesses do patrão, trabalhando na pedreira, hospedando-se na estalagem e gastando na venda. ²⁹⁰

No sobrado, ao lado do cortiço, Miranda, outro comerciante português, recebe o título de barão.

²⁸⁵ *Idem*, p.16.

²⁸⁶ *Idem*, p.19.

²⁸⁷ “O pícaro, pela sua origem, pela sua natureza e pelo seu comportamento, é um anti-herói, um evasor dos mitos heróicos e épicos, que anuncia uma nova época e uma nova mentalidade...através da sua rebeldia, do seu conflito radical com a sociedade, o pícaro afirma-se como um indivíduo que tem consciência da legitimidade da sua oposição ao mundo e que ousa considerar, em desafio aos cânones dominantes, a sua vida mesquinha e reles como digna de ser narrada.”, in Vítor Manuel de Aguiar e Silva – *Teoria da Literatura*, p.677.

²⁸⁸ Cf. *La vida de Lazarillo de Tormes (1554)*, obra anónima cuja personagem, anti-heróica, é uma modalidade de pícaro; *Guzmán de Alfarache*, de Mateo Alemán; *El Buscón (1626)*, de Francisco de Quevedo; *Peregrinação (1614)*, de Fernão Mendes Pinto.

²⁸⁹ Philippe Hamon, *op. cit.*, p.96.

²⁹⁰ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.53-54.

A partir do momento em que o vizinho recebeu o título, João Romão sofre uma profunda transformação, submetendo-se às regras de uma sociedade que se baseava nas aparências:

“Desde que o vizinho surgiu com o baronato, o vendeiro transformava-se por dentro e por fora a causar pasmo. Mandou fazer boas roupas e aos domingos refestelava-se de casaco branco e de meias, assentado defronte da venda, a ler jornais. Depois deu para sair a passeio, vestido de casimira, calçado e de gravata. Deixou de tosquiar o cabelo à escovinha; pôs a barba abaixo, conservando apenas o bigode, que ele agora tratava com brilhantina todas as vezes que ia ao barbeiro. Já não era o mesmo lambuzão! E não parou aí: fez-se sócio de um club de dança e, duas noites por semana, ia aprender a dançar; começou a usar relógio e cadeia de ouro; correu uma limpeza no seu quarto de dormir, mandou soalhá-lho, forrou e pintou-o; comprou alguns móveis em segunda mão; arranjou um chuveiro ao lado da retrete; principiou a comer com guardanapo e a ter toalha e copos sobre a mesa; entrou a tomar vinho, não do ordinário que vendia aos trabalhadores, mas de um especial que guardava para seu gasto. Nos dias de folga atirava-se para o Passeio Público depois do jantar ou ia ao Teatro São Pedro de Alcântara assistir aos espetáculos da tarde; do Jornal do Comércio, que era o único que ele assinava havia já três anos e tanto, passou a receber mais dois outros e a tomar fascículos de romances franceses trduzidos, que o ambicioso lia de cabo a rabo, com uma paciência de santo, na doce convicção de que se instuía.”²⁹¹

João Romão continua a demonstrar a sua preocupação em relação ao vizinho apesar deste, depois da sua profunda evolução e transformação, o ter começado a tratar de forma diferente:

“O Miranda tratava-o já de outro modo, tirava-lhe o chapéu, parava risonho para lhe falar quando se encontravam na rua, e às vezes trocava com ele dois dedos de palestra à porta da venda.”²⁹²

²⁹¹ *Idem*, p.145.

²⁹² *Idem*, p.146.

O desprezo mútuo que demonstram sentir, acaba por se converter em admiração:

“Tinha inveja do outro, daquele outro português que fizera fortuna, sem precisar roer nenhum chifre; daquele outro que, para ser mais rico três vezes do que ele, não teve de casar com a filha do patrão ou com a bastarda de algum fazendeiro freguês do casal!”²⁹³

Miranda respeita a riqueza de João Romão e este deslumbra-se com a aristocracia do vizinho.

Para João Romão, dono do cortiço, casar-se com a filha do barão do Freixal, Zulmira, significa dar sentido à sua existência ordinária e avarenta, entrar no mundo dos vencedores, alçar-se definitivamente sobre o passado nauseante. O casamento representa apenas um jogo de interesses materiais, uma forma de alcançar o patamar mais alto na escala social:

“Nos países latinos... [existem] estratégias matrimoniais cuidadosamente elaboradas, nomeadamente entre os camponeses abastados e os meios industriais ou de negócio. As raparigas submetem-se a elas, conscientes do que está em jogo, sem se considerarem «sacrificadas» se os maridos que lhes são propostos são de sua classe, ou dignos delas. Explica-se-lhes, de resto, que o amor vem *depois* do casamento. Se não vem, passou sem ele: o casamento é para elas a aquisição de uma identidade social, bem mais do que uma fonte de felicidade afectiva.”²⁹⁴

No entanto, há um fio que o prende ao passado, Bertoleza. Esta, foi vital para a sua ascensão e, agora, não passa de um trambolho desprezível.

Sem qualquer piedade, o português chama o filho do antigo dono da escrava fugida para a restituir à senzala. Num momento de grande dramatismo

²⁹³ *Idem*, p.28.

²⁹⁴ Yvonne Knibiehler – “Campos e corações”, in *História das Mulheres – o século XIX. Volume IV*. Direcção de Georges Duby e Michelle Perrot. Tradução Portuguesa de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves, com revisão de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vasquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto, Edições Afrontamento, 1991, Cap. “A mulher civil, pública e privada”, p.392.

da obra, Bertoleza enlouquece e, desesperada, face à perversidade do amante, suicida-se:

[...] "adivinhou que tinha sido enganada; que a sua carta de alforria era uma mentira, e que o seu amante, não tendo coragem para matá-la, restituía-a ao cativeiro. [...] A negra, imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar. [...] antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado."²⁹⁵

A morte de Bertoleza é a solução conveniente, fazendo desaparecer o símbolo do passado duvidoso do português.

No final do romance está tudo pronto para o casamento com Zulmira, início da sua ascensão social que poderia continuar até à obtenção de um título nobre.

"É que nessa noite Miranda lhe falara abertamente sobre o que ouvira de Botelho, e estava tudo decidido: Zulmira aceitava-o para marido e D.Estela ia marcar o dia do casamento."²⁹⁶

Fica ao critério do leitor imaginar o desenlace da vida amorosa do futuro visconde e Zulmirinha, já que estamos perante uma acção aberta.

A sua ambição desmedida é manifestada nas vésperas do enlace.

"E via-se já na brilhante posição [...] verdadeiro chefe da colónia portuguesa no Brasil: depois quando o barco estivesse navegando ao largo a todo o pano – tome lá alguns pares de contos de réis e passe-me para cá o título de Visconde!

Sim, sim, Visconde! Por que não? E mais tarde, com certeza, Conde! Eram favas contadas!"²⁹⁷

²⁹⁵ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, pp. 224-225.

²⁹⁶ *Idem*, p.204.

²⁹⁷ *Idem*, p.205.

Apesar de ter sofrido alterações ao longo da narrativa, modificando a sua aparência radicalmente, não deixa de ser uma personagem plana já que agia somente ao sabor do fascínio pelo dinheiro, era despojado de civilidade ou de qualquer sentimento que se projectasse no outro. A sua personalidade não revela quaisquer surpresas e as acções praticadas apenas confirmaram o que o narrador onisciente, preocupado, foi dizendo da personagem.

João Romão é, para Nelson H. Vieira²⁹⁸, o protótipo do "avaro *galego*", português corrupto, símbolo do mito popular da exploração portuguesa do Brasil:

"Ao redor de João Romão evolui o mundo do cortiço, formigueiro onde lutam para viver imigrantes portugueses e italianos, operários brasileiros brancos, mulatos ou negros, pequenos burgueses em falência. É este microcosmo que faz a unidade do romance e os personagens acima citados aí vivem. [...] «O Cortiço» é uma obra coerente, na qual cada elemento tem sua razão de ser e corresponde a uma intenção do autor."²⁹⁹

O *malandro* explorador acaba por ser coroado pela sociedade egoísta, formada pela cidade e pelos seus habitantes. Os homens honestos caem diante da cidade que selecciona os mais fortes, com atitudes torpes e deploráveis, os representantes do modelo capitalista social carioca.

A vitória de João Romão torna-se assim tenebrosa e mostra o pessimismo de Aluísio Azevedo. O português que sobrepuja o meio é um explorador repugnante. Já os que são derrotados pelo meio – brasileiros ou portugueses abrasileirados – não passam de seres destituídos de vontade e de compostura, merecendo, de certa forma, a opressão que os vitima.

O romancista parece dar mais importância a esta personagem que a qualquer outra³⁰⁰. De empregado a vendeiro e, por último, proprietário, edifica um imenso cortiço perto do sobrado de Miranda, ao mesmo tempo que explora uma pedreira, ambicionando conquistar uma posição social. Torna-se rico, com a

²⁹⁸ Nelson H. Vieira, *op. cit.*, pp.117-118.

²⁹⁹ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, p.555.

³⁰⁰ Através de personagens com o perfil de João Romão, Aluísio Azevedo demonstra uma certa dose de animosidade, face a esses tipos que tão bem ficcionaliza. Cf. o percurso desta personagem com o do Comendador Moscovo, pai de Ambrosina (*Condessa Vésper*), típico comerciante português.

ajuda do parasita Henrique Botelho³⁰¹, que vive em casa de Miranda, e o dinheiro torna-o “civilizado”.

João Romão torna-se, assim, respeitado por todos, superando Miranda, símbolo do sobrado e do lusitano, aspirando vir a ser visconde e não simplesmente barão³⁰², como o antigo rival.

Acompanhando a evolução social do português João Romão, o cortiço também se desenvolve, transformando-se na “Avenida São Romão”, com uma aparência mais cuidada e ordeira, enquanto que a população mais baixa e miserável se transfere para outro cortiço, o “Cabeça de Gato”, mantendo-se assim a engrenagem do sistema social em que vale apenas a lei do mais forte. O casarão mandado construir é ainda maior do que o do vizinho:

[...] “na tabuleta nova, muito maior que a primitiva, em vez de
«Estalagem de São Romão» lia-se em letras caprichosas:

“Avenida São Romão”³⁰³

O Cabeça de Gato estava vencido finalmente, vencido para sempre; nem ninguém se animava a comparar as duas estalagens.”³⁰⁴

Este ser humano é português, encarnando variados traços físicos e morais que se desenvolveram em vários estereótipos de emigrantes lusos, materializando uma caricatura sintética de todos eles.

A sua ascensão parece-se com a de numerosos portugueses dedicados ao comércio da época, tal como descreve Gilberto Freyre, na obra *Sobrados e Mucambos*:

³⁰¹ Velho ladino, parasita e fracassado, valia-se do afecto e respeito demonstrados por Miranda para sobreviver.

³⁰² Cf. com a personagem do romance *Girândola de Amores*, Portela. Esta personagem é emblemática no que se refere ao processo de formação da elite portuguesa, compradora de títulos nobiliárquicos.

³⁰³ Romão ou Romano de Antioquia foi um soldado romano que participou na execução de S. Lourenço e se converteu. Descoberta a sua conversão, foi-lhe arrancada a língua mas, como ele continuava a pregar, foi preso e estrangulado (ou degolado). Tem por atributos a língua arrancada ou a cabeça na mão, in Jorge Campos Tavares – *Dicionário de Santos, Hagiológico, Iconográfico, de Atributos, de Artes e Profissões, de Padroados, de Compositores de Música Religiosa*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1990, p.127.

³⁰⁴ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.200.

“Caixeirinhos de tamancos tornaram-se no Brasil do século XIX senhores Comendadores, Excelências, Titulares; Caixeiros – repita-se – chegam a Barões, a Viscondes, a Grandes do Império. Comerciantes, industriais e até artistas de extrema habilidade morreram no século XIX tão ostensivamente nobres quanto os senhores de terras e mais do que muitos destes, donos de palacetes suntuosos, de carruagens elegantes, de porcelanas marcadas com coroas de Barão ou Visconde, de fardas douradas, de condecorações brilhantes como as dos militares.”³⁰⁵

Na pedreira de João Romão trabalhavam muitos portugueses “de canteiro, ao barulho metálico do picão que feria o granito”³⁰⁶:

“Ao redor de João Romão, evolui o mundo do cortiço, formigueiro onde lutam para viver imigrantes portugueses e italianos, operários brasileiros brancos, mulatos ou negros, pequenos burgueses em falência. É este microcosmo que faz a unidade do romance e os personagens acima citados aí vivem.”³⁰⁷

Firmino, companheiro de Rita Baiana e rival de João Romão, foi brutalmente assassinado por três portugueses, Pataca e dois outros companheiros. O primeiro, lusitano, abusara de Piedade sob o olhar, horrorizado, da sua filha Senhorinha. Miranda é um comerciante de tecidos, de origem portuguesa, estabelecido na Rua do Hospício. Enriqueceu à custa de um casamento com a filha do seu antigo patrão. O seu carácter é maculado por sentimentos e aspirações condenáveis e imorais.

A relação entre marido e mulher é apontada, desde o início da narrativa, como uma associação de interesses, uma vez que foi graças ao dote da esposa, D. Estela, cujo nome deriva do latim *stella*, “estrela”, que Miranda ascendeu à classe elevada. O dote³⁰⁸ representa um importante papel na formação da sociedade económico-sentimental da época:

³⁰⁵ Gilberto Freyre – *Sobrados e Mucambos*, p.397-398.

³⁰⁶ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.50.

³⁰⁷ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, p.555.

³⁰⁸ “O uso do dote remonta a alta antiguidade. Homero refere-se-lhe na passagem em que Príamo quer desviar Heitor de se medir com Aquiles. Em Roma, nos primitivos templos, de costumes simples, os dotes eram modestos. O aumento dos dotes das desposadas marchou paralelamente

“Para Estela, mulher de Miranda, que simboliza as mulheres desta sociedade, o adultério, a leitura, a vida mundana e fútil são as únicas possibilidades de evasão à espera de uma velhice sem graça.”³⁰⁹

D.Estela é descrita como sendo uma mulher fútil. Para evitar o tédio em que vive, engana o marido, desde o segundo ano de casamento. Esta burguesa, entrega-se à ociosidade que a leva ao tédio o qual, por sua vez, a conduz ao adultério.³¹⁰

O nascimento da filha Zulmirinha agravou ainda mais o relacionamento de ambos:

“Odiavam-se. Cada qual sentia pelo outro um profundo desprezo, que pouco a pouco foi-se transformando em repugnância completa”³¹¹

As suas vidas baseavam-se nas aparências, exigidas pela pressão social.

[...] “um rompimento brusco seria obra para escândalo, e, segundo a sua opinião, qualquer escândalo doméstico ficava muito mal a um negociante de certa ordem.”³¹²

Na tentativa de livrar a esposa de tentações, afastando-a do alcance dos caixeiros, Miranda vai morar com a família para um sobrado, em Botafogo, nas imediações da loja de João Romão. Apesar da vigilância exercida sobre a esposa, D.Estela trai, mais uma vez, Miranda, agora com o jovem estudante

à dissolução dos costumes. No Oriente, a mulher tendo sido considerada uma *coisa*, era comprada pelo noivo e o dote ficava com o pai, o que subsiste ainda nalguns países asiáticos. O feudalismo herdou o dote dos romanos, mas a necessidade de conservar a integridade do fundo, diminuiu os dotes em moeda criando os dotes territoriais ao lado dos casamentos políticos. Depois do feudalismo recomeçou o uso dos dotes em dinheiro [conjunto de bens levados pela mulher para o casal], que tem vindo até à actualidade.”, in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Volume IX. Lisboa/ Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, pp.269-270.

³⁰⁹ Jean-Yves Mérian, *op. cit.*, p.561.

³¹⁰ Cf. *O Primo Basílio* de Eça de Queirós, personagem Luísa, *Madame Bovary* de Flaubert, personagem Emma Bovary (romance - arquétipo do adultério na sociedade burguesa), in Mónica Rector – *Mulher, objecto e sujeito da Literatura Portuguesa*. Porto, Fundação Fernando Pessoa/ Edições Universidade Fernando Pessoa, 1999.

³¹¹ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.20.

³¹² *Idem, ibidem*.

Henrique. O casal dorme em quartos separados mas, apesar disso, “estabeleceu-se entre eles o hábito de uma felicidade sexual.”³¹³

A filha do casal, com cerca de doze anos de idade, vivia fechada em casa. Era frágil e raquítica. Acaba por aceitar com resignação, tal como uma boa moça burguesa, o casamento com João Romão, que lhe será imposto pelo pai e que lhe serve os interesses. João Romão “compra” a ascensão social, e Miranda “vende-lhe” a filha.³¹⁴

Neste romance, em que o elemento português, na categoria de imigrante, é focalizado em posições extremas, o nascimento, a vida e a morte de um cortiço opõe-se ao sobrado, símbolo de uma posição social desejada, a ser conquistada.

Temos, assim, dois tipos distintos: João Romão, simbolizando a falta de escrúpulos e a exploração, e Miranda, representante da ambição triunfante:

“Travou-se assim uma luta renhida surda entre o português negociante de fazendas por atacado e o português negociante de secos e molhados.”³¹⁵

A ascensão de Miranda é baseada na ambição e na falta de dignidade, características que determinam o seu comportamento. Realiza os seus sonhos com base na importância dada ao dinheiro.

“Prezava, acima de tudo, a sua posição social e tremia só com a ideia de ver-se novamente pobre, sem recursos e sem coragem para recomeçar a vida, depois de se haver habituado a umas tantas regalias e afeito à hombridade de português rico que já não tem pátria na Europa.”³¹⁶

Miranda, cujo nome deriva do latim³¹⁷, gerundivo do verbo *mirare*, admirar, que deve ser admirado (designação sugerida pela paisagem circundante) e, por ampliação, “evidente”, contempla, lá de cima, o avanço do seu patrício João Romão, preparando-se para beneficiar com isso e, da sua janela, assiste a tudo o

³¹³ *Idem*, p.22.

³¹⁴ Massaud Moisés, *op. cit.*, p.40.

³¹⁵ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.23.

³¹⁶ *Idem*, p.20.

³¹⁷ José Pedro Machado, *op. cit.*, p.998.

que se passa no cortiço: festejos e lutas. O sobrado, sistema de habitação fechado e privado opõe-se ao sistema público e aberto do cortiço, de que se acha separado por um muro³¹⁸. Materializa a sua altivez, a ostentação social, o título nobiliárquico e a inveja que nutre pelo vizinho, João Romão. Ambos, porém, são apresentados como exploradores das riquezas do Brasil, “pecado” frequentemente associado aos portugueses que desenvolviam as suas actividades comerciais.

Graças ao dinheiro, que compensa a sua infelicidade doméstica, Miranda torna-se barão, ascendendo à alta sociedade:

“No outro dia a casa do Miranda estava em preparos de festa. Lia-se no Jornal do Comércio que Sua Excelência fora agraciado pelo governo português com o título de Barão do Freixal” [...] ³¹⁹

Jerónimo representa o português rústico, telúrico, de hábitos prosaicos, cuja sensibilidade marcadamente saudosista, comum a outros compatriotas, será traduzida pelo tom plangente da guitarra e do fado:

[...] “até à hora de dormir, que nunca passava das nove, ele tomava a sua guitarra, junto com a mulher, dedilhar os fados de sua terra. Era nesses momentos que dava plena expansão às saudades da pátria, com aquelas cantigas melancólicas em que a sua alma de desterrado voava das zonas abrasadas da América para as aldeias tristes da sua infância.” ³²⁰

Jerónimo, português virtuoso e honesto, vai de Portugal para o Brasil, com a sua esposa Piedade e a sua filha Mariana, de cognome Senhorinha, tentar a sua sorte.

É capataz da pedreira de João Romão e recebe um “alto salário” pago pelo seu compatriota:

³¹⁸ O muro, signo da separação, barreira social, divisória de classe, isola apenas para o alto na medida em que acaba por favorecer os encontros furtivos entre os burgueses do sobrado e as gentes do cortiço. A abertura do cortiço para a rua fazia-se através do armazém-moradia de João Romão. A pedreira assinala a existência da natureza exterior e bruta.

³¹⁹ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.107.

“Era um português de seus trinta e cinco a quarenta anos, alto, espadaúdo, barbas ásperas, cabelos pretos e maltratados caindo-lhe sobre a testa, por debaixo de um chapéu de feltro ordinário; pescoço de touro e cara de Hércules,³²¹ na qual os olhos, todavia, humildes como os olhos de um boi de canga, exprimiam tranquila bondade.”³²²

Demonstra a sua ignorância e, no lugar de capataz, não defende os operários de João Romão, quando este se queixa de que eles pouco fazem na sua ausência. Jerónimo não vê que os lucros vão todos para o patrão, que os explora, fazendo-os trabalhar em péssimas condições e que fará o mesmo com ele.

“- Comigo aqui é que eles não fariam cera. Isso juro eu! Entendo que o empregado deve ser bem pago, ter para a sua comida à farta, o seu gole de vinho, mas que deve fazer serviço que se veja, ou, então, rua! Rua que não falta por aí quem queira ganhar dinheiro!”³²³

A corrupção do cenário – que se projecta na alma humana – não é atribuída exclusivamente à miséria e à exploração económica. Ela tem a ver com uma ideia de natureza tropical, onde o sol, a luz e o calor dissolvem o equilíbrio, amolecem a vontade, fomentam a indisciplina e promovem transgressões morais e sexuais de toda a ordem. Assim, o erotismo e a turbulência dos instintos são transformados em símbolo de uma forma brasileira de ser e de existir.

Jerónimo, íntegro trabalhador português, sente, a certa altura, uma viscosa e irresistível atracção pela música popular brasileira³²⁴ e pela dança de Rita Baiana:

³²⁰ *Idem*, p.59.

³²¹ Quando aparece na estalagem, é comparado a um Hércules, símbolo da vitória da alma humana sobre as suas fraquezas. A figura mitológica não é acidental, ganha sentido com a fisionomia da personagem, depois de entrar em decadência. Ele chega cheio de ideias de ascensão pois vinha de trabalhar como colono de um fazendeiro, junto de negros e escravos, de mãos vazias. Todo o capítulo V o assemelha a um herói clássico-mitológico.

³²² Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.46.

³²³ *Idem*, p.53.

³²⁴ A música apresenta-se como um dos elementos distintivos e, em simultâneo, de miscigenação cultural, contribuindo fortemente para a aglutinação popular. É notória a presença de certos ritmos lusitanos, tal como de sons africanos, vindos dos da Bahia, na música popular brasileira. O romance detecta, com alguma precisão, o nascimento do samba, do choro e de outros ritmos nascidos no Rio de Janeiro, nos anos oitocentos.

“O processo de transformação de Jerónimo se inicia quando, terminadas as festas de Rita e das Dores, ele principia a dedilhar a sua guitarra, cantando o seu desterro, e acaba em duelo musical com o cavaquinho de Porfiro e o violão de Firmo, que rompem «vibrantemente com um chorado baiano». É um verdadeiro impacto o que lhe acontece”³²⁵

Não obstante todas as privações por que passavam os habitantes do cortiço, foi nessa cultura mestiça que algumas melodias europeias se misturaram com ritmos vindos de África, originando novas melodias:

“Nos «pagodes» organizados aos domingos, quando os cortiços se abriam à convivência social, portugueses, negros e mulatos misturavam suas culturas, ajudando a formar vários elementos da cultura popular brasileira”³²⁶

[Jerónimo] “Tinha agora o ouvido menos grosseiro para a música, compreendia até as intenções poéticas dos sertanejos, quando cantam à viola os seus amores infelizes” [...] ³²⁷

Esta personagem comprova a tese do determinismo do meio brasileiro: o seu carácter sério, a sua dedicação ao trabalho e a austeridade dos seus costumes, desagregam-se na sensualidade indolente, no gosto pelo café, no vício pelo tabaco e na vadiagem como alternativa existencial. Ao ceder à atracção da terra, ele perde a oportunidade de a dominar e explorar, ao contrário do que faz o seu compatriota João Romão:

“E assim, pouco a pouco, se foram reformando todos os seus hábitos singelos de aldeão português: e Jerónimo abrandou-se” [...] ³²⁸

³²⁵ Rui Mourão – “Um mundo de galegos e cabras”, in Aluísio Azevedo – *O Cortiço*. 36ª edição. S. Paulo, Editora Ática, 2004, p.6.

³²⁶ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*. Comentários de Leandro Sarmatz, p.17.

³²⁷ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.92.

Rita Baiana³²⁹ é a causadora dessas mudanças. Ela é a representação do trópico e enlouquece o português, puxando-o para uma vida desgraçada e cheia de prazeres corpóreos, pois é símbolo da sensualidade e da ociosidade do tipo tropical, tal como o seu companheiro Firmino. A primeira vez que a mulata aparece a dançar, já pressentimos que o cavouqueiro não conseguirá escapar ao seu fascínio, sentindo-se arrebatado por uma paixão sensual:

“Ela saltou em meio da roda, com os braços na cintura, rebolando as ilhargas e bamboleando a cabeça, ora para a esquerda, ora para a direita, como numa sofreguidão de gozo carnal, num requebrado luxurioso que a punha ofegante; já correndo de barriga empinada; já recuando de braços estendidos, a tremer toda, como se fosse afundando num prazer grosso que nem azeite, em que se não toma pé e nunca se encontra fundo. Depois, como se voltasse à vida, soltava um gemido prolongado, estalando os dedos no ar e vergando as pernas, descendo, subindo, sem nunca parar os quadris” [...]³³⁰

O europeu, fragilizado, atordoa-se com a “sensualidade botanizada e animalizada”³³¹ de Rita, símbolo da força da natureza americana, e “todos os corações se abrem ao seu charme e calor.”³³²

A atracção da mulata pelo branco facilita a conquista a Jerónimo.

Enciumado, Firmo, namorado de Rita, luta com Jerónimo, abrindo a barriga do rival, com uma navalha, e fugindo. Jerónimo, depois de recuperar, arma-lhe uma emboscada traiçoeira, acabando por matá-lo e por fugir com Rita.

Com esta acção, ganha finalmente o seu lugar no coração da amada. O brutal homicídio iniciou-o na mais crua animalidade. Agora, livre do rival e

³²⁸ *Idem, ibidem.*

³²⁹ Cf., por oposição, com a protagonista do romance-folhetim, *Filomena Borges*, que, por odiar o Brasil, se dedica à tarefa de europeizar o marido, João Borges. De simplório, pacato, ordinário, apolítico, não afeito à civilização ocidental aristocrática, passa por uma série de metamorfoses, corporais e mentais, somente com o fito de agradar à esposa, por quem era profundamente apaixonado.

³³⁰ *Idem, p.77.*

³³¹ António Dimas, *op. cit.*, p.89.

³³² Ana Belo, *op. cit.*, p.211.

completamente integrado na alma brasileira, Jerônimo pode entregar-se ao prazer com a mulata, que o escolheu também pela sua origem portuguesa³³³.

Os “carapicus”³³⁴, moradores do cortiço de João Romão, habitação colectiva situado ao lado do “Cabeça-de-gato”, onde Firmo se tornara o chefe dos malandros, invadem o cortiço para vingarem a sua morte. A luta termina devido ao grave incêndio no cortiço de João Romão.

Os moradores do cortiço exercem aqui a função de elementos decorativos³³⁵, personagens que acrescentam uma nota de cor local. Esta cena, bastante colorida, contém uma reflexão sobre o modo de vida no cortiço e pinta um belo quadro sobre a teia de relações entre as personagens.

Jerónimo abandona assim a sua família, vai definitivamente viver com a mulata e emprega-se na pedreira de São Diogo. O dinheiro, contudo, mal chega para viver.

À semelhança da mulher, começa também a beber, devido às desgrças da vida:

“A lembrança constante da filha e da mulher apoquentavam-no com pontas de remorso [...] mas só a idéia de separar-se da amante, punha-lhe logo o sangue doido e apagava-lhe de novo a luz dos raciocínios [...] e habituara-se, dentro em pouco, à embriaguez.”³³⁶

Jerónimo e Piedade não guardam rancor um do outro, estimam-se até, pois têm uma filha de nove anos para criar. Apesar do arrependimento, o português não volta atrás e deixa de cumprir com as suas obrigações de pai, relativamente à educação de Senhorinha.

A capitulação de Jerónimo, diante desse símbolo feminino do trópico, dá-se em função do esmagamento da vontade individual pelo ambiente:

³³³ O racismo, sustentado em teorias pretensamente científicas, do século XIX, é invocado por Aluísio para afirmar a superioridade do homem branco.

³³⁴ “Cabeças-de-Gato” (habitantes do cortiço vizinho ao de João Romão) e “Carapicus” eram dois grupos rivais. “Carapicu” era o nome de um peixe que Bertoleza vendia à porta da taverna.

³³⁵ Roland Bourneuf e Réal Ouellet – *O Universo do Romance*. Tradução de José Carlos Seabra Pereira. Coimbra, Livraria Almedina, 1976, p.211.

³³⁶ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.194.

“Desenrola-se aqui o tratamento simbólico e popular do português aventureiro seduzido pelo clima tropical do Brasil.”³³⁷

A mútua sedução e preferência do português por Rita Baiana, para um leitor actual representam uma metáfora da teoria de Gilberto Freyre sobre o “lusotropicalismo”³³⁸.

Jerónimo abasileirou-se e a mulata conseguiu apagar-lhe todas as recordações de Portugal e apurar-lhe os sentidos. Entrega-se à música brasileira e (“a guitarra! Substituiu-a pelo violão baiano”) não resiste à dança da baiana e à paisagem brasileira. Os seus hábitos de aldeão português vão-se transformando:

[...] “a sua casa perdeu aquele ar sombrio e concentrado que a entristecia: já apareciam por lá alguns companheiros de estalagem, para dar dois dedos de palestra nas horas de descanso, e aos domingos reunia-se gente para o jantar. A revolução afinal foi completa: a aguardente de cana substituiu o vinho; a farinha de mandioca sucedeu à broa; a carne-seca e o feijão – preto ao bacalhau com batatas e cebolas cozidas; a pimenta malagueta e a pimenta-de-cheiro invadiram vitoriosamente a sua mesa; o caldo verde, a açorda e o caldo de unto foram repelidos pelos ruivos e gostosos quitutes baianos, pela moqueca, pelo vatapá e pelo caruru; a couve à mineira destronou a couve à portuguesa; o pirão de fubá ao pão de rala, e, desde que o café encheu a casa com o seu aroma quente, Jerónimo principiou a achar graça no cheiro do fumo e não tardou a fumar também com os amigos.”³³⁹

³³⁷ Nelson H. Vieira, *op. cit.*, p.117.

³³⁸ Gilberto Freyre foi o autor da tese do *lusotropicalismo*, teoria que propugnava por uma perfeita adaptação do homem lusitano ao mundo tropical. Segundo ele, nenhum povo conquistador se adaptou e criou uma civilização tão promissora e igualitária como o povo português. As raízes desta doutrina remontam à obra *Casa Grande & Senzala*, de 1933 que teve os seguintes méritos: introduzir na academia o estudo sistemático de todo um complexo de adaptações do português ao trópico; contrariar, com base em conhecimentos científicos, a ideia da decadência irreversível, aceite nos anos 30; exaltar o contributo africano, ameríndio e oriental para a civilização lusotropical; valorizar a mestiçagem e a interpenetração de culturas; afirmar que os laços afectivos e culturais que unem os portugueses e os luso descendentes uns aos outros não anulam as diferenças regionais, fonte de criação e originalidade. De acordo com esta teoria, no mundo criado pelo português, as afinidades de sentimento e de cultura sobrepunham-se às questões de soberania, logo, a comunidade luso-tropical continuaria a existir, mesmo depois da independência das colónias portuguesas.

³³⁹ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.92.

Por força do determinismo biológico, psicológico e social, Jerónimo *corticiza-se*. Confirma o desfibramento moral do europeu sob a acção do trópico.

Aluísio, através desta personagem, consegue expor os princípios do cientificismo que orientam a obra: o processo de degradação de Jerónimo, visível na capitulação ao meio, à natureza brasileira e a zoomorfização que ocorre através da sua atracção pela mulata, o triunfo dos instintos, bem como certos estigmas atávicos, comprovam-no à evidência.

Luís Dias fazia parte do pessoal de casa de Manuel Pescada, onde logo se revela um rapaz promissor no comércio, avarento e pragmático, sempre com o fito na ascensão social:

“Havia, empregado no armazém do pai de Ana Rosa, um rapaz português, de nome Luís Dias; muito ativo, económico, discreto, trabalhador, com uma bonita letra, e muito estimado na Praça. Contavam a seu favor invejáveis partidas de tino comercial e ninguém seria capaz de dizer mal de tão excelente moço.”³⁴⁰

No entanto, o seu retrato, feito à luz do naturalismo, está carregado de traços negativos.

“Quanto à figura, repugnante: magro e macilento, um tanto baixo, um tanto curvado, pouca barba, testa curta e olhos fundos. O uso constante dos chinelos de trança fizera-lhe os pés monstruosos e chatos; quando ele andava, lançava-os, desairosamente para os lados, como o movimento dos palmípedes nadando. Aborreciam-no o charuto, o passeio, o teatro e as reuniões em que fosse necessário despendar alguma coisa; quando estava perto da gente sentia-se logo um cheiro azedo de roupas sujas.”³⁴¹

Ana Rosa acaba por contrair matrimónio com o assassino do seu amante, Raimundo, que tanto rejeitara inicialmente, numa ironia final, que deita por terra toda a idealização romântica do casal.

³⁴⁰ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.31.

³⁴¹ *Idem*, p.44.

O narrador dá-nos conta da falta de escrúpulos do funcionário predilecto de Manuel Pescada, quando este, no quarto de D. Bárbara, depois de tudo observar cuidadosamente, acendeu uma vela, “tomou pelas pernas a imagem de São Raimundo e tisonou-lhe a cara e a careca de encontro à chama do pavio,”³⁴² após o que se demorou a contemplar, satisfeito, a sua obra.

O caixeiro Dias, pretendente inicial de Ana Rosa, embora a princípio se mostre um pouco reticente, cede à influência do cônego Diogo e obedece às suas ordens, vendo-se obrigado a assassinar Raimundo. Só assim, tornando-se um assassino, consegue concretizar o sonho de casar com Ana Rosa.

A filha de Manuel Pescada acaba por, ao lado do caixeiro, levar uma próspera vida burguesa, concretizando, também, o sonho de ser mãe, mas transformando-se num “modelo” imposto pela sociedade maranhense da época.

No final da obra, Dias aparece já como sócio da firma de Manuel Pescada, indo a um baile do Clube Familiar acompanhado pela sua “carinhosa” esposa:

“- Agasalha bem o pescoço, Lulu! Ainda ontem tossiste tanto à noite, queridinho!...”³⁴³

Dias transforma-se também num dos estereótipos mais recorrentes do emigrante português: é ganancioso, é sujo e mal vestido:

“ «Enfim», resumia ela, quando, conversando com as amigas, queria dar-lhes uma ideia justa do que era o Dias, «sempre há um homem que não tem coragem de comprar uma escova de dentes!».”³⁴⁴

A sociedade de São Luís do Maranhão, predominantemente branca, que se opõe a Raimundo, o mulato, era composta basicamente por comerciantes portugueses.

Havia, porém, uma hierarquia neste comércio e o patrão, para dar continuidade aos sucessos dos seus negócios, costumava casar a sua filha mais

³⁴² *Idem*, p.130.

³⁴³ *Idem*, p.286.

³⁴⁴ *Idem*, p.44.

velha com o seu primeiro empregado. O casamento não passava de um prolongamento dos negócios comerciais.

Logo no segundo capítulo do romance, surge o primeiro que “era em tudo mais novo que os outros – em idade, na casa e no Brasil. Chegara havia coisa de seis meses da sua aldeia no Porto; dizia chamar-se Manuelzinho e tinha sempre os olhos vermelhos de chorar à noite com saudades da mãe e da terra. [...] ficou conhecido em casa pela alcunha de «Salta-chão». Punham-lhe nomes feios e chamavam-lhe «Ó coisa! Ó maroto! Ó bisca» Tudo servia para o chamarem menos o seu verdadeiro nome.”³⁴⁵ Todos faziam troça dele, batiam-lhe, divertiam-se à sua custa sem que a vítima tivesse a quem se queixar. Ana Rosa foi a primeira a sentir pena do miúdo, acarinhando-o e ensinando-lhe algumas regras básicas de higiene, uma vez que andava com cera nas orelhas e as unhas grandes e sujas. Também o cônego Diogo se aproxima do pobre rapaz mas depressa o repele chamando-o de “mariola” e de “sonso”.

Na casa, era incumbido de varrer o armazém, limpar as balanças e polir os pesos de latão. Por ser o mais novo e recém-chegado fazia os serviços inferiores.

Manuelzinho revela-se o emigrante na sua condição social humilde sem a ganância e mesquinhez, associadas comumente aos caixeiros. Corresponde também a uma circunstância histórica específica: o facto de grande parte dos emigrantes daquela época provirem de regiões rurais, nomeadamente do norte ou da região da Beira interior. Além disso, e pelas suas atitudes e comportamento nostálgico e melancólico, denunciando uma qualquer insatisfação, um sentimento de não pertença à terra, transporta em si uma característica considerada como sendo parte da idiossincrasia da alma lusa – a saudade³⁴⁶.

Gustavo de Vila Rica era “simpático e bonito mocetão de dezasseis anos, com as suas soberbas cores portuguesas, que o clima do Maranhão ainda não tinha conseguido destruir. Estava sempre de bom humor; lisonjeava-se de um apetite inquebrantável e de nunca haver ficado de cama no Brasil. Em casa todavia, ganhara fama de extravagante; é que mandava fazer fatos de casimira à

³⁴⁵ *Idem*, p.41.

³⁴⁶ “Pobres, saímos de casa para ser ou tentar ser senhores: em Goa ou Malaca, onde era fácil, para muitos, o acesso à asiática riqueza; no Brasil, onde era necessário inventá-la, lavrando com escravo e caçando índio.”, in Eduardo Lourenço – *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. 3ª edição. Lisboa, Gradiva, 2004, pp.123-124.

moda, para passear aos domingos e para ir aos bailes familiares de contribuição, e queimava charutos de dois vinténs.”³⁴⁷

Outro “grande defeito” que lhe apontavam era o gosto pela leitura. Gustavo tinha uma assinatura no Gabinete Português o que originava que os seus colegas caixeiros o apelidassem de “biltre” e “peralta”³⁴⁸. Esta animosidade prenunciava um certo preconceito contra os que desejavam adquirir alguma instrução ou hábitos e gosto pela leitura:

“- Com os diabos! O patrão já lhe tem dado a entender que não gosta de caixeiros amigos da gazeta?...Se você quer ser letrado, vá pra Coimbra, seu burro!”³⁴⁹

O fragmento apresenta duas interessantes particularidades: por um lado mostra-nos um tipo de emigrante alfabetizado e com alguma formação, cuja tendência é verificável no final do século XIX e, por outro, faz uma referência pouco frequente a um português letrado.

No final do romance, surge de braço dado com uma moça e o narrador dá-nos conta de alterações físicas nele operadas, por influência do meio. Perdera as suas saudáveis cores de Portugal, apresentando o rosto sarapintado de “funchos venéreos”. Deixara de ser o bonito rapaz de outrora, o caixeiro de Manuel Pescada que, entretanto, havia falecido.

Bento Cordeiro era outro caixeiro português de Manuel Pescada, o mais antigo da casa, “dos seus trinta e tantos anos, arruivado, feio, de bigode e barba à cavanhaque. Gabava-se de grande prática de balcão; chamavam-lhe «Um alho». Para aviar encomendas do interior não havia outro! Cordeiro «metia no bolso o capurreiro mais sabido».”³⁵⁰

Tinha um grande ódio ao patrão, que conseguia disfarçar com facilidade, com o seu falso sorriso e a sua falsa “boa vontade”, pois a sua ambição era pertencer à sociedade. Era humilde, mas o maior defeito do “patife” era o gosto pela bebida. Aos domingos bebia todo o dia, ficando insuportável. Bento Cordeiro

³⁴⁷ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.40.

³⁴⁸ Homem vil, ocioso, janota.

³⁴⁹ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.40.

³⁵⁰ *Idem, ibidem*.

acaba por se estabelecer, com o Manuelzinho e deixa, finalmente, o vício da bebida.

Surgem ainda duas importantes personagens-tipo, da sociedade de São Luís de Maranhão, que demonstram sentir um terrível horror aos portugueses: Sebastião Campos e o Casusa:

“O Sebastião Campos, esse era viúvo da primeira filha de Maria Bárbara e, como aquele [José Roberto] um tipo legítimo do Maranhão; nada, porém, tinha do outro senão o orgulho e a birra aos portugueses, a quem na ausência só chamava «marinheiros, puças, galegos».”³⁵¹

Era senhor de um engenho de cana, muito bairrista, preferia tudo o que fosse brasileiro e “não trocava a sua boa cana-capim e o seu vinho de caju por quantos cognacs e vinhos do Porto havia por aí”. Temido pelos seus escravos, era devoto e racista. Repetia constantemente que “o Brasil teria ganho muito, se perdesse a Guerra dos Guararapes³⁵²”, achando que a desgraça dos brasileiros foi terem caído nas mãos dos portugueses, que apelida de “bestas”, “lesmas” e “gente sem progresso, que só cuida de encher o papo e aferrolhar dinheiro”³⁵³

José Roberto era apelidado de Casusa, um tipo do norte do Brasil, jovem que procurava agradar a Ana Rosa, defensor da República, da educação das classes populares e das ideias abolicionistas. Não era preconceituoso nem levado a sério por ninguém daí chamarem-no “um pancada”. Tinha horror ao dinheiro e era “muito orgulhoso e prevenido contra os portugueses, a quem perseguia com as suas constantes chalaças, imitando-lhes o sotaque e os gestos”³⁵⁴

³⁵¹ *Idem*, p.79.

³⁵² Lutas entre portugueses e holandeses, no período que vai de 1648 a 1654, que culmina com a vitória dos portugueses e expulsão dos invasores.

³⁵³ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.80.

³⁵⁴ *Idem*, p.79.

[...] "o Casusa verberava contra os portugueses, furioso porque uma brasileira tão bonita e tão mimosa fosse cair nas mãos de um puça fedorento" [...]³⁵⁵

O narrador acaba por nos revelar que o pobre coitado, à custa das suas extravagâncias, se perdera e que se encontrava entredado, "muito desfigurado, cheio de cãs".³⁵⁶

A quinta³⁵⁷ de Maria Bárbara, no Maranhão, descrita na obra bem ao gosto naturalista,³⁵⁸ onde ela vivera com o esposo e que abandona, quando a filha morre, para ir fazer companhia à neta, estava entregue aos cuidados de um português. António mantinha a quinta muito bem conservada, havia dez anos, com a ajuda de três pretos velhos que continuavam a ir vender diariamente à cidade os produtos cultivados: hortaliças, frutas e flores.

Outra personagem de origem lusa aparece como guia de Manuel Pescada e Raimundo, aquando da visita à fazenda onde o protagonista nascera e que herdara de seu pai. Durante a viagem, Mundico fica a saber muito sobre S.Brás e os seus moradores:

"Ao anoitecer saltaram na Vila do Rosário, em companhia de um antigo conhecido de Manuel, ali residente havia um bom par de anos. Era um portuguesinho de meia-idade, falador, vivo, brasileiro nos costumes e trigueiro como um caboclo."³⁵⁹

Manuel demonstra ter assimilado a cultura brasileira, abrandou-se, e até o seu aspecto físico se assemelha ao de um mestiço de branco com índio, pois é moreno.

O "homenzinho" é-nos apresentado como um roceiro próspero que havia conseguido comprar várias propriedades, por pouco dinheiro, e que continuava cheio de projectos.

³⁵⁵ *Idem*, p.257.

³⁵⁶ *Idem*, p.284.

³⁵⁷ Aluísio Azevedo utiliza, com frequência, no romance expressões e vocabulário de origem portuguesa, o que era usual no Maranhão, na época, devido à grande comunidade lusa que aí residia, mas desconhecido no resto do território brasileiro. Este facto deve ter sido o resultado de muitas leituras de romances de Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco ou simplesmente por ser filho de pais portugueses. Este assunto é referido pelo próprio autor no Prefácio da 3ª edição.

³⁵⁸ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, pp.122-124.

A pedido de Raimundo, o “portuguesinho” conta aos visitantes a história das terras de São Brás, o lugar amaldiçoado depois de por lá ter passado o assassino Bernardo. Vai descrevendo todas as crendices populares ligadas àqueles lugares e revela que o cónego Diogo tinha sido pároco da região, muito ligado às gentes da fazenda.

Ao passarem pela cruz de madeira, à beira da estrada, que marca o local da morte de José da Silva, o guia reza pela sua alma e admira-se por Raimundo se escusar a fazer o mesmo.

Além da religiosidade e crendice, o “portuguesinho” que “não dava tréguas à língua” e que “chegava a mentir, exagerando tudo o que descrevia”³⁶⁰, quando conversam sobre a escravatura, “tentou defendê-la”.³⁶¹

³⁵⁹ *Idem*, p.165.

³⁶⁰ *Idem*, p.167.

³⁶¹ *Idem*, p.173.

Representações Femininas

Nas três obras, que são o objecto deste trabalho, a situação de mulher branca e da mulher de cor é profundamente distinta e o seu estudo representa um mergulho nas diferentes taras e facetas da decadência humana. A condição feminina poderá ser definida em três categorias³⁶²: a mulher-objecto, a mulher objecto-sujeito e a mulher-sujeito. Perante o meio social em que vivem, a atitude das mulheres traduz-se ora em revolta, ora em submissão. Veremos, também, que actua como elemento desintegrador do universo masculino.

São Luís do Maranhão, cidade conservadora, e o cortiço do Rio de Janeiro determinam o comportamento das personagens.

Aluísio Azevedo aponta os mecanismos económicos e sociais que regem o poder dos comerciantes portugueses, aliados aos fazendeiros, sob o olhar cúmplice de uma Igreja retrógrada. Esta sociedade endogâmica³⁶³ e sectária, que baseia o seu poder na escravidão e na submissão das mulheres brancas perante um universo masculino e machista, não pode tolerar o aparecimento de um estranho de cor, por exemplo, que ponha em causa a sua coerência e perenidade.

A opressão machista da época conserva as mulheres na ignorância e num universo limitado que se restringia às ocupações destinadas ao lar. Com efeito, a figura da mulher é inexpressiva, em consequência da rígida estratificação social que privilegia o masculino. Mas, por outro lado, o único momento em que ela se transforma no centro das atenções é devido à valorização da sua função biológica exclusiva: a maternidade.³⁶⁴

³⁶² O romance *O Cortiço* caracteriza a mulher-objecto, na figura de Bertoleza, a mulher sujeito, dominadora, em Leonie, Pombinha e Senhorinha e a mulher sujeito e objecto, em Estela e Rita Baiana. O romance *Casa de Pensão* destaca a mulher dominadora, em Madame Brizard, voluntariosa, em Amelinha, liricamente protectora, em Ângela, sendo todas, à excepção da mãe do protagonista, movidas pelo interesse, mundanas, argutas, invertendo a situação de dependência em relação ao homem. O romance *O Mulato* retrata, na perfeição, a mulher-objecto, reduzida à condição de animal, em Domingas, a mulher que de sujeito passa a objecto, em Ana Rosa e a crueldade da mulher branca, em D.Quitéria e D.Bárbara, mulheres maranhenses, devotas e supersticiosas, patenteando o sincretismo religioso da sociedade brasileira.

³⁶³ Sociedade que pressupõe o casamento entre indivíduos do mesmo grupo, seja este definido com base em parentesco, residência, território, classe, casta, etnia, língua, seja por qualquer outro critério.

³⁶⁴ Lembremos a personagem Ana Rosa de *O Mulato*, jovem que aprecia a leitura, gosta de conversar e de aprender, que insiste em casar com Raimundo e, perante a recusa da família, convence-se de que a gravidez contribuirá para atingir os seus fins. Acaba por ceder à vontade da família, depois da morte do amante e, resignada, acaba por aceitar as imposições do meio

A mulher imigrante lusa assumiu a vanguarda da defesa dos interesses económicos da família, em alguns casos. Muitas exerciam a actividade de lavadeiras e de vendedoras ambulantes de géneros alimentícios fundamentais para a rotina doméstica, comercializados em pequenas quantidades e renovadas dia-a-dia. Faziam uso de carroças de madeira e comercializavam variados produtos, sobretudo alimentares: galinhas, ovos, verduras, legumes, frutas, leite, flores, aves, pão e também lenha. As verdureiras portuguesas³⁶⁵ ofereciam alfaces, couves, salsa, cebolas, batatas, pão leite, carnes e peixes; os fruteiros abasteciam a população de frutas baratas como laranja e banana.

Algumas destas mulheres procuram o caminho da prostituição, como solução ilusória contra a miséria, numa sociedade onde a imoralidade e o cinismo dominam e vitimam especialmente os mais jovens e os mais fracos.

Tanto em *O Cortiço* como em *O Mulato* vemos que as personagens femininas são em grande número, enquanto que em *Casa de Pensão* há apenas, em relação às representações femininas portuguesas, uma referência pontual a uma jovem:

“Era bonitinha, corada, os cabelos castanhos e apanhados na nuca. Parecia portuguesa.

Amâncio, ao passar por ela, estacou também, a fitá-la. De repente lançou-lhe as mãos.

A pequena, muito contrariada, fez uma cara de raiva e gritou – que a soltasse! Que não fosse atrevido!”³⁶⁶

Intrigam-nos quer o anonimato da personagem quer o facto dela fugir ao paradigma estético das restantes.

Maria Bárbara é a viúva de João Hipólito, português fino, de cabelos loiros e olhos azuis, brasileiro adoptivo. Trabalhava na Secretaria do Governo da província e, aquando da sua morte, ocupava o cargo de coronel.

masculino fechado e retrógrado, onde dominam uma Igreja corrupta, personificada pelo Padre Diogo e o comércio burguês, representado pela figura paterna.

³⁶⁵ Os portugueses especializaram-se no fornecimento exclusivo de batatas e cebolas, devido ao grande consumo destes alimentos.

³⁶⁶ Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*, p.62.

“Maria Bárbara tinha uma grande admiração pelos portugueses, dedicava-lhes um entusiasmo sem limites, preferia-os em tudo aos brasileiros.”³⁶⁷

É descrita como tendo “o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda” e elogia fanaticamente a sua herança portuguesa pois “tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue.”³⁶⁸

Dona Bárbara é-nos apresentada como uma figura feminina odiosa, desumana, brutal, feroz e “bárbara”. O próprio nome parece aplicar-se bem à sua personalidade.³⁶⁹

Em *O Mulato*, esta personagem feminina, avó de Ana Rosa e sogra do português Manuel Pescada, encarna a matriarca e a típica mulher racista, intransigente e sádica.

D.Bárbara, depois da morte de sua filha, deixa a fazenda e vai morar com o genro e com a neta, em S.Luis do Maranhão. O seu aspecto, por si só, inspirava repulsa:

[...] “seus olhos castanho-claros, de seus dentes triangulares, truncados a navalha, como barbaramente faziam dantes, por luxo, as senhoras do Maranhão, criadas em fazenda.”³⁷⁰

Tem um temperamento enérgico com os escravos, comandando-os aos berros e não dispensando o chicote. Este comportamento desagrada a Manuel Pescada que chega a verbalizar, várias vezes, o seu arrependimento em ter concordado com a vinda da sogra.

“Para não ficar só com a filha «que se fazia mulher», convidou a sogra, dona Maria Bárbara, a abandonar o sítio em que vivia e ir morar com ele e mais a neta.”³⁷¹

³⁶⁷ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.24.

³⁶⁸ *Idem*, p.23.

³⁶⁹ Cf: Arnaldo Saraiva – *Um Nome Para o Seu Filho e Para a Sua Filha, seguido de Os Escritores e os Nomes*. Porto, Unicep, 1986, p.95. Segundo o autor, existem diversos estudos interessantes sobre a selecção de nomes próprios na literatura, embora nem sempre sejam bem vistas pela crítica literária.

³⁷⁰ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.67.

Quando falava nos negros dizia *os sujos* e quando se referia a um mulato dizia *o cabra*. É detentora de uma forte personalidade e exerce uma certa influência e domínio sobre o genro:

“- Um cabra – berrou a sogra. Era muito bem feito que acontecesse qualquer coisa, para você ter mais cuidado no futuro com as suas hospedagens. Também só nessa cabeça entrava a maluqueira de andar metendo em casa crioulos cheios de fumaças! Hoje todos eles são assim!...Sei a educação que dei a minha neta!...Por esta respondo eu!...E quanto ao cabra...é tratar de despachá-lo já e já, se não quiser ao depois ter de pegar-se com trapos quentes!...”³⁷²

Apesar da sua crueldade e dos seus preconceitos raciais, é devota, passando muito tempo nas igrejas a rezar constantemente. Quando o mulato se prepara para deixar a cidade, D.Bárbara dedica-se às orações. O seu quarto está também repleto de objectos religiosos. Entre estes, um oratório com inúmeros santos: Santo António de Lisboa, Santa Ana, São Benedito, São Pedro “e, finalmente, um grande São Raimundo Nonato³⁷³, calvíssimo, barbado, feio e com um cálice na mão direita.”³⁷⁴

Quando avista a neta em lágrimas, ordena-lhe rapidamente que reze.

Esta mulher, cruel e dominadora, representa a sociedade brasileira conservadora e hipócrita, que alia a religiosidade à violência para com os negros.

Ao tratar da educação de Ana Rosa, fez questão de lhe transmitir valores morais e religiosos, que em pouco ou nada contribuíram para a felicidade da neta:

³⁷¹ *Idem*, p.23.

³⁷² *Idem*, p.107.

³⁷³ São curiosas as semelhanças entre o percurso do protagonista Raimundo e do santo: Raimundo Nonato nasceu em Espanha, em 1200. O seu nascimento aconteceu de modo trágico pois a sua mãe morreu durante o trabalho de parto. Raimundo recebeu o nome de Nonato- *non natus*- que significa “não-nascido de mãe viva”. Era dotado de grande inteligente. Administrou uma fazenda do pai, antes de ingressar na vida religiosa. Depois de ordenado sacerdote, conseguiu, entre outras coisas, libertar 150 escravos e devolvê-los às suas famílias, no norte de África.

³⁷⁴ Aluísio Azevedo – *O Mulato*, p.129.

“Ana Rosa cresceu, pois, como se vê, entre os desvelos insuficientes do pai e o mau génio da avó.”³⁷⁵

Mais tarde, ao tomar conhecimento da gravidez da neta, fica chocada e revoltada, mais pelo facto da criança ser fruto de uma união da jovem com um mulato, do que pelo estado em que ela se encontra.

Através desta personagem, em que estão reunidas uma série de questões sociais, Aluísio Azevedo denuncia o clero e o escravagismo do Brasil.

Perante um grande desfile de personagens femininas, no qual existem mulheres brancas, negras e mulatas, surge a ideologia, que faz dele seres inferiores e submissas dentro de uma estrutura social bem definida: o homem é “dono” da sua mulher e ela vive em função do marido e dos filhos. É o caso de Piedade de Jesus, personagem secundária, mulher honesta, simples e diligente, cujo papel é obedecer cegamente às ordens do marido, Jerónimo. Todos estes predicados da personagem vão ao encontro daquilo que é assinalado no *Dicionário de Nomes Próprios*, onde o nome Piedade surge como uma espécie de evocação católica – “Senhor tende piedade de nós!” – a etimologia latina de “pietate”, deusa da Piedade.³⁷⁶

Inicialmente, existiam entre marido e mulher laços de grande cumplicidade por serem ambos imigrantes, numa terra estranha à qual não se entregam, nem se integram totalmente:

“A mulher preparava-lhe sempre para o jantar alguma das comidas da terra deles. E ali, naquela estreita salinha, sossegada e humilde, gozavam os dois, ao lado um do outro, a paz feliz dos simples, o voluptuoso prazer do descanso após um dia inteiro de canseiras ao sol. E, defronte do candeeiro de querosene, conversavam sobre a vida e sobre a sua Marianita, a filhinha que estava no colégio e que só os visitava aos domingos e dias santos.”³⁷⁷

A partir do momento em que o marido se apaixona pela mulata Rita Baiana, este não resiste em compará-la com a futura amante e até a humilhá-la:

³⁷⁵ *Idem*, p.25.

³⁷⁶ Ana Belo, *op. cit.*, p.203.

³⁷⁷ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.58-59.

“Piedade, certa de que o marido não se chegava, foi ter com ele; Jerónimo fingiu-se indisposto, negou-se, e terminou por dizer-lhe, repelindo-a brandamente:

- Não te queria falar, mas...sabes? Deves tomar banho todos os dias e... mudar de roupa... Isto aqui não é como lá! Isto aqui sua-se muito! É preciso trazer o corpo sempre lavado, que senão cheira-se mal!... Tem paciência!”³⁷⁸

Sora Piedade de Jesus, ao contrário do seu marido, continuava inalterável, fiel às suas tradições e a Jerónimo. Não tinha ainda conseguido “afinar a sua alma pela alma da nova pátria que adotaram” e “continuava a ser a mesma colona saudosa e desconsolada”³⁷⁹, compacta e triste.

À medida que os dias passavam estranhava mais as atitudes do marido. Chegou a achar que cometia adultério quando, à noite, acordava e estranhava o cheiro do marido que agora se lavava todos os dias, se perfumava aos domingos e cuja boca cheirava a fumo.

O seu desgosto aumenta ainda mais, quando o marido lhe pede que experimente uns pitéus à moda do Brasil e que peça ajuda a Rita para os confeccionar³⁸⁰.

Quando se sente definitivamente abandonada pelo marido, vai tirar satisfações com Rita, envolvendo-se numa luta com a mulata. Criam-se duas facções, os brasileiros acodem por Rita e os portugueses por Piedade, demonstrando a grande rivalidade nacional existente e ouviram-se, “num clamor de pragas e gemidos, vivas a Portugal e vivas ao Brasil ” ³⁸¹:

“Os portugueses precipitaram-se para tirar Piedade de debaixo da mulata. Os brasileiros opuseram-se ferozmente. [...] E as palavras

³⁷⁸ *Idem*, p.93.

³⁷⁹ *Idem*, p.92.

³⁸⁰ Como a música, a gastronomia é um elemento distintivo de qualquer emigração e, enquanto tal, uma marca de resistência à aculturação absoluta, ou assimilação, operando como expressão privilegiada de vida entre dois mundos. É, também, o elemento da terra natal que mais facilmente se pode reproduzir no lugar de acolhimento, sobretudo no Brasil, para onde esses produtos sempre foram importados com regularidade.

³⁸¹ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.178.

«galego» e «cabra»³⁸² cruzaram-se de todos os pontos como bofetadas.³⁸³

Depois do abandono de Jerónimo, Piedade nunca mais foi a mesma e esta mulher, servil e dependente, torna-se uma alcoólica decadente:

[...] "deu-se bem com a perturbação em que a punha o álcool, esquecia-se um pouco durante algum tempo das amofinações da sua vida; e, gole a gole, habituara-se a beber todos os dias o seu meio martelo de aguardente, para enganar os pesares."³⁸⁴

As bebedeiras sucediam-se e todos abusavam dela, batiam-lhe, faziam-na cair para se divertirem, quando cantavam e dançavam em grupo.

Numa cena de grande realidade descritiva é abusada pelo vagabundo Pataca, estando ambos completamente bêbados, sob o olhar da filha: "e foi preciso arrastá-la até à cama, que nem uma trouxa de roupa suja. A infeliz não dava acordo de si."³⁸⁵

Senhorinha, cognome atribuído pelos habitantes do cortiço, era jovem e bonita. Veio ainda criança para o Brasil. Tornou-se protegida de Pombinha³⁸⁶ que

³⁸² Em sentido depreciativo é um brasileirismo que quer dizer "português". Há muitas outras alcunhas dadas por brasileiros aos portugueses, algumas delas já fora de uso: abacaxi, bicudo, boaba ou boava, emboaba ou emboava, candango, caneludo, chumbinho, cotruco, cupé, cutruca, jaleco, japona, labrego, marabuto, marinheiro, maroto, marreta, mascate, matruco, mondrongo, novato, parrudo, pés-de-chumbo, portuga, puça, sapatão, talaveira, in Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *op. cit.*, p.962. Gladys Sabina Ribeiro, no seu artigo "Ambiguidade de uma Identidade – Quando um Português começa a ser Brasileiro e quando um Brasileiro deixa de ser considerado Português?", afirma que "no período que antecedeu a Independência, os portugueses do Brasil nascidos em terras americanas eram chamados de 'vadios' e 'hordas de negrinhos', entre outras alcunhas repetidas ao longo do tempo e que atribuíam características à população que certamente impediriam a marcha do país para a civilização. Já na República Velha, os portugueses, tidos por sovinas e morigerados, atrapalhavam o progresso pela forma torpe com a qual tratavam os negócios e os nascidos brasileiros. Atributos e preconceitos atribuídos e reconstruídos em todas as direções, seja pelos habitantes do Brasil seja pelos de Portugal."

³⁸³ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.177.

³⁸⁴ *Idem*, p.192.

³⁸⁵ *Idem*, p.204.

³⁸⁶ Os nomes são frequentemente emblemáticos das personagens. O diminutivo, utilizado nos dois cognomes atribuídos pelos membros da comunidade do cortiço às duas raparigas, traduz uma certa afectividade; no nome pomba, o elemento simbólico de contemplação e sacralização representa, na tradição judaico-cristã, o Espírito Santo, a pureza e a simplicidade, uma mensagem de paz, harmonia, esperança e felicidade; senhora, refere-se a Nossa Senhora, mãe de Jesus.

Esta personagem simboliza a prostituição necessária, no sentido determinístico da influência do meio e do determinismo dos instintos, que a arrastou para um universo de vícios e de luxúrias.

nutria por ela uma simpatia muito especial, semelhante àquela que a prostituta de luxo Léonia sentiu, em tempos, por ela e que a encaminhou para a prostituição e lesbianismo.

A decomposição da família faz com que a única saída para Senhorinha seja a prostituição. Naquele meio, cercada de estímulos favoráveis, sendo filha de uma mulher abandonada pelo marido, não tem alternativa, vindo a ser uma vítima do determinismo naturalista. O facto de a sua educação, num bom colégio de freiras, ter sido interrompida pela inadimplência do pai, despertou nela alguma ambição que não conseguem satisfazer de outra forma.

A educação distanciada de Pombinha e Senhorinha – foram colocadas em colégios internos pelos seus progenitores – no sentido de lhes proporcionar uma melhor formação do que aquela que obteriam nas condições degradantes do cortiço, não obstou a que ambas lá voltassem e lá cumprissem os seus destinos.

O mundo de Piedade desintegra-se e ela acaba por não conseguir reconstruí-lo, maldizendo, por várias vezes, o dia em que saiu da sua terra. Piedade também sucumbe às circunstâncias e a sua força e orgulho portugueses são derrotados pelo clima brasileiro. O meio é, mais uma vez, determinante no comportamento da personagem:

“Pobre mulher! Chegara ao extremo dos extremos, coitada! Já não causava dó, causava repugnância e nojo. Apagaram-se-lhe os últimos vestígios do brio; vivia andrajosa, sem nenhum trato e sempre ébria, dessa embriaguês sombria e mórbida que se não dissipa nunca. O seu quarto era mais imundo e o pior de toda a estalagem; homens malvados abusavam dela, muitos de uma vez, aproveitando-se da quase completa inconsciência da infeliz.”³⁸⁷

Piedade é, sem dúvida, a branca mais sofrida e patética do romance.

Surgem ainda outras personagens portuguesas, figurantes na obra. Uma delas é a masculinizada Leandra, alcunhada de “machona”, que vivia no cortiço e cuja descrição a reduz ao nível animal:³⁸⁸

³⁸⁷ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.219.

³⁸⁸ A redução das criaturas ao nível animal, zoomorfização, é característica do Naturalismo e revela a influência das teorias da Biologia, do século XIX e do Determinismo.

[...] "portuguesa feroz, berradora, pulsos cabeludos e grossos, anca de animal do campo. Tinha duas filhas, uma casada e separada do marido, Ana das Dores, a quem só chamavam a 'das Dores' e outra donzela ainda, a Neném, e mais um filho, o Agostinho, menino levado dos diabos, que gritava tanto ou melhor que a mãe. A das Dores morava em sua casinha à parte, mas toda a família habitava no cortiço."³⁸⁹

O narrador não nos revela se Machona era viúva ou separada, mas somente que os seus filhos não se pareciam fisicamente uns com os outros. A das Dores, com vinte e cinco anos, já havia sido casada e separou-se por se ter metido com o dono de um estabelecimento comercial que, ao partir para a sua terra, a deixou entregue ao seu sócio. Neném tinha dezassete anos e era "espigada, franzina e forte, com uma proazinha de orgulho da sua virgindade, escapando como enguia por entre os dedos dos rapazes que a queriam sem ser para casar. Engomava bem e sabia fazer roupa branca de homem com muita perfeição."³⁹⁰

A lasciva e dissoluta Leocádia, esposa do ferreiro Bruno era também "portuguesa pequena e socada, de carnes duras, com uma fama de leviana entre as suas vizinhas."³⁹¹

É exemplo da mulher-sujeito, no que se refere às mulheres brancas do romance, possuindo uma personalidade dominadora. É extremamente necessitada de dinheiro para atribuir um novo rumo à sua vida.

Trai Bruno com o estudante Henrique, a troco de um coelho e na expectativa de engravidar para ganhar a vida como ama-de-leite.

O marido, enraivecido, bate-lhe, fazendo um grande escândalo e a solução que encontra é a destruição da casa e a expulsão da mulher, sob ameaça de morte.

Leocádia não desanima e, como um animal, segue a sua luta para tentar sobreviver.

Mas, pouco tempo depois, saudosos da mulher, o marido anseia pela sua volta.

³⁸⁹ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.39.

³⁹⁰ *Idem*, pp.39-40.

³⁹¹ *Idem*, p.40.

Como Pombinha era uma das únicas pessoas alfabetizadas no cortiço, escrevia as cartas dos imigrantes portugueses. Bruno solicita-lhe que escreva uma para a sua infiel esposa, pedindo-lhe que volte.

Em consequência do incêndio no cortiço, Bruno vai para o hospital, onde é visitado pela esposa que, embora resistindo algum tempo, acaba por voltar para o marido, reconciliando-se e voltando a viver em S.Romão.

Através desta personagem, vemos, mais uma vez, como a componente sexual está ao serviço de determinados interesses.

O sexo é, no romance, uma força mais degradante que a própria ambição e a cobiça. A super valorização do sexo, típica do determinismo biológico e do naturalismo, conduz o romancista à busca de quase todas as formas de patologia sexual, desde a decadência das relações matrimoniais ao adultério, prostituição e lesbianismo. Os habitantes do cortiço parecem viver somente para satisfazerem as suas necessidades mais primárias: beber, comer, fazer sexo, lutar, e divertirem-se, como os animais.³⁹²

Nesta pluralidade de tipos, surge-nos uma personagem algo curiosa, D. Isabel, mãe de Pombinha, por se tratar de uma portuguesa que fora rica, mas que sucumbe na decadência social do aglomerado urbano em que habita. Ilustra a diversidade económica e cultural, relativamente à inserção social dos portugueses, sobretudo no Rio de Janeiro:

“ Depois via-se a velha Isabel, isto é, D. Isabel, porque ali na estalagem lhe dispensavam todos certa consideração, privilegiada pelas suas maneiras graves de pessoa que já teve tratamento: uma pobre mulher comida de desgostos. Fora casada com o dono de uma casa de chapéus, que quebrou e suicidou-se, deixando-lhe uma filha muito doentinha e fraca [...] Tinha uma cara macilenta de velha portuguesa devota, que já foi gorda, bochechas moles de pelancas rechupadas, que lhe pendiam dos cantos da boca como saquinhos vazios: fios negros no queixo, olhos castanhos, sempre chorosos e engolidos pelas pálpebras. [...] Quando saía à rua punha um eterno

³⁹² Estes rituais fazem lembrar as festas, em honra de Baco, que os romanos designavam com o nome de *Bacchanalia*: série de festas religiosas dedicadas ao culto de Baco. Além do culto perpétuo ao deus, celebravam-se, em várias datas, as festas ou orgias do culto dionisíaco, festas que ficaram célebres na história de Roma, especificamente pela sua proibição decretada pelo Senado, no ano 186 a.C., in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. volume III, p.986.

vestido de seda preta, achamalotada, cuja saia não fazia rugas, e um xale encarnado que lhe dava a todo o corpo um feitio piramidal. Da sua passada grandeza só lhe ficara uma caixa de rapé de ouro, na qual a inconsolável senhora pitadeava agora, suspirando a cada pitada.”³⁹³

³⁹³ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.41.

CONCLUSÃO

“ [O Cortiço] é a forja de onde mais tarde há-de irromper o brasileiro moderno, o elemento proletário, que ainda falta em Rio de Janeiro”

José Leão

À medida que o século XIX avança, a industrialização e o capitalismo crescentes, a par do racionalismo económico e do cientificismo geral do pensamento vão preparando oposição à escola romântica. O romance realista-naturalista afirma-se, neste período, como a criação estética da época e do próprio século. À semelhança do que se passou na Europa, também no Brasil, e por via de um romantismo tardio, se assiste à tensão e à coexistência, destas duas correntes estético-literárias.

O Mulato, *Casa de Pensão* e *O Cortiço* pertencem ao género narrativo em que tem um narrador onisciente, na terceira pessoa do singular. Nestas três obras, não existe um total distanciamento entre a realidade e o mundo da ficção, com o predomínio do discurso indirecto livre, em que a visão do narrador é fatalista.

A linguagem é directa, adequada aos cânones formais do realismo e do naturalismo que privilegiava a descrição fotográfica e científica da realidade, a partir das ciências naturais.

O romance *O Mulato* é, desde a sua primeira edição, a manuscrita, que difere das de 1881 e de 1889 até nos nomes das personagens mas cujo sentido geral foi mantido, ideologicamente “um romance abolicionista, que atribui aos portugueses a introdução da mácula escravagista no Brasil, e ao Império e à Igreja a sua sustentação. Todavia, o ponto de vista é o dos brancos; embora Casusa seja um tipo do norte, moreno, com olhos muito negros, de cabeleira encaracolada e preta, nada se diz da sua ascendência; já Raimundo, apesar de

mulato, pensa como branco, pois foi educado na Europa, ignorante da sua cor, e não tem mesmo em seu biótipo nenhum traço revelador do seu lado materno.”³⁹⁴

O autor elegeu como alvos da sua crítica a Igreja, que tentava controlar o povo na ignorância e superstição, a escravidão, causa da injustiça, exploração e falta de escrúpulos, e os portugueses, responsáveis pelo conservadorismo aos níveis económico, social e cultural.

Aluísio escreveu a propósito da personagem Dona Quitéria que foi uma personagem má. Ela, como muitas senhoras brasileiras dessa época, era impudicamente, em sua fazenda, o acusador, o juiz e o carrasco.

Também Raimundo culpa os portugueses por terem introduzido, no Brasil, a escravidão, o governo por consenti-la, os jesuítas por darem cobertura ao sistema, a sua terra por ser estúpida e fútil, o seu pai por tê-lo feito nascer escravo com a cumplicidade da mãe.

De acordo com Berta Waldman³⁹⁵, *Casa de Pensão*, “oferece-nos uma tela onde se pode ver o romantismo às avessas: em lugar das donzelas passeando sua cândida beleza pelas matas da Tijuca, ou nos bailes da Corte, ei-las tateando o passo no ambiente asfíxiado das casas de pensão; em lugar da castidade impecável, a castidade vendida, transformada em mercadoria, objeto de troca; os varões respeitadores da honra feminina são substituídos por aqueles que se submetem ao apelo carnal, à voz do sangue que lhes grita do alto de sua adolescência; ao lado da tuberculose, a tara sexual, a epilepsia e a demência.”

Casa de Pensão foi lançada, em 1883, no Rio de Janeiro, em forma de folhetim. O facto de, após um ano de publicação, se terem esgotado três edições, prova o sucesso da obra.

A intriga assenta, fundamentalmente, no percurso de Amâncio e é dimensionada pelo espaço privilegiado pelo narrador: a casa de pensão de Madame Brizard. É aqui que as relações se estabelecem e é nelas que Amâncio se vê enleado, indefeso, acaba por sucumbir a um sistema que nunca consegue apreender. Trata-se de um lugar que, ao oferecer as comodidades normais do lar, se vai justapor à família matriz, mediada na obra por D. Ângela, mãe do protagonista.

³⁹⁴ Maria Aparecida Ribeiro – *Literatura Brasileira*, p.212.

³⁹⁵ Berta Waldman – “Verso e reverso”, in Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*. 14ª edição. S. Paulo, Editora Ática, 2002, pp.3-7.

Se a influência determinista do meio sobre a personagem, veicula a narrativa à estética naturalista, a oposição entre os dois núcleos familiares – o do Maranhão, o bom, e o do Rio de Janeiro, o mau – talvez nos transmita a ideia de que o escritor não consegue desfazer um certo compromisso romântico.

O Maranhão representa uma espécie de útero materno, que Amâncio abandona para se imiscuir na vida dissoluta da Corte, que o dinheiro lhe proporcionava. É a força do vil metal que ajuda Aluísio a transformar a obra numa narrativa de tese. É pelo dinheiro que a personagem se vê rodeada de pseudo-amigos e cercada pela “família” de acolhimento, que lhe vende a virgindade de Amélia.

O Rio de Janeiro, simbolicamente, assume o papel de terra de perdição. Aí chegado, o protagonista vê-se progressivamente em queda, até chegar, depois de morto, a marca de mercadoria, numa vitrina de chapéus e bengalas da rua Direita. A vida sexual culposa e o dinheiro que lhe vem da família são os instrumentos do seu castigo e queda.

A sobreposição de elementos de diversas origens – o apego à exploração do amor e a degradação, determinada pelo dinheiro – ligam o romance ao romantismo e à tese realista-naturalista, respectivamente. Observa-se no autor uma dificuldade em assumir uma postura unívoca, já que não faltam episódios melodramáticos e quadros de cariz romântico, ao longo de toda a narrativa.

No Maranhão, a Corte era vista por Amâncio como lugar de música, amor e aventuras. Curiosamente, vem a falecer no Hotel Paris, colhido de surpresa.

D. Ângela chega ao Rio e, de sobressalto em sobressalto, vai pelas ruas da corte, lendo o nome do seu filho nas vitrinas, até se confrontar, tragicamente, com o reconhecimento da sua imagem, esvaída em sangue. Alucinada, grita e cai de bruços, na calçada.

O impasse chega até ao fim da obra. O escritor, por um lado, trabalha sobre um quadro cultural romântico, mas o percurso do protagonista, bem como a sua construção e a preponderância e importância concedidas ao meio, ligam o romance às teses naturalistas.

Ao contrário de Raimundo, protagonista de *O Mulato*, Amâncio, protagonista de *Casa de Pensão*, é um jovem estudante, oriundo de uma família

abastada maranhense, que rumo ao Rio de Janeiro, para tentar a vida na corte, tendo como motivação e pretexto, a matrícula na escola de medicina.

A partir do relato da vida dos portugueses, em especial João Romão e Miranda, dois representantes da classe burguesa:

“Aluísio Azevedo demonstra [em *O Cortiço*] todo o mecanismo de um sistema econômico e social que transforma os portugueses ambiciosos e sem escrúpulos nos donos do comércio no país. São pessoas como João Romão e Miranda que formam a aristocracia comercial e industrial; o seu poderio financeiro e seu espírito de clã mantêm o sistema neocolonialista.”³⁹⁶

Jerônimo é a prova de que muitos outros portugueses, em contacto com o povo brasileiro, iam sofrendo transformações até assimilarem por completo a sua cultura, mudando radicalmente os seus hábitos e costumes. Este português é “o homem submetido às leis da fisiologia e às leis do meio social” e, depois de abandonar Piedade, sua esposa, e Zulmirinha, sua filha, une-se à única responsável pela sua transformação, Rita Baiana, a sensual mulata: “desta união com Rita Baiana podem nascer em seguida mulatos, que formarão a base do proletariado urbano do Rio de Janeiro.”³⁹⁷

A mulata desempenha o papel de símbolo sexual para os homens brancos, o oposto da portuguesa Piedade, ou seja, das mulheres brancas.

Rita representa o protótipo de toda uma mitologia branca acerca da sensualidade e volubilidade da mulata brasileira e acaba por despertar a paixão no trabalhador português que, sem se aperceber, perde o vigor típico da sua raça para o trabalho, a família e a vida regrada e pacata que levava.

Aluísio apresenta-nos o confronto entre a realidade do sobrado e a do cortiço e da venda:

[...] “na espelunca construída por João Romão nos fundos do armazém, vivem mulatos, mestiços, brasileiros, ao lado de portugueses e italianos. Unilateralmente, Aluísio fixa-se nos portugueses, e de uma forma que escancara idiosincrasias nada científicas: se há no

³⁹⁶ Jean-Yves Mérian, *op cit.*, p.565.

romance maniqueísmo, ainda que de feição científica, o Mal é representado pelos imigrantes lusitanos. Não bastasse o retrato de João Romão e Miranda, Jerónimo é o único português pobre, rendido às graças de Rita Baiana. Os nacionais são bons, merecem compaixão” [...] ³⁹⁸

A leitura do romance terá provocado entre os comerciantes portugueses algum desconforto, uma vez que se sentiram agredidos com as sátiras de Aluísio Azevedo.

Os leitores terão tido algum sentimento de lusofobia, quando confrontados com personagens como Miranda ou João Romão, que denunciam a falta de escrúpulos dos comerciantes portugueses ³⁹⁹.

Botelho, velho parasita que vive debaixo das telhas de Miranda, tinha por hábito amaldiçoar todos aqueles que tinham conseguido o que ele não obteve, “para individualizar o objeto do seu ódio, voltava-se contra o Brasil, essa terra que, na sua opinião, só tinha uma serventia; enriquecer os portugueses, e que, no entanto, o deixara, a ele, na penúria.” ⁴⁰⁰

Segundo Antonio Candido, a força do romance advém da contaminação do plano real e do plano alegórico, numa relação de sabor naturalista, mas ao invés de serem o meio e a raça a fazerem o país, foi a natureza tropical do Rio de Janeiro e as Raças e tipos humanos variados que originaram a obra literária:

[...] “no intuito de Aluísio a natureza que cerca o cortiço de todos os lados, com o sol queimando no alto, condiciona um modo de relacionamento entre os diversos grupos raciais, que por sua vez fazem do cortiço o tipo de aglomerado humano que é.” ⁴⁰¹

Para este crítico, a narrativa traduz o próprio país, em miniatura, onde brancos, negros e mulatos convivem e são dominados e explorados pelo

³⁹⁷ *Idem*, p.567.

³⁹⁸ Massaud Moisés, *op. cit.*, p.40.

³⁹⁹ Também José Lins do Rego, no romance *O Moleque Ricardo*, nos mostra a rudeza e ganância do português explorador, na figura do padeiro Alexandre, patrão do protagonista, Ricardo, personagem que corporiza a criança vítima das injustiças sociais.

⁴⁰⁰ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.33.

⁴⁰¹ Antônio Cândido, *op. cit.*, p.117.

elemento português, que a todos domina e controla. A visão é, naturalmente, pessimista, ao jeito dos adeptos do naturalismo e, em particular do próprio Aluísio.

Ao passar em revista as personagens portuguesas, e de acordo com a intenção que presidiu à consecução deste trabalho, cremos poder ter a presunção de confirmar algumas das expectativas relativamente ao modo de representação do emigrante português, no corpus literário seleccionado.

Se é certo que a literatura não se fixa no tempo e, por isso, ela não pode servir para a aferição de fenómenos históricos ou sócio-culturais, também é verdade que ela transporta marcas do tempo em que é produzida e, nesse sentido, não é abusivo encontrar aspectos de verosimilhança entre o estereótipo português nos romances, bem como as circunstâncias históricas do antilusitanismo.

Naturalmente que não deixamos de nos colocar numa posição de alerta, face às fragilidades dessa verosimilhança, perseguida pelo autor e pela própria escola a que aderiu. Se por um lado Aluísio procura retratar e fixar a realidade observável, também não deixa de a caricaturar, de acordo com a perspectiva ideológica em que se coloca.

Apesar de encontrarmos tipos verosímeis, com alguma sustentação histórica, o certo é que eles tendem para o estereótipo e, naturalmente, para uma redutora generalização.

No vasto e variado elenco de personagens portuguesas, com que o autor nos confronta, não encontramos traços que abonem o seu carácter (ressalve-se aqui a figura de “o bom português”, Manuel Pescada). Ser português é, por si só, uma marca depreciativa. Porém, os restantes actores sociais, sobretudo brasileiros, não escapam ao olho crítico do escritor. A preguiça e a indolência para o trabalho são algumas das características atávicas com que nos são apresentadas as representações masculinas; por seu lado, as femininas ora nos aparecem dissolutas (Rita Baiana), ora adúlteras (Dona Estela e Dona Quitéria), ou racistas (Dona Quitéria, Dona Bárbara e mesmo Rita Baiana).

É verdade que quase não há caso algum de representação, na obra de Aluísio de Azevedo, do “português burro” ou “tolo”, tão comum no anedotário

popular. Apenas na obra *O Homem*⁴⁰², se pode referenciar a personagem Justina⁴⁰³, pela sua excessiva subserviência. Não era tola mas, pelo seu servilismo aproximava-se da alienação⁴⁰⁴. Este tema percorre toda a narrativa, da protagonista Magdá a outras personagens de menor relevância.

“É que, era justamente uma dessas criaturas vindas ao mundo para cuidar de doentes; naturezas que só amam deveras àquelas a quem devem muitas canseiras; que só amam depois de grandes sacrifícios; depois de muita noite perdida e muito sono interrompido. Nascera enfermeira, nascera para os fracos; gostava de encarregar-se de crianças e, quanto mais achacadazinhas fossem estas, tanto melhor.”⁴⁰⁵

Fugindo ao estereótipo masculino português apresentado, no corpus de romances estudados, damos-nos ainda conta de duas personagens descritas como sendo fisicamente atraentes. Uma é Jerónimo de *O Cortiço*, cujos dotes chegam para atrair a mulata Rita Baiana:

[...] “aquele homenzarrão hercúleo, de músculos de touro, era capaz de todas as meiguices do carinho.

- Então? Insistiu ele.

- Sim, sim, meu cativo! respondeu a baiana, falando-lhe na boca; eu quero ir contigo; quero ser a tua mulata, o bem do teu coração! Tu és os meus feitiços!

E apalpando-lhe o corpo:”⁴⁰⁶

⁴⁰² Aluísio Azevedo – *O Homem*. Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2003.

⁴⁰³ Justina morava num cortiço, com a sua irmã Rosinha e o noivo desta, Luís, filho de Zefa, todos portugueses. Após a morte da velha Camila, vai servir para o bairro de Botafogo, na casa da família do Conselheiro Pinto Marques, pai de Magdá, protagonista do romance.

⁴⁰⁴ Registe-se que, no século XX, encontramos uma personagem feminina, intelectualizada e interveniente que rompe com o estigma da representação da mulher portuguesa mais recorrente. Manuela, assim é nomeada a personagem, casada por imposições sociais, rebela-se contra preconceitos de classe e contra o espírito do lugar e do tempo, quando se entrega à paixão por Bruno, membro da Academia das Letras. A intriga da obra centra-se em torno das lutas travadas entre um coronel, tirano e fascista, e um general democrático, com vista à ocupação da vaga deixada pelo poeta progressista Bruno, abruptamente falecido, vítima de um colapso cardíaco. Cf. Jorge Amado – *Farda Fardão Camisola De Dormir. Fábula para acender um esperança*. Obra Completa volume XIII. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, pp.145-154.

⁴⁰⁵ Aluísio Azevedo – *O Homem*, p.65.

O outro é Luís de *O Homem*:

“O trabalhador que se ofereceu para conduzir Magdá era um moço de vinte e tantos anos, vigoroso e belo de força. Estava nu da cintura para cima e a riqueza dos seus músculos, bronzeados pelo sol, potenteava-se livremente com uma independência de estátua. Os cabelos, empastados de suor e pó de pedra, caíam-lhe em desordem sobre o pescoço, dando-lhe à cabeça uma satírica feição de sensualidade ingênua.”⁴⁰⁷

Notamos também que o único brasileiro rotulado de “inteligente”, opondo-se à rudeza, grosseria e ausência de etiqueta e regras de convivência social do português, é Luís Campos, proprietário da casa de Hóspedes e amigo do velho Vasconcelos, pai de Amâncio:

“Apesar de inteligente e de brasileiro, campos nunca logrou espantar de sua casa o ar triste que a ensombrecia. À mesa, quando raramente se palestrava, era sempre com muita reserva; não havia risadas expansivas, nem livres exclamações de alegria. Os hóspedes, pobre gente de província, fazia um a cerimônia espessa, o guarda-livros poucas vezes arriscava a sua anedota e, só se determinava a isso, tendo de antemão escolhido um assunto discreto e conveniente.”⁴⁰⁸

Para além disso, a personagem parece-nos apresentar uma outra exceção: ser bem sucedido nos negócios. Porém, prosperou, no Rio de Janeiro, em virtude da ajuda do irmão do pai do protagonista.

Ainda em *Casa de Pensão* surge aquele que nos parece ser o único português pelo qual o narrador nutre alguma simpatia e compaixão, pela forma como nos descreve os seus últimos e dolorosos momentos: o tísico do quarto número sete, que o habita por caridade dos proprietários, em completo anonimato. Acaba por sucumbir à tuberculose, que o foi corroendo ao longo dos anos, na completa indiferença dos que com ele coabitavam:

⁴⁰⁶ Aluísio Azevedo – *O Cortiço*, p.167.

⁴⁰⁷ Aluísio Azevedo – *O Homem*, pp.70-71.

[...] "no segundo [andar] apenas se ouvia, de espaço a espaço, um tossir seco e agoniado, que vinha naturalmente do nº7, onde morava o tal moço doente. O pobre diabo piorava à falta absoluta de meios."⁴⁰⁹

Ao longo da obra, a personagem não tem nome próprio; só no final da narrativa, nos aparece o nome de João. É apresentado como uma espécie de "anónimo célebre", individualizado pela doença que o identifica e vitimiza – a tuberculose. O seu percurso aproxima-o do santo homónimo, martirizado, cuja história é por de mais conhecida.

Os leitores só tomam conhecimento do seu nome próprio aquando da sua agonia:

"Uma velhinha entrevada fazia meia a um canto da casa. Amâncio que se aproximasse dela e lhe dissesse em segredo que o seu João, o seu querido filho...

Uma agonia violenta tolheu-lhe a fala. Ele ainda tentou dizer alguma coisa, mas o sangue purulento já lhe golfejava da boca e caía-lhe em jorro pelo corpo. Estirou-se todo, dobrou a cabeça para trás e, depois de entesar num estremecimento os membros rechupados, foi pouco a pouco cerrando os lábios e empenando com um gemido longo e sentidíssimo."⁴¹⁰

Pela utilização de alguns termos científicos⁴¹¹, ligados à doença da vítima, notamos a preocupação do escritor em demonstrar um rigor científico, que o aproxima da escola naturalista e do positivismo, do seu tempo.

A personagem, pelas suas circunstâncias de vida, acaba por representar todos os portugueses vencidos que foram em busca da "terra prometida" e terminaram, miseravelmente, longe da família e da pátria.

⁴⁰⁸ Aluísio Azevedo – *Casa de Pensão*, p.21.

⁴⁰⁹ *Idem*, pp.133-134.

⁴¹⁰ *Idem*, p.190.

⁴¹¹ Cf. Ortopnéia (vulgar descrição de falta de ar) / Distanásia (morte lenta, ansiosa e com muito sofrimento) *Idem*, pp.186-187.

BIBLIOGRAFIA

I – De Aluísio de Azevedo

OBRAS DO CORPUS

Casa de Pensão. (1884) Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2002. (edição utilizada)

O Cortiço. (1890) Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2004. (edição utilizada)

O Mulato. (1881) Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2003. (edição utilizada)

Ficção completa. Organização de Orna Levin. 2 volumes. São Paulo, Nova Aguilar, 2005.

OUTRAS OBRAS

Os Doudos (comédia em colaboração com Artur Azevedo, seu irmão), 1879.

Uma Lágrima de Mulher, 1880.

Memórias de um Condenado, reeditado com o título *A Condessa Vésper*, 1882.

Flor-de-Lis (opereta), 1882.

Casa de Orates (comédia), 1882.

Mistérios da Tijuca, depois chamado *Girândola de Amores*, 1883.

Filomena Borges, 1884.

Mattos, Malta ou Matta?, publicada no jornal *A Semana*, em 15 episódios, de 3-1-1885 a 9-5-1885.

Venenos que curam (comédia em colaboração com E. Rouède), 1886.

O Caboclo (drama em colaboração com E. Rouède), 1886.

O Homem, 1887.

Fritzmark (revista com Artur Azevedo), 1888.

O Coruja, 1889.

A República (revista com Artur Azevedo), 1890.

Um caso de adultério (comédia com Artur Azevedo), 1891.

Em Flagrante (comédia com Artur Azevedo), 1891.

A mortalha de Alzira, 1893.

Demónios, 1893.

O Livro de uma sogra, 1895.

[N.B. Aluísio Azevedo deixou ainda inédito:]

Agonia de uma raça (livro de impressões sobre o Japão).

O Touro Negro (volume que, depois da sua morte, reuniu em volume algumas das suas crónicas e cartas)

II – Sobre Aluísio de Azevedo e a sua obra

A Literatura no Brasil. Direcção de Afrânio Coutinho. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana S.A.1971.

Aluísio Azevedo. Trechos escolhidos por Josué Montelo. Publicados sob a direcção de Alceu Amoroso Lima, Roberto Alvim Corrêa e Jorge de Sena. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora, 1963.

Aluísio Azevedo, 1857-1913. Selecção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios por António Dimas. Literatura Comentada. São Paulo, Abril Educação, 1980.

AZEVEDO, Aluísio – *O Cortiço*. Introdução e biobibliografia de Dirce Côrtes Riedel. 3ª edição reformulada. São Paulo, Ediouro, 2004.

AZEVEDO, Aluísio – *O Cortiço*. Comentários de Leandro Sarmatz. Porto Alegre, Editora Novo Século, 2201.

AZEVEDO, Aluísio – *O Cortiço*. Orientação pedagógica de Douglas Tufano, notas de leitura de Cláudia A. Tafarello. S.Paulo, Editora Moderna, 1993.

BERTHIER, Rose May Nácul – “O Cortiço”, in AZEVEDO, Aluísio – *O Cortiço*. Porto Alegre, L&PM, 1998.

CANDIDO, Antonio – “De Cortiço a Cortiço”, in *O Discurso e a Cidade*. 3ª edição. S. Paulo / Rio de Janeiro, Duas Cidades / Ouro sobre azul, 2004.

CANDIDO, Antonio e CASTELLO, José Aderaldo – *Presença da Literatura Brasileira: História e Antologia. Das origens ao Realismo*. 11ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

CARPEAUX, Otto Maria – *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*. 3ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro, Editora Letras e Artes, 1964.

CASTRO, Sílvio de – *História da Literatura Brasileira*. Volume II, Lisboa, Alfa.

CARVALHO, Ronald de – *Pequena História da Literatura Brasileira*. Prefácio de Medeiros e Albuquerque. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro, F. Briguiet & Comp. Editores.

CESAR, Guilhermino – “Atualidade de Aluísio Azevedo”, in AZEVEDO, Aluísio – *O Mulato*. 20ª edição. S. Paulo, Editora Ática, 2005.

COSTEIRA, Maria Augusta Lopes Fernandes Cosme – *O Espaço Fechado e Aberto em Casa de Pensão de Aluísio Azevedo*. (tese de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000.

Enciclopédia de Literatura Brasileira. Direção de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa. 2ª edição revista, ampliada, atualizada e ilustrada sob a orientação de Graça Coutinho e Rita Moutinho. S. Paulo, Global Editora/ Fundação Biblioteca Nacional/ DNL/ Academia Brasileira de Letras, 2001.

FANINI, Angela Maria Rubel – *Os Romances-Folhetins de Aluísio Azevedo: Aventuras Periféricas*. (tese de doutoramento). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2003, in www.cefetpr.br/dptos/dacex/site-angela/Arquivos/Produção/Tese de Doutorado.pdf

FARACO, Carlos – “O Povo como Personagem”, in AZEVEDO, Aluísio – *O Mulato*. S. Paulo, Editora Ática, 2005.

FERREIRA, Luiz Antônio – *Roteiro de Leitura: O Cortiço, de Aluísio Azevedo*. S Paulo, Editora Ática, 1997.

GÓES, Fernando – “Aluísio de Azevedo e *O Mulato*”, in AZEVEDO, Aluísio – *O Mulato*. Obras completas. Volume 2. 21ª edição. Belo Horizonte, Editora Itatiaia Limitada, 1980.

LAJOLO, Marisa – *Como e Porque Ler o Romance Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2004.

MACIEL, Luiz Carlos Junqueira – “Emanhados no Maranhão”, in AZEVEDO, Aluísio – *O Mulato*. Belo Horizonte, Crisálida, 2005.

MÉRIAN, Jean-Yves – *Aluísio Azevedo, Vida e Obra (1857-1913). O verdadeiro Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, Banco Sudameris. Brasília, INL, 1988.

MOISÉS, Massaud – *História da Literatura Brasileira. Volume II. Realismo e Simbolismo*. 5ª edição. São Paulo, Editora Cultrix.

MOURÃO, Rui – “Um mundo de galegos e cabras”, in AZEVEDO, Aluísio – *O Cortiço*. 36ª edição. S. Paulo, Editora Ática, 2004.

NUNES, Benedito – “Sonia Brayner, A Metáfora do Corpo no Romance Naturalista (estudo sobre “O Cortiço”)”, in *Colóquio de Letras* nº 23, Janeiro de 1975.

“O Livro de uma Sogra, de Aluísio Azevedo e o Ideário Naturalista do Século XIX”, José Maria Rodrigues Filho, in *A Luz de Saturno – Figurações da Velhice*. Coordenação de António Manuel Ferreira. Universidade de Aveiro, 2005.

OLIVEIRA, Erson Martins de – “Uma Vida em Cortiço”, in AZEVEDO, Aluísio – *O Cortiço*. 3ª edição. São Paulo, Editora FTD, 1988.

PEREIRA, Lúcia Miguel – *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920), História da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1988.

PICCHIO, Luciana Stegagno – *História da Literatura Brasileira*. 2ª edição revista ampliada. Rio de Janeiro, Lacerda Editores 2004.

RIBEIRO, Maria Aparecida – *Literatura Brasileira*. nº 65. Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

ROUFFIAX, Roger – “Aluísio Azevedo: Vida e Obra. O Mulato”, in AZEVEDO, Aluísio – *O Mulato*. Porto Alegre, L&PM, 2002.

SILVERMAN, Malcolm – *Protesto e o Novo Romance Brasileiro*. Tradução de Carlos Araújo. 2ª edição revista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck – *História da Literatura Brasileira, seus Fundamentos Económicos*. 2ª edição revista e aumentada. Livraria José Olímpio Editora.

VERÍSSIMO, José – *História da Literatura Brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Introdução de Heron de Alencar. 4ª edição. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

VERÍSSIMO, José – *História da Literatura Brasileira*. Dirigida por Octávio Tarquínio de Sousa. 3ª edição.

WALDMAN, Berta – “Verso e Reverso”, in AZEVEDO, Aluísio – *Casa de Pensão*. 14ª edição. S. Paulo, Editora Ática, 2002.

WEBER, João Hernesto – *Caminhos do Romance Brasileiro. De A Moreninha a Os Guainãs*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1990.

III – Sobre a emigração portuguesa no Brasil e as relações luso-brasileiras

ALBINO, Adriano – *Emigração (100 anos) séc. XX. A Diáspora dos Portugueses*. São Paulo, 1999.

ALENCASTRO, Luíz Felipe de e RENAUX, Maria Luiza- “*Caras e Modos dos Migrantes e Imigrante.*”, in NOVAIS, Fernando A. (coordenação) e ALENCASTRO, Luíz Felipe de - *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 2. *Império: a Corte e a Modernidade Nacional*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ALVES, Jorge Fernandes – *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto, 1994.

ALVIM, Zuleika – “*Imigrantes: a Vida Privada dos Pobres do Campo*”, in NOVAIS, Fernando A. (coordenação) e SEVCENKO, Nicolau (organização) – *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3. *República: da Belle Époque à Era da Rádio*. S. Paulo, Companhia das Letras, 1997.

ARROTEIA, Jorge Carvalho – *A Emigração Portuguesa – Suas Origens e Distribuição*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Ministério da Educação, s/ data.

BUENO, Eduardo – *Brasil: Uma História. A Incrível Saga de Um País*. São Paulo, Editora Ática, 2003.

CALMON, Pedro – *História Social do Brasil. Volume 1 – Espírito da Sociedade Colonial*. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

CARREIRA, Shirley de Souza Gomes – “O Imigrante Português no Brasil: Figurações e Configurações de Identidade Cultural”, in ARARA Issue 7 Reviews. Txt.

CHALHOUB, Sidney – *Trabalho, Lar e Botequim: o Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. S. Paulo, Editora Unicamp, 2001.

Dicionário de História de Portugal. Direcção de Joel Serrão. Volumes I-IV. Porto, Livraria Figueirinhas, 1971.

FREYRE, Gilberto – *O mundo que o Português Criou & uma Cultura Ameaçada: a Luso-Brasileira*. Lisboa, Livros do Brasil, 1940.

FREYRE, Gilberto – *Casa-Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. 50ª edição. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso, bibliografia de Edson Nery da Fonseca, notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. São Paulo, Global editora, 2005.

FREYRE, Gilberto – *Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil-2. 14ª edição revista. São Paulo, Global Editora, 2003.

FREYRE, Gilberto – *Seleção para Jovens*. Organizada pelo autor com a colaboração de Maria Elisa Dias Collier. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1971.

História de Portugal. Direcção de José Mattoso. Sexto volume. “A segunda Fundação” (1890-1926). Autor Dr. Rui Campos. Lisboa, Circulo de Leitores, 1994.

História Geral da Civilização Brasileira. Direcção de Sérgio Buarque de Holanda. *O Brasil Monárquico*. 3º volume “Relações e Transações”. 6ª edição. São Paulo, editora Bertrand Brasi, 1987; 4º volume “Declino e Queda do Império”. 5ª edição. São Paulo, editora Bertrand Brasil, 1995; 5º volume “Do Império à República”. 4ª edição. São Paulo, editora Bertrand Brasil, 1985.

IGLESIAS, Francisco – *Trajectória Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

LEITE, Joaquim da Costa – «O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914)», in *Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina*. Organização de Boris Fausto. 2ª edição. S. Paulo, EDUSP, 2000.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer – *Imigração Portuguesa no Brasil*. S. Paulo, Hucitec, 2001.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. Volume II “Do Renascimento às Revoluções Liberais”; Volume III “Das Revoluções Liberais aos nossos dias”.

MATA, Vera Lúcia Calheiros – *Gylberto Freire, Casa Grande e Senzala e o Mito de Origem do Povo Brasileiro*. 2001. Separata da revista crítica de Ciências Sociais, nº 59, Fevereiro 2001.

MAURO, Frédéric – *O Brasil no tempo de Dom Pedro II: 1831-1889*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

MENEZES, Lená Medeiros – *Modernização e Imigração no Brasil Imperial: Progresso e Imobilismos (1850-1888)*. Niterói, 1985.

MENEZES, Lená Medeiros – *Os Estrangeiros e o Comercio do Prazer nas Ruas do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

MENEZES, Lená Medeiros – “*Jovens Portugueses: Histórias de Trabalho, Histórias de Sucesso, Histórias de Fracassos*”, in GOMES, Ângela de Castro – *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2000.

MONTEIRO, Miguel – *Fafe dos “brasileiros” (1860-1930). Perspectiva Histórica e Patrimonial*. 2ª edição. Fafe, Empresa do Diário do Minho, 2004.

MOREIRA, Maria Eunice – “A Visão Européia sobre o Brasil: Os Portugueses e a Literatura Brasileira no século XIX”, in *Actas do 5º Congresso*. Universidade de Oxford. 1 a 8 de Setembro de 1996. Organização e Coordenação de T. F. Earle. Associação Nacional de Lusitanistas. Tomo II. Oxford – Coimbra, 1998.

MOREIRA, Terezinha Taborda – “Ideias de Brasil, Imagens de Nação”, in *Actas do 5º Congresso*. Universidade de Oxford. 1 a 8 de Setembro de 1996. Organização e Coordenação de T. F. Earle. Associação Nacional de Lusitanistas. Tomo II. Oxford – Coimbra, 1998.

NOGUEIRA, Ana Maria de Moura – “*No Ritmo da Banda: Histórias da Comunidade Lusa da Ponta D`Areia*”, in GOMES, Ângela de Castro – *Histórias de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2000.

OLIVEIRA, José de Osório – *História Breve da Literatura Brasileira*. Lisboa, Editorial Inquérito.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi – *O Brasil dos Imigrantes*. 2ª edição . Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 2002.

PAIVA, José Rodrigues de e AGUIAR, Cláudio – *Literatura e Emigração*. Recife, Associação de Estudos Portugueses Jordão Emerenciano, UFPE, Departamento de Letras, 2001.

PARDO, Maria do Carmo Villarino – “Retrato a Preto. A Cor como um Elemento de ‘Brasildade’ em alguns Romances Brasileiros da segunda metade do século XIX”, in *Actas do 5º Congresso*. Universidade de Oxford. 1 a 8 de Setembro de 1996. Organização e Coordenação de T. F. Earle. Associação Nacional de Lusitanistas. Tomo II. Oxford – Coimbra, 1998.

PAULO, Heloisa – *Aqui Também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra, Edições Quarteto, 2000.

PEREIRA, Mirian Halpern – “*A política de emigração portuguesa (1850-1930)*”, in *A Historiografia Portuguesa, Hoje*. Organização de José Tengarrinha. S. Paulo, Hucitec / Instituto Camões, 1999.

PETRONE, Maria Tereza Schorer – “*Imigração*”, in FAUSTO, Boris (organização para o período Republicano) – *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano – 2º volume*. Sociedade e Instituições (1889 – 1930). 3ª edição, S. Paulo, Difel, 1985.

POMBO, Rocha – *História do Brasil*. 9ª edição revista e atualizada por Hélio Vianna. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1960.

Portugal-Brasil. Uma Visão Interdisciplinar do Século XX. Actas do Colóquio. 2 a 5 de Abril de 2003. Coordenação de Maria Manuela Tavares Ribeiro. Coimbra, Quarteto Editora, 2003.

Revista “*Nossa História*”, ano 2 / nº13. São Paulo, Biblioteca Nacional Editora Vera Cruz, Novembro de 2004.

Revista *Oceanos* “ *Portugueses no Brasil Independente.*” Número 44 – Outubro/Dezembro 2000. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Direcção de Joaquim Romero Magalhães. Coordenação Científica deste número de Robert Rowland. Lisboa, Bertrand Editora.

RIBEIRO, Gladys Sabina – “*A Guerra aos Portugueses no Rio de Janeiro no final do século XIX.*”, in *Revista Oceanos*.

RIBEIRO, Gladys Sabina – *Mata Galegos: os Portugueses e os Conflitos de Trabalho na Republica Velha*. S. Paulo, Editora Brasiliense.

RIBEIRO, Gladys Sabina – “*Cabras*” e “*Pés-de-Chumbo*”: *os Rolos do Tempo, o Antilusitanismo na Cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. Niterói, UFF, 1987.

RIBEIRO, Gladys Sabina – *A Liberdade em Construção: Identidade Nacional e Conflitos Antilusitanos no Primeiro Reinado*. Campinas, IFCH-UNICAMP, Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará-FAPERJ, 2002.

ROWLAND, Robert – “O Problema da Emigração: Dinâmicas e Modelos”, in *História da Expansão Portuguesa, do Brasil para África (1808-1930)*. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Volume IV. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

ROWLAND, Robert – “Brasileiros do Minho: Emigração, Propriedade e Família”, in *História da Expansão Portuguesa, do Brasil para África (1808-1930)*. Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri. Volume IV. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

SAYAD, Abdelmalek – *A imigração (ou os Paradoxos da Alteridade)*. Tradução Cristina Murachco. S.Paulo, EDUSP, 1998.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (direcção) – *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Luso – Brasileiro 1750-1822*. Coordenação de Maria Beatriz Nizza da Silva. Volume VIII. Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

SERRÃO, Joel e outros – *Testemunhos Sobre a Emigração Portuguesa*. Antologia. Lisboa, Livros Horizonte, 1976.

SERRÃO, Joel – *A Emigração Portuguesa. Sondagem Histórica*. Lisboa, Livros Horizonte, 1974.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal*. 1807-1832. 2ª edição revista. Lisboa, Editorial Verbo, 1984-1995. Volumes VI “O Despotismo Iluminado”, VII “A Instauração do Liberalismo”, VIII “Do Mindelo à Regeneração” e X “A Queda da Monarquia”.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *Filantropia e Imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*. Rio de Janeiro, Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, 1990.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *Documentos para a História da Imigração Portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro, Editorial Nórdica, 1992.

VIEIRA, Nelson H. – *Brasil e Portugal: a Imagem Recíproca. O mito e a Realidade na expressão literária*. Lisboa, Ministério da Educação/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991.

VELOSO, Carlos – *A Mulher na Construção do Brasil. Da Descoberta à Independência*. Coimbra, Minerva Editora, 1996.

IV – Sobre teoria e análise literária

ADAM, Jean-Michel e REVAZ, Françoise – *A Análise da Narrativa*. Tradução de Maria Adelaide Coelho da Silva e Maria de Fátima Aguiar. Lisboa, Gradiva, 1997.

BAKHTINE, Mikhail – *Esthétique de la Création Verbale*. Tradução Alfreda Aucouturier. Paris, Éditions Gallimard, 1989.

BARTHES, Roland – *O Grau Zero de Escrita*. Tradução de Maria Margarida Barahona. Lisboa, Edições 70, 1989.

BOURNNEUF, Roland e OUELLET, Réal – *O Universo do Romance*. Tradução de José Carlos Seabra Pereira. Coimbra, Livraria Almedina, 1976.

BRAIT, Beth – *A Personagem*. 7ª edição. São Paulo, Editora Ática, 2004

BULCÃO, Clóvis – *Pequena Enciclopédia de Personagens da Literatura Brasileira. Perfis dos Mais Importantes Personagens da Nossa Literatura*. Coordenação Editorial Mary Del Prior. Rio de Janeiro, Editora Campos – Elsevier, 2005.

BUESCU, Helena Carvalhão – *Incidências do Olhar: Percepção e Representação. Natureza e Registo Descritivo na Evolução do Romance Romântico (Portugal, França, Inglaterra)*. Lisboa, Editorial Caminho, 1990.

CANDIDO, Antonio *et alii* – *A Personagem de Ficção*. 10ª edição. São Paulo, Editora Perspectiva, 2004.

CHARBONNEAU, Robert – *Connaissance du Personnage*. Montréal, Éditions de L'Arbre, 1944.

DIMAS, António – *Espaço e Romance*. São Paulo, Editora Ática, 1985.

DUCROT, Oswald e TODOROV, Tzvetan – *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris, Éditions du Seuil, 1971.

HAMON, Philippe – “ Para um Estatuto Semiológico da Personagem”, in *Categorias da Narrativa*. Dirigido por Maria Alzira Seixo. 3ª edição. Lisboa, Editora Arcádia, 1979.

IMBERT, Enrique Anderson – *A crítica Literária: seus Métodos e Problemas*. Tradução de Eugénia Maria Aguiar e Silva. Coimbra, Livraria Almedina, 1986.

KAYSER, Wolfgang – *Análise e Interpretação da Obra Literária. (Introdução à Ciência da Literatura)*. 7ª edição portuguesa totalmente revista pela 16ª alemã por Paulo Quintela. Coimbra, Arménio Amado Editora, 1985.

KOTHE, Flávio René – *O Herói*. São Paulo, Editora Ática, 1985.

MARINHO, Maria de Fátima – *O Romance Histórico em Portugal*. Porto, Editora Campo das Letras, 1999.

MOISÉS, Massaud – *Dicionário de Termos Literários*. 12ª edição revista e ampliada. São Paulo, Editora Cultrix, 2004.

MOISÉS, Massaud – *A Criação Literária. Prosa I. Formas em Prosa, o Conto, a Novela, o Romance*. 19ª edição. S. Paulo, Editora Cultrix, 2003.

MOISÉS, Massaud – *A Literatura Brasileira Através dos Textos*. 23ª edição. S. Paulo, Cultrix, 2002.

MOISÉS, Massaud – *Guia Prático de Análise Literária*. 4ª edição. São Paulo, Editora Cultrix, 1974.

MOISÉS, Massaud – *A Análise Literária*. 6ª edição. São Paulo, Editora Cultrix, 1981.

KUNDERA, Milan – *A Arte do Romance*. Tradução de Luísa Feijó e Maria João Delgado. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

PROPP, Vladimir – *Morfologia da Conto*. Tradução de Jaime Ferreira e Vítor Oliveira. Prefácio de Adriano Duarte Rodrigues. 3ª edição. Lisboa, Editora Veja, 1999.

REIS, Carlos – *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*. 2ª edição. Coimbra, Almedina, 2001.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. – *Dicionário de Narratologia*. 2ª edição. Coimbra, Livraria Almedina, 1990.

RIBEIRO, Maria Aparecida – *História Crítica da Literatura Portuguesa: Realismo e Naturalismo*. 2ª edição. Lisboa/ São Paulo, Editorial Verbo, 2000.

SARAIVA, Arnaldo – “A Crítica e a Crítica Literária em Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras – Série Filologia*, Porto, 1973.

*Literatura Marginal izada, Novos Ensaio*s. Porto, Edições Árvore, 1980.

_____ *Literatura Marginal izada*. Porto, 1975.

_____ *Um nome para o seu filho e para a sua filha (seguido de) Os Escritores e os Nomes*. Porto, Unicepe, 1986.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar – *Teoria da Literatura*. 8ª edição. Coimbra, Livraria Almedina, 1988.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar – *Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa, Universidade Aberta, 2002.

WELLEK, René e WARREN, Austin – *Teoria da Literatura*. 5ª edição. Mem Martins, Publicações Europa-América, s/d.

V – Sobre Realismo/ Naturalismo

BOSI, Alfredo – *História Concisa Da Literatura Brasileira*. 3ª edição. São Paulo, Editora Cultrix, 1995.

CÂNDIDO, António e CASTELLO, José Aderaldo – *Presença da Literatura Brasileira: História e Antologia. Das Origens ao Realismo*. 11ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003.

CIDADE, Hernâni – *Lições de Cultura Luso-Brasileira. Épocas e Estilos na Literatura e nas Artes Plásticas*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1960.

Enciclopédia de Literatura Brasileira. Direção de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa, 2ª edição revista, ampliada, atualizada e ilustrada sob a orientação de Graça Coutinho e Rita Moutinho. S. Paulo, Global Editora/ Fundação Biblioteca Nacional/ DNL/ Academia Brasileira de Letras, 2001.

FRANÇA, José Augusto – *O Romantismo em Portugal*. 2ª edição. Lisboa, Livros Horizonte, 1993.

IÁÑEZ, Eduardo – *História da Literatura Universal*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

LUKÁCS Georg – *Problèmes du Réalisme*. Paris, L'Arche Éditeur, 1975.

MARTINO, Pierre – *Le Naturalisme Français (1870-1895)*. Paris, Librairie Armand Colin, 1960.

MITTERAND, Henri – *Le Regard et le Signe. Poétique du Roman Réaliste et Naturaliste*. Paris, Puf Écriture, 1987.

MOISÉS, Massaud – *História da Literatura Brasileira*. 5ª edição. São Paulo, Editora Cultrix.

PEREIRA, Lúcia Miguel – *Prosa de Ficção (de 1870 a 1920), História da Literatura Brasileira*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1988.

PICCHIO, Luciana Stegagno – *Literatura Brasileira, das Origens a 1945*. Tradução de António de Pádua Danesi. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, Ltda, 1988.

_____. *História da Literatura Brasileira*, 2ª edição revista ampliada. Rio de Janeiro, Lacerda Editores 2004.

PINTO, Lourenço – *Esthetica Naturalista – Estudos Críticos*. Porto, Livraria Portuense, 1884.

RECTOR, Mónica – *Mulher, Objecto e Sujeito da Literatura Portuguesa*. Porto, Fundação Fernando Pessoa/ Edições Universidade Fernando Pessoa, 1999.

REIS, Carlos – *O Conhecimento da Literatura. Introdução aos Estudos Literários*. 2ª edição. Coimbra, Almedina, 2001.

SANTANA, Maria Helena – *Literatura e Ciência na Ficção do Século XIX. A Literatura Naturalista e Pós Naturalista Portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2007.

SILVA, Vítor Manuel de Aguiar – *Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa. Universidade Aberta, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck – *O Naturalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

VI – Outras obras consultadas

ALENCAR, José de – *Ubirajara*. Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2002.

_____ *O Guarani*. Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2004.

_____ *Iracema*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Record, 2001.

ALMEIDA, António Manuel – *Memórias de um Sargento de Milícias*. 2ª edição. Mem-Martins, Publicações Europa-América, s/d.

AMADO, Jorge – *Farda Fardão Camisola de Dormir. Fábula para Acender uma Esperança*. Obra Completa. Volume XIII. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

ASSIS, Machado de – *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Porto, Lello & Irmão – Editores, 1985.

AZEVEDO, Aluísio – *O Homem*. Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2003.

AZEVEDO, Aluísio – *Mattos, Malta ou Matta? Romance ao Correr da Pena*. Prefácio de Josué Montello. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira/ Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985.

BARRETO, Lima – *Os Melhores Contos*. Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2002.

BELO, Ana – *Mil e Tal Nomes Próprios*. Lisboa, Editora Pergaminho, 1997.

BERNARD, Mark – *Zola*. Tradução de Isabel St. Aubyn. Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004.

BRANCO, Camillo Castello – *Os Brilhantes do Brasileiro*. 4ª edição. Lisboa, Livraria Editora, 1904.

_____ *O Senhor do Paço de Ninães*. Prefácio de Maria Isabel Rocheta. Porto, Edições Caixotim, 2007.

_____ *Poesia ou dinheiro?*, in Teatro II.

_____ *A neta do Arcediago*.

_____ *Eusébio Macário*.

_____ *A Corja*.

_____ *A Brasileira de Prazins*.

CAMINHA, Adolfo – *Bom-Crioulo*. 7ª edição. S. Paulo, Editora Ática.

_____ *Bom-Crioulo*. Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2002.

CAMPINA, Júlio – *Subsídio ao Folk-Lore Brasileiro: Anedotas sobre Caboclos e Portugueses*. Rio de Janeiro, Papelaria Mendes Marques, 1897.

CARMELO, Luís – *Manual de Escrita Criativa*. Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005.

CASTRO, Ferreira – *A Selva*. 21ª edição. Lisboa, Guimarães Editora, s/ data.

_____ *Os Emigrantes*. Obras completas. Lisboa, Circulo de Leitores, 1985.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain – *Dicionário dos Símbolos, Mitos Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*. Tradução de Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Circulo de Leitores, 1997.

CAVALCANTI, Paulo – *Eça de Queiroz, Agitador no Brasil*. Volume 311, São Paulo, Brasileira, 1966.

COUTO, Ribeiro – *Sentimento Lusitano*. Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1963.

DAIX, Georges – *Dicionário dos Santos, do Calendário Romano e dos Beatos Portugueses*. Tradução de Augusto Joaquim. Lisboa, Editora Terramar, 2000.

Dicionário de Eça de Queirós. Organização e Coordenação de A. Campos Matos. Lisboa, Editorial Caminho, 1988.

Dicionário de Literatura Portuguesa, Brasileira, Galega e Estilística Literária. Direcção de Jacinto do Prado Coelho. Porto, Figueirinhas Editora, 1994.

DINIS, Júlio – *Morgadinha dos Canaviais*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

DURÃO, Santa Rita – *Caramuru. Poema Épico do Descobrimento da Bahia*. Texto Integral. S. Paulo, Editora Martin Claret, 2003.

ECCO, Umberto – *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*. 9ª edição. Lisboa, Editorial Presença, 2002.

Enciclopédia de Literatura Brasileira. Direcção de Afrânio Coutinho e J. Galante de Sousa, 2ª edição revista, ampliada, atualizada e ilustrada sob a orientação de Graça Coutinho e Rita Moutinho. S. Paulo, Global Editora/ Fundação Biblioteca Nacional/ DNL/ Academia Brasileira de Letras, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda – *Novo Aurélio século XXI: o Dicionário da Língua Portuguesa*. Coordenação e edição de Margarida dos Anjos e Marina Baird Ferreira. 3ª edição totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1999.

FLAUBERT, Gustave – *Madame Bovary*. Tradução de Fernanda Ferreira Graça. Lisboa, Publicações Europa – América, s/d.

GATTAI, Zélia – *Cittá di Roma*. Lisboa, Dom Quixote, 2000.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira. Lisboa/ Rio de Janeiro, Editora Enciclopédia, Limitada, s/data.

História das Mulheres – O Século XIX. Direcção de Georges Duby e Michelle Perrot. Tradução Portuguesa de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves, com revisão de Maria Helena da Cruz Coelho, Irene Maria Vasquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto, Edições Afrontamento, 1991.

JESUS, Carolina Maria de – *Quarto de Despejo*. 5ª edição. São Paulo, Ática Editora, 1995.

LOURENÇO, Eduardo – *A Nau de Ícaro, Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. 3ª edição. Lisboa, Editora Gradiva, 2004.

LOURENÇO, Eduardo – *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*. 3ª edição. Lisboa, Gradiva, 2004.

MACHADO, José Pedro – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 8ª edição. Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

MACHADO, José Pedro – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*. 2ª Edição. Lisboa, Livros Horizonte limitada/ Editorial Confluência, 1993.

MAGALHÃES, Luís de – *Brasileiro Soares*.

MARINHO, António; CARDOSO, Fernando e ROTHES, Luís Areal – *História 8*. Porto, Areal Editores, 1999.

MOREIRA, Eduardo Neves – *Emigração: em Defesa dos Portugueses no Estrangeiro*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Jomec, 2005.

NEVES, Orlando – *Dicionário de Nomes Próprios*. Mem Martins, Círculo de Leitores, 2003.

ORTIGÃO, Ramalho e QUEIRÓS, Eça – *As Farpas*. Selecção e prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943.

Personae: Grandes Personagens da Literatura Brasileira. Organizados por Lourenço Dantas Mota e Benjamin Abdala Júnior. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2001.

QUEIRÓS, Eça – *O Crime do Padre Amaro*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

_____ *O Primo Basílio*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

_____ *Os Maias. Episódios da Vida Romântica*. Lisboa, Edição “Livros do Brasil”, s/d.

_____ *Correspondência de Fradique Mendes*. Volume XVIII. Lisboa, Círculo de Leitores, 1981.

REGO, José Lins do – *O Moleque Ricardo*. Lisboa, Edição Livros do Brasil, s/d.

RIBEIRO, Aquilino – *O Malhadinhas/Mina de Diamantes*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1984.

RIBEIRO, Darcy – *O Povo Brasileiro: a Formação e o Sentido do Brasil*. 2ª edição. S. Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, João Ubaldo – *Viva o Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1984.

RIO, João do – *A Alma Encantadora das Ruas*. Crônicas. Organização de Raúl Antelo. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar – *História Da Literatura Portuguesa*. 15ª edição, corrigida e actualizada. Porto, Porto Editora,

SARAMAGO, José – *Todos os Nomes*. 7ª edição. Lisboa, Editorial Caminho, 1997.

SOUSA, Inglês de – *O Missionário*. 5ª edição. Série Bom Livro. São Paulo, Editora Ática, 2001.

TADEU, Paulo – *Manuel [sic] de Piadas de Português, e Piadas Portuguesas de Brasileiros*. São Paulo, Matrix, 1999.

TAVARES, Jorge Campos – *Dicionário de Santos, Hagiológico, Iconográfico, de Atributos, de Artes e Profissões, de Padroados, de Compositores de Música Religiosa*. Porto, Lello & Irmão Editores, 1990.

TORGA, Miguel – *Ensaaios e Discursos*. Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

VASCONCELOS, José Mauro – *Meu Pé de Laranja Lima*. Lisboa, Dinapress, 2002.

ZOLA, Émile – *Germinal*. Préface d'André Wurmser. Paris, Éditions Gallimard, 1978.

_____ *L'Assomoir*. Préface d'Jean-Louis Bory. Paris, Éditions Gallimard, 1978.

_____ *Le Roman Experimental*. Paris, Éditeur Eugène Fasquelle, 1909.